

Fundação IBGE

Presidente: Sebastião Aguiar Ayres

Instituto Brasileiro de Geografia

Diretor Superintendente: Miguel Alves de Lima

redação

av. pres. Wilson, 210 - 2.º
rio de janeiro, gb
brasil

diretor responsável

Miguel Alves de Lima

secretário

Antônio Teixeira Guerra

o "boletim geográfico" não
insere matéria remunerada,
nem aceita qualquer espécie
de publicidade comercial, não
se responsabilizando também
pelos conceitos emitidos em
artigos assinados.

publicação bimestral

exemplar NCr\$ 1,00

assinatura NCr\$ 5,00

pede-se permuta

on demande l'échange

we ask for exchange

sumário

Frederico Rondon

Mistérios e incompreensão versus Economia e
Segurança 3

Arthur J. Brandenberger

A Significação Econômica da Exploração
Cartográfica pela Fotografia Aérea 17

Focalizando a Finlândia 23

Cooperação Internacional em Cartografia —
Quinta Conferência das Nações Unidas
sobre Cartografia Regional a respeito da
Ásia e do Extremo Oriente 29

Álvaro Silveira Filho

Othelo Reis e a Geografia 31

Ary de Almeida

Especificações para o Mapa Geológico-Geo-
morfológico do Brasil — 1:5 000 000 33

César Cantanhede

Palestra do Presidente do IBRA 36

Glycon de Paiva

Ótimo Populacional 44

Therezinha de Castro

Nova Indústria de Base — Alcalis 46

Antônio José de Mattos Musso

Os Ciclos Econômicos do Brasil 50

O Instituto de Geografia da Faculdade de
Filosofia Ciências e Letras da Universi-
dade de São Paulo 73

Curso de Conhecimentos e Informações Sobre
Cartografia 79

A Geografia no Vestibular 86

Currículo Básico do Curso de Geografia da
Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências
e Letras de Lorena — SP 88

Noticiário 89

Bibliografia 101

Leis e Resoluções 107

AMAZÔNIA BRASILEIRA

Mistérios e Incompreensão versus Economia e Segurança *

FREDERICO RONDON

São, realmente, animadoras as notícias sobre os propósitos e ação governamental que visam o desenvolvimento de nossa maior "área-problema".

Em que pese ainda a certa perplexidade gerada, em parte, pela imprecisão do conhecimento geográfico mas, sobretudo, pela falta de uma doutrina política, na apreciação da realidade econômico-social, os esforços assim desenvolvidos poderão conduzir ao domínio cabal e definitivo dos problemas amazônicos, desde que tenhamos a necessária humildade, para reconsiderar errôneas convicções, à luz dos ensinamentos hauridos nos trabalhos de nossos antecessores, na investigação da natureza e no equacionamento dos problemas regionais, dando àqueles esforços o sentido de continuidade que deve caracterizar toda obra nacional.

O levantamento estratégico da área, considerando-a nos campos geográfico, psico-social, político e econômico, previstas as influências do campo militar, atribuído às Forças Armadas, especialmente, nos campos psico-social e econômico, seria a providência primordial, a fim de se fixarem as diretrizes de um grande plano regional e a doutrina política, face à conjuntura e aos objetivos nacionais permanentes.

A preocupação da homogeneidade das Unidades Federadas, pela redivisão compulsória do País, em Unidades equivalentes em área, chegou, contemporaneamente, a ser objeto de conspicuos estudos. Em relação à Amazônia Brasileira, persiste, em nossos meios intelectuais, a idéia de assim estruturar-se o País, pela cúpula, através de uma redivisão territorial que transforme, como por milagre, em novos Estados, os vazios demográficos. Antes do povoamento, o Estado como se este fôsse apenas o território.

Divergimos, respeitosamente, de tais alvitre, continuando em busca de solução mais consentânea à realidade brasileira e conciliatória dos interesses nacionais, segundo as Diretrizes Rondonianas, fixando nossa preferência por uma estruturação nacional que, partindo da base municipal e procurando, pelo método direto da colonização, vivificar as áreas despovoadas, faria surgir em suas glebas condições primordiais à vida social e econômica que, somente, a municipalidade pode consubstanciar, como estímulo constante ao desenvolvimento.

Um relance ao quadro da divisão territorial da Amazônia Brasileira leva-nos à conclusão de que nenhum critério fisiográfico, econômico ou geopolítico presidiu a essa divisão, na esfera municipal. E, justamente, à falta da municipalidade presente e efetiva, como estímulo aos grupos pioneiros, é que se deve, ao nosso ver, atribuir a existência dos vazios demográficos resultantes daquele empirismo que, aliás, igualmente, verifica-se, na divisão municipal de outras regiões do País.

Comportando ainda Municípios desproporcionados, pelo excesso de territórios, em relação às possibilidades de assistência às populações, especialmente,

* De uma palestra, na sessão comemorativa do 23.º aniversário do Instituto de Colonização Nacional, a 12 Out. 1967. Fonte: *Revista da ADESG*, ns. 127, 128, 1967, Ano XVI.

aos mencionados grupos pioneiros, os Estados e Territórios amazônicos sugerem uma redivisão que, reduzindo as áreas municipais a padrões compatíveis com aquelas possibilidades, dê ensejo a que se instalem novas municipalidades melhor distribuídas e proporcionadas, em áreas e situação geográfica, em vista dos interesses do desenvolvimento regional.

O movimento municipalista de redivisão territorial propiciado pela Constituição Federal de 1946, vinha, embora empiricamente, isto é, sem a necessária planificação regional, tentando uma solução para o mencionado problema. Voltando aos nossos anteriores estudos, citar-nos-emos, *data venia*:

“Aliás, o movimento de multiplicação por cissiparidade, das Unidades municipais, que se verifica em todos os Estados, estimulado por um discreto dispositivo constitucional — o § 4.º do artigo 15 — não poderia passar despercebido aos observadores de nossa evolução política.

Destinando aos Municípios (excluídos os das Capitais) dez por cento do total que arrecadar do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, em partes iguais, para aplicação pelo menos da metade da importância em benefícios de ordem rural, criou a União interesses antagônicos, entre os Estados e Distritos, de um lado, e os Municípios, d'outro.

Assim, diretamente interessados, por óbvios motivos, na emancipação do maior número de Distritos e ereção de novos Municípios, o Estado facilita-lhes a eclosão, reduzindo ao mínimo as exigências legais, para essa elevação no quadro político-administrativo.

Tendo omitido uma conceituação mais nítida que a simples declaração de autonomia do Município, como célula da vida republicana, unidade fundamental da Federação, o legislador constituinte defere, implicitamente, ao Estado aquela tarefa. Mas por inspiração, senão por sabedoria, sem perder de vista os objetivos nacionais permanentes, entre os quais avulta a integração nacional, êle sintetiza, por assim dizer, no citado dispositivo constitucional, tôda uma política municipal cujos frutos não se fazem esperar, gerando antes certa impaciência pela evolução progressiva, até nos mais longínquos e obscuros Distritos da hinterlândia.

No movimento de integração nacional assim desencadeado, emerge um princípio normativo da política regional, em perfeita consonância com os interesses gerais pelo desenvolvimento harmônico das cidades e dos campos, pela vitalização da zona rural, pela valorização da terra e habilitação do sertanejo a um padrão de vida compatível com a dignidade humana, princípio que, *data venia*, assim enunciariamos: “A comunidade rural pioneira, na qual se integra o trabalhador com sua família, sem a possibilidade da assistência efetiva do Município, deve fazer jus à emancipação, a fim de receber a assistência direta do Estado e da União e gozar da necessária autonomia, na gestão de suas rendas e solução dos problemas locais, sem que haja mister tenha alcançado foros de cidade.

Constituída a comunidade, definida a área de suas atividades econômicas, prevista a natural expansão, até limites compatíveis com a natureza das explorações predominantes e o incremento populacional, caberia ao Estado consolidá-la, removendo as dificuldades administrativas, implantando a ordem e a justiça, abrindo-lhe vias de comunicações, instalando, enfim, os serviços públicos de sua alçada. A cidade viria depois, como resultado do desenvolvimento da comunidade rural e natural aspiração social.

Uma planificação, naturalmente, se impõe, tanto para disciplinar a emancipação dos Distritos rurais, como para a judiciosa aplicação das rendas, tarefa de um departamento de administração municipal, em colaboração com as novas edilidades.

Caberia ao Estado, na mesma ordem de idéias, através do necessário planejamento, orientar as correntes pioneiras, facilitando o acesso às glebas, numa ordem de prioridade que concilie o interesse geral com o das comunidades, atendendo ao senso econômico peculiar à iniciativa privada.

Assim fixado o conceito de território municipal, como área de ação econômica de uma comunidade, dotada de administração autônoma e serviços públicos, teríamos, como consequência dos planos de desenvolvimento regional, a redução progressiva das áreas dos grandes Municípios segundo o mesmo critério de capacidade e eficiência dos serviços públicos, de assistência efetiva às comuni-

dades rurais, de modo que abrangam aquelas áreas apenas os Distritos satélites, cujas distâncias às respectivas sedes possibilitem aquela assistência.

Teríamos, assim, a sede municipal, com seus distritos industriais, suburbanos, e o "cinturão verde" dos distritos rurais, como elementos integrantes do Município em pleno desenvolvimento, dentro de sua missão política, econômica e social, pondo ao alcance do homem, através da família e da comunidade, os elementos indispensáveis ao trabalho, à vida, à civilização, enfim.

A observação dos fatos cotidianos que enchem o noticiário, refletindo a geral insatisfação, tanto dos grandes como dos pequenos centros populosos, nas cidades como nos campos, em face das dificuldades crescentes da vida brasileira, e a meditação em suas causas profundas levam-nos à convicção de que algo de fundamental deve ser modificado, na estrutura política do País, além do que, geralmente, se espera de uma reforma agrária.

A redivisão política dos Estados, em moldes rigorosamente constitucionais, como se processava, tanto pela emancipação de antigos Distritos como pela criação de Municípios pioneiros, seria, talvez, um bom início daquela reforma de base, tão necessária quão oportuna para toda a nação."

Em nosso estudo intitulado "Quadro demográfico do Norte e Centro-Oeste", pudemos apreciar em números, não somente a evolução populacional da grande região assim definida, como também a redivisão territorial verificada, pela criação de novos Municípios, no período de 1940-60.

O Estado do Pará, com a criação de 10 Municípios e a perda de 3 — Amapá, Macapá e Mazagão — que passam a constituir o Território do Amapá, eleva de 53 a 60 o número de seus Municípios. Dessa quase abstenção do Estado, na subdivisão territorial ensejada pela Lei Magna, resultou que perdure nele a maior diversidade de áreas municipais verificada no País, gerada pela irregularidade de povoamento, apresentando os contrastes de Belém, o mais populoso dos Municípios, com 402 000 hb e 718 km², e os de Altamira, no Xingu, com 12 000 hb e 279 000 km² Itaituba, no Tapajós, com 1 200 hb e 186 966 km²; Oriximiná, no Baixo Amazonas, com 15 000 hb e 107 040 km².

A título de curiosidade, assinalamos que o maior dos Municípios brasileiros, Altamira, equivale, como expressão territorial, ao conjunto dos Estados de São Paulo, Alagoas e três vezes o da Guanabara.

O Estado do Amazonas passa pela mais sensível modificação, em sua divisão territorial, com a criação de 19 Municípios, a perda de 2 — Boa Vista e Pôrto Velho — que passam a integrar, respectivamente, os Territórios de Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia), e a extinção do de Moura, elevando o número total a 44. Concorre, assim, para corrigir de algum modo a grande disparidade de áreas de seus Municípios. Não obstante, 15 destes ainda figuram entre os maiores Municípios brasileiros, inclusive 5 dos novos: Ilha Grande, com 75 453 km²; Atalaia do Norte, com 73 088 km²; Nôvo Aripuanã, com 58 254 km²; Airão, com 50 936 km² e Japurá, com 49 777 km². Dos antigos, Barcelos, com 122 429 km²; Uaupés, com 88 580 km², e Coari, com 70 327 km², destacam-se entre aqueles, como verdadeiros Estados.

O Acre manteve inalterada sua divisão territorial em 7 Municípios, com os contrastes de Sena Madureira, com 45 750 km² e 22 500 hb, e Brasiléia, com 6 232 km² e 10 500 hb, na Zona do Alto Purus.

No Território de Roraima, não é menos chocante a diversidade de áreas e populações, Boa Vista com 26 200 hb e 96 501 km² — e Caracarái — 3 300 hb e 133 603 km².

Relativa proporcionalmente verifica-se no Território de Rondônia, em que pêsse ao gigantismo das Unidades municipais, Pôrto Velho com 51 100 hb e 154 136 km² e Guajará-Mirim — 19 700 hb e 88 908 km².

No Território do Amapá, são extremos, nas escalas de áreas e populações, Mazagão — 7 700 hb e 45 454 km² — e Calçoene — 2 400 hb e 16 965 km².

O Estado de Mato Grosso, tendo criado 38 Municípios e perdido 2 — Alto Madeira e Guajará-Mirim, incorporados ao Território do Guaporé — apresenta-se em 1960, com 64 Municípios, entre os quais figuram ainda 4 dos maiores Municípios brasileiros: Barra do Garças, com 172 066 km², Chapada do Guimarães, com 157 159 km², Aripuanã, com 142 222 km² e Diamantino, com 139 226 km². Com populações entre 4 100 hb (Diamantino) e 15 200 hb (Barra do Garças), es-

tes Municípios fazem contraste com os mais populosos: Dourados, — com 85 000 hb e 13 244 km², Campo Grande, com 74 300 hb e 8 297 km²; Cuiabá, com 5 800 hb e 13 759 km².

O Estado de Goiás foi, dentre as Unidades amazônicas, o que melhor aproveitou a política municipalista de 1946, tendo elevado de 52 para 179 o número de seus Municípios, no período de 1940-60. Contudo, ainda apresenta, como anomalias, os Municípios de Cristalândia, com 30 045 km² e 11 200 hb, e Goiânia, a capital com 1 312 km² e 153 500 hb, trinta vezes menor e quinze vezes mais populoso que o primeiro.

A redivisão territorial assim iniciada não terá, infelizmente, segundo parece, a desejada seqüência, em vista da supressão dos anteriores estímulos financeiros. Cumpre ainda assinalar a incompreensão revelada por certas esferas governamentais, em relação ao alcance geopolítico daquela concessão e da conseqüente multiplicação de unidades municipais. A exigência da categoria inicial de cidade, para as sedes municipais, fixada em Lei, leva alguns Estados a reconsiderar atos de criação de Municípios rurais, extinguindo-os. Nóvo projeto de lei federal, regulando a criação de novos Municípios, confirma aquela exigência de cidade, como sede municipal, agravando-a com a nova exigência de plebiscito, para aprovação prévia, pela população interessada, exigência que, segundo nos parece, tornará no futuro difficilima a instalação de novos Municípios, seja pela criação de Municípios pioneiros, agora impossível, por óbvios motivos, seja pela emancipação dos Distritos em desenvolvimento. Vejamos porque difficil uma e impossível outra forma.

A tendência dos Municípios será, certamente, no sentido de conservar intacto seu império territorial. Usamos, propositalmente, a expressão "império", para melhor caracterizar a mentalidade predominante, na esfera municipal, em todo o País. Em que pése os nossos esforços pela educação política, para a prática da democracia, cumpre reconhecer que no Município, ainda perdura o conceito imperialista de governo. A cidade é a metrópole-mirim desse pequeno império (às vezes imenso, como vimos). Os Distritos rurais são as suas colônias. A população rural, embora desassistida pelo poder municipal, deve levar ao mercado metropolitano seus produtos agrícolas, por baixos preços, e nêle se abastecer de produtos manufaturados, submetendo-se às imposições da indústria e do comércio.

A emancipação dos Distritos rurais, exatamente, dos mais prósperos, encontrará, portanto, pode-se prever, a mais decidida oposição do Município a manifestar-se no citado plebiscito.

A colonização, como processo de povoamento, pelo método direto de locação de trabalhadores migrantes nas áreas desbravadas, não poderá, evidentemente, iniciar-se pela instalação de cidades, as quais deverão ao invés, resultar do desenvolvimento local. Sem a assistência do Município, dificultada ou mesmo impossibilitada pela distância à sede, de algumas centenas de quilômetros, na maioria dos casos, máxime na área amazônica, e sem a possibilidade da emancipação precoce, que lhes traria, diretamente, os recursos do Estado e da União e os meios de retenção das rendas locais, em seu próprio benefício, os núcleos pioneiros serão, assim, desencorajados, pela frustração de suas primeiras aspirações político-sociais.

Teremos, portanto, cristalizada a atual divisão municipal dos Estados e Territórios, com tôda a monstruosidade das anomalias evidenciadas pela Estatística e resultantes do empirismo, isto é, da falta de planificação regional e de doutrina política, falta que a Lei, em vez de obviar, pela planificação compulsória e pelo esclarecimento doutrinário, agrava, desamparando os Distritos rurais, particularmente, os núcleos pioneiros, em suas justas aspirações de autonomia, quando nessas mesmas aspirações se fundam as esperanças de uma possível e já iniciada vitalização dos vazios demográficos.

Na faixa de fronteiras, a criação dos Territórios Federais, pela cessão à União de áreas inaproveitadas dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, é uma experiência em curso, há quase 25 anos. É lícito, portanto, tirar as primeiras conclusões da observação dos fatos administrativos e econômico-sociais que dessa experiência resultaram, tanto no povoamento e nacionalização daquelas áreas, como na defesa de suas riquezas naturais. Daí, talvez, as reservas e até

mesmo a hostilidade com que foi recebida, recentemente, uma iniciativa que indicava o prosseguimento da mesma política da redivisão territorial, mesmo sem desmembramentos e fusões de Estados, grandes e pequenos que hoje representam a cristalização de nossa evolução política, em seu aspecto geográfico.

A macrocefalia que caracteriza os Territórios Federais, resultante da preocupação de se fazer da capital uma amostra de civilização e de progresso, é ao mesmo tempo indício e fator de dois "males endêmicos": o recrudescimento do chamado "êxodo rural" e o abandono dos longínquos Distritos fronteiriços, os quais permanecem quase indiferentes ao surto de progresso que se irradia das capitais e chega amortecido àqueles Distritos que se situam na faixa de 150 quilômetros de fronteira, cujos interesses, quanto à nacionalização e ao desenvolvimento, teriam justificado a criação dos mesmos Territórios.

Podemos representar aquela macrocefalia, em números percentuais da população urbana das capitais, em relação à população total das Unidades amazônicas (*Censo de 1960*), para melhor ressaltar a aberração dos Territórios Federais, na seguinte escala crescente:

Cuiabá	43 000	hb	—	5%
Goânia	132 600	hb	—	7%
Rio Branco	17 200	hb	—	11%
Manaus	154 100	hb	—	21%
Belém	360 000	hb	—	23%
Pôrto Velho	19 400	hb	—	27%
Boa Vista	10 200	hb	—	34%
Macapá	27 600	hb	—	40%

Cumprе, portanto, ao nosso ver, antes de tudo, definir uma vigorosa política de povoamento e expansão econômica intrafronteiras — Política de Colonização Nacional — visando a conquista dos vazios demográficos, especialmente, na faixa de fronteiras continentais, seja em proveito dos atuais Estados e Territórios, seja de novas unidades Federativas, a fim de que a criação destas Unidades não signifique apenas a instalação de onerosos aparelhos burocráticos na hinterlândia, com a modificação do mapa político do País, pelo delineamento de novas fronteiras internas, com os germens de futuros litígios oriundos da imprecisão geográfica, ou a eclosão de interesses regionais escudados em episódios ignorados de nossa evolução econômica.

As regiões geo-econômicas que, em sua desconcertante dissemelhança, integram a Amazônia Brasileira — verdadeiro subcontinente, em cujo âmbito se contém 58% do território nacional — estão a sugerir uma redivisão da Grande Região, mais consentânea aos interesses de seu desenvolvimento.

Em nosso estudo "Diretrizes de uma planificação para a Amazônia", sugerimos, dentro da delimitação já estabelecida, a subdivisão em três regiões:

— a Baixa Amazônia, compreendendo o Pará, o Amapá e as áreas amazônicas de Goiás e Maranhão, sede em Belém;

— a Média Amazônia, compreendendo o Amazonas e Roraima, sede em Manaus;

— a Rondônia, compreendendo o Acre, Rondônia e o Estado de Mato Grosso, ao norte do paralelo 17°, sede em Cuiabá.

Evitaríamos assim as expressões "Alta Amazônia" e "Amazônia Ocidental", as quais, por óbvios motivos, acarretam implicações internacionais.

A Rondônia — a Grande Rondônia, revelada há meio século ao mundo científico, pelo sábio Roquete Pinto, em sua obra imortal — impõe-se na conjuntura nacional, como região geo-econômica, por suas virtualidades e posição geográfica, a merecer maior atenção do Governo Federal. Concretizando aspirações progressistas de três Unidades, englobando nada menos que 1 200 000 km², estendida entre a Média Amazônia e a Fronteira Sudoeste, caberia à nova superintendência preencher sensível lacuna, no desenvolvimento do longínquo Oeste.

Seria este o primeiro passo, para a correção do gigantismo que tem caracterizado as entidades federais voltadas ao desenvolvimento econômico, pela adoção do critério fisiográfico-político, em sua delimitação territorial, embora sejam econômico-sociais os objetivos colimados.

O abandono da faixa de fronteiras, pelos Estados e Territórios, tem sido de algum modo compensado, pelo crescente interesse das Forças Armadas, especialmente, do Exército, com iniciativas de colonização militar, através de organizações subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.

O plano de colonização assim esboçado ainda se ressentia, segundo nos parece, da dependência, em que são colocadas aquelas organizações, da cooperação de organizações autárquicas que deveriam atuar nas mesmas áreas, no desempenho de suas missões específicas, atinentes ao desenvolvimento rural.

Seria de desejar que o Comando Militar da Amazônia fosse dotado de órgãos técnicos próprios, necessários a sua missão econômico-social, permitindo-lhe assim mais ampla liberdade em servir ao Brasil, assumindo os encargos executivos dos trabalhos planejados, sem qualquer dependência de órgãos que não têm, até o presente, revelado a indispensável sensibilidade, face aos aspectos estratégicos dos problemas amazônicos.

Aliás, a organização militar sempre se caracterizou por aquela adaptação orgânica ao terreno e às missões que lhe são afetas.

A Comissão Rondon, com seus contingentes militares, serviços astronômico, topográfico, cartográfico, geológico e biológico, de proteção aos índios, distritos telegráficos, etc., é o glorioso paradigma da moderna organização militar votada à paz — escola bandeirante que tanto honra o Exército e dele merece veneração e carinho.

A consideração da Lei n.º 2 597, de 12 de setembro de 1955, que dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País, leva-nos a sugerir a criação de Distritos Militares e Distritos Coloniais, compreendendo cada uma daquelas zonas da faixa de fronteiras, assim definidas e demarcadas, sob a jurisdição de Prefeituras Militares, com atribuições de polícia, fiscalização das operações de terras e colonização, os primeiros, e sob administração regional e controle do Conselho de Segurança Nacional, os últimos, conciliando assim os interesses nacionais, pela segurança, com os regionais, pelo desenvolvimento.

Na verdade, abrangendo a faixa de fronteiras de 150 km, sem discriminação das zonas, realmente, indispensáveis à defesa nacional, aquelas medidas de controle poderiam ser consideradas excessivas, posto que incompletas, porquanto não alcançariam as zonas interiores, despovoadas, que devem ser colonizadas sob o controle militar, e aquelas em processo de desnacionalização, pela exploração estrangeira, além de outras que interessem às vias de comunicações de importância militar.

Alguns dispositivos da Lei n.º 2 597 parecem-nos ainda suscetíveis de reconsideração, em vista do interesse nacional pelo desenvolvimento das zonas de fronteiras, procurando conciliar, quanto possível, o espírito progressista e as imposições da segurança, estimulando a iniciativa privada, jamais desencorajando-a, sem prejuízo do necessário controle.

O limite de 2 000 hectares, para as concessões de terras públicas, tanto a empresas como a indivíduos, parece-nos, por exemplo, inadequado aos propósitos de desenvolvimento, visto como as áreas devem corresponder, segundo sua posição geográfica, à natureza e ao vulto das explorações a que se destinem.

Os limites de 10 000 hectares, para as concessões a pessoas físicas e de 100 000 a entidades coletivas (empresas) parecem-nos mais condizentes com aqueles propósitos, quando se tratar de exploração extrativa, silvicultura ou agropecuária, na fase atual de ocupação humana das vastidões amazônicas, onde o vulto das concessões ainda é o maior estímulo à iniciativa privada.

Outras disposições coercitivas da liberdade e restritivas do direito de propriedade, contidas na Lei sobre o regime de terras e atividades econômicas na faixa de fronteiras, deveriam ser revistas à luz da nova Constituição Federal, ao elaborar-se o Estatuto para a Coordenação do Desenvolvimento da Amazônia Brasileira, o qual deveria compreender disposições atinentes, às zonas sensíveis,

gógica de "dar terra a todos", idéia que vem imprimindo um tom revolucionário ao movimento suscitado pela reforma agrária, apresentando a propriedade da terra como condição indispensável à fixação do homem à gleba e aspiração máxima do agricultor; conceito excessivamente restrito, em face da própria conceituação que fazemos da reforma agrária, como "conjunto de medidas orientadas para a solução dos problemas da economia rural, visando a valorização da terra e do homem, elevação tecnológica para o maior incremento da produção, progresso regional, estímulo e garantia aos empresários e capitais privados, habilitação física, aperfeiçoamento moral e técnico do trabalhador e bem-estar das comunidades rurais".

Aliás, o Estatuto da Terra (Lei número 4504, de 30 de novembro de 1964), definindo a reforma agrária como "o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade", e política agrícola como "conjunto de providência de amparo à propriedade da terra, que se destina a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-la com o processo de industrialização do País", de fato, não faz promessa indiscriminada de "dar terra a todos", senão no sentido de posse de lotes rurais.

As figuras jurídicas de posse (domínio útil), que é prometida a todos, tornando o agricultor dono (*dominus*) de seu lote, e de propriedade (domínio direto), cujos direitos são amparados pela Lei, ficam bem definidas no referido Estatuto.

A observação do meio rural convence-nos de que é o domínio útil, a posse do solo que radica o agricultor à gleba, enquanto a propriedade, o domínio direto da terra traz àquele um estímulo constante à mudança de atividade, da agricultura para as atividades urbanas, pela possibilidade de vender a propriedade valorizada pelo progresso regional e ir viver no centro de sua escolha.

Em suma, na cessão de domínio útil, pelo arrendamento de lotes, na grande ou média propriedade, a agricultores vinculados a empresas, em condições de perpetuidade e segurança, é que vemos a solução conservadora-evolutiva para o problema agrário, mais condizente com a índole brasileira.

Aos órgãos estatais do desenvolvimento regional deve caber, evidentemente, tanto a iniciativa da colonização, nas áreas devolutas, como aquele papel de conciliador, entre proprietários e cultivadores da terra, na luta de classes que já se preludia de forma sangrenta, agitando as massas sertanejas sempre vibráteis, sob os estímulos do nomadismo atávico e do pauperismo.

Temo-nos manifestado, sempre que o ensejo se nos apresenta, por uma possível reestruturação dos Serviços de Proteção aos Índios, tendo em vista o desenvolvimento do plano iniciado sob as Diretrizes Rondonianas de 1910, segundo um programa que chegamos a sintetizar nos seguintes itens:

1) A proteção e assistência aos grupos indígenas, levando-lhes o necessário estímulo de progresso, segundo o grau de civilização alcançado, pela possibilidade e exemplo de novos hábitos de vida e emprego de instrumentos de trabalho mais eficientes, no cultivo da terra, na exploração extrativa e no comércio com as comunidades rurais.

2) a educação da infância e formação profissional da juventude, em convivência com elementos civilizados;

3) a localização de núcleos nacionais, tipo militar, nas proximidades dos aldeamentos, sempre que possível, para que exerçam atração sobre os grupos arredios;

4) a criação de núcleos agrícolas, em moldes cooperativistas, adaptados à índole dos silvícolas e às condições econômicas do desenvolvimento regional;

5) a delimitação, como patrimônio inalienável dos grupos silvícolas sob a jurisdição do serviço federal, das glebas onde se achem aqueles grupos permanentemente localizados;

6) a demarcação e o registro das referidas glebas, de acordo com a legislação que regule sua localização e delimitação;

7) a criação de cooperativas agrícolas, tipo misto, para a exploração econômica planejada e assistência médico-social, financeira e técnica aos silvícolas evoluídos;

8) o registro civil e a identificação dos silvícolas incorporados aos núcleos e cooperativas indígenas, a fim de lhes assegurar, bem como aos seus herdeiros, os direitos de condôminos das glebas;

9) a admissão, como posseiros de lotes, nos núcleos indígenas, de reservistas das Forças Armadas selecionados para o serviço das cooperativas;

10) a formação paramilitar da juventude, nos moldes do escotismo e dos tiros de guerra, como preparação de uma Reserva Indígena destinada à polícia interna e defesa eventual dos sertões.

Cumpre reconhecer, através dos atos governamentais e, particularmente, daqueles que revelam a orientação doutrinária do Serviço de Proteção aos Índios, auspiciosa evolução no sentido da predominância dos aspectos humanos e econômicos da assistência aos silvícolas sobre os científicos ou, não propriamente, etnográficos, de modo que os interesses da ciência, em que pese aos seus elevados intuítos, jamais prejudiquem os gerais, sintetizados na incorporação dos silvícolas à Nacionalidade, imperativo constitucional que, traçando uma diretriz objetiva, desde logo afasta a possibilidade de uma legislação ordinária que coloque em segundo plano aquela integração, para dar expansão a intenções outras, nas quais preponderem, por exemplo, objetivos científicos, raciais ou sectários que conduzam ao isolamento, ao enquistamento dos remanescentes indígenas em áreas restritas do território nacional.

Cabe, ao nosso ver, relevante papel à primitiva organização da tribo, na desejável reestruturação sócio-econômica, como arcabouço natural de verdadeira cooperativa que, assistida pelo poder público, poderia, em breve prazo, evoluir, segundo os moldes clássicos do cooperativismo. Teríamos, assim, a integração dos grupos indígenas às comunidades rurais, sem a violência, que é de prever-se, da dissolução das tribos, antes, ao contrário, incorporando-as à Nacionalidade, como paradigmas de organização sócio-econômica de grupos afins, aplicados à exploração agrícola.

Em nossos anteriores estudos assinalamos as três qualidades características do silvícola, como preciosos elementos a serem aproveitados, a fim de abreviar sua integração na Nacionalidade: o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor pessoal, como trabalhador afeito aos rudes misteres de suas regiões.

A submissão do índio à civilização ocidental, através dos ensinamentos cristãos, é prática que tem em seu abono nossos quatro séculos de história americana. Ele admite o sobrenatural e por vêzes o teme, tornando-se, assim, acessível à catequese.

O espírito de disciplina, que o índio cultivava desde a infância, sob a constante imposição de seus chefes naturais, aproxima-o do soldado. O aparato militar encanta-o recordando-lhe de algum modo o ritual de suas tradições.

Se não bastasse a lógica destas assertivas, diríamos aos mais céticos que a criação de nossa Reserva Indígena seria um tardio reconhecimento das Forças Armadas do Brasil ao complemento genuíno que jamais lhes faltou, nas campanhas do passado, para a eficiente defesa de nossa integridade territorial. Nas páginas de nossa história militar refulgem, como sabemos, desde os primórdios da Nacionalidade, nomes de chefes indígenas que levaram, à frente de seus guerreiros tupis e tapuios, um concurso reputado como indispensável às vitórias que alcançamos contra os invasores.

Numa visão retrospectiva de nossas campanhas, na guerra e na paz, nos sertões mato-grossenses, impor-se-iam, como precursores da Reserva Indígena, aqueles terrenos e gaicurus, cadiués e caiuás, bororos e paricis que, sob as ordens de Cândido Mariano Rondon, fizeram jus a citações que honrariam a qualquer servidor militar.

Libânio Coloizorecê, major da Guarda Nacional, nomeado pelo Presidente Nilo Peçanha, em reconhecimento dos serviços prestados à Comissão Rondon, traria aos quadros da Reserva Indígena, ao lado dos capitães Lalima e Lixagoti, heróis da campanha do Paraguai, exemplos de constância e valor que honrariam a qualquer Reserva.

São, pois, o elemento religioso e o militar fatores seguros de bom êxito, na conquista dos povos indígenas e ambos se encontram em imediata disponibilidade, para a reorganização do serviço público.

A capacidade econômica do índio, como elemento eficiente da exploração de suas florestas, está, naturalmente, condicionada pelo grau de civilização alcançado, em cada região. Negá-la, porém, inteiramente, seria antes de tudo negar princípios da mesma ciência econômica, admitindo a possibilidade da existência de agrupamentos humanos que não produzem, não consomem, nem trocam seus produtos. A "indolência" de que o acusam, desde os primeiros contatos com os colonizadores, não é mais que a natural reação à escravidão. Indolente um homem que vive em luta contra a natureza, um vencedor, um forte? Comparamos o índio ao *sportman*, vivendo da caça e da pesca, o índio desde a infância se apaixona pelo desporto venatório que lhe dá o sustento. A vida das tribos se subordina às condições impostas pela indústria. Quando escasseia o peixe ou a caça, movimenta-se a tribo, em procura de outros vales de seus domínios tradicionais. Daí o "nomadismo", do qual tanto alarde fazem observadores menos avisados e predispostos à difamação do silvícola. Mas com o progresso na civilização, desenvolve-se a agricultura. Radicam-se as tribos em tabas que varam anos. O nomadismo passa da tribo para a família. Acompanhado pela mulher e pelos filhos, com seus xerimbabos, o índio anda léguas, negociando, caçando, pescando, como qualquer caboclo em vilegiatura. Como remeiro, a resistência física do índio é inexcedível, nós o atestamos. O índio rema horas a fio, de sol a sol, sem aparentar cansaço.

Domingos Alves Branco (1778) entendia que só à incomparável viveza dos silvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais se devia o bom êxito dos trabalhos de exploração e de estudo dos cosmógrafos portugueses, ao longo das costas e no interior do País.

"A verdade é que os pobres indígenas do Brasil, que foram os verdadeiros construtores das cidades e das povoações após a descoberta, e sem os quais os portugueses teriam perdido a conquista, pois que eram impotentes para a colonização de tão vasto território e ainda mais impotentes para o defenderem... a verdade é que os indígenas do Brasil não mereciam dos portugueses senão o rigor e o mau trato..." (João Mendes de Almeida).

Os tapuias, escreveu Elisée Reclus, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes...

Por todos os sertões em que o índio vive, nós o encontramos pronto a secundar-nos com seu trabalho, com seu esforço e experiência e com seus meios de ação e de subsistência, na verdade parcos mas eficientes. E qual a arte, o ofício ou gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado não encontram quem os iguale... como canoeiros, navegadores de rios são inigualáveis; como campeiros de gado alcançam e excedem os nossos mais reputados boiadeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de cultura... Se lhes fornecem escolas, com facilidade aprendem a ler, escrever e contar. Suas mulheres aprendem a coser à mão e máquina, e éles ajeitam aos trabalhos dos motores, serrarias, maquinismos de beneficiamento... Se o ensejo se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a gasolina ou a vapor... Com a mesma facilidade aprendem a arte de manipular os aparelhos Morse... O General Rondon formou dez telegrafistas tirados da nação parici... E até como professores, datilógrafos e ourives há exemplos deles se aplicarem com sucesso." (L. B. Horta Barbosa).

A estes depoimentos colhidos alhures, sobre a conduta dos nossos silvícolas, na formação da Nacionalidade e no desenvolvimento do País, aduziremos *data venia*, dois flagrantes do Serviço de Proteção aos Índios e da Missão Salesiana, colhidos em nosso diário de demarcador de fronteiras no Amazonas:

3 de março de 1932... Chegamos ao posto indígena de Iapu-Cachoeira, ao findar de trabalhosa jornada topográfica. O delegado Raimundo Ataíde nos aguardava no porto, com seus carapanãs, micuratapuias e tuiucamiras.

Reconforta-nos o espírito ver quanto realizou, neste longínquo sertão fronteiriço, um modesto funcionário brasileiro. Sem recursos, reduzido quase só aos mínguos vencimentos (cento e vinte mil réis), o delegado Ataíde conseguiu reunir aqui duas centenas de índios que erravam desassossegados, entre as cabeceiras do Tiquié e o alto Papuri, inquietados por balateiros colombianos que infestam a região, em correrias periódicas. Fazendo-se operário e educador, o delegado do Papuri criou em Iapu-Cachoeira um refúgio, onde aqueles infelizes indí-

genas encontram relativo conforto e tranqüilidade, para se dedicarem ao trabalho livre, à agricultura, da qual auferem recursos para o próprio sustento e reduzido comércio com o Uaupés.

Um pequeno desembarcadouro, com degraus e corrimãos de madeira lavrada, uma dúzia de casas de pau-a-pique, dispostas em avenida, entre o pôrto e a cachoeira, pequeno estádio e praça de exercícios, extensas culturas de maníua, cana e ananás a dar nos olhos, em torno da aldeia, atestam a operosidade do delegado e dos índios de Iapu-Cachoeira.

Especial desvêlo pela juventude revela os pendores de educador de Raimundo Ataíde. Assisti aos exercícios do pelotão de curumis, sob a direção do delegado que é, demais, um vigoroso cabo reservista de Infantaria. Rígidos na posição de sentido, disciplinados nos movimentos, os curumis atendiam com ritmo aos silvos do apito do instrutor, repetindo figuras de ginástica militar que lhes são familiares. Um banho no Papuri encerrou a demonstração. Fazendo de trampo-fim um galho de árvore, um a um os curumis se lançaram n'água, com agilidade e rapidez, entregando-se aos prazeres da natação. Os resultados de tal regime educativo ressaltam à vista dos grupos de esbeltos curumis que tôda hora me vêm olhar da porta da barraca e se imiscuem, solícitos e serviçais, nos trabalhos de instalação da turma.

Mandu-Açu, o velho tuxaua carapanã de Iapu-Cachoeira, alquebrado nos seus rudes 80 anos, também compareceu ao pôrto e me acompanhou até à casa do delegado. É um revoltado contra a "invasão colombiana" de seu rio. Morava na cabeceira do Tiquié. Acolheu-se ao Pôsto indígena, a fim de passar a velhice entre os seus, a salvo das agressões dos estrangeiros que invadiram suas terras, alegando direitos que êle até hoje não compreende...

15 de novembro, 1931... A Missão Salesiana mantém, nos Rio Negro e Madeira, 9 estabelecimentos de educação, com cêrca de 1 500 educandos, os quais perfazem, com os 3 educandários da capital, um total de 4 000 alunos, ou seja, 1/12 da população escolar do Amazonas. Os hospitais e ambulatórios de São Gabriel, Taraquá, Iauareté-Cachoeira, Barcelos, Pôrto Velho e Humaitá estendem seus benefícios a populações de extensas zonas. Atestados de pedra e cal do quanto podem o amor e a perseverança, êstes estabelecimentos se erguem, contrastando a miséria reinante nestes rios, como luzeiros a concitar os povos a um nôvo lance de progresso e os dirigentes a que imitem os antepassados coloniais no desvêlo pelos sertões.

Assisti a uma sessão cívica, no Colégio Salesiano de São Gabriel, presidida pelo venerando Diretor. Padre Luis Pascal. Padre Noé Gualberto de Lima pronunciou a oração de abertura, imprimindo às palavras aquêle ardor cívico peculiar aos pernambucanos. Alunos declamaram poesias e discorreram sôbre pontos de geografia e história pátria. Encerrou-se a sessão com o Hino Nacional, cantado com segurança e convicção por uma centena de caboclinhos, quase todos índios do Uaupés.

Foi um eloqüente testemunho da eficiência do instituto e da aptidão do índio, para o aperfeiçoamento moral e intelectual, o que tive ante meus olhos, durante aquelas horas, tão agradáveis quão inesperadas, de cultura e civismo...

Não fôra a contingência do tempo que nos é dado, para uma simples palestra sôbre tão complexo tema, de bom grado nos estenderíamos neste depoimentos e considerações, em torno do problema indígena brasileiro e das beneméritas instituições a êle votadas — o Serviço de Proteção aos Índios e as Missões Religiosas, Católicas e Evangélicas — as quais estão a merecer melhor compreensão e reconhecimento de tôda a Nação.

Antes preferimos reservar alguns momentos, para considerar o mesmo problema, sob um dos aspectos que mais têm concorrido para a incompreensão generalizada que ainda se verifica: o número e a distribuição geográfica das populações indígenas remanescentes.

Não procedem, ao nosso ver, as afirmações correntes, no sentido da redução daqueles números e áreas, com o intuito de subestimar as responsabilidades da assistência oficial às mesmas populações.

Em primeiro lugar, cumpre dar à Lei Magna, em seus dispositivos que tornam imperiosa aquela assistência, o sentido lato que por sua natureza sugere, isto é, considerando amparados por aquêles dispositivos, não sômente os silvícolas ainda

em estado selvagem, mas também os grupos evoluídos que ainda vivem congregados em tribos, em terras de seu domínio tradicional, ou em comércio com as comunidades rurais e os centros regionais, e os grupos e indivíduos que, tendo atingido mais elevado estágio de cultura e adaptação à vida daquelas comunidades, nelas se hajam incorporado, seja como trabalhadores, em empresas agrícolas e outras da franja pioneira, seja à família rural.

Assim sendo, cumpre reconhecer que as populações indígenas remanescentes têm, em todo o País, uma significação censitária indiscutivelmente maior do que aquela que aparentam os mais recentes dados oficiais.

Em nossas excursões como demarcador, nas fronteiras do Amazonas, colhemos dados que nos levaram a admitir a média de 4 habitantes indígenas por quilômetro de via fluvial, nos Rios Uaupés e seus afluentes Papuri e Querari, por exemplo. E somente neste Estado, são 850 os tributários do Rio-Mar e cêrca de 75 000 quilômetros o total desenvolvimento dessa portentosa rêde.

Com a civilização progressiva, não somente das tribos, como também das regiões, tendem a aumentar as populações indígenas, pelo crescimento vegetativo e pela incorporação de grupos outrora arredios. Passando a viver com mais conforto, assistidos por autoridades e missionários, os indígenas se radicam ao solo, entram em contato com civilizados, mas continuam a viver segregados, nos rios e lagos pouco transitados, uns, ou se incorporam às vilas e aos povoados, outros.

Os cruzamentos com brancos e mestiços se fazem ainda em proporções insignificantes, em relação aos conúbios consanguíneos. Por estas circunstâncias, nas vilas do Rio Negro, por exemplo, fala-se correntemente o nhengatu. Mesmo entre civilizados é notória a freqüência de expressões hauridas na língua indígena.

As tribos do Amazonas se elevam a 150, espalhadas pelo grande Estado.

Não temos, infelizmente, elementos seguros, para chegar a fiscal a população indígena remanescente, em número e distribuição geográfica, de modo cabal, que nos pusesse a salvo da crítica dos que a subestimam por óbvios motivos. A classificação dos habitantes pela cor da pele, adotada pelo Censo Nacional, inclui os índios entre os "pardos", permitindo, tanto a nós como aêques opositores, a persistência em nossos pontos-de-vista. Mas a existência de índios em grupos mais ou menos numerosos e conhecidos, em todos os Estados e Territórios, sem exclusão dos mais desenvolvidos, como São Paulo, que ainda os vê, em sua gloriosa metrópole, fazendo comércio com seus pobres artefatos; no Rio Grande do Sul, que chegou a ter um serviço estadual para sua assistência; em Goiás, com seus carajás, que chegaram à notoriedade, por suas aptidões para os contatos do turismo; e em Mato Grosso, com seus mistérios agora acrescidos pela ânsia de publicidade suscitada pelo famoso Parque do Xingu, tudo isso nos leva a aduzir, como dado geográfico, que o problema indígena tem, no quadro da atualidade brasileira, uma insofismável importância e sua solução, humana e brasileira pela integração definitiva, é imperativo inadiável para o Brasil.

Os problemas do acesso e da circulação, na Amazônia Brasileira, merecem um estudo aprofundado, pelos especialistas a êles votados, pelos pendoros e encargos profissionais, os quais, diga-se de passagem, os têm versado, mas de pontos-de-vista essencialmente técnicos e, por vêzes, tendenciosos, pela preocupação de justificar os fatos consumados da alta administração.

A rodovia Belém—Brasília, de recente quão rumorosa construção, por exemplo, já tem sido apresentada ao grande público desavisado, como "a chave dos problemas amazônicos", via de acesso indispensável ao povoamento, somente agora possível, da grande área-problema, o que nos parece inaceitável, à luz da história da Amazônia Brasileira que consigna quatro séculos de brasilidade. A preexistência da própria Belém, de Manaus e do mais nôvo dos Estados brasileiros — o Acre — para não mencionarmos senão os grandes marcos da conquista brasileira, desautorizam, evidentemente, aquela assertiva, em que pêsse à autoridade de seus signatários.

Admitindo mesmo que a Belém—Brasília tenha tal significação econômica, para o acesso à Amazônia, até Belém, seu pórtico monumental, a penetração da grande planície contínua na mais estrita dependência dos "caminhos que andam", das vias fluviais.

No entanto, a navegação dos rios amazônicos, até o presente, não mereceu, segundo nos parece, o entusiasmo governamental, ao menos no mesmo grau do rodoviarismo, apesar de serem as vias líquidas, como se sabe, em toda parte, menos dispendiosas e, no caso em aprêço, mais indicadas pela imediata exequibilidade, senão pelo custo.

Outras rodovias amazônicas se anunciam, como integrantes dos planos governamentais, segundo nos parece, mais merecedoras da prioridade que foi atribuída à Belém—Brasília, se considerarmos o problema em si mesmo da ocupação humana da Grande Região, especialmente, em sua extensíssima faixa de fronteiras.

O impulso dado à Brasília—Acre, cuja significação continental lhe valeu maiores interesses, tanto no âmbito nacional, como no internacional, quando não lhe bastassem os interesses regionais das Unidades que ela vincula, através da Grande Rondônia, vem compensar o retardamento da abertura do Planalto Mato-grossense que, abrangendo meio milhão de quilômetros quadrados da área amazônica, retém o acesso econômico aos vales dos grandes afluentes do sul do Rio-Mar.

Gostaríamos de ver melhor compreendida a expansão paulista, através do Brasil Central, agora da Grande Rondônia, até ao longínquo Acre, como legítimo movimento de integração nacional, livre dos surrados preconceitos regionalistas que tanto contribuem para desfigurar os problemas geopolíticos.

São Paulo estava, naturalmente, indicado para essa missão, por sua situação geográfica, a cavaleiro dos sertões; por seu potencial econômico, por seu passado bandeirante. São Paulo é, assim, mais uma vez, pioneiro de um movimento de solidariedade brasileira que, na atual conjuntura nacional, traz ao plano de desenvolvimento da Amazônia Brasileira um sentido econômico e prático, sem qualquer prejuízo dos grandes objetivos nacionais considerados, antes ao contrário, consolidando as esperanças de toda a Nação.

A SIGNIFICAÇÃO ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO CARTOGRÁFICA PELA FOTOGRAFIA AÉREA

ARTHUR J. BRANDENBERGER

No momento, a exploração cartográfica, em muitos países, está sendo realizada principalmente pela fotografia aérea, ou melhor, pela fotogrametria. A despeito do fato de que estes métodos são mais eficientes, quando comparados com os processos terrestres convencionais, o progresso na exploração cartográfica de numerosos países é relativamente modesto, especialmente se se tem em mente os novos países em desenvolvimento na África, Ásia, América Latina. O progresso cartográfico nesses países torna-se imperativo, a fim de conseguirem rápido desenvolvimento, que é uma urgente exigência, em vista do fato de que mais da metade da população do mundo sofre de subnutrição e que a "exploração populacional" é uma realidade que causa apreensão. Um exame da situação esclarece que o amplo progresso cartográfico mundial não é suficiente para contrabalançá-la. Será necessário dispender, no futuro, elevada porcentagem da renda nacional para as despesas dessas operações, com o propósito de evitar o retardamento na exploração dos recursos naturais e no desenvolvimento do potencial agrícola. Em tais programas de desenvolvimento, a fotografia aérea representará parte muito importante.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Uma das principais razões da existência de instabilidade política em muitos países é a diferença de padrão de vida. Esta diferença é o resultado de uma distribuição desigual de riquezas, ou devido ao condicionamento histórico, político ou religioso. Para melhorar esta situação estabeleceram-se programas de assistência técnica e econômica. A meta desses programas é conseguir maior equilíbrio nos diversos padrões de vida em todo o mundo com o intuito de criar maior estabilidade econômica e melhores condições política e econômica.

Não há dúvida de que este problema é de grande importância, devido ao fato de que hoje mais da metade da população mundial é, ainda, subnutrida. Além disso, deve-se levar em consideração que o crescimento populacional do mundo desenvolve-se em progressão geométrica. Os três bilhões de habitantes da terra deverão multiplicar-se, indo acima dos seis bilhões no ano 2 000. Deve-se, também, ter em mente que na metade do último século, apenas um terço da população vivia em áreas urbanas, e, que de dez anos para cá esta proporção terá aumentado acima de três quartos em muitos países.

Para debelar o problema da subnutrição, que existe principalmente nas nações em desenvolvimento, será necessário aumentar enormemente a produção de alimentos por meio da agricultura planejada em larga escala, da reforma agrária, do melhoramento das terras, da irrigação, da drenagem, etc. Tais projetos de urgência necessitam, na primeira fase de sua implantação, de uma preparação cartográfica apropriada. Nesta fase, a fotografia aérea terá função decisiva ao ser usada como base para uma exploração preliminar e pla-

Fonte: Folheto do Departamento de Fotogrametria da Universidade de Laval — Quebec — Canadá — junho de 1966.
Tradução de Joaquim Franca.

nejamento, ou como apoio para compilação cartográfica. Projetos de agricultura extensiva requerem fundos que excedem, muitas vezes, à capacidade financeira de um país e, até mesmo, às do mundo inteiro. Aqui é onde o conhecido problema da falta de capital tem origem. Para resolvê-lo há, geralmente, apenas um meio, qual seja o rápido desenvolvimento dos recursos naturais existentes e sua conversão em capital móvel. Evidentemente isto é uma tarefa gigantesca. Esta tarefa compreende, necessariamente, como primeira fase, o estabelecimento de uma relação dos recursos naturais. As operações essenciais dessa fase são a fotointerpretação preliminar das fotografias aéreas disponíveis e uma compilação cartográfica baseada na aerofotogrametria e, em casos especiais, pela fotogrametria terrestre.

É óbvio que alguns países não possuem os meios necessários, tanto para aumentar, eficientemente, sua agricultura, como para utilizar, adequadamente, seus recursos naturais. Em nível internacional este tipo de problema é, geralmente, cuidado por uma assistência técnica e econômica multilateral.

Em conexão com os projetos mencionados acima, as questões que se seguem são apropriadamente formuladas.

- 1 — Quais as condições atuais da exploração cartográfica nos diversos países? Esta pergunta se refere à atual cobertura e condições da triangulação geodésica, cobertura aerofotográfica, porcentagem de mapeamento efetivada em diferentes escalas e outras informações pertinentes ao assunto em vários países e em nível mundial.
- 2 — Pode o progresso anual nesse campo, verificado em tempo útil, ser considerado como suficiente e satisfatório para um eficiente desenvolvimento técnico econômico?
- 3 — Que porcentagem da renda nacional e da despesa pública é gasto, atualmente, na exploração cartográfica e cartografia em geral? É indispensável saber esta porcentagem, particularmente dos países que obtiveram, recentemente, independência e que estão enfrentando, pela primeira vez, o problema da elaboração do orçamento nacional, incluindo uma verba para exploração cartográfica.
- 4 — A atual despesa anual, para exploração cartográfica, é adequada para o eficiente desenvolvimento técnico e econômico do país, ou área em questão?
- 5 — Se a realização anual, na exploração cartográfica, de determinado país for considerada insuficiente, o que se deve fazer para melhorar a situação?

A expressão “exploração cartográfica” foi usada, com freqüência, na discussão acima. Deve ser entendida em sentido bastante amplo e seu significado inclui: triangulação geodésica e trilateração, aerofotografia e fotografia terrestre, fotointerpretação, compilação, pelo método da fotogrametria, de toda a espécie de mapas possível, levantamento cadastral, compilação de mapas especiais, como fotogeológicos ou geofísicos, mapas e plantas para engenharia civil e reprodução de mapas. Qualquer mapeamento estritamente militar está, entretanto, excluído da presente discussão, porque o material relacionado a esse empreendimento é por demais específico e, conseqüentemente, de valor limitado para o desenvolvimento técnico e econômico de um país.

CONDIÇÕES ATUAIS DA EXPLORAÇÃO CARTOGRÁFICA DO MUNDO

Uma vez que a rede geodésica provê controle valioso para compilação cartográfica, é de grande interesse conhecer a cobertura geodésica em todo o mundo. Tal conhecimento mostra que, presentemente, cerca da metade da superfície terrestre está coberta pelos principais arcos de triangulação e pelas redes de Shoran e Hiran. Os espaços entre os arcos de triangulação ou estações de Shoran e Hiran medem, aproximadamente entre 100 e 1 500 quilômetros. Em muitos países esses espaços são preenchidos com a triangulação geodésica de segunda ordem e por nivelamento. Levará, entretanto, muito mais anos para cobrir toda a área da terra com controles vertical e horizontal de primeira ordem, homogêneamente distribuídos. Uma rede de controle de primeira ordem é de vital importância para o mapeamento em escala pequena como 1:500 000 ou menor, embora tais mapas sejam de valor, mais limitado para o desenvolvimento técnico e econômico.

Mapas em escala média como 1: 250 000 e 1: 50 000, são, geralmente, considerados como adequados para fins de desenvolvimento. A compilação destes mapas requer uma rede de controle muito mais densa, quando comparada com o mapeamento em escala menor. O inventário das redes existentes mostra que muito menos da metade da superfície da terra está coberta por redes suficientemente densas para permitir a compilação de mapas em escala média.

Para o desenvolvimento técnico e econômico de um país, mapas na escala de 1:25 000, ou maior, são requisitos essenciais. Para compilar mapas nesta escala, será interessante a distribuição de pontos de controle por quilômetro quadrado. Tal densidade de controle geodésico em menos de um por cento da área da superfície do mundo.

Como resultado desta breve análise pode-se concluir, que no futuro, a extensão da rede de controle geodésica deve progredir, de tal ordem que a compilação cartográfica em diferentes escalas e, subsequentemente, o desenvolvimento técnico e econômico da maioria dos países não será retardado. O uso intensificado dos métodos mais recentes para a extensão do controle geodésico, como a medição eletrônica das distâncias e a triangulação aérea parece ser, pelo menos parcialmente, uma resposta a este problema.

Com referência à compilação cartográfica, em nível mundial, o maior progresso tem sido alcançado no mapeamento em pequena escala, como, por exemplo, mapa internacional do mundo na escala de 1:1 000 000. Este projeto é coordenado pelas Nações Unidas (Secção de Cartografia) e está quase terminado. Já se encontram em disponibilidade mapas na escala mencionada e cobrindo uma área de 80% da superfície da terra.

A porcentagem de mapeamento atualmente concluída em todo o mundo é, aproximadamente, nas diferentes escalas, como se segue:

1: 250 000 ou maior	25%
1: 100 000 de alcance comercial	10 a 15%
1: 25 000 ou maior	não mais do que 5%, incluindo plantas cadastrais

Para a exploração dos recursos naturais, mapas topográficos nas escalas maiores do que 1: 100 000 são particularmente valiosos. De acordo com o inventário precedente o mapeamento completo nesta escala, cobre apenas cerca de 10% da superfície da terra.

Considerando que esta cobertura cartográfica deva estar completa dentro de, aproximadamente 50 anos, o progresso anual seria de apenas 0,2% da superfície total da terra, ou cerca de 260 000 quilômetros quadrados. Tomando este valor como argumento em termos de progresso anual, pode-se deduzir facilmente que seria necessário outros 150 anos para completar o mapeamento da terra continental em escalas maiores do que 1: 100 000.

É claro que um período de 450 anos é excessivo e não poderia ser justificado economicamente. A eficiência tem melhorado, felizmente, durante os últimos anos, devido à implantação de métodos mais modernos e o índice de progresso anual tem aumentado proporcionalmente. É necessário, também, levar em consideração que extensas áreas da terra são admitidas como tendo potencial econômico muito limitado. Conseqüentemente pode-se deduzir que no atual índice de progresso anual, a conclusão de uma adequada cobertura da terra continental em escalas maiores do que 1:100 000 levará de 100 a 200 anos. Considerações sobre a correlação entre cartografia topográfica e a solução de problemas como a subnutrição em todo o mundo e a assim chamada "explosão populacional" leva a conclusão que o processo cartográfico é ainda laborioso e que há absoluta necessidade de duplicar ou triplicar os esforços neste campo; por outro lado é muito provável que o desenvolvimento técnico e econômico de muitos países será dificultado por um avanço muito lento nas operações cartográficas.

SIGNIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA MELHORIA DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Para combater a subnutrição no mundo têm que ser realizados, no futuro, o mais próximo possível, amplos projetos na agricultura. Conseqüentemente a primeira fase: a cartografia das áreas selecionadas, deve ser completada em tempo

útil. Isto importa dizer que, na maioria dos países, os programas cartográficos, de âmbito nacional devem ser consideravelmente acelerados. É claro que tais programas em cartografia são necessários, particularmente nas regiões que sofrem de deficiência na produção de alimentos. Em muitos países esses programas tornam-se exequíveis apenas através de assistência internacional bilateral, havendo urgente necessidade de determinar as regiões mais críticas com relação a esse assunto. A análise deste problema, como apresentado depois disto, é baseada na rede de produção de alimentos por habitante, nas várias regiões da terra, expressa em calorias. Esses valores estão representados, para as principais regiões do mundo, na tabela I.

Admite-se, geralmente, como população subnutrida aquela cujo país fornece, através de sua rede de produção de alimentos, menos de 2 500 calorias por habitante. Aplicando este critério à tabela I, a conclusão é de que mais da metade da população do mundo é, atualmente, subnutrida. Esta situação é particularmente crítica na Ásia. Deve-se levar em consideração, ainda, que esta situação pode-se agravar no futuro, em decorrência da "explosão populacional".

TABELA I

CONTINENTE OU REGIÃO	População	Área km ²	Densidade Hab./km ²	Cal./hab.	Ano
África.....	268 190 515	30 234 039	8,9	2 650	1960
América do Norte.....	262 104 233	24 265 032	10,8	3 050	1961
América do Sul.....	140 187 288	17 789 717	7,9	2 610	1960
Ásia s/Rússia.....	1 589 792 405	22 813 623	69,7	2 110	1961
Europa s/Rússia.....	423 789 401	4 927 035	86,0	2 970	1961
Oceânia.....	15 914 334	8 532 250	1,9	3 210	1961
Rússia.....	208 826 650	22 402 200	9,3	—	—
TOTAL E MÉDIA.....	2 908 804 766	130 963 896	22,2	2 420	1961

Conseqüentemente, é de urgência aumentar eficientemente a produção de alimentos nestas regiões; para isto será necessário iniciar e executar amplo projeto agrícola no mais breve tempo possível. Considerando que uma preparação cartográfica adequada seja o primeiro requisito para se dar início a tal projeto, é óbvio que um esforço substancial terá de ser feito nestas regiões para uma execução adequada da fase cartográfica. Será também necessário que um programa de assistência internacional bilateral tenha na devida consideração esses casos de emergência e que preveja um plano de medidas especiais para a exploração cartográfica das regiões subdesenvolvidas em geral e da Ásia em particular.

RELAÇÃO ENTRE PROGRESSO CARTOGRÁFICO E EXPLOSAO POPULACIONAL

A população mundial, atualmente, atinge a cerca de três bilhões. Este número aumenta, cada ano, de 2,1%, ou seja 63 milhões de seres humanos. Com tal aumento anual a população da terra será de aproximadamente o dobro da atual, no ano 2 000. Isto significa que daqui a trinta anos a população mundial alcançará os seis bilhões. Considerando que, atualmente, mais da metade da população do mundo é subalimentada, é evidente que a produção de alimento em todo o mundo deve aumentar, pelo menos na mesma proporção que aumenta a população, para evitar que o problema da subnutrição, em escala mundial, torne-se ainda mais grave do que agora. De fato, tal progresso na produção de alimento não seria nem satisfatório, nem suficiente. Ao se almejar um clima social e político equilibrado, em todo o mundo, é indispensável diminuir o número de pessoas subnutridas; para alcançar esse objetivo seria necessário aumentar a produção mundial de alimento, pelo menos de 3% ao ano.

Tal desenvolvimento econômico, em escala mundial, promoverá um impacto na futura exploração cartográfica; especialmente quando se leva em conta que apenas cerca de 10% da superfície da terra está mapeada nas escalas de 1:100 000 e maior, isto é, em escalas que são de particular importância para o fim em questão.

A discussão anterior leva à conclusão de que, especialmente nos países desenvolvidos a exploração cartográfica deverá ser acelerada no futuro, a uma média de, possivelmente, 5% ao ano, ou mesmo mais, em alguns países, tendo em vista a produção, no devido tempo, de documentos cartográficos para a agricultura extensiva, projetos que terão de ser iniciados em futuro próximo.

RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS RELACIONADAS AOS PROGRAMAS DE CARTOGRAFIA, A RENDA NACIONAL E A DESPESA PÚBLICA

Relação entre as despesas relacionadas aos programas de cartografia e renda nacional e a despesa pública.

Para analisar este problema, em nível internacional, é necessário determinar a renda *per capita* de cada país, assim como as das grandes regiões do mundo. Estas últimas estão relacionadas na tabela a seguir:

TABELA II

CONTINENTE OU REGIÃO	População	Área km ²	Densidade Hab./km ²	RENDA EM DOLAR		Ano
				Total	Per capita	
África.....	268 190 515	30 234 039	8,9	48 006 000 000	179	1964
América do Norte.....	262 104 233	24 265 032	10,8	591 307 000 000	2 256	1964
América do Sul.....	140 187 228	17 789 717	7,9	30 701 000 000	219	1964
Ásia s/Rússia.....	1 589 792 405	22 813 623	69,7	249 597 000 000	157	1964
Europa s/Rússia.....	423 789 401	4 927 035	86,0	468 287 000 000	1 105	1964
Oceânia.....	15 914 334	8 532 250	1,9	23 601 000 000	1 483	1964
Rússia.....	208 826 650	22 402 200	9,3	203 397 000 000	974	1964
TOTAL E MÉDIA.....	2 908 804 766	130 963 896	22,2	1 621 205 000 000	557	1964

Esta tabela mostra que a Ásia, África e América Latina (nesta seqüência) são as regiões do mundo com a renda *per capita* mais baixa. Será necessário, portanto, concentrar esforços especiais nestas regiões, com a devida atenção para a exploração e exploração dos recursos naturais existentes, sendo este o método mais eficiente para aumentar rapidamente a renda nacional desses países. Isto requer, primeiramente, uma exploração cartográfica extensiva e é indispensável que a manutenção de uma assistência técnica bilateral ou multilateral seja substancialmente aumentada nestas regiões, tanto quanto seja necessário para o desempenho cabal das operações cartográficas.

As despesas anuais de um país, para a exploração cartográfica devem ser, até certo ponto, proporcionais às despesas públicas anuais. Para estudar este problema é necessário saber o total da despesa pública de diversos países, assim como os valores médios das grandes regiões do mundo. Estes últimos estão contidos na tabela III:

TABELA III

CONTINENTE OU REGIÃO	População	Renda total em dólar	Renda per capita em dólar	Despesa pública em dólar	Despesa per capita em dólar	% Renda Nacional
África.....	268 190 515	48 006 000 000	179	9 841	37	20,5
América do Norte.....	262 104 233	591 307 000 000	2 256	139 548	532	23,6
América do Sul.....	140 187 228	30 701 000 000	219	8 289	59	27,0
Ásia s/Rússia.....	1 589 792 405	249 597 000 000	157	74 130	47	29,7
Europa s/Rússia.....	423 789 401	468 287 000 000	1 105	155 003	366	33,1
Oceânia.....	15 914 334	23 601 000 000	1 483	8 992	565	38,1
Rússia.....	208 826 650	203 397 000 000	974	100 682	482	49,5
TOTAL E MÉDIA.....	2 908 804 766	1 621 205 000 000	557 média	496 485	171 média	30,6 média

De acôrdo com os números desta tabela, África, Ásia, e América do Sul (nesta ordem) são as regiões onde a despesa pública *per capita* é a mais baixa. É óbvio que tal despesa deve ser aumentada, em vista da possibilidade de se alcançar, em futuro próximo, rápido desenvolvimento técnico e econômico. Isto requer adequado aumento da renda nacional por intermédio de programas de emergência para a exploração dos recursos naturais existentes que, por sua vez, necessita de uma exploração cartográfica acelerada. Conseqüentemente, deve ser concentrada nestas regiões uma assistência técnica e econômica, o que implica, como primeiro passo, na concessão de verba mais adequada à amplitude da exploração cartográfica.

Como já foi mencionado, a despesa para a exploração cartográfica de um país deve ser proporcionalizada com a renda nacional e, a despesa pública anual. Para ser mais explícito, é necessário determinar primeiro o montante gasto para tal fim, tanto nos diversos países como no mundo inteiro. A determinação desses valores não constitui tarefa fácil, devido a falta de informações suficientes sobre o assunto. Fizemos uma tentativa de determinar alguns valores aproximados, baseados em estatísticas disponíveis de limitado número de países, localizados em diversos continentes. Usando esses valores aproximados, foram obtidas as seguintes estimativas para o ano de 1964:

- Despesa total anual para exploração cartográfica no mundo: aproximadamente US\$ 1 300 000 000
- ou 0,08% da renda nacional (1)
- ou 0,26% da despesa pública (2)
- ou US\$ 9,80 por quilômetro quadrado (3)
- ou US\$ 0,44 por habitante (4).

Estes valores aproximados podem ser usados como método prático preliminar para calcular a média anual de fundos que pode ser gasta, nos vários países, na exploração cartográfica. Ao se usar as fórmulas (1), (2), (3) e (4), sucessivamente, para determinado país, deve-se estar atento quanto aos quatro diferentes valores que deverão ser obtidos e como serão destinados pelas autoridades envolvidas, que decidirão quais os mais adequados e importantes. De um modo geral é recomendável que, países com diminuta cobertura cartográfica e ansioso por fazer um inventário dos recursos naturais, o mais breve possível, deve usar a fórmula (3); especialmente se a densidade de população for mais baixa do que a média geral. Para um país com alta densidade de população a fórmula (4) seria mais adequada. O problema é um tanto complexo e, certamente, informações estatísticas complementares deverão ser coletadas, além de se ter que efetuar pesquisas suplementares neste setor, para alcançar valores mais precisos e definitivos para as fórmulas de (1) a (4).

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

As conclusões a que se pode chegar têm sua origem nos seguintes itens: o problema da subnutrição em escala mundial e a exploração populacional necessitam de aumento de esforços na exploração dos recursos naturais e na aceleração da produção de alimentos. Esforços idênticos devem ser feitos no campo da exploração cartográfica, porque essas operações suprem as bases para o planejamento e a iniciação dos projetos para o desenvolvimento técnico e econômico. Isto significa que, no orçamento nacional, as verbas destinadas à exploração cartográfica e cartografia nacional terão de ser comparativamente aumentadas. Tal ajuda financeira poderá ser justificada somente se os países interessados puderem dispor de um número suficiente de especialistas qualificados, como geodestas, fotogrametristas, cartógrafos e topógrafos. Em muitos países seu número está bastante aquém do que seria necessário. Para melhorar esta situação será preciso determinar, em cada país, o número necessário de especialistas que permitiria a uma exploração cartográfica eficiente. A determinação deste número poderá ser considerada como uma pesquisa das mais necessárias em futuro próximo. Tomando como base os resultados de tal estudo, seria possível determinar o número de especialistas a ser instruído e treinado cada ano, em cada país, a fim de satisfazer as exigências no campo da exploração cartográfica. Esta pesquisa, por sua vez, permitiria determinar o número de escolas ou departamentos de altos estudos nesta matéria, necessários ao treinamento dos especialistas que fossem precisos.

Resenha e Opiniões

Focalizando a Finlândia *

“...Durante um tempo demasiado longo se pensou que a Finlândia fosse um país demasiado longínquo. É excessivamente fácil imaginá-la como uma espécie indefinida de região de trevas, com florestas imensas, habitadas por um povo que se empenha permanentemente com perigosos jogos de facas e mantém um silêncio interminável entre longas bebedeiras de vodca e ainda mais longas caçadas de ursos na Karélia... e só nos dias presentes êsses rumores se vão afinal apagando e se permite que um país delicioso e progressista deixe de ser remoto que todo um povo extraordinário deixe de ser um fantasma geográfico...” William Sansem, *The Icicle and the Sun*.

A TERRA

Diz-se frequentemente que a Finlândia é um país pequeno o que é, entretanto, desmentido por uma simples olhada no mapa. Com uma área total de 337 000 quilômetros quadrados, a Finlândia é maior do que a Grã-Bretanha, porém, sua população é de apenas 4,7 milhões. A maioria vive na Finlândia central e meridional. A região do extremo norte, a Lapônia, é muito pouco habitada. Vasta floresta de betos, pinheiros e bétulas recobrem a maior parte da terra e a espessa vegetação rasteira fica cheia de flores e bagas.

Há cerca de 60 000 lagos de todos os tamanhos, ligados entre si por estreitos canais naturais, pequenos rios e rápidos e ainda, em alguns lugares, por canais artificiais, formando um sistema contínuo de comunicações. Mares sem marés, o Golfo de Bótnia, a oeste, e o Golfo da Finlândia, ao sul, banham

a linha costeira. Milhares de ilhas, belas mas áridas, espalham-se ao largo da costa, especialmente a sudoeste.

O peixe é abundante nos mares, rios e lagos, sendo a maioria dos peixes de água doce encontrados também nas águas da costa. A região mais alta fica na Lapônia, o país das derrubadas espetaculares, onde vagueiam as renas. O clima varia muito, há invernos longos e frios ao norte, estações mais amenas ao sul, onde a neve permanece desde a época do Natal e desaparece no fim de março. O mar e os lagos congelam no inverno, mas os portos marítimos mais importantes mantêm-se abertos à navegação por uma frota moderna de quebra-gelos.

“O Sol da Meia Noite nunca se põe”, diz uma canção. Isto é verdade na Lapônia durante a maior parte do verão. Em outras regiões, também, as noites são claras, o sol levanta-se cedo e os dias tornam-se realmente quentes.

CIDADES IMPORTANTES

Helsinki — capital desde 1812, é uma cidade fervilhante, com três lados cercados pelo mar. Seus muitos parques e numerosos subúrbios fazem-na um agradável local de veraneio. “Intelectualmente, está no centro do mundo”, disse há pouco o famoso crítico americano Brooks Atkinson, que achou Helsinki “uma cidade extremamente excitante”. Constitui um espargimento vivo de côres, durante todo o ano, o mercado aberto do porto sul. A arquitetura vai do estilo Império da singular Praça do Senado às modernas criações de Aaltro, Rewell e Sirén. A velha fortaleza de Suomenlinna (Sveaborg), no arquipélago de Helsinki, monta guarda ao porto. A Universidade de Helsinki é a maior da Finlândia. Nos arredores, encontra-se a moderna cidade-jardim de Tapiola. A população de Helsinki é de 518 000 habitantes.

* Adaptado de publicação da Embaixada da Finlândia.

O lugar da Finlândia no mundo



Fig. 1

Tampere — é um importante centro industrial. Cidade moderna, situa-se às margens dos rápidos de Tammerkoski, que suprem de energia as suas fábricas. Tampere é um centro ativo de arte dramática, possuindo um singular teatro ao ar livre, com platéia giratória. População: 147 000.

Turku — a antiga capital, foi fundada no século XIV e seu castelo e catedral datam daquela época. Tem duas universidades, ricas em tradições. Seu porto mantém-se aberto o ano todo. O Museu de Ofícios é constituído de um grupo pitoresco de prédios de madeira, de tipo rural, que sobreviveram ao Grande Incêndio de 1827. Exemplos notáveis de arquitetura moderna são a Casa de Concertos, alguns dos edifícios universitários e famosa Capela Funerária de Bryggman. População: 146 000.

Lahti — jovem e vigorosa cidade industrial e centro comercial é um exemplo notável da velocidade de crescimento das modernas cidades finlandesas. Possui a maior fábrica de móveis da Escandinávia e é um centro muito conhecido de esportes de inverno. População: 83 000.

Porvoo — a menos de uma hora de carro da capital, é um lugarzinho pitoresco, outrora de grande importância histórica, ali se tendo reunido em 1809 a Dieta Finlandesa. Terra do poeta nacional Runeberg. A Catedral data do século XV. População: 14 000.

Rovaniemi — capital da Lapônia, praticamente no Círculo Ártico. Arrasada até o chão em 1944-45, uma brilhante cidade nova, planejada por Alvar Aal-

to, elevou-se das cinzas da guerra. Foco de turismo no norte do país.
População: 27 000.

Oulu — é um importante pôrto, centro industrial e entroncamento ferroviário e rodoviário do norte. Localiza-se à embocadura do Oulujoki, cujas cascatas estão hoje produzindo energia elétrica. Fundou-se ali, ainda, uma nova universidade.

População: 81 000.

O POVO

Os fineses estabeleceram-se na Finlândia entre 100 e 800 A. D. Entre eles, predominam os cabelos louros e os olhos azuis ou cinzentos. A língua, aparentada com o estoniano e o húngaro, pertence ao grupo fino-ugriano. Uma minoria de cerca de 8 por cento dos finlandeses tem o sueco por língua materna. Tanto o finlandês quanto o sueco são utilizados na administração e na educação; encontram-se jornais, livros, peças teatrais e filmes em ambas as línguas. Na regiões bilingües, toda a sinalização das ruas é feita simultaneamente nas duas línguas. Por exemplo, em sueco, Turku é Abo e Helsinki é Helsingfors.

Os lapões, que já viviam na Finlândia antes da chegada dos fineses, são de uma raça diferente. Seu número atual é de mais ou menos 3 000 e vivem todos no extremo norte. Há também Lapões na Suécia e na Noruega. Os lapões têm a sua própria língua, mas falam também a do país em que vivem. A Lapônia de nossos dias é habitada principalmente por fineses.

CAMINHOS PARA A FINLÂNDIA

Há vôos diretos para Hélsinki, partindo de Nova Iorque, Londres, Bruxelas, Luxemburgo, Paris, Milão, Atenas, Dubrovnik, Málaga, Barcelona, Amsterdão, Frankfurt, Hamburgo, Capenhague, Oslo, Gotemburgo, Estocolmo, Kirkenes, Keflavik, Berlim, Praga, Varsóvia, Budapeste, Leningrado e Moscou. Durante todo o ano, há um serviço diário de modernos vapôres de Estocolmo para a Finlândia. Há também comunicação diária com a Suécia por barcas transportadoras de carros. Além desses, há também serviços regulares entre Copenhague e Helsinki e entre Lübeck (Travemünde) e Helsinki. A caminho de Travemünde, as barcas de automóveis tocam também em portos suecos do

Mar Báltico. No verão, há um serviço de vapôres partindo de várias cidades suecas para portos finlandeses, através do Golfo de Bótnia. Estradas chegam ao norte da Finlândia pela Suécia e Naruega e a Helsinki, vindo de Leningrado. A Finlândia pode ser alcançada por estrada de ferro pela Suécia, via Haparanda — Tornio ou pela URSS (Leningrado — Helsinki).

A ECONOMIA

As características naturais do país governam suas principais fontes de renda. A agricultura, durante muito tempo, a atividade mais importante da Finlândia, só há pouco foi ultrapassada pela indústria, relativamente ao número de pessoas nelas empregadas. Outros ramos de atividade ocupam cerca de 13 por cento da população.

A maioria das fazendas são pequenas e geralmente possuem matas. As colheitas são de trigo, centeio, cevada, aveia e batata. Os longos invernos obrigam a que o gado fique fechado em seus abrigos durante grande parte do ano. Pelo sistema AIV de preservação de forragens, A. L. Virtanen recebeu o Prêmio Nobel de química em 1945.

A agricultura está hoje bastante mecanizada. Produzem-se leite, creme, manteiga, queijo e ovos por métodos modernos sob condições higiênicas. Os laticínios finlandeses são conhecidos no mundo inteiro e os produtos agrícolas da Finlândia exportados em grande escala.

As florestas são especial e naturalmente importantes, pois recobrem quase três quartos da área de terra firme. O crescimento lento do pinho, do abeto e da pétula nesse clima, produz um lenho de filhas particularmente fortes. A maioria das matas é propriedade privada de pessoas ou companhias. No inverno, quando os fazendeiros não podem trabalhar nos campos, vão abater as árvores marcadas para o corte durante o outono. Também aqui, a mecanização — serras mecânicas, tratores — está muito avançada, mas ainda se empregam cavalos nas florestas juncadas de neve para arrastar os troncos até a beira das estradas, ou até a superfície congelada dos lagos, onde vão aguardar a fusão dos gelos, para fluotar corrente, rio, ou canal abaixo. Pequenos rebocadores conduzem a madeira, arrumada em feixes ou na forma de jangadas, através dos grandes lagos. Estas extensas vias aquáticas constituem rotas naturais, baratas e rápidas

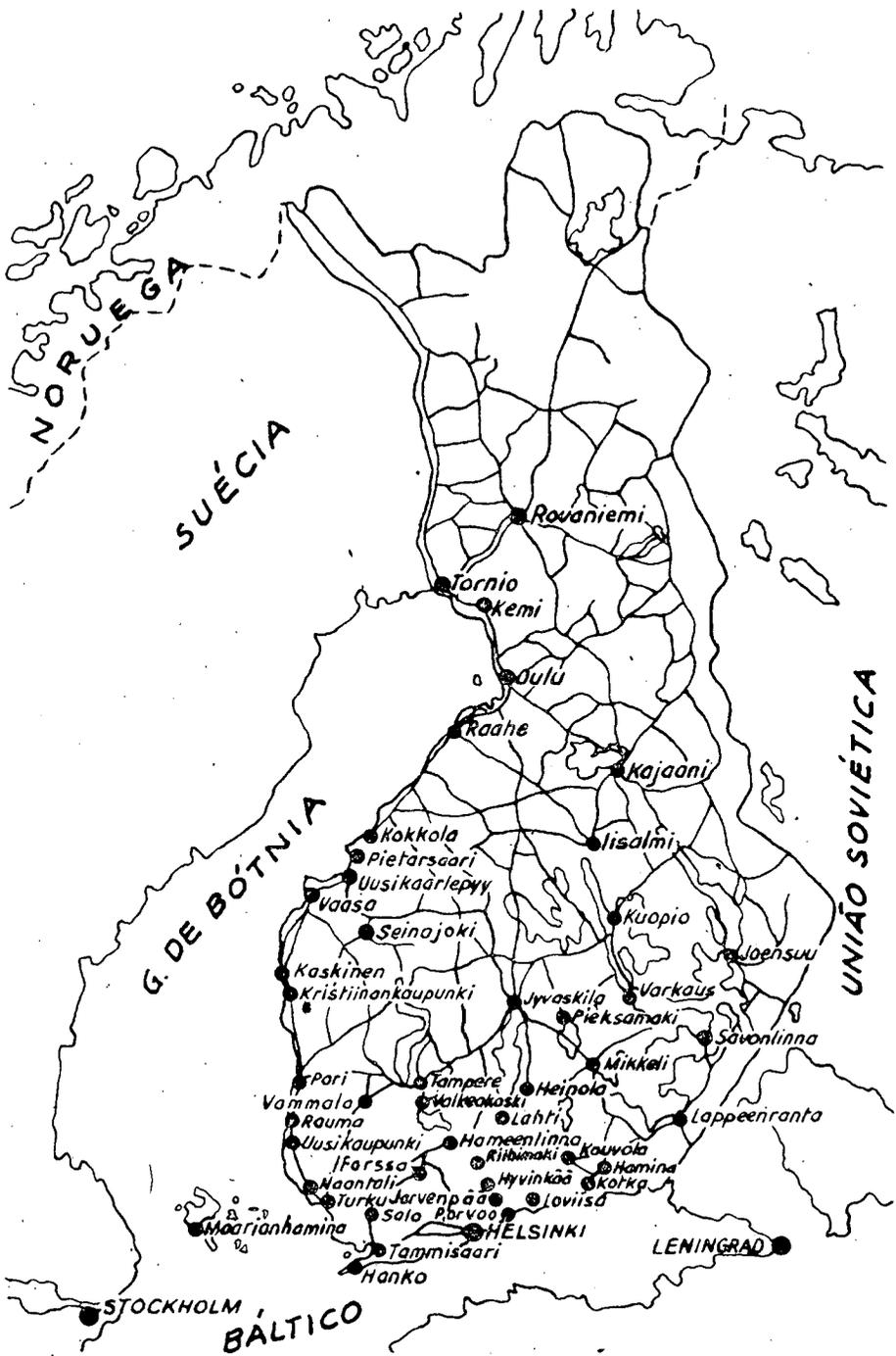


Fig. 2



Fig. 3

para o transporte da madeira bruta, ainda que uma grande parte seja agora transportada também em caminhões.

A indústria de processamento de madeira responde por aproximadamente 70 por cento da exportação total, sendo a Grã-Bretanha seu maior mercado. Os principais artigos de exportação da indústria são madeira serrada, compensados, celulose e papel de imprensa. Seu jornal diário pode muito bem ter sido impresso em papel finlandês. Casas pré-fabricadas também já foram exportadas da Finlândia em larga escala.

Como consequência do esforço para satisfazer às indenizações de guerra à União Soviética, as indústrias consumidoras de metais expandiram-se rapidamente e seu crescimento continuou depois, tendo seus produtos encontrado o caminho do comércio exterior, particularmente nos ramos de maquinarias e construção naval. A indústria mineira tem progredido bastante. A mina de Outokumpu, na Finlândia oriental, tem grandes depósitos de cobre, e a extração do ferro está aumentando na Finlândia do norte. As numerosas cascatas dos rios da Finlândia são uma fonte valiosa de energia hidrelétrica para a indústria. As usinas mais importantes estão localizadas ao norte do país e são, na maioria, propriedades do Estado. O uso amplo da energia elétrica faz de muitas zonas industriais da Finlândia lugares de vida bem mais saudável do que seus equivalentes em outros países: suas indústrias funcionam sem fumaça e são muito mais limpas. A eletricidade já foi levada aos recantos mais longínquos do país.

VIAGENS NA FINLÂNDIA

Apesar das sérias dificuldades causadas pelo inverno do Norte, as comunicações são altamente desenvolvidas e constantemente aperfeiçoadas. Os portos marítimos mais importantes mantêm-se abertos pelo trabalho de alguns dos melhores quebra-gelos do mundo. A rede ferroviária é limitada pelos vastos distritos lacustres, mas é eficiente e atualizada. As rodovias são, no inverno, sensíveis à neve e ao gelo, porém está em marcha um maciço projeto de aperfeiçoamento e construções, o que vem atraindo um número crescente de turistas motorizados. Onde não haja estrada de ferro, haverá sempre um serviço de ônibus.

O transporte aéreo é o orgulho da Finlândia, que possui uma das redes, aéreas de tráfego mais densas em todo o mundo e as tarifas mais baixas da Eu-

ropa. A FINNAIR, que agora inclui a KAR-AIR, cobre todo o país. De uma paisagem estonteante da Lapônia às praias de Helsinki, é apenas um vôo de três horas.

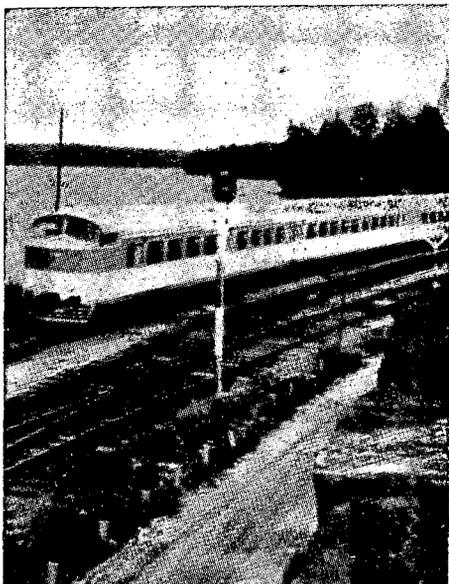


Fig. 4

As viagens pelos lagos são uma forma de turismo que tem aumentado de tempos para cá. Os velhos vapôres, vistosos e românticos, proporcionam ao turista uma viagem repousante, seja por um só dia ou por toda uma semana: como cenário natural da maior pureza, nada existe comparável às pitorescas rotas lacustres da Finlândia.

oriental e da província de Savo (Kuopio — Savonlinna — Lappeenranta — Mikkel, ou Savonlinna — Joensuu). O aliscafo, da famosa rota de Pajanne, faz os 120 quilômetros entre Lahti e Jyväskylä em três horas. Mais ou menos entre os dois, vêm os aerodinâmicos ônibus aquáticos da "Linha de Prata" (Hameenlinna — Tampere — Virrat) e outras. E, naturalmente, há ain-

da os arquipélagos da costa e as Ilhas Aland (Ahvenanmaa).

Com ou sem carro, sempre se encontra na Finlândia um lugar para acampar. Esta facilidade turística está desenvolvendo-se rapidamente e numerosos locais para acampamento são mantidos por todo o país, muitos deles com regiões da esplêndida beleza natural.

Cooperação Internacional em Cartografia — Quinta Conferência das Nações Unidas sobre Cartografia Regional a respeito da Ásia e do Extremo Oriente

Relatório do Secretário-Geral

1. Dando prosseguimento à resolução 1070 (XXXIX), da Assembléia Económica e Social, o Secretário-Geral tomou as providências necessárias a fim de convocar a Quinta Conferência das Nações Unidas sobre Cartografia Regional a respeito da Ásia e do Extremo Oriente, a qual se realizou em Canberra, Austrália, de 8 a 22 de março de 1967.

2. A Conferência foi assistida por representantes e observadores de 30 nações bem como por observadores da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, por três organizações intergovernamentais e três organizações científicas.

3. A agenda da Conferência abrangia os seguintes assuntos: levantamento topográfico e elaboração de mapas; aplicação prática de técnicas cartográficas; mapas locais e atlas nacionais; cartas aeronáuticas; mapa Internacional do mundo na escala milionésima; revisão das técnicas de elaboração e publicação de mapa; extração automática, registro e preparo de dados cartográficos; nomes geográficos; hidrografia e oceanografia.

4. Os anais da Conferência foram publicados em dois volumes: Volume I, Relatório da Conferência, contendo as resoluções adotadas, já foi publicado.* O Volume 2 será publicado em breve, encerrará atas e relatórios técnicos da Conferência.

5. A Conferência aprovou 27 resoluções. De um modo geral, salientou a necessidade de cooperação, no campo da cartografia, entre as várias nações da

região e fez um apêlo no sentido de que, quaisquer que sejam as circunstâncias, as nações que não integram a região prestem também sua colaboração. Damos a seguir um rápido resumo das mais importantes resoluções.

Levantamentos topográficos integrados em grande escala.

6. A Conferência admitiu as vantagens de um plano simples integrado no sistema de coordenadas para levantamentos em grande escala e recomendou que todos os países da região adotassem um sistema nacional de plano de coordenadas, baseado na projeção que melhor se adapte tanto à sua configuração quanto à sua localização geográfica.

Geodésia satélite

7. A Conferência registrou a comprovada capacidade da geodésia satélite geométrica para prover um sistema uniforme mundial de referências e reconheceu o potencial dos métodos utilizados, especificamente, para fornecer os meios de ligação entre localidades separadas por oceanos. A Conferência recomendou que a aplicação da geodésia satélite, particularmente o método de triangulação geométrica satélite, seja utilizado na região com a finalidade de estabelecer dados (datums) de referência geodésica, em relação aos quais todas as informações geodésicas possam ser relacionadas e com o propósito de fortalecer mutuamente as conexões geodésicas internacionais existentes e estabelecer tais conexões onde, no momento atual, não existam.

* Fonte: Vol. 1, *Relatório da Conferência* (United Nations Publication Sales n.º: E.63.1.2). Tradução de Olga Buarque de Lima.

Movimentos da crosta

8. A Conferência recomendou que as agências geodésicas considerem seriamente, nos países da região, a necessidade de prover os recursos técnicos e financeiros a fim de que sejam executadas medições tanto horizontais quanto verticais, obtendo assim registros adequados para detecção e interpretação das variações topográficas de áreas sabidamente afetadas por movimentos da crosta.

Elaboração de mapas de áreas próximas às fronteiras internacionais

9. A Conferência recomendou que se realizem acordos entre os países da região, a fim de facilitar a troca de dados para elaboração de mapas e estimular a cooperação tendo em vista a elaboração de mapas de áreas limítrofes. Tais acordos devem aplicar-se às áreas suficientemente grandes podendo oferecer uma adequada margem para os dados periféricos e os trabalhos de campo em ambos lados da fronteira internacional, inclusive um espaço aéreo dedicado à aerofotogrametria.

Atlas Regional Econômico a respeito da Ásia e do Extremo Oriente

10. A Conferência decidiu fosse criado um Conselho Consultivo de membros representantes dos seguintes países: Austrália, República Federal Alemã, Israel, Filipinas, Tailândia (Presidente), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Unidos da América; cabendo a este Conselho considerar e informar acerca de problemas relacionados ao projeto de elaboração e publicação de um Atlas Regional a respeito da Ásia e do Extremo Oriente, à medida que eles fossem se apresentando.

Padronização de mapas florestais

11. A Conferência recomendou aos países da região o uso do sistema métrico em todos os mapas de florestas e, além disso, que considerassem a standardização de uma nomenclatura e a apresentação de informações sobre florestas da região.

Nomes Geográficos

12. A Conferência tomou conhecimento de que a Conferência das Nações Unidas sobre standardização de No-

mes Geográficos terá lugar em Genebra, de 4 a 22 de setembro de 1967, recomendou, então, que os Governos da região enviassem representantes a esta Conferência, salientando que não se envolvessem em problemas individuais, mas que se concentrassem no reconhecimento e na compreensão de problemas gerais e nos meios de facilitar o incremento de atividades cooperativas.

Oportunidades (Facilities) de treinamento

13. A Conferência recomendou que se pedisse aos vários países informações detalhadas sobre estabelecimentos dedicados à cartografia e à hidrografia, até que ponto eles são ou possam vir a ser acessíveis à estrangeiros; solicitando, então, que a informação fosse enviada à Seção de Cartografia do Departamento de Negócios Econômicos e Sociais para divulgação nos vários países, e para o "Bureau Hidrográfico Internacional tendo em vista o treinamento em hidrografia. Recomendou ainda que, para evitar duplicação, as autoridades mencionadas estabeleçam contato com a Comissão n.º 1 da Associação Cartográfica Internacional, que já está tratando do mesmo assunto. A Conferência insistiu junto aos Países da região para que tomassem as necessárias providências quanto ao estabelecimento de seus próprios programas de treinamento.

Criação de serviços hidrográficos em países recentemente independentes

14. A Conferência insistiu junto aos países que ainda não possuem serviços hidrográficos para que providenciem, quanto antes, a criação de tais serviços e que consultem o "Bureau" Internacional bem como outras organizações científicas internacionais e corporações e recomendou aos países que já têm serviços hidrográficos que dessem, onde fosse viável, assistência no que se refere aos métodos técnicos e aos assuntos pessoais.

Cartas Batimétricas

15. A Conferência reconheceu que as cartas assim como os mapas gerais sobre oceanos tornaram-se indispensáveis. Admitiu ainda que as cartas batimétricas gerais para os oceanos, em escalas superiores a 1:10 000 000, seriam de grande utilidade não apenas para tra-

balhos científicos mas também para estudos de previsão de terremotos, aviões sobre "tsumami", colocação de cabos submarinos, exploração dos recursos do leito marítimo, etc..., recomendou também que os dados oceanográficos fôsem permutados, a pedido, entre países interessados e que tais dados fôsem utilizados em publicações de cartas coloridas com contornos.

Desenvolvimento de cartografia oceano-gráfica

16. A Conferência reconheceu a necessidade urgente de cartas mais adequadas sobre áreas oceânicas e recomendou, aos países da região, que devotassem grandes esforços na exploração da plataforma continental e das áreas oceânicas, incluindo-se na recomendação o treinamento de pessoal para tais atividades. Insistiu ainda para que a projetada Sexta Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas dedique mais tempo à cartografia geral das áreas oceânicas e que os países presentes indiquem os meios de desenvolver as cartas batimétricas básicas que exponham a exploração dos recursos marítimos.

Filiação e sociedades internacionais de levantamentos topográficos, fotogrametria e cartografia

17. A Conferência recomendou que todos os países da região e outros países interessados participem como membros nos trabalhos das seguintes organizações internacionais: International Cartographic Association, International Federation of Surveyors, International Geographical Union, International Society of Photogrammetry, International Union of Geodesy and Geophysics, e em suas várias comissões e grupos de trabalho, os quais tanto contribuem para o desenvolvimento dos recursos naturais.

Seminário em levantamentos aéreos e equipamento.

18. A Conferência recomendou que o segundo seminário em métodos de levantamentos aéreos e equipamento seja convocado tão logo quanto possível e que se assemelhe ao realizado em Bangkok, de 4 de janeiro a 5 de fevereiro de 1960.*

Sexta Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas relativa à Ásia e ao Extremo Oriente

19. A Conferência expressou sua satisfação pelo oferecimento do Governo do Irã no sentido de que este país seja o anfitrião para a Sexta Conferência Cartográfica das Nações Unidas relativa à Ásia e ao Extremo Oriente e recomendou ao Conselho Econômico e Social que convoque a próxima Conferência para outubro de 1970. O Governo do Irã, em 13 de dezembro de 1967, enviou um convite ao Secretário-Geral propondo que a Conferência se realizasse em Teheran, de 24 de outubro a 7 de novembro de 1970

Escritório de Informação de Mapas.

20. Em várias resoluções a Conferência recomendou aos países da região e aos outros interessados que enviem as informações novas e/ou adicionais, úteis e necessárias aos países interessados, a respeito de computação eletrônicas, de novas aplicações de técnicas de mapas, fotografia colorida e infra-vermelho, mapas locais e atlas é/ou atlas nacionais para o Escritório de Informação de Mapas, no Departamento Real Thailandez de levantamento topográfico, em Bangkok.

* Ver *Anais do United Nations Seminar on Aerial Survey Methods and Equipment* (Publicação das Nações Unidas, Sales n.º: 60.11.f.5).

Othelo Reis e a Geografia *

ÁLVARO SILVEIRA FILHO

No ano de 1948 falecia com a idade de 58 anos o professor Othelo Reis. Quem, até há pouco tempo, cursasse os

estabelecimentos de ensino de quaisquer graus, estaria por certo familiarizado com as obras de cunho didático de autoria daquele ilustre mestre, cuja extensa cultura abrangia matérias de natureza diversa, como o Português, a Matemática, a História, Grego, Latim,

* Adaptação do artigo publicado por J. Reis na *Fôlha de São Paulo*, edição de 1 de janeiro de 1967.

Inglês, Alemão e também a Geografia e a Cosmografia, de que foi professor após obtenção do primeiro lugar, em concurso.

Othelo Reis nasceu em Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro em 16 de julho de 1890, sendo segundo filho dos treze do casal Alfredo de Sousa Reis e Maria Paula Soares Reis. Com a idade de 10 anos entrou para o Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II; seis anos depois, completado o curso, era ali mesmo aproveitado, para substituir o professor Antônio Henrique Noronha, no ensino do Grego.

A carreira de Othelo Reis iniciou-se assim no exercício do magistério de um idioma clássico, e se projetaria nos anos subsequentes com intenso brilhantismo. Passou a lecionar para alunos particulares, também, e em colégios vários. Por concurso tornou-se professor da Escola de Aperfeiçoamento, atual Amaro Cavalcanti, e da Escola Souza Aguiar. Iniciou então a publicação de livros didáticos, nos quais se observavam os traços indelévels do renovador pedagógico.

A geografia, um dos objetos dos seus estudos, figurou em lugar de destaque na obra de Othelo Reis, que foi um emérito professor desta ciência, e também autor de livros sobre a Cosmografia. Tanto assim que, em 1917, possuindo uma biblioteca excelente, cujos livros, nos mais diversos idiomas, haviam sido todos adquiridos com recursos provenientes do seu trabalho, candidatou-se à cadeira de professor substituto de Geografia do Colégio Pedro II, e no concurso apresentou tese sobre a Evolução das Formas Litorâneas, obtendo o primeiro lugar. Naquela época não existia a Universidade como fonte de estudos para especialização científica pura. Os professores que quisessem concorrer a cátedras, também não dispunham de bibliotecas públicas completas, onde pudessem fazer consultas que servissem de base ou de complemento às suas pesquisas. Tinha-mos que multiplicar seus esforços no sentido de obter situação financeira que permitisse a aquisição de obras, a maioria em idiomas estrangeiros e de custo elevado. Os casados ainda arcavam com o ônus da família. E todos estes problemas tinham-os o professor Othelo Reis, que se unira pelo matrimônio, em 1915, à professora de ensino primário Maria José dos Reis. Entretanto, à força de vontade indomável, aljava-se um cabedal de conhecimentos adquiridos no Colégio Pedro II capazes ambos de igualar uma inteligência lúcida às dos maiores lu-

minares de quaisquer especialidades científicas ou linguísticas do mundo; a resultante de todos os magníficos componentes de sua personalidade, que foi a sua obra preciosa, é um atestado perene desta verdade.

Tendo portanto passado a lecionar geografia no Colégio Pedro II, onde se bacharelara aos 16 anos, tornou-se mais tarde professor catedrático de Cosmografia, ao criar o governo esta cátedra. Foi durante o exercício da mesma que escreveu o ilustre professor a obra em 2 volumes sobre aquela matéria, de parceria com o professor J. De Lamare S. Paulo.

A Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, possui ainda um daqueles 2 volumes da Cosmografia de autoria dos dois mestres do Colégio Pedro II. Folheando-o, encontramos os ensinamentos básicos daquela ciência, tão útil na explicação de aparentes mistérios com que deparamos na vida, como a explicação sobre a razão da cor azul do céu, a utilização da bússola, a explicação sobre como são feitos os calendários, os climas, os cometas, as causas e a duração do crepúsculo. Encontramos também pitorescos recursos de amenização da tensão mental natural dos estudantes, pela variação do tema puramente científico para a figuração colorida e de interesse sócio-folclórico, como as descrições do culto da lua e da cosmologia chinesa. As latitudes e longitudes, a hora civil, preciosas informações sobre o uso de globos e cartas, sobre o significado do brilho e movimento das estrelas e nebulosas, os eclipses, as coordenadas geográficas, registradas nesta obra, podem comprovar o valor dos trabalhos do professor Othelo de Souza Reis, que ainda teve o reforço valioso da colaboração do ilustre mestre que também foi De Lamare S. Paulo.

Há um cunho objetivo nos ensinamentos ministrados, que para a época provavelmente significou um pioneirismo nos métodos didáticos.

Nós sabemos que a fuga a um estilo de exagerado academicismo e a busca de ensinamentos que estejam em estreita correlação com a vida prática, constam das mais avançadas escolas científico-literárias da atualidade. A escola americana assim procede e em sua sede, que são os Estados Unidos, podem ser observados os resultados destes métodos, com incontestável progresso cultural e tecnológico. A obra de Othelo Reis revelava uma tendência similar, há quarenta anos!

Podemos mencionar aqui outros livros de sua autoria, que refletem a extensão de sua obra: *Evolução dos Litorais*, tese de concurso; *Manual de Filosofia e Cartografia*; *Longitude e Tempo*, folheto de exercícios práticos; *Mapas Mudos* para trabalhos práticos de geografia; *Geografia*, curso médio; *Geografia*, curso complementar; *Corografia do Distrito Federal: Noções de História do Brasil*; *Seiscentas Expressões Fracionárias*; *Algebra*, primeiros passos; *Pesos e Medidas*, folheto; *Breviário da Conjugação dos Verbos*; *Textos para Corrigir*; *Análise Léxica*; *Três palavrinhas*; *Nova Cartilha Infantil*; *Quadros Murais de Silabação*; *Modelos de Redação Oficial*; Cesar, *De Bello Gallico*, Tradução justa-linear dos 3 primeiros livros; *Ovídio*, *Metamorfoses*; *Eutropio: Breviarium Historiae Romanae*.

Nós próprios recordamo-nos de duas obras do professor Othelo Reis, que nos foram particularmente úteis quando de nossa passagem pelos bancos escolares. Trata-se do *Breviário da Conjugação dos Verbos* e dos *Textos para Corrigir*, que há mais de 25 anos significaram para nós um instrumento

prático de aprendizagem lingüística. Fica este registro como singelo preito de gratidão ao nosso ilustre biografado.

O professor Othelo Reis ainda foi autor de um livro de inglês para vestibulandos de Medicina e nos últimos anos de sua vida preparava obras sobre História Natural.

Traço marcante de sua personalidade foi a homenagem prestada à sua memória, quando do seu enterramento, pela Escola Alemã, da qual fôra interventor durante a Segunda Guerra Mundial. Preservando ali um imenso patrimônio cultural, com espírito compreensivo e elevado, revelou uma definição de caráter próprio daqueles que enfeixando o poder não se deixaram levar além dos limites da razão, e que seguem o rumo traçado, com a decisão inamovível dos tranqüilos de consciência.

Pudesse a Geografia erigir o Panteon dos seus mais ilustres estudiosos, e haveria de figurar o nome de Othelo Reis como um dos lembrados, e isto para mencionarmos somente a Ciência de Humboldt, já que o grande mestre foi autor de obra tão extensa e variada.

Especificações para o Mapa Geológico — Geomorfológico do Brasil Escala: 1:5 000 000

ARY DE ALMEIDA

Cartógrafo-Membro do GEATE

1 — **OBJETIVOS** — Estas especificações se destinam ao preparo do Mapa Geomorfológico do Brasil, escala 1:5 000 000, a ser editado pelo IBG no decurso de 1968.

Com a sua publicação terão os estudiosos uma visão geral da geomorfologia do Brasil nos seus traços mais gerais.

2 — **PROJEÇÃO E ENCARTES** — A projeção mais aconselhável, tendo-se em vista os objetivos do mapa e a sua escala, será a Projeção Policônica para o mapa geral e para os encartes.

O elipsóide de referência é o de Clarck.

a — O cálculo das projeções, quer do mapa do Brasil, quer dos encartes, será baseado no *Tables for A Polyconic Projection*

of Maps ... Special publication n.º 5 — US — Department of Commerce — Coast and Geodetic Survey.

SUMÁRIO

- 1 — *Objetivos*
- 2 — *Projeção e encartes*
 - a — Cálculo da Projeção
 - b — Réde e Graus
 - c — Formato
 - d — Enquadramento
 - e — Encartes
- 3 — *Convenções*
 - a — Fronteiras e Limites
 - b — Relêvo e Aspecto do Solo
 - c — Côres
 - d — Hidrografia
- 4 — *Verificação*
- 5 — *Instruções e Contrôlê*
- 6 — *Análise, Seleção e Generalização*
- 7 — *Compilação*
- 8 — *Preparo do Original para a Impressão*

b — *Rêde e Graus* — O espaçamento da rêde de meridianos e paralelos será de 5°, marcados os múltiplos de cinco.

Apenas para efeito de cálculo o meridiano central será o de 54° W.Gr. não figurando entretanto o seu traçado.

O Equador e o Trópico de Capricórnio deverão ter um destaque especial dentro da rêde. O Equador será representado com uma linha pouco mais grossa e o T. de Capricórnio em linha tracejada.

c — *O formato* — O mapa terá as seguintes dimensões: envergadura: de 34° a 74° W.Gr; altura de 5° de lat. Norte a 34° lat. Sul.

d — *Do enquadramento* — Não há necessidade de se limitar o mapa a leste pelas ilhas oceânicas visto que as mesmas aparecerão, em escala maior, no encarte para êsse fim previsto. Ao norte, devemos limitar a moldura de tal maneira que permita representar o litoral das Guianas. Ao sul, não havendo necessidade de se enquadrar o estuário do Prata, o corte deve ser feito um pouco acima. A oeste a preocupação não deve ser outra senão a de equilibrar o mapa com o seu lado leste, visto que a morfologia andina não será representada.

e — *Encartes* — Estão previstos os seguintes encartes no canto direito inferior:

1 — Ilhas Oceânicas. Em vista da diversidade de tamanho das mesmas, neste grupo aparecerão as ilhas oceânicas em diversas escalas.

2 — Mapa do litoral brasileiro no qual estarão localizadas as diversas ilhas oceânicas.

3 — **CONVENÇÕES** — por se tratar de um mapa Temático de Notação (conforme Rodolpho Pinto Barbosa), as convenções não poderão ser as mesmas dos mapas gerais do Brasil que o IBG reedita regularmente. As convenções referentes à geologia serão baseadas nas côres do Mapa Geológico do Brasil editado pelo DNPM (Anexo Tabela de Côr).

No que se refere à Geomorfologia foram elas especialmente elaboradas para êste mapa e deverão aparecer na parte inferior esquerda tanto as convenções especiais quanto as gerais deverão figurar em adendo a estas especificações.

a — 1. *Fronteiras e limites*

As fronteiras entre todos os países representados deverão figurar. No caso da Fronteira Brasil-Bolívia (Tratado de Roroboré) não será desenhada a convenção de fronteira. Em seu lugar a expressão: "Fronteira a ser demarcada". Os limites entre Estados e Territórios serão desenhados em convenção própria.

A fronteira e o limite quando em linha sêca, serão representados por convenção própria e em todo o trecho. (Não se interromperá para escrever nomes de serras, picos etc. O nome será escrito ao lado da linha divisória).

a — 2. Os limites dos contactos das gamas de côr. Um traço fino e marrom servirá de limite entre os contactos das gamas de côr nos trechos em que o limite não seja a própria rêde hidrográfica. Na parte extra-nacional e sôbre o oceano não aparecerá côr alguma.

b — *Relêvo e Aspecto do Solo*

Tanto as curvas batimétricas quanto as hipsométricas não serão representadas por fugirem às finalidades do mapa. Quanto à forma, isto é, a morfologia continental terá esta uma expressão particular que melhor retrate sua fisionomia: convenções especiais serão elaboradas para serem superpostas à geologia

c — *Côres* — Além das côres básicas comuns a todos os mapas (azul para a hidrografia, preto para a rêde, nomenclatura etc.) as diversas formações geológicas aparecerão em tonalidades próprias das côres já consagradas nos mapas geológicos.

d — *Hidrografia* — A rēde hidrográfica será simplificada e generalizada para melhor atender às finalidades do mapa aparecendo apenas os rios com mais de 100 km ou aquēles necessários  melhor compreensão dos aspectos morfológicos.

A distino entre curso parene e curso periódico será mantida e as quedas d'água mais importantes deverão ser aquelas que se localizam nos diversos contatos geológicos.

e — *Nomenclatura*

Tanto as normas próprias quanto as comuns serão grafadas segundo o uso nacional, não se traduzindo, inclusive os nomes genéricos. Para os países vizinhos deverá ser usado, de preferência, o último mapa editado por cada país, pela entidade oficial.

Os cursos d'água tero exclusivamente o nome próprio, visto que os nomes genéricos regionais (Ribeirão, Arroio, Corixo, Garape, Córrego, etc.) são atribuídos a pequenos cursos d'água que, devido a escala não serão representados, tornando-se assim desnecessário grafar-se o nome genérico "Rio". Serão usadas as abreviaturas, o mínimo possível, de acrdo com as da Carta do Brasil ao Milionésimo.

4 — *VERIFICAO* — Todas as fases do trabalho serão verificadas pelos encarregados dos setores respectivos e pelos organizadores responsáveis pela confeco do mapa.

Os acréscimos ou exclusões introduzidas neste trabalho deverão ser anotadas pelo executor respectivo e aprovadas pelo encarregado do Setor.

A verificao e as observaes constituirão um relatório do Encarregado e deverá ser anexado a estas normas.

5 — *INSTRUOES E CONTRLE* — As instrues discriminarão todos os acidentes geográficos de maior importância que deverão constar

do mapa. Servirá de base para a crítica e estudo o último Mapa do Brasil, esc. 1:5 000 000, publicado pelo IBG.

Obras de autores consagrados, livros, mapas etc., deverão ser consultados.

6 — *ANÁLISE, SELEO E GENERALIZAO* — A generalizao tem como objetivo preparar os mapas originais que servirão de base a compilao do Mapa Geomorfológico na escala 1:5 000 000. Entretanto não há necessidade desta generalizao em vista de se poder usar a mesma base do mapa do Brasil. Apenas a seleo de parte da hidrografia deverá ser feita em vista das finalidades do trabalho.

7 — *COMPILAO* — A compilao deverá obedecer rigorosamente a estas especificaes e às instrues, devendo constar de relatório todas as alteraes que por ventura sejam introduzidas.

Em vista de ter-se eliminado a compilao (a base será a mesma da do mapa do Brasil) a generalizao já está feita, não havendo necessidade de elaborar-se convenes próprias de compilao. A nomenclatura selecionada obedecerá aos tipos de letra indicados em anexo a essas especificaes.

8 — *PREPARO DO ORIGINAL PARA A IMPRESSÃO.*

a — Fotoplsticos para abertura mecânica

- 1 — Hidrografia — (Azul)
- 2 — Canev, Limites (Prto).

b — *Peals Coats* para o preparo das máscaras.

c — Prova Química para verificao da abertura e contrle das côres, servindo ainda como base sôbre a qual se fará a colagem da nomenclatura.

d — Negativos para a nomenclatura, (Cinza e Prto).

e — Negativo da morfologia. (Prto.)

Palestra do Presidente do IBRA

CÉSAR CANTANHEDE

1. Recebi, com desvanecimento, o convite para proferir, nesta Escola de formação de uma elite dedicada ao estudo dos problemas brasileiros, uma conferência sobre tema de atualidade sempre permanente, como é a agropecuária.

Nessa perspectiva procurarei atender aos anseios de quantos participam do notável esforço representado pela preparação de planejamentos na linha doutrinária da *segurança nacional*, que contemplo aspirações e objetivos por si só determinantes da criação desta Instituição.

2. O exame das características e das tendências desse amplo setor da atividade primária, constitui um desafio a quem queira fazê-lo, em qual quer parte da terra. É certo que o comportamento do setor em certas terras de países *desenvolvidos*, por ser menos laborioso e mais positivo e dimensionável com menores distorções, permite definições e projeções com valores bastante aproximados da exatidão. Mas, as complexidades e as dimensões que revestem o procedimento setorial nas terras dos países em *desenvolvimento* têm características bem diferentes dessas.

3. Não apenas as estruturas enraizadas e envelhecidas condicionam certos graus de rigidez e de insensibilidade, que marcam, nos países em *desenvolvimento*, a agricultura. As conjunturas, frutos necessários daquelas, estabelecem em grande parte, ciclos, nem sempre periódicos, porém, dificilmente assemelhados uns aos outros, que tumultuam a orientação e que tornam áspere qualquer solução pretendida. A adoção de opções, em qualquer fase, desde a análise preliminar até a avaliação de resultados, adquire aspectos inusitados, dadas as alternativas com que se defrontam os responsáveis pela política de administração da agricultura. Ademais, a própria natureza das regiões em que se situam os países que buscam o desenvolvimento, aumenta a dificuldade com uma gama de sutilezas ecológicas, para a qual só lentamente,

tem o homem engenhado aproveitamentos. Não é, pois, nem tão simples e nem tão fácil, apontar, no vasto elenco de condições inerentes ou agregadas ao setor primário o problema da agricultura, de per si, especificamente.

A variedade de aspectos, a diversidade de elementos, a multiplicidade dos fatores se tornam em formais obstáculos ao conhecimento das causas reais que tornam movediço, em extremo, o comportamento da agricultura nas condições a que me venho referindo.

4. Certos condicionantes há, como a quase *nenhuma sensibilidade* do agricultor e do poder público para a importância das relações associativas, das quais o cooperativismo e o sindicalismo constituem marcos, que contribuem para o agravamento dos processos de produção e de comercialização.

O crédito não desempenha, com eficácia, seu fundamental papel de instituição de fomento, de um lado pelas delongas e exigências de ordem burocrática e, de outro, pela insuficiência das reservas específicas.

O seguro da produção agrícola é, em tais áreas, quase que um mito, percebendo-o levemente os poderes públicos e muito pàlidamente o admitindo o produtor.

O reduzido número de profissionais responsáveis pela motivação, pela promoção e pela informação, capazes de nortearem os agricultores, concorre para o agror da vida rural.

As instituições especializadas às quais cabem as operações típicas de incentivo à produção e de assistência técnica se concentram em ambientes distantes do campo, tornando fracos e discutíveis os resultados de sua ação.

A mão-de-obra rural sem formação consistente não permite alcançar maiores rendimentos, ou mais significativos padrões de produtividade, e se vê agravada como força, a cada dia, pelo acréscimo de novos braços que sem possibilidades de emprego definido aumentam o marginalismo na sociedade rural. A mobilidade desordenada, que traduz certas insatisfações e expectativas das populações do campo, conforme, também, novos aspectos do conjunto de fatores que tornam tormentoso o setor primário.

5. Um rol mais amplo poderia ficar, ainda assim, incompleto, se nos dispuséssemos a enunciar, embora com pretensão, todos os fatores que interferem não só na condição, como no processo da agricultura. Seria provável que mesmo assim não pudéssemos equacionar a solução do problema das áreas menos evoluídas quanto à atividade econômica primária: romper os limites do atraso e da pobreza e partir para a montagem de uma agricultura empresarial progressista, polimórfica e poderosa.

Esse é, com efeito, o problema da agropecuária; resolvê-lo implica, entretanto, na prévia determinação dos objetivos, quando os visualisa.

6. É indispensável, contudo, lembrar que a transformação do estágio de retardamento para o de inovação não se realiza sob o ímpeto de um salto e, tão pouco, sob a audácia de único ato decisivo. Antes, decorre do empenho e da continuidade administrativa da motivação e da convicção da comunidade rural, da disponibilidade de bens e de fatores capazes de assegurarem a manutenção do ritmo à tarefa de adaptação da agricultura.

7. A economia reflexa ou de auto-consumo, de subsistência comercial, de produção industrial para exportação, constituem importantes etapas não de todo caracterizáveis de modo puro, em uma só área. Vencer essa anomalia estrutural, é parte da grande tarefa de harmonização do setor primário às solicitações do progresso envolvente dos demais setores.

8. A exploração agropecuária, na América Latina, pode se situar em 3 tipos gerais:

- tradicional
- de transição
- comercial.

A primeira — a *tradicional* é aquela que apresenta “taxas negativas, ou muito baixas, de produtividade”, a segunda — a *de transição* — se caracteriza por “taxas ligeiramente positivas de produtividade” e sua produção, além de atender ao consumo familiar, ainda se destina aos mercados, e a terceira — a *comercial* — apresenta “taxas positivas de produtividade geralmente em ascensão” e sua produção se destina na quase totalidade à comercialização.

A *exploração tradicional*, característica das regiões minifundiárias e também dos latifúndios de cultura ex-

tensiva, é exercida com base no uso extensivo do recurso humano; a continuação desse tipo de exploração reduz a produção por área, por falta do emprego de práticas de conservacionismo.

No outro extremo, a *exploração comercial*, ocorrente nas cercanias dos grandes centros consumidores, para a produção de artigos hortigranjeiros e nas grandes plantações para culturas de consumo interno e externo como cana, café, algodão etc., a *terra* e o *trabalho* são utilizados de forma intensiva e o capital, sob forma de equipamentos ou de insumos tecnológicos tende a substituir os outros dois recursos.

Entre esses dois tipos de agricultura, se situa a *de transição* ao qual pertencem as propriedades de dimensões médias exploradas geralmente pelo proprietário e sua família, empregando pequenas máquinas e algumas inovações tecnológicas.

A agricultura tradicional é, sob o ponto-de-vista da população que engloba, a mais importante.

9. Os problemas mais sérios para a agricultura do tipo tradicional são:

- baixa produção por área explorada;
 - baixos níveis de emprego;
 - baixos níveis de vida para o trabalhador rural;
 - fracas alternativas de produção para exportação;
- Para a agricultura do tipo comercial são eles:
- aumento de custo dos insumos tecnológicos;
 - aumento de custo do capital;
 - fracas alternativas de produção para exportação;
 - problemas políticos criados pelas plantações em mãos de estrangeiros.

10. As soluções para os problemas de agricultura comercial parecem se situar tais como garantia de preços mínimos, financiamento, assistência creditícia e outros estímulos necessários, quase todas, fora do setor agrícola.

Solução de forte impacto para os problemas de agricultura nos vários níveis consiste no desenvolvimento urbano-industrial que pode prover a falta de estímulo permanente para o aumento da demanda, pois que aumenta a quantidade de consumidores com maior poder aquisitivo. Esse desenvolvimento permite, ainda ampliar a capacidade

de aquisição de bens duráveis para a conservação dos produtos agropecuários, conduzindo ainda ao aumento da produção e à redução dos custos dos insumos tecnológicos para a agricultura.

11. Para a agricultura tradicional entretanto só há uma solução básica: a *reforma agrária*, com a qual se pretende transferir a propriedade da terra a quem esteja em condições de explorá-la, aumentando ao mesmo tempo a dimensão do imóvel rural e, com outros instrumentos adequados, aumentar a produtividade, os níveis de emprego e de vida dos beneficiários.

Armando Samper, Ministro da Agricultura da Colômbia, diz:

"Na América do Sul, até 1966, os esforços dos organismos de Reforma Agrária, com exceção da Venezuela, se orientaram principalmente para os trabalhos de cadastramento e de titulação das terras, deixando, sem maiores modificações a estrutura de uso da terra e portanto os problemas da agricultura tradicional. Parece-me ainda que os projetos futuros de alguns países ainda são demasiados modestos."

"As perspectivas futuras da agricultura na América Latina poderiam ser diferentes se se ampliarem consideravelmente os alcances das soluções que hoje se ampliam modestamente."

Essa ampliação do alcance das soluções exige como condições necessárias:

— decisão política para executar uma *reforma agrária* necessária;

— decisão política para promover o *desenvolvimento urbano-industrial*;

— decisão para estender o *comércio internacional* muito além dos limites atuais;

— aperfeiçoamento dos sistemas de *comercialização*;

— ampliação dos *serviços técnicos de produção e disseminação de conhecimentos agropecuários*.

Diz ainda Samper:

12. A posição da agropecuária na vida brasileira, como promotora da ocupação do território, alimentadora do progresso e formadora de capitais para alicerçar o desenvolvimento, é óbvia. Não caberia senão de leve destacar seu papel, bastando, para tanto, dizer que: nada menos de 30% da renda

interna do país nela tem origem; cerca de 50% do território estão apropriados em propriedades rurais; aproximadamente um pouco mais de 50% da população vivem nos campos; ainda temos nos produtos primários de base, de origem na agricultura, o grande balizador de nossa balança de exportação; as atividades de produção vegetal comportam cultivos de mais de 140 espécies; as atividades da extrativa de bens da flora envolvem mais de três dezenas de espécies; os labôres com a pecuária abrangem tipos de exploração de produtos de carne, gordura, leite, pele, pluma, ovos e sementes melhoradas; a atividade florestal ascende, com vigor, comportando labôres com mais de duas dezenas de espécies; nas latitudes variadas do extenso território, enriquecido pelas altitudes alcançáveis, com algum esforço se encontram estágios de evolução no uso dos recursos naturais ou econômicos, que permitem que rendimentos consideráveis sejam alcançados ao lado de rendimentos fracos.

13. As tão decantadas dimensões continentais do país, com seus graus de desenvolvimento dispersos, constituem certamente a mais crítica das condições da problemática do setor primário.

Como é fácil de verificar as grandes regiões e dentre elas as zonas fisiográficas apresentam o panorama múltiplo de estágios quase antagônicos, embora vizinhos de desenvolvimento social e econômico.

14. Todos esses aspectos dizem respeito, diretamente, às relações do sistema de propriedade, às relações de trabalho, às relações de assistência e de orientação técnica. Compõe aspectos substanciais do panorama gerador do problema da agricultura. Solucioná-lo não é simples nem fácil; ao contrário é tarefa árdua e complexa. A decisão administrativa, dispondo de alternativas, teria que manejar uma delas, sem prejuízo de tratamento simultâneo, capaz de aproveitar racional e tecnicamente os demais caminhos cujos rumos pudessem, a prazo mais conveniente, ser considerados como válidos. Uma das alternativas, quiçá, a mais dialectal, porém aquela que poderia permitir a racionalização da agricultura foi a adoção de uma política de *Reforma Agrária*.

15. A necessidade de dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a *estrutura agrária* do país, era fato evidente ante os anseios da reforma e justiça social de legiões de as-

salariados, parceiros e arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbravam, nas condições então vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários das terras que sempre cultivavam.

A essa angústia se somava, até pouco tempo, a exasperação das *tensões sociais* criadas, quer pelo inadequado atendimento das exigências normais do meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer propositadamente para fins políticos subalternos que a demagogia propagou pelas áreas rurais do país, contribuindo para desorganizar o sistema de produção agrícola existente, embora precário sem substituí-lo por outros mais adequados.

Foi nesse clima que o Governo Revolucionário cumpriu, com a ajuda do Congresso, o que a demagogia sempre prometera sem cumprir: deu ao país a sua Lei de *Reforma Agrária*, o seu verdadeiro *Estatuto da Terra* (Lei n.º 4.504 de 30-11-64).

17. Até ao advento do Governo Revolucionário o clima em relação à *Reforma Agrária* era, todo êle, sensacionalista e demagógico.

Causava *desconfiança* àqueles que ansejavam pelo acesso à terra, dentro de preceitos de Justiça Social, devido às promessas não cumpridas dos governos; *intranquilidade* àqueles que exploravam consciente e racionalmente as terras que possuíam, visando à melhoria da produtividade e do bem-estar coletivo, motivada pelas invasões de propriedade e pelo receio das desapropriações indiscriminadas, e de incompreensão, daqueles que, possuindo a terra meramente para fins de exploração imobiliária, para transferirem seus capitais dessa forma anti-social de especulação para outros setores de investimentos.

18. Abandonando a *opção socialista* caracterizada pela transferência da propriedade ao Estado pela eliminação da liberdade de iniciativa e pela transformação dos trabalhadores rurais em simples usuários da terra de propriedade coletiva do Estado, optou o Governo pela *solução democrática*, que se baseia no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor-proprietário aos frutos de seu trabalho e, naturalmente ao aumento da produtividade, reintegrando a propriedade em sua natural função social e condicionando o seu aproveitamento ao bem-estar geral.

19. Essa lei que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens rurais para fins de execução da *Reforma Agrária* e promoção da *Política Agrícola* definindo a *primeira* como o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade, e a *segunda* como o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-lo com o processo de industrialização do País.

20. A Lei n.º 4.504 — O Estatuto da Terra — se fundamenta em 3 pontos básicos:

— a criação de uma legislação autónoma de Direito Agrário;

— a criação de um instrumento de impacto social e económico o Imposto Territorial Rural com fatores de progressividade e regressividade;

— a criação de títulos especiais (título da Dívida Agrária Nacional) para pagamento da indenização da desapropriação das terras, por interesse social, continuando a indenização das benfeitorias a ser paga em dinheiro.

21. É do espirito da reforma agrária transformar progressivamente os trabalhadores do campo, os arrendatários e os parceiros numa classe média rural, incentivando a criação de pequenas propriedades, congregadas em cooperativas, que possam se responsabilizar pela pequena industrialização agropecuária, e que estimularão e incentivarão, técnica e financeiramente, a iniciativa privada, fortalecendo a modernização e a democratização das médias e grandes empresas rurais, visando ao aumento da *produtividade*.

22. Previu a lei, para execução da Reforma Agrária e para promoção da política agrícola, o prévio *zoneamento do país, visando delimitar regiões homogêneas tanto do ponto-de-vista sócio-económico, como da estrutura agrária do país, que definam:*

— *regiões críticas*, entre as quais serão selecionadas as áreas prioritárias para execução da Reforma Agrária;

— *Regiões em estágio avançado de desenvolvimento social e económico, e em que não ocorram, ainda tensões sociais de vulto, e nas quais será desen-*

volvido o aperfeiçoamento tecnológico, por meio do amparo e da assistência à economia rural;

— *Regiões já economicamente ocupadas*, porém onde predomina uma economia de subsistência, carecendo, assim, de uma assistência adequada à transformação de sua estrutura agrária, para sua incorporação à economia do mercado;

— e, por fim, *regiões ainda em fase de ocupação econômica*, em que se situam áreas pioneiras carentes de programas próprios de desbravamento, de povoamento e de colonização.

23. Para delimitação do zoneamento do país e caracterização das áreas homogêneas, a regulamentação da lei estabeleceu um *índice sintético*, que foi calculado para cada unidade geográfica do país, considerando-se o *produto da média geométrica de 3 índices específicos* por uma *função demo-econômica* relacionada com o sentido econômico da área, em face de sua posição geográfica relativamente aos centros econômicos de várias ordens existentes no país.

O índice sintético calculado para cada município permitiu a elaboração de um cartograma do País pelo qual se evidenciou a necessidade de desdobrar os dois primeiros grupos de regiões em 3 classificações cada um e o terceiro grupo em 2 classificações.

Foram assim obtidas *nove* zonas razoavelmente homogêneas do ponto-de-vista sócio-econômico e das características de estrutura agrária.

De um modo geral, e por conveniência do trabalho, a delimitação das zonas foi feita em correspondência com os limites das zonas fisiográficas dos Estados, reconhecidos pelo IBGE.

24. Foram, após classificadas as *áreas prioritárias* em que a ação regional do IBRA se faz sentir através da aplicação da colonização, da assistência e proteção à economia rural, da assistência técnica, da mecanização agrícola, da produção e distribuição de sementes e mudas, da criação, venda, distribuição de reprodutores e uso da inseminação e do cooperativismo, da assistência financeira creditícia, da assistência à comercialização, da industrialização e beneficiamento dos produtos agrícolas, da eletrificação rural e do seguro agrícola.

Foram criadas 5 áreas prioritárias: no Nordeste, no entorno de Brasília, no vale do Paraíba, no Rio Grande do Sul e no Ceará.

25. Nessas áreas já foram iniciados os trabalhos de criação e organização de núcleos para entrega a parceiros, cuja solução está sendo feita.

Em obediência aos decretos que criaram essas áreas prioritárias deverão estar localizados dentro de 3 anos, no mínimo, 20.000 (vinte mil) parceiros com seus familiares, assistidos pelas Cooperativas Integrais de Reforma Agrária, em todas as modalidades acima descritas.

26. Outra inovação que a Reforma Agrária Brasileira apresenta e que tornou possível uma lei de caráter nacional atendendo às diversidades regionais do País, foi o conceito de *módulo rural*. O *módulo* foi definido com a finalidade primordial de estabelecer uma unidade de medida que exprimissem a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento econômico e de sua exploração social.

27. Como conceito físico, o *módulo* é definido pela área agricultável, a ser considerada em cada região e para cada tipo de exploração, de modo a permitir que um imóvel isolado constitua uma *propriedade familiar*, a qual nos termos do Estatuto, se caracteriza como aquela que:

— é direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, com a eventual ajuda de terceiros;

— absorve, na sua exploração, toda a força-de-trabalho dos membros ativos do conjunto familiar;

— garante à família a subsistência e o progresso social e econômico.

O *módulo* é, pois uma unidade de medida variável, função das regiões em que se situa o imóvel e do tipo de exploração predominante do mesmo.

O *módulo* é uma unidade de medida econômica da propriedade agrícola. É a quantidade de terra necessária para que uma família naquelas condições, de local, naquelas condições de posição, naquelas condições de assistência da infra-estrutura, com aqueles tipos de produção adequados àquela região, possa ter asseguradas as suas condições de sobrevivência e de progresso social.

É uma unidade de referências, a partir de cuja identificação poder-se-á determinar o latifúndio e, em extremo oposto, o minifúndio.

28. A regionalização do país, para fixação da dimensão dos módulos, foi determinada em função das características ecológicas e econômicas homogêneas, levando-se em conta o nível de tecnologia compatível em cada uma das zonas típicas, definidor do tipo de exploração intensiva ou extensiva a ser admitido.

29. Os tipos de exportação considerados, foram agrupados em seis grandes classes: hortigranjeira; lavoura-permanente; lavoura-temporária; pecuária de médio porte; pecuária de grande porte; florestal.

30. Com o conceito de *módulo* as definições no Estatuto da Terra tomaram um significado bastante elástico, e, ao mesmo tempo, objetivo.

Assim, *minifúndio* será todo imóvel que tiver área agricultável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração;

empresa rural será o imóvel que constitui um empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situe, e em percentagem igual ou superior a 50% de sua área agricultável, não excedendo, em sua dimensão, a 600 vezes o módulo médio ou 600 vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona típica;

latifúndio quando exceda aquelas dimensões admitidas como máximas para empresa rural, ou, não as excedendo mas tendo área igual ou superior à dimensão do módulo, seja mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação com empresa rural.

31. Os instrumentos com que o Estatuto da Terra dotou o Poder Executivo para executar o processo da Reforma Agrária Brasileira podem ser sintetizados nos seguintes:

— o cadastramento rural obrigatório;

— a tributação progressiva e regressiva da terra;

— o controle dos contratos agrários;

— a discriminação e cadastramento das terras públicas;

— a desapropriação por interesse social e pagamento em títulos;

— a colonização pública e particular, integrada no cooperativismo e no associativismo rural;

— as várias formas de assistência e proteção à economia rural.

32. O *Cadastramento* visa a permitir o conhecimento da estrutura agrária brasileira; a classificar cada um dos imóveis rurais como *minifúndios* ou *empresa rural* fornecendo aos proprietários, *certificados de cadastro* que os habilitem a obter as várias formas de assistência e proteção à economia rural previstas no Estatuto da Terra; a fornecer os elementos para aplicação do sistema tributário de progressividade e regressividade do Imposto Territorial Rural; a fornecer elementos de controle sobre as formas de exploração social e econômica dos imóveis, sobre as condições de arrendamento e parceria e sobre o cumprimento dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural; a facilitar a transmissão inter vivos e causa mortis dos imóveis rurais; a controlar o sistema do desmembramento de áreas rurais evitando a criação de novos minifúndios no País; e a orientar os trabalhos de identificação de terras públicas e de terras devolutas e de regularização de títulos das áreas ocupadas por posseiros ou dar-lhe a classificação como empresa rural.

33. Já foram cadastrados 3 732 000 imóveis rurais podendo-se afirmar, não só pelo manuseio das Declarações de Propriedade, como pelas apurações estatísticas em vias de conclusão, que não se notam deformações significativas nos dados coletados.

34. De acordo com os dados de censos nacionais, ou estaduais, relativos às atividades agrícolas no País, a cobertura dos Imóveis Rurais parece ter sido total. Os poucos que não foram cadastrados terão que regularizar sua situação em curto prazo, em virtude das consequências que a inexistência do Certificado de Cadastro lhes poderá trazer.

35. Alguns resultados podem ser, desde já, apresentados:

— o melhor conhecimento de estrutura agrária e meios de controle para os contratos agrários;

— obtenção de elementos para a imposição dos instrumentos da tributação;

— efeito educativo sobre o melhor conhecimento por parte do proprietário dos seus empreendimentos agrários;

— identificação dos casos para regularização dos títulos de domínio;

— aceleração do processo de Reforma Agrária pelo desmembramento espontâneo de grandes propriedades improdutivas.

36. Está em curso o cadastramento de cerca de 1 500 000 arrendatários e parceiros e conseqüente registro dos contratos agrários.

37. A tributação é, sem dúvida, o instrumento mais eficaz para correção a *longo prazo* de nossa estrutura agrária. Esse instrumento fiscal foi utilizado empregando sobretudo o princípio universal da tributação progressiva, através de um sistema que leva em consideração fatores que fazem variar o imposto em função de características do tamanho, localização, condições sociais e econômicas de exploração.

38. Assim, o valor básico do imposto, determinado por uma alíquota de *dois décimos por cento do valor real da terra nua*, e acrescido ou diminuído conforme os valores que traduzam a influência das características acima referidas.

39. A emissão de 3 300 000 Guias para Arrecadação do Imposto Territorial Rural, acompanhadas do respectivo Certificado de Cadastro foi feita em computador eletrônico.

40. O produto da arrecadação desse tributo pertence ao Município e a ele é entregue até o dia 30 (trinta) do mês em que foi feita a arrecadação, pelo Banco Arrecadador.

41. Foi criada uma rede bancária de arrecadação através de convênios com os estabelecimentos bancários, em cada Estado, em condições de alcançar, pelas suas agências e as de seus correspondentes, o maior número de municípios.

42. Os dados constantes das Declarações de Propriedade, transportados para os cartões e fitas magnéticas que permitiram os cálculos e impressão das Guias de Arrecadação e do Certificado de Cadastro, permitiram a obtenção de mais de 30 (trinta) relatórios estatísticos para cada estado fornecendo dados *atuais e reais* da *estrutura agrária* do País, sem cujo co-

nhecimento não é possível fazer *reforma agrária*.

43. Essas estatísticas estão sendo analisados contando o IBRA dar publicidade aos mesmos, dentro de 4 (quatro) meses.

44. Outra atribuição do IBRA, de caráter *nacional* é a discriminação e cadastramento das terras públicas e a conseqüente regularização dos títulos de propriedades, inclusive na faixa de fronteira.

45. Incumbe ainda ao IBRA, estabelecer, com vistas à reforma agrária, toda a metodologia relativa à *reforma agrária* e ao *desenvolvimento agrário*.

46. O processo de Reforma Agrária, deflagrado com o Estatuto da Terra, está em marcha sendo seu principal órgão executor o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

47. O ambiente hostil, de desconfiança, de intranqüillidade e de incompreensão está começando a ser vencido e substituído por um ambiente democrático de esclarecimento e de diálogo.

48. No processo de Reforma Agrária há que se definir a regularização dos títulos de propriedade, a eliminação gradativa dos minifúndios, a redução dos latifúndios, a transferência de mão-de-obra liberada das regiões em que há tensões sociais e econômicas.

49. O programa de trabalho do IBRA que precisa agora ter continuidade, em ritmo acelerado compreende os *planos nacionais de cadastramento e tributação* e o de *discriminação das terras públicas* e os *planos regionais*, nas áreas prioritárias onde além do processo de reformulação Agrária prática o IBRA também o desenvolvimento agrícola.

50. A criação de novas unidades para distribuição a parceleiros, a criação de centros de extensão rural, de centros de desenvolvimento de comunidades e de centros de capacitação de pessoal são aspectos parciais da aplicação da reforma agrária nas zonas prioritárias.

51. Em Punta del Este, há pouco tempo, reuniram-se os Presidentes dos Estados Americanos, em uma esfera política ampla em busca de integração continental inspirados em propósitos de "dar expressão concreta e dinâmica

aos ideais da unidade latino-americana e de solidariedade dos povos americanos” e firmaram solenemente uma Declaração da mais elevada e indiscutível importância.

52. Nessa declaração é apontada como uma das metas, a *melhoria das condições de vida das populações rurais*.

53. O Preâmbulo daquele notável documento, desdobrado em um Programa de Ação, apresenta no Capítulo IV o mecanismo proposto para atingir um dos grandes objetivos da Declaração dos Presidentes, qual seja o de:

“modernização da vida rural e aumento da produtividade agropecuária, principalmente, de alimentos.”

54. O objetivo a ser desenvolvido para alcançar os fins colimados está definido de forma concisa e magistral no primeiro período desse capítulo:

“com o objetivo de promover a elevação dos níveis de vida dos trabalhadores rurais e o melhoramento das condições da população rural latino-americana, bem como sua plena participação na vida econômica e social é necessário imprimir maior dinamismo à agricultura da América Latina, de *colonização e de reforma agrária*.”

55. É oportuno, ainda, citar algumas das proposições aprovadas, indicando os meios para que esse objetivo possa ser alcançado e muito de perto:

“aperfeiçoar a formulação e a execução de políticas agropecuárias e assegurar a realização de planos, programas e projetos de pré-investimento agropecuário, de reforma agrária e de colonização, adequadamente coordenados com os esquemas nacionais de desenvolvimento econômico a fim de intensificar os esforços internos e facilitar a obtenção e utilização de financiamento externo;”

“proporcionar incentivos adequados para promover a produção agropecuária em condições econômicas;”

“estimular e financiar a aquisição e uso intensivo dos insumos agrícolas que contribuem para o melhoramento da produtividade, bem como o estabelecimento e a expansão das indústrias latino-americanas produtoras de insumos agrícolas, especialmente de fertilizantes, pesticidas e máquinas agrícolas.”

56. Cabe, ainda, um destaque especial a uma das proposições — é a que se refere à habilitação do trabalhador rural e à formação de pessoal técnico e profissional.

Sem o preparo e treinamento do homem, sem a sua habilitação para o trabalho e sem a sua capacitação para as várias atividades, ocupações e funções da vida rural e do meio rural, não há reforma, não há melhoria, não há modernização que se estruture e se solidifique.

É essa a proposição:

“ampliar substancialmente os programas de ensino e de pesquisa especializados, bem como os de extensão agrícola a fim de melhorar a habilitação do trabalhador rural e a formação de pessoal técnico e profissional.”

Essa convocação e êsse desafio, partidos de homens colocados na mais elevada posição administrativa de cada país, e com maior visão e percuência política dos fatos sociais e econômicos do mundo, e, em particular da América Latina, não pode cair no vazio.

57. Cabe aos órgãos nacionais de administração pública responsáveis pelos assuntos da agricultura, da vida rural e da reforma agrária levantar êsse desafio e procurar os entendimentos para obtenção da cooperação recíproca naquilo em que cada país possa oferecer de melhor.

58. Na esfera de atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, espera a sua administração intensificar a realização e execução dos Planos e Projetos em elaboração e andamento, acelerando-lhes acentuadamente os respectivos ritmos, para que:

“possam ser dados a conhecimento público, no mais breve prazo possível, extraídos da grande massa de informações contidas nos quatro milhões de declarações de propriedades de imóveis rurais, os resultados das apurações estatísticas, que apresentarão sob vários aspectos, a nossa *estrutura fundiária e agrária*, sem cujo conhecimento serão falazes todos os planos e programas de reforma agrária e de formulação de política agrícola;”

“possam os primeiros vinte mil parceleiros ocupar as suas parcelas instaladas em núcleos devidamente criados, com assistência cooperativa, técnica e financeira;”

“possam ser concluídas as implantações dos projetos das zonas prioritárias, os quais servirão também de demonstração para iniciativa privada, dentro ou fora dessas mesmas zonas;

“possa ser concluída a regularização dos títulos de propriedade nas regiões mais conturbadas, afastando definitivamente o principal motivo de atritos e conflitos;”

“possa ser atacada, com vigor, a discriminação das terras públicas e das terras situadas na faixa de fronteira, e principalmente, na região amazônica;”

“possa ser encetada, de forma regular e sistemática, capacitação em todos os níveis e graus de pessoal para a Reforma Agrária;”

“possa ser incentivada e estimulada a iniciativa privada na colonização, no uso racional e na ocupação adequada da terra;”

“possa ser obtida a criação de uma Justiça Rural para garantir um conjunto de relações jurídicas capazes de atender integralmente ao princípio constitucional básico que trata da função social de propriedade.”

Ótimo Populacional

GLYCON DE PAIVA

É truísmo dizer-se que a sociedade humana é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da Economia. Resolvamos, todavia, esse óbvio.

Parte da população de um território nacional se distingue do todo populacional para constituir-se em *fôrça de trabalho* e comportar-se, economicamente, como *fator de produção*.

Essa parcela da população orça por 25 a 30% nos países subdesenvolvidos; e de 40 a 45% nos desenvolvidos. Funciona como sujeito da economia.

O todo populacional constitui o mercado, objeto da economia, absorvendo a totalidade do produto nacional, a menos da poupança interna e dos encargos negativos do balanço de pagamentos.

Compreende-se, desde logo, que a população nacional não possa ser tão pequena até tornar-se incapaz de integrar a força mínima de trabalho necessária à produção de todos os bens e atendimento dos serviços que, no seu nível de vida, a sociedade reclamar.

Igualmente, o todo populacional — o mercado — não pode ser tão reduzido que recuse escala adequada para muitas das atividades necessárias à produção de bens, principalmente os bens de capital.

De outro lado, o potencial de trabalho não pode ser tão grande que condicione condições estruturais de desemprego permanente ou clima de não emprego, e, principalmente, desestímulo à mecanização e à automatização da produção para prevenir problemas

sociais imediatos, ainda que à custa da marginalização a longo prazo da Economia e a condenação perpétua ao desenvolvimento.

Também a população consumidora não pode ser tão grande que resulte em número excessivo de dependentes, superior à capacidade de suportá-los, ao trabalhador, refletindo-se, ainda, na escassez da poupança anual indispensável ao refazimento incessante do capital e do seu acréscimo para que haja desenvolvimento.

Essas alternativas opostas sugerem a existência, em cada instante do processo de desenvolvimento econômico, de *população ótima*, como sendo aquela que melhor serve à sociedade em termos de tamanho de mercado, de efetivo de força de trabalho e de formação de poupança suficientemente grande para ser capaz de aperfeiçoar o sistema econômico e estimular o progresso social, apesar do inevitável crescimento demográfico ainda que mitigado por uma política populacional.

Assim, uma economia deve ser suficientemente vigorosa para propiciar, à sociedade, com amplas sobras, os bens e os serviços de que precise e tem educação para aspirar, reivindicar e conseguir. Essas sobras serão aproveitadas para fazer crescer o produto e aperfeiçoar a sociedade e assegurar-lhe cada vez mais o bem-estar a que naturalmente aspira.

É por isso que a história de desenvolvimento econômico bem sucedido é da permanência continuada de amplo

excesso econômico sobre a população, enquanto que a história do subdesenvolvimento incoercível é a mesma do excedente populacional permanente sobre a produção.

O rendimento do processo econômico, sob população constantemente ótima cresce, pela educação atendida e pela produtividade conseguinte, fazendo com que paulatinamente percam porte os problemas ditos sociais: desemprego, desabrigo, ignorância, fome e doença que apenas surgem, aqui e ali, casuisticamente, sem massificar-se em favelas, *barriadas*, *callampas*, mocambos, *slums* ou *sampans*.

Essa é a história da Inglaterra a partir do século XVIII, a dos Estados Unidos desde esse século, dos grandes Estados da Europa a partir do século XIX, Rússia inclusive.

Nos países onde a economia não apresenta sobras sobre a população, constituem-se, aos poucos, bolsões de gente à margem da economia. Atendidos a tempo, esses bolsões podem ser reabsorvidos pela economia estimulada, caso da Grécia, da Itália e da Turquia no pós-guerra. Esses cuidados pelo plano Marshall; ou do Japão sob a ocupação de Mac Arthur.

Quando não atendidos, esses bolsões se enquistam no panorama nacional e resultam absolutamente intratáveis pela medicina dos investimentos e pelas providências do planejamento econômico para situação que perdura na Índia, China, Indonésia, Vietnam e vários países da África e da América Latina e que, entre nós, se instalou a partir de 1961, com aspectos graves em 1962, 1963 e 1964, mitigados, mas não completamente atendidos depois.

O ministro de Defesa dos Estados Unidos, Robert Mac Namara, em discurso célebre em Montreal, focalizou a síndrome da violência coletiva de repercussão internacional própria dos países com bolsões de população à margem da economia.

Alistou, Mac Namara, 164 movimentos nacionais de violência coletiva de repercussão internacional nos últimos 10 anos, entre as quais a grave inquietude de 1963 e 1964 no Brasil.

Enquanto que apenas três casos desse tipo de violência de extensão nacional correram em país desenvolvido, todos os outros casos surgiram nos países muito pobres ou pobres, como expressões de frustração nacional, fruto do reconhecimento intuitivo da incapacidade de remoção econômica da

questão social e da necessidade da adoção de política populacional complementar.

Normalmente não se faz idéia do incrível potencial de aumento da população humana hodierna. Vale a pena explicá-la com alguns devaneios aritméticos que valem como modelos sugestivos de uma realidade intolerável.

A população, se oriunda de um só casal original, surgido a 12 000 anos atrás, reproduzindo-se à taxa de 1% ao ano, tomada como igual ao termo de ordem 11 980 de uma progressão geométrica de razão

$$1,01, \text{ seria } P = 1,154 \times 10^{53}$$

habitantes, isto é, *um número com 54 algarismos, e do qual não se tem idéia da imensa grandeza*, a não ser indiretamente através de conseqüências gritantes como abaixo.

Distribuição da população P pela superfície da terra

A Terra, abrangendo os mares, tem uma superfície de 540 milhões de km², ou 540 trilhões de metros quadrados. Dando-se um metro quadrado de espaço a cada pessoa, sobre ela deveriam empilhar-se, para acomodar a população P acima:

$$\frac{1\ 154 \times 10^{53}}{540 \times 10^{12}} = 2,14 \times 10^{38} \text{ de pessoas por m}^2.$$

Atribuindo-se a cada pessoa a altura de 1,60m, essa pilha de pessoas, equilibradas umas sobre as outras, em cada metro quadrado, atingiria a altura, sobre a superfície da Terra, de $3/424 \times 10^{38}$ m. Essa altura, expressa em raios terrestres, sabendo-se que o raio da Terra tem 6 400 km, se traduziria por:

$$\frac{3\ 424 \times 10^{38}}{6\ 400\ 000} = 5,4 \times 10^{31} \text{ raios terrestres.}$$

Vê-se assim que o raio terrestre é ainda medida muito pequena para medir a altura da pilha de gente. Tomemos como unidade de medida de distância o ano luz, isto é, o espaço percorrido pela luz, movendo-se com a velocidade de 300 000 km por segundo, durante um ano, ou seja:

$$\text{ano luz} = 300\ 000 \times 3\ 600 \times 24 \times 365 = 94\ 608 \times 10^{11} \text{ km.}$$

Assim a altura da pilha humana em anos luz seria:

$$\frac{3,424 \times 10^{33}}{94,608 \times 10^{11}} = 3,62 \times 10^{25} \text{ anos luz,}$$

altura da qual não se tem qualquer noção.

EXPANSÃO DA TERRA

Se a pilha ganhasse altura à razão de 1% ao ano, para atender ao crescimento populacional, uma vez que a população não poderia crescer para os lados, a expansão da Terra, por segundo, seria hoje a seguinte:

$$\frac{3,62 \times 10^{25} \times 0,01}{3,600 \times 24 \times 365} = \frac{363 \times 10^{21}}{31,534 \times 10^6} =$$

$= 11,5 \times 10^{15}$ anos luz, ou seja, uma expansão de 11,5 quatrilhões de anos luz por segundo, o *suficiente para atingir o sol em um centésimo milésimo do segundo*.

Admitindo-se a população da Humanidade em 250 milhões de pessoas no início da *Éra Cristã* e avaliando-a agora, 1968 anos depois, em 3 200 milhões, calcula-se, como abaixo, a taxa de crescimento ao longo desses 20 séculos:

$$3\ 200 = 250 (1 + \times)^{1968}$$

Essa equação se satisfaz com o crescimento demográfico anual de $\times = 1,2$ habitantes por 1 000. Para uma taxa de natalidade de 45 mil por mil, seria necessária uma taxa de mortalidade de quase 44 por mil, como acontecia na antiguidade.

Como a mortalidade hoje será controlada e reduzida a 13 por mil, seria necessária uma natalidade de 14 por mil para prosseguir com a taxa de acréscimo acima isto é, *uma mulher grávida em cada 17 mulheres férteis*.

O quadro seguinte examina ligeiramente esta importante questão de mulheres fertilizadas entre as férteis, conforme o grau de desenvolvimento.

	1	2	3	4	5
Estágio econômico	Sexo feminino	Mulheres férteis	Mulheres anualmente fertilizadas	Relação 3 para 4	Crescimento
Desenvolvido	510	300	25	1/12	0.8
Subdesenvolvido	510	200	60	1/3 a 1/4	3.1

Mesmo com o crescimento de 1% ao ano, encontraríamos, a partir da atual população de 3,2 bilhões de habitantes, as seguintes intoleráveis situações de acomodação da população humana sobre a Terra:

Século	Ano	População bilhões	m2 por pessoa
XX	1965	3,2	45 000
XXI	2037	6,4	22 500
XXII	2109	12,8	11 250
XXIII	2181	25,6	5 625
XXIV	2253	51,2	2 812
XXV	2325	122,4	1 406
XXVI	2397	244,8	703
XXVII	2469	489,6	351

Esses modelos sugerem que, se não tomarmos espontaneamente a iniciativa, algum *Poder Ditatorial Mundial* nos imporá, lá pelo ano 2000, um máximo de 2,1 filhos (em 10 casais, 9 com 2 filhos e um com três) por casal em média, tendo em vista a excelente razão de Segurança do Planeta.

Nova Indústria de Base — Alcalis *

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

1 — Introdução

A *Companhia Nacional de Alcalis* foi fundada em 1943 pelo governo Getúlio Vargas que, não conseguindo apoio dos Estados Unidos para o estabelecimento da empresa, procurou-o

na França. Este país vendeu-nos todo o equipamento necessário mas, por outro lado, dificultou-nos o acesso ao aprendizado. Recorremos então à Polónia que,

* Notas da excursão realizada à Companhia Nacional de Alcalis, a 17 de julho de 1968.

não só instruiu os técnicos brasileiros, como enviou também os seus ao Brasil. Por estas razões só em 1963 o estabelecimento entrava na sua fase de produção propriamente dita; no ano de 1964 já apresentava lucro e proporcionava dividendos aos empregados.*

Sociedade de economia mista, o governo tem nesta empresa 90% das ações. Embora não goze de qualquer isenção fiscal, mantém em dia seus compromissos financeiros no país e no exterior, apresentando *superavit* nos balanços de 1964-65.

Não recebendo subvenção do governo, vive exclusivamente da venda de seus produtos, investindo os lucros na melhoria e ampliação de suas instalações industriais.

Empresa eminentemente nacional tem todos os cargos de direção ocupados por brasileiros — Edmundo Orlandini é seu atual presidente; toda a sua técnica é dirigida e controlada por brasileiros; sendo também nacionais todas as matérias-primas utilizadas.

Emprega atualmente 2 300 pessoas, das quais a maioria reside em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, atingindo o local de trabalho em ônibus da Companhia, que trafega em estrada asfaltada; os demais residem nas imediações ou na cidade industrial.

Fatura 30 bilhões de cruzeiros por ano, contribuindo com cerca de 2 bilhões de cruzeiros para o Estado do Rio de Janeiro, em impostos e taxas. *Abastecendo integralmente o mercado nacional*, proporcionou a economia de divisas em milhões de dólares anuais.

2 — Localização e Finalidade da Empresa.

Vários foram os *fatores que contribuíram para a localização* da Companhia Nacional de Alcalis no Arraial do Cabo, na região de Cabo Frio.

— As *condições físicas locais* proporcionaram a *existência de salinas*, na lagoa de barragem de Araruama. Ai a pluviosidade é fraca, a temperatura elevada, a hidrografia é pobre e os ventos são constantes. Dentro do âmbito geral da lagoa, tais condições se apresentam ainda mais favoráveis no sul, onde se localizam as salinas mais extensas, pois “gozam de exposição mais direta ao vento nordeste e não têm a temer a razão dos rios que, embora fraca, diminuiu a salinidade nas en-

seadas do lado do continente”. * Assim sendo, em Araruama e São Pedro da Aldeia, localizadas no interior da lagoa, em contacto com o continente, as salinas existentes constituem-se em estabelecimentos isolados e da área reduzida. Já na região de Cabo Frio, entre o Atlântico e a lagoa, as salinas são maiores e mais numerosas.

— Além das salinas, a uma distância média de 5 km, a escolha recairia, ainda, em Cabo Frio, levando-se em conta a *posição relativa dos demais depósitos de matéria-prima*. A canalização de água doce é trazida de 50 km, a água fria está a 2 km, o combustível vem por mar até o terminal da praia dos Anjos e o calcário está a 12 km. Um canal artificial foi construído para ligar a fábrica a lagoa de Araruama, através do qual chega o calcário, trazido dos depósitos conchíferos ao pórtico de descarga. A lagoa tem capacidade para manter a fábrica durante 50 anos, se a exploração fôsse de 1 200 toneladas por dia; no entanto, a fábrica vem explotando somente cerca de 800 toneladas diárias. Por outro lado conta-se, ainda, com a reserva da lagoa de Saquarema, ainda intacta.

A *construção da rodovia Amaral Peixoto* favoreceu o local, aproximando-o ainda mais dos centros consumidores, representados por São Paulo e Rio de Janeiro.

A *finalidade da Companhia Nacional de Alcalis* é o abastecimento do mercado brasileiro, livrando-o da importação do produto. Entre as indústrias químicas de base, o *alcalis* é o mais importante para a economia brasileira, já que é indispensável ao estabelecimento e expansão de grande número de indústrias de transformação primordiais ao desenvolvimento do país.

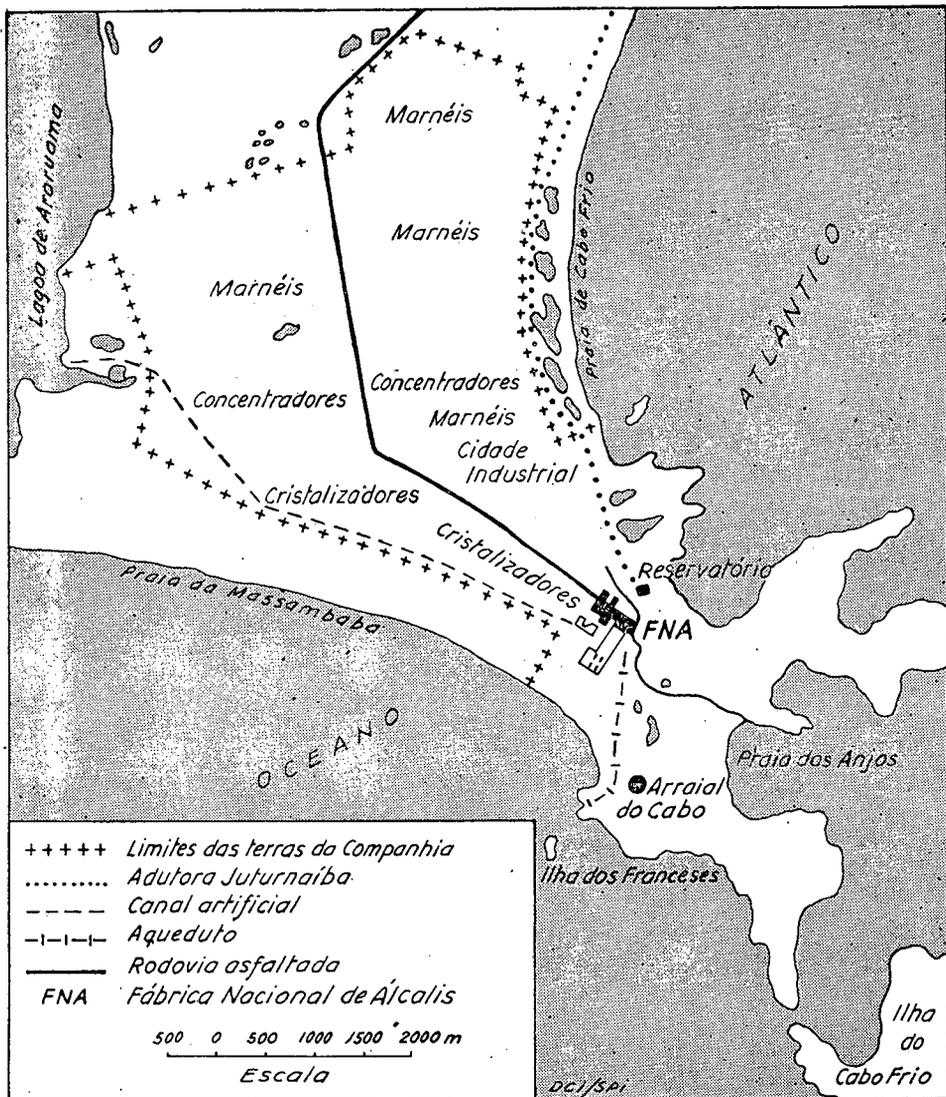
Libertando a indústria nacional da dependência técnica *know-how* e econômica do estrangeiro, essa Companhia assegurou o suprimento do alcalis, um dos *produtos-base* na fabricação de vidros, sabão e detergentes, tecidos, celulose e papel, produtos farmacêuticos, produtos químicos, explosivos, siderurgia, refinação do petróleo, óleos etc.

3 — Produção.

A *capacidade de produção* da Companhia Nacional de Alcalis é de 300 toneladas por dia ou 100 000 toneladas

* O 14.º salário é a participação anual de cada operário e funcionário nos lucros da Companhia.

* *Planície Litorânea e Canavieira do Estado do Rio de Janeiro — Guia de Excursão — Lysia Cavalante Bernardes. CNG — 1957 —* pág. 130.



por ano, de *carbonato de sódio* (barrilha), principal produto da fábrica. Produz-se em maior quantidade a barrilha leve, também conhecida como *vidreira*, adquirida para a fabricação do vidro. Hidratada a barrilha, depois de sêca, ela se apresenta com grãos mais densos: trata-se da *barrilha metalúrgica*, usada como fundente na indústria metalúrgica.

Na fabricação da barrilha são utilizados o calcário conchífero da la-

goa e o sal comprado, em parte, na região, embora a maior quantidade venha de Macau no Rio Grande do Norte e de outras áreas do Nordeste. A barrilha é obtida pelo processo industrial conhecido sob o nome de *Solvay*, desenvolvido em 1860, suplantando o de *Leblanc*.

Tendo em vista a grande aceitação, provocada pelo nosso desenvolvimento industrial, a Companhia planeja a *duplicação de barrilha* para 600 toneladas

por dia e 200 000 toneladas por ano. Planeja, ainda, a *diversificação de sua produção*, além da barrilha e cal viva ou extinta. Visa, sobretudo, a nossa *auto-suficiência no suprimento do sal*. Para isso está aplicando seus próprios recursos na construção de um novo setor dentro da fábrica, para a industrialização desta matéria-prima, pelo *processo de combustão submersa*. Sabe-se que, atualmente, o produto das salinas está

sujeito às condições do tempo, para a posterior refinação. Instalada a fábrica, este problema estará sanado, a produção será maior e haverá um barateamento do sal refinado.

Com a produção de sal por evaporação solar e combustão submersa, poderá a Companhia Nacional de Alcalis aproveitar os subprodutos desta operação, que serão o *sulfato de cálcio* (gesso) e o *óxido de magnésio*.

Os Ciclos Econômicos do Brasil *

ANTÔNIO JOSÉ DE MATTOS MUSSO

PLANO GERAL DO CURSO SOBRE OS CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL

Na evolução econômica brasileira, vamos considerar 5 ciclos, de certa forma sucessivos, e que influem, um depois do outro ou paralelamente, de maneira predominante.

- I — Ciclo do pau-brasil
- II — Ciclo do açúcar
- III — Ciclo da mineração { época do ouro
" das pedras preciosas
- IV — Ciclo do café
- V — Ciclo industrial

Estes foram os principais produtos, os soberanos sucessivos de nossa economia.

Mas em torno deste soberano, como sóis de um sistema planetário, existem outros planetas secundários de vários tamanhos gravitando em torno de suas órbitas e tendo diâmetros diferentes. Constituem aquilo que podemos chamar os comércios ancilares do produto principal.

- I — No ciclo do pau-brasil
 - ancilares { a) escravos
b) animais vivos e mortos
c) algodão
d) sementes oleaginosas
- II — No ciclo do açúcar
 - a) tabaco
 - b) criação do gado (época do couro, ciclo pastoril)
- III — No ciclo da mineração
 - a) época do ouro
 - b) " das pedras preciosas
- IV — No ciclo do café
 - a) comércio da borracha

* Súmula de aulas ministradas no Curso para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia de nível secundário, promovido pelo Conselho Nacional de Geografia, atual Instituto Brasileiro de Geografia, em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia, nos meses de janeiro e fevereiro de 1954.

N. R. — Tendo em vista o grande interesse pelo assunto, o *Boletim Geográfico* reproduz a partir desse número, "Ciclos Econômicos do Brasil" publicado originalmente nos n.ºs 129—132, anos XIII e XIV deste periódico, com separatas.

V — No ciclo industrial

- | | | |
|----|----------------------|----------|
| a) | comércio da borracha | } guerra |
| b) | " do algodão | |
| c) | " da mineração | |

INTRODUÇÃO

Antes de entrarmos no estudo dos ciclos econômicos, (o que esperamos fazer em traços gerais, apenas focalizando os aspectos essenciais, sem entrar, portanto, em maiores pormenores) torna-se mister, fazermos algumas considerações, referentes a uns tantos fatos, de importância capital na vida da humanidade, que, pelas suas inter-relações, são pontos-chave de quaisquer estudos, quer geográficos, históricos, políticos, sociais e econômicos, conduzindo-nos, por conseguinte, ao nosso objetivo, visto que a vida dos povos está ligada por fatos, que aparentemente parecem ter pouca influência, mas cujos fundamentos são inseparáveis; senão vejamos:

1 — *A missão de Portugal através do infante D. Henrique.*

Portugal divisoou através do infante D. Henrique (que tomou parte na expedição contra Ceuta — 1415 — e tão bem soube orientar-se com os mercadores sobre os segredos da África), o que representava naquela época a conquista do ambicionado caminho das Índias: era a riqueza, o poderio, o domínio dos mares e quiçá o das terras (vide nota).

2 — *Causas que o levaram à conquista do caminho das Índias.*

A necessidade de conquistar as terras do Levante prendia-se a fatos anteriores, isto é, às peregrinações dos cristãos ao Oriente, a Jerusalém, onde se achava o túmulo de Jesus Cristo, ao vaivém das Cruzadas contra os árabes infiéis, e que viriam despertar a atenção da Europa, para o maravilhoso mundo oriental. Lá, se encontravam as especiarias: a pimenta, o cravo, a canela, a noz-moscada, o gengibre, que tornavam os alimentos saborosos, de odor agradável e os conservavam: os perfumes, o sândalo, o incenso, a mirra, a cânfora; as pedras preciosas, as pérolas; produtos tintoriais e as madeiras raras; os móveis (divãs ricamente trabalhados), panos e sédas da Índia e do Extremo Oriente, as almofadas e alfombras, que sem dúvida, vieram despertar no Ocidente o desejo de possuí-las.

Os que chegavam do Oriente contavam maravilhas, Marco Pólo, ao propagar com entusiasmo as suas viagens pela lendária China (Catai), realizadas em fins do século XIII, descrevendo os tesouros e riquezas fabulosas, viria reforçar a cobiça dos povos da Europa.

A introdução da bússola pelos árabes, e do astrolábio, a evolução das embarcações — caravelas e naus — os progressos da Cartografia que assinalava com precisão cada vez maior as rotas seguidas pelos navegantes, viriam dar maior segurança e confiança às viagens ultramarinas, contribuindo para o enorme surto de conquistas e o alargamento dos horizontes geográficos.

"O ressurgimento da economia nos séculos XI e XII e o crescimento das cidades"¹ trouxe grande procura dos produtos, estimulando o comércio entre os povos.

Durante o século XV a revolução comercial causada pelas riquezas do Oriente, viria mudar a concepção da sociedade medieval, imbuída das conquistas da Renascença, "o espírito cavalheiresco e religioso" predominante desde o advento do

NOTA — "Colombo ia atrás do ouro salomônico, Vasco da Gama atrás do comércio do Oriente, e o infante D. Henrique na empresa de Ceuta, prólogo da nossa epopéia marítima, esperara encontrar a chave dos reinos doirados do Preste Johan das Índias. Tudo isto é assim; mas a cobiça não era o motivo exclusivo, nem o dominante. Dilatar uma fé ardentemente sentida, conquistar todo o mundo para o Deus verdadeiro, satisfazer finalmente os instintos materialistas e acalmar a curiosidade provocada pelo enigma absorvente de um mar desenrolado diante da vista e que à imaginação aparecia como tesouro encantado, eis o que no fundo, bem no fundo, arrastava os portugueses para a navegação."

Oliveira Martins: — J. P. — Portugal nos Mares — Lisboa, vol. I, 3.^a ed. 1924 pp. 44/54.

¹ Burns: — Edward Mc Nall — *História da Civilização* — P. 331.

cristianismo, era substituído paulatinamente, pelo espírito mercantilista. A salvação da alma cedia terreno às ambições materiais, ao ganho, ao lucro auferido com a compra e venda das especiarias, vindas das terras longínquas do lendário Oriente, pela estrada das sédas, atravessando a Ásia Central, ligando o Mar Negro à China e a rota das especiarias, que se estendia do Mar Vermelho à cidade e pórtio Alexandria — perlongada pelos mercadores venezianos, Veneza e Gênova dominavam o comércio mundial das especiarias, embora o árabe, de início, e por fim, os árabes e turcos otomanos (com a tomada de Constantinopla em 1453, grande cidade bizantina e império do Oriente), fechassem as rotas comerciais por terra e por mar ao comércio de Veneza, Gênova e as cidades do norte da Europa.

Os venezianos, através de negociações e acordos, tentaram conjurar o perigo que os ameaçava, em sua longa supremacia comercial. De um lado, era o islamita, de outro as repúblicas italianas.

O genovês Cristóvão Colombo, levado pelos ideais da época e baseado no mapa de Ptolomeu, descobriu o nôvo mundo, a América em 1492, acreditando ter achado por outro caminho, as Índias Ocidentais dando à Espanha dos reis católicos, extraordinária proeminência, que, mais tarde seria a causa de sua ascendência no cenário mundial.

Tornava-se, portanto, imprescindível descobrir um nôvo caminho que conduzisse ao Oriente, para êsse fim, Portugal se preparou guiado pela Escola de Sagres e, em 1498, Vasco da Gama realizava um grande e ousado cometimento — a maior das conquistas marítimas de Portugal — após ter contornado a África (périplo da África) atingia Calecute ao SW da península indiana, na costa de Malabar dessa forma, descobria nôvo caminho para as Índias. As conseqüências dessa admirável epopéia não demoraram.

3 — *Conseqüências da descoberta do caminho das Índias*

Portugal tornava-se em pouco tempo o senhor absoluto do comércio do Oriente, instalando feitorias para o comércio, tirando, ao árabe, a supremacia da navegação pelo Mar Vermelho, Golfo Pérsico até Málaca na península da Indochina, o depósito mais importante da Ásia Oriental² e em 1515, cortando em definitivo o comércio árabe com o Mediterrâneo pela tomada de Ormuz, na entrada do Golfo Pérsico.

As armadas, lusitanas, com as suas poderosas naus, infundiam respeito às nações e aos príncipes afastando-os de suas rotas.

O comércio passou a ser feito do Índico pelo Atlântico e as repúblicas italianas que negociavam diretamente com o Oriente, tornaram-se vassalas de Portugal.

Lisboa situada quase à ribeira do Atlântico, na ria do Tejo, possuindo ótimo pórtio tornou-se a cidade mais rica da Europa, substituindo Veneza, a cidade das lagunas e outrora rainha do Adriático.

O comércio que era feito quase totalmente por terra, passou a se fazer por mar, prejudicando consideravelmente as cidades interiores, servidas pelas estradas, que dos Alpes rumavam aos países nórdicos beneficiando, todavia, os que se situavam na beira do Atlântico: Portugal, Espanha, Países Baixos, França e Inglaterra.

Descoberto o ansiado caminho das Índias que tornou Portugal a maior potência da Terra, não parou aí o desejo de cada vez mais, alongar os seus domínios, devassando mares e terras, que pudessem servir de colônias de exploração ou entrepostos de comércio ou, quem sabe, novas terras como a opulenta Índia.

Faltava contudo, o derradeiro capítulo das grandes descobertas lusitanas, que se daria no último ano do século XVI: o Brasil, que o capitão-mor da Índia, Pedro Álvares Cabral, com destino escrito em sua "Carta de Prego", visitaria e tomaria posse, chantando aos 22 de abril de 1500 em Pórtio Seguro, atual baía Cabralia, a Cruz de Cristo e as quinas do glorioso Portugal.

A Terra de Santa Cruz estava dentro da linha de Tordesilhas (1498) e era a última grande conquista lusitana; embora, não lhe acenasse desde logo com as riquezas da Índia, viria posteriormente, — como veremos, quando estudarmos

² Tomada pelo grande Afonso de Albuquerque em 1511 — e Ormuz em 1515.

o ciclo da cana-de-açúcar e o ciclo da mineração com a época do ouro e das pedras preciosas — a servir de esteio à metrópole, quando ela mais precisava de ajuda.

A descoberta da nova terra causou alvoroço aos reis e príncipes da época, rivais de Portugal, na corrida mercantilista; os lusitanos, desde logo, viram que era necessário conservar a sua conquista, além do mais, sustentar o poderio alcançado, o de líder do comércio ultramarino, de tesouros da Índia e a cobiça dos seus competidores no comércio mundial. Portugal esgotava aceleradamente as suas energias, visto ser pequeno em seu território e possuir na época população de pouco mais de 1 300 000 almas. Isto lhe causou a exaustão em numerário e em homens e o decréscimo, relativamente em pouco tempo, do seu poderio mercantil³, devendo-se acrescentar ainda “a concorrência que lhe moviam as nações vizinhas, mais bem organizadas e mais ativas: Holanda, Inglaterra e França, que, além disto, estavam mais próximas dos centros de maior riqueza e de populações mais densas da Europa e eram assaz experimentadas nas porfias comerciais”.⁴

4 — *A impressão causada à metrópole com a descoberta da Terra de Santa Cruz*

Quanto à terra que Pero Vaz de Caminha descreveu ao rei D. Manuel, o Venturoso, em interessante epístola e da qual Gaspar de Lemos foi o portador, não deixou grande impressão à metrópole porque não apresentava os ricos produtos da Índia; apenas, papagaios — (Cantino — mapa de 1502) — vistas penas, densa mataria, belezas naturais: e “em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo” no dizer de Caminha.

A expedição de Cabral ao voltar da Índia, após aqui estar, levou para Lisboa considerável carregamento dos mais variados produtos, desde as especiarias aos perfumes, louças, pedras preciosas, além do ouro e marfim da costa d'África.

A Terra de Santa Cruz, além da falta das riquezas citadas, não possuía os mercados experimentados do Oriente, que pudessem com êles comerciar. Aqui habitavam povos bárbaros, tribos selvagens, nômades, fetichistas que apresentavam um estágio de cultura comparado ao da idade neolítica, tendo por moradia as clareiras das matas, à beira dos rios, onde instalavam as suas tabas e malocas.

Em 1501, aqui veio a primeira expedição de reconhecimento, chefiada por Gaspar de Lemos, dela fazendo parte Américo Vespúcio, que ainda mais desalentava a metrópole, quando dentre outras cousas afirmava ao escrever a Soderini: “nela não encontramos nada de proveito, exceto infinitas árvores de pau-brasil, de canafistula, as de que se tira a mirra e outras maravilhas da Natureza que seriam longos de se referir”.

Esta expedição daria nome aos acidentes geográficos brasileiros, observando o céu de nossa terra e levaria para a metrópole um carregamento de pau-brasil, “única mercadoria, de valor real”, que se apresentava com valor comercial para o tingimento de panos, em uma época em que faltavam as anilinas, como tão bem refere Simonsen.

I — CICLO DO PAU-BRASIL

1 — *O monopólio e o arrendamento da Terra de Santa Cruz.*

O deslumbramento da Índia continuava a distrair, as atenções da Coroa, embora o pau-brasil fôsse muito procurado pelas indústrias da Europa.

Tal como se deu com as especiarias da Índia, El-Rei tornou-o desde logo (1502), monopólio da Coroa, que, dessa forma passou a ser a única concessionária da sua exploração, arrendando a seguir, a grupo de capitalistas, provavelmente cristãos novos no dizer de Afonso Arinos.

Inicia-se dêsse modo o ciclo do pau-brasil, em 1502.

Antes de entrarmos no seu estudo, vejamos como apareceu o termo pau-brasil, sua distribuição geográfica e sua influência como topônimo.

³ Schmidt Max George — *História do Comércio Mundial* — Atena Editora, p. 85.

⁴ Simonsen, Roberto — *História Econômica do Brasil*, vol. I, p. 68, Vol. 100, Brasileira.

2 — Como apareceu o termo

O pau-brasil, o ibirapitanga — árvore vermelha — dos nossos índios, *Cesalpinia echinata* — Lamarque, da família das leguminosas (subfamília das cesalpináceas) e também conhecida como pau-de-pernambuco, possui um tronco de 6,3 a 10 metros de altura, 80 centímetros de diâmetro, cerne vermelho-vivo com manchas escuras.

Bernardino José de Sousa, à página 82, de seu magnífico trabalho: o Pau Brasil na História Nacional — Vol. 162 da *Brasiliána*, refere-se em feliz oportunidade, às importantes notas, editadas “ao precioso trabalho de Garcia da Orta”: Colóquios dos Simples e Drogas da Índia 1563, por dois ilustres historiadores portugueses: A. C. Teixeira de Aragão e o conde Ficalho, que julgamos de interesse transladar: “o conhecimento do pau-brasil parece remontar ao século IX, pelos itinerários dos árabes El Hacem e Abuzie, publicados por Renandot nas Antigas Relações com as Índias, e onde se designa com o nome persa Bakham, que ele traduziu em latim *Bresilium*.”

O pau-brasil é muito parecido nas qualidades com uma planta de Samatra, donde se extrai também a tinta da mesma cor. Tanto esta droga, quanto o pau-brasil eram importados para a Europa, pelos árabes, vindos do Oriente pelo Mar Vermelho, e por terra atravessando o Egito. O pau-brasil tinha grande consumo, servindo principalmente para tingir de vermelho as lãs, algodões e sedas. Diz Muratori que nas alfândegas de Ferrara, em 1193, e nas de Modena, em 1316, aparecem notícias da droga para tingir os tecidos de encarnado, chamada na Itália — Brezil, Brecilles, Bracire, Brasilly, Brazillis e Brazili... O pau-brasil começou a ser importado em Espanha, nos anos de 1221 a 1243”.

Pelo exposto esta madeira era conhecida desde a Idade Média, (*Cesalpineia sappan* — Linneu) “sendo encontrada nas Índias, Birmânia, Sião, Tonquim (Indochina Francesa), onde é chamada Cãi-Vang, nas Molucas, na China e mesmo no Japão. A sua área de distribuição é portanto, bem mais extensa do que se pensa (espécie sapang).”

Os diferentes nomes por que era conhecido nas línguas asiáticas, européas e até americanas, têm ligação com a cor vermelha que dêle se extrai.

O *lignum brasil*, o *bresilium* como era conhecido no Ocidente, estava ligado ao vocábulo germânico “brasa”, e que designa em português a idéia do fogo, pela sua cor avermelhada. Estes designativos foram-se transformando em *verzi* ou *verzino* em italiano, *bresil* em francês, *presling* em alemão, passando a “brasil” designativo de brasa (Afonso Arinos, p. 34).

Os portugueses conheciam-no em suas viagens à Ásia, antes do descobrimento do continente americano, com a designação de brasil.

A verdade é que o pau-brasil era conhecido em quase tôdas as línguas; até mesmo, em sânscrito é mencionado como “patanga”, designando a cor vermelha.

3 — Distribuição geográfica no Brasil

Encontrava-se em abundância nas matas que perlongavam a costa, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte, sendo no dizer de Artur Neiva, “uma espécie mais litorânea que sertaneja”.

Gabriel Soares informa, que o melhor se encontrava nas matas de Pernambuco, de onde, nos tempos coloniais saíram os maiores carregamentos de pau-de-tinta, a ponto de ser conhecido dos holandeses durante o século XVII, como pau-de-pernambuco.

4 — Influência como topônimo

Nos mapas e cartas do século XVI, o nome de nossa pátria figurava, como Ilha de Vera Cruz, Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, (Cantino 1502) Terra do Brasil, finalmente Brasil foi o topônimo que permaneceu, não sem os protestos veementes de muitos, conforme se depreende ao lermos João de Barros, Gandavo, frei Vicente do Salvador, frei Santa Maria Jaboatã.

Todos êles desejavam ver mantido o nome de Terra de Santa Cruz, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatã em seu *Nôvo Orbe Seráfico Brasílico*, ou *Crôni-*

ca dos *Frades Menores da Província do Brasil*, impresso em Lisboa em 1761, no vol. I, p. 5 estância II (edição de 1856), queixava-se amargamente da mudança do nome de Santa Cruz para o de Brasil, "título que a indiscreta política dos homens, ou a sua imprudente ambição mudou depois em o de Província do Brasil, mostrando sem o querer, que fazia mais estimação do valor destes paus vermelhos, de que dependem os seus lucros temporais, do que do inestimável preço daquele sagrado Madeiro, donde com outra melhor côr, e sem comparação alguma, pendeu todo o nosso espirital remédio".

Dessa forma, o pau-brasil daria o nome ao nosso querido Brasil, e constituiria a nossa primeira atividade econômica como 'produto extrativo das matas costeiras tropicais.

Brasileiros eram aqueles que comerciavam com o pau-brasil.

5 — O primeiro arrendamento da Terra de Santa Cruz e o início do ciclo do pau-brasil

Como vimos a exploração comercial da Terra de Santa Cruz não compensava a Coroa Portuguesa, que se preocupava com as Índias, por este motivo em 1502, arrendou a terra recém-descoberta, a negociantes de Lisboa, distinguindo-se o mercador Fernão de Noronha. Teve início a exploração do pau-brasil e o primeiro ciclo da nossa economia:

A — Os arrendatários comprometiam-se a mandar, anualmente, três naus com a missão de descobrir 300 léguas de costa, instalar fortalezas para a defesa das terras conquistadas, durante essa concessão "três anos, com isenção de direitos no primeiro ano, pagamento de um sexto no segundo e de um quarto no terceiro".⁵

"Fundavam seus cálculos no lucro produzido por escravos, por animais curiosos e pelo pau-brasil, de que os primeiros exploradores levariam algum carregamento, e também na vaga esperança de poderem chegar à Índia por este caminho". (Centro Industrial do Brasil, p. 25).

B — Talvez a 2.^a expedição de Gonçalo Coelho tenha sido financiada pelo consórcio de Noronha, destinando-se a carregar brasis e procurar nova passagem para Málaca.

Vespúcio, que dela fazia parte, fundou em Cabo Frio a primeira feitoria em terras brasileiras (1503), com o fito de trocar a madeira e os produtos da terra com os indígenas e Gonçalo Coelho fundou na Guanabara, numa das bôcas do rio Carioca, hoje praia da Glória, um outro fortim, neste mesmo ano.

C — Outras embarcações aqui estiveram não só armadas que iam à Índia, mas também, corsários franceses, que preavam o pau de tingir em escambo com o gentio; é que Francisco I, em desrespeito à linha divisória entre Portugal e Espanha, fixada por uma bula papal, declarara que "desconhecia a cláusula do testamento de Adão, que reservara o mundo unicamente a portugueses e espanhóis".⁶

Mais tarde, os espanhóis também fariam o contrabando do pau-brasil.

D — A nau Bretoa — Fernão de Noronha e seus interessados: Benedito Morelli, Bartolomeu Marchione e o português Francisco Martins, conseguiram, por renovação de contrato em 1511, armar a nau Bretoa.

De Cabo Frio, carregou a dita nau, 5 000 toros de pau-brasil, 40 peças de escravos, na maioria mulheres, muitos papagaios e macacos, em troca de guizos de cascavéis, miçangas, espelhos, facas, tesouras, machados, foices etc.

6 — Importância das feitorias.

Eram postos avançados no comércio do pau-brasil, estabelecidos pelo Reino para facilitar os carregamentos e somente elas podiam fazer o seu comércio, preparando e acumulando os toros nos pontos acessíveis aos embarques. Localizavam-se de preferência nas ilhas e boas aguadas e "deviam ter caixas ou cêrcas

⁵ Viana, Hélio — *História Administrativa e Econômica do Brasil* — Comp. Editora Nacional — 1951, p. 102.

⁶ Prado, J. Caio — *História Econômica do Brasil* — 1945, p. 33.

próprias para guardarem os gêneros de resgate algumas sementes de além-mar podiam ser plantadas à roda, e soltos alguns animais domésticos e de fácil reprodução”⁷.

7 — Os contrabandos.

Fora das feitorias, contrabandeavam com os selvagens, os franceses, cujas indústrias nascentes reclamavam a matéria-prima tintorial, além dos de nacionalidade espanhola, que esporadicamente pirateavam com os brasis.

Em vista dessas ameaças constantes a metrópole portuguesa mandou-nos a 3.^a e 4.^a expedições com flotilhas guardas-costas, ambas sob a direção de Cris-tóvão Jaques, a última, em fins de 1526, aprisionou e afundou navios de piratas franceses e fundou a feitoria de São Marcos entre as capitânicas de Pernambuco e Itamaracá, região onde mais se fazia o contrabando.

Os franceses conseguiram a simpatia dos selvagens disso tirando proveito e causando graves e constantes prejuízos à Coroa Portuguesa.

Os mercadores franceses organizavam expedições que aqui vinham buscar o pau de tinta e o próprio rei de França concedia carta de corso a mercadores franceses, causando sérias complicações com o governo português.

Muitas fortunas se fizeram somente à custa da revenda do pau-brasil, revela Ferdinan Denis, citado por Afonso Arinos⁸ dentre elas “a do célebre armador Angó, segundo deste nome, que foi banqueiro da Coroa de França”. Em Dieppe, este abastado corsário, possuía “uma bela casa construída de madeira brasileira, onde eram vistos índios e animais trazidos do Brasil”.

O comércio clandestino do pau-brasil durou cerca de dois séculos, embora o monopólio continuasse até a Independência do Brasil, passando a “ser considerado monopólio nacional e abolido em 1859, quando ficou sujeito a imposto especial até entrar no rol das mercadorias comuns, subordinadas a taxas aduaneiras”⁹.

8 — A decadência do comércio do pau de tingir.

A descoberta das anilinas, pelos alemães, colocaria em plano secundário a tintura retirada do pau-brasil, figurando, daí por diante, como madeira de construção.

Ainda nos dias atuais figura na pauta de nossa exportação, embora seja *avis-rara* em nossas matas.

9 — Lucros obtidos pela Coroa.

Segundo Simonsen (p. 98 — I volume) em trinta anos de exploração teria dado de lucro, cento e vinte milhões de cruzeiros, dos quais, trinta milhões à Coroa. “Este valor corresponde a cerca de 300 toneladas anuais, ou seja, a carga de 3 a 5 naus daquele tempo”, afora os prejuízos causados pelos flibusteiros da época.

André João Antonil em a *Cultura do Brasil por suas Drogas e Minas* — 1711 — P. 271, estima em quarenta e oito mil contos a renda anual do pau-brasil.

A princípio, causou prejuízo, “não dando para cobrir as despesas com a defesa das novas terras e do comércio lusitano”, mas, após um século, passaria a render, à Coroa, por mais 200 anos.

O ciclo do pau-brasil começa a decair com a ascensão do açúcar; por volta de 1550.

10 — Comércio ancilares

Os escravos, animais vivos e mortos (penas de aves), o algodão nativo e algumas outras sementes oleaginosas.

O tráfico de escravos foi bastante intenso. Lisboa, sem braços para a agricultura, importava-os de onde podia e muitos dos nossos índios foram cativados

⁷ Centro Industrial do Brasil, vol. I, p. 27, Rio de Janeiro — 1907.

⁸ Arinos, Afonso, p. 37.

⁹ Magalhães, Basílio — *História Administrativa e Econômica do Brasil*, p. 62 — 1951.

para Portugal, sendo utilizados em “serviços domésticos e urbanos, ou engajados a bordo dos navios. Também foram exportados em grande número para outros países”, como cita Afonso Arinos.

Dos animais exportados, a preferência era pelas aves de bela plumagem, que os índios criavam para vender.

Estes dois comércios ancilares se salientam dos demais.

- 11 — *Conseqüências do ciclo econômico do pau-brasil.*

A exploração nômade e rudimentar do pau-brasil, produto extrativo de nossas matas “não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa de nossas matas”, (Caio Prado, p. 32) a nosso ver, das maiores na história da economia destrutiva.

Todavia, tornou a terra brasileira conhecida de estrangeiros que a ambicionavam e mais bem conhecida dos portugueses, que desejavam conservá-la, não só, sob o ponto-de-vista econômico, mas sob o ponto-de-vista estratégico, visto ser meio caminho para as Índias, e controlar as conquistas espanholas no México, Peru e no Rio da Prata.

Com o correr dos tempos, a Coroa viu-se na iminência de tomar medidas para melhor defesa e ocupação do território, de que é exemplo a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa. Antes desta acertada medida, aqui existiam alguns estabelecimentos coloniais fortificados — as feitorias — mas propriamente, não fixou nenhum núcleo colonial, ou, de população, no país (em função do pau-brasil).

“Econômicamente, de início, deu prejuízo ao erário real, muito embora, a atividade extrativa se mostrasse em maior escala, no século XVI e princípios do século XVII, atingindo o apogeu na primeira metade do século XVI, no período colonial”¹⁰, enquanto não se inicia grande colonização, que iria propiciar a cana-de-açúcar.

— Nos séculos que se sucederam — quase três séculos — e com o auxílio de capitais empregados em sua exploração, viria a dar uma pequena margem de lucro, (15% sobre o preço de venda) aos seus arrendatários.

— Deu início à fusão do português com o índio e que mais tarde juntamente com o negro, seria a semente do povo brasileiro.

— O madeiro vermelho — o pau-brasil — deu nome ao primeiro ciclo da nossa vida econômica, quando esta se achava em fase pré-colonial.

Finalmente, deu nome a nossa grande pátria.

II — CICLO DO AÇÚCAR

Com este ciclo econômico, entramos na era colonial em que se efetiva o povoamento e a fixação do homem à terra.

Como ciclos ancilares, acompanhando portanto, a trajetória do açúcar, salienta-se o tabaco e a criação do gado, de permeio com outros produtos, como as plantas tintoriais, as madeiras de construção, o algodão, etc.

1 — *Origens da cana-de-açúcar.*

A cana-de-açúcar *Saccharum Officinarum Linneu* — é uma gramínea conhecida desde milênios, tendo origem provável na Índia ou na China, passando à Pérsia, Síria e Egito, trazida pelos árabes, que mais tarde levaram-na para a Espanha, Chipre, Sicília (século X), que passaria a fornecer açúcar à Europa de onde seria introduzida nas ilhas portuguesas, tornando Lisboa, “empório novo de um comércio de que arrancara a primazia a Veneza, como em breve prazo havia de arrancar-lhe o da especiaria”¹¹.

O açúcar, a princípio, usado por suas virtudes medicinais (tanto assim, que era vendido nas “boticas”), passaria a ser empregado como apreciável condimento e “droga de luxo”, sendo apenas acessível aos mais abastados e ao findar

¹⁰ Azevedo, Fernando de: *A Cultura Brasileira*, p. 42.

¹¹ Azevedo, Lúcio — *Épocas de Portugal Econômico*, p. 222.

a Idade Média, figurava como precioso legado nos testamentos. Os menos privilegiados adoçavam com mel de abelhas as “poções dos doentes, e os rústicos bolos de seus festins”.

Mas, após o seu desenvolvimento, graças a Veneza, desde o século XIII e a Portugal no século XVI, o açúcar passaria a ser mais usado que o sal, “tornando os manjares de gosto violento, suaves ao paladar, os azedos, gratos, os salgados suportáveis, os ásperos e grosseiros, finos e saborosos” “fortalecendo o espírito e o corpo, especialmente o peito, pulmões e garganta” e outras qualidades mais, segundo Lippmann (1588) citado por Lúcio de Azevedo, p. 226.

Até os alquimistas o empregaram para dêle conseguir o ouro!

O açúcar do século XVI tornou-se um alto negócio de “extensão quase inconcebível” (Lúcio de Azevedo).

As frotas venezianas que singravam por Gibraltar rumo ao Atlântico, por vêzes escalavam em Lisboa, o que veio chamar a atenção do arguto espírito mercantil do genial infante D. Henrique, para o valor comercial dêste produto, tanto assim, que deu início à cultura da cana-de-açúcar, trazendo da Sicília mudas e pessoas conhecedoras de tal atividade, que se estabeleceram na Madeira, daí passando às outras ilhas. Desde 1440 Portugal dominava o comércio de açúcar, mesmo antes de conseguir o monopólio das especiarias.

A miragem das riquezas da Índia já se ia arrefecendo, assim também, a produção do açúcar da Madeira.

O açúcar teria como todos os produtos uma série de flutuações no mercado, internacional, todavia, o seu consumo aumentava, à medida que se iam descobrindo os metais preciosos, responsáveis pela evolução dos preços que caracteriza a história econômica do século XVI, aliada ao seu emprêgo: “deitava-se açúcar na água e no vinho e com êle se adubava até a carne e o peixe”. Lúcio de Azevedo, p. 225.

2 — Como entrou a planta do açúcar no Brasil.

Ao Brasil apresentava-se uma grande oportunidade. O sistema de flotilhas volantes, adotado para guardar a costa, não deu o resultado esperado. Tornava-se de urgência a ocupação dêste imenso território mais efetivamente, povoando-o, aproveitando-lhe as terras, antes que os outros o fizessem.

Além do mais, era preciso não perder de vista as constantes e cada vez mais perigosas incursões francesas e as expedições espanholas, que frequentavam o rio da Prata.

Coube a Martim Afonso de Souza, feito governador-geral das terras do Brasil por D. João III, a importante missão de instalar no Brasil em 1532, a primeira colônia e povoamento de defesa contra os franceses e espanhóis, no sentido de fixar pontos de povoamento permanentes em nossa extensa costa.

Logo fundou São Vicente (22 de janeiro de 1532) nossa primeira vila regular e Santo André da Borda do Campo. Nestas vilas introduziu a cultura da cana e a criação de animais domésticos.

3 — O início do ciclo do açúcar.

Em 1533 teve início o ciclo do açúcar, primeiro grande estágio agrícola de nossa história econômica, com a fundação em São Vicente, do engenho do governador, devendo-se êle a Martim Afonso de Sousa e seus parentes, associados a negociantes flamengos e alemães.

Varnhagen se refere ao capitão Pero Capico possuidor de um engenho perto da feitoria de Pernambuco e que, em 1526, êste produto figurou nas aduanas de Lisboa.

Tem comêço então, o que Pedro Calmon chama o “fenômeno açúcar.”¹² Os engenhos se multiplicaram, enviando o produto “a firma embarcadora, ao intermediário de Lisboa, a quem era consignada a mercadoria às praças consumidoras do centro e do sul da Europa.”¹³

A cultura da cana pontilhava o litoral de engenhos, tendo como pontos extremos São Vicente e Pernambuco.

¹² e ¹³ Calmon, Pedro — Espírito de Sociedade Colonial — 1935. Vol. 40, Brasileira, pp. 32-36.

4 — As condições geográficas e o tipo de exploração agrária.

O clima quente e úmido das terras tropicais, o solo negro acastanhado dos massapês virgens de cultura, as extensões de terra a cultivar, a assistência da Coroa, o esforço do particular, e em especial a mão-de-obra escrava, viriam fomentar extraordinariamente a cultura da cana, que de Norte a Sul ondulava, como imenso tapête verde, dando origem ao tipo de grande cultura e aos grandes latifundiários senhoriais: além disso e sobretudo por isso, há um fator material, que determina êste tipo de propriedade latifundiária. A cultura da cana somente se prestava economicamente a grandes plantações. Já para desbravar e preparar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos, onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições o pequeno produtor não podia subsistir.

São sobretudo estas circunstâncias, que determinam o tipo de exploração agrária adotado no Brasil: a grande propriedade¹⁴ “em que avulta o trabalho dos escravos, *plantations*, acompanhadas aqui no Brasil pela monocultura”.

Dessa forma a escravidão, tornar-se-ia uma contingência pela falta de braços existentes, porque o índio já estava cansado de presentes baratos; miçangas, espelhos, vidrilhos, e dificilmente se adaptava ao sistema disciplinar dos engenhos, daí a necessidade em que se viriam os colonizadores em importar o braço da África, a exemplo do que haviam feito para “as ilhas” os portugueses. (Vide nota).

5 — A propriedade açucareira.

Antonil nos dá descrição pormenorizada dos engenhos e processos de cultura e obtenção do açúcar.

A propriedade açucareira constituída de uma pequena aldeia onde se viam extensas culturas de cana e mantimentos, pastagens, mato para lenha.

A casa-grande, a capela, a casa-de-engenho e a senzala formavam o “quadrilátero” que definia o sistema agrícola da cultura canaveira.

— A casa-grande, habitação rural dos senhores de engenho, constitui “a expressão típica do patriarcalismo brasileiro”.¹⁵

Era o centro de vida social reunindo a família em tórno do senhor de engenho.

Algumas se apresentavam luxuosamente montadas, verdadeiramente suntuosas, com inúmeros quartos e salas, grandes e confortáveis solares, adaptados às condições do clima e do meio.

— A capela, ao lado da casa-grande era marco de extremecida fé, representava o centro espiritual, onde se faziam as orações, os batizados, os casamentos os enterros, guardando em suas paredes brancas, todo o transcórner da vida que ali se ia passando.

— A casa-de-engenho, próxima à casa-grande situava-se geralmente nas cercanias de um rio, era a fábrica de açúcar.

Outras atividades se achavam ligadas a êste conjunto; carpintaria, caieira, casa de farinha, olaria, currais, estábulos e cocheiras para guarda dos animais e o carro-de-boi, de tanta significação na vida dos transportes do Brasil. O senhor de engenho é a figura central dêste conjunto patriarcal. Em tórno dêle estava congregada a solidariedade da parentela e dos seus agregados, êstes últimos “agrupados em tórno do senhor de engenho, formando um bloco de grande coesão, que constitui o clã fazendeiro”, no dizer de Oliveira Viana. O senhor de engenho era um produto do meio rural em que vivia, uns conservando a rispidez

¹⁴ Prado Jr., Caio — *História Econômica do Brasil*, vol. II, p. 43.

NOTA — E' de justiça ressaltar o papel decisivo que teve o jesuíta nos dois primeiros séculos de colonização; sem a intervenção dos servidores de Cristo, não haveria o espírito pacificador que entrosou a catequese com o aproveitamento do índio nas fainas do campo. Não fora a ação dêsses abnegados missionários e os brasis teriam sido ainda mais espoliados e exterminados e quiçá abandonados à sua própria sorte.

Dentre outros, foram os Lóiolas um dos mais fortes estelos da unidade nacional, pela formação religiosa que deram à nossa pátria.

¹⁵ Azevedo, Fernando de — *Cultura Brasileira*, p. 45.

dos que abusam do mando, outros “prestimosos no trato, por formação de família, ou de uma fidalguia afeita aos encantos das côrtes européas daquele tempo”. (Oliveira Viana).

Esteio da casa-grande, tornar-se-ia um dos sustentáculos da vida econômica do nordeste do País, com o papel de relevante importância na campanha republicana.

Ser senhor de engenho era possuir um título semelhante ao de fidalgo do reino.

— A senzala era o lugar comum da escravaria que trabalhava na lavoura.

O escravo negro vindo da África, fecundaria com seus braços a terra bendita do Brasil e até a Abolição, seria o esteio de nossa agricultura.

A lavoura do açúcar deve-se à introdução da escravatura negra em nossa pátria, resolvendo dessa forma, o problema grave de mão-de-obra, para as culturas que se iniciavam.

Os índios não satisfaziam às exigências por motivos já apontados, apelou-se então para o negro da África, e deu certo. O negro de 300 cruzeiros a peça, passaria a valer cada vez mais.

O grande Antonil escreveria em 1711: “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho; porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar, e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente”, explica-se pelo exposto a relevância deste elemento na cultura do açúcar a sua obtenção, usando-se todos os meios, os mais condenáveis e desumanos.

6 — Quando entraram os primeiros escravos; suas conseqüências.

No Brasil teriam entrado com a expedição de Martim Afonso, mas o tráfego regular vem coincidir com o grande desenvolvimento da cultura da cana e da indústria do açúcar por volta de 1550.

Em breve tempo tomaria grande desenvolvimento a sua importação, e bantus do Congo e sudaneses da Guiné, viriam para Pernambuco, capitânias do Norte e Rio de Janeiro, onde tem desde logo grande desenvolvimento a indústria do açúcar; os sudaneses concentraram-se em grande número na Bahia.

O tráfico, se estendeu por três séculos, aqui desembarcando anualmente “mais de 30 000 negros” no dizer de Pedro Calmon.

Ao findar o século XVI eram cerca de 20 000. Este contínuo tráfico acompanharia o desenvolvimento do País em seus vários ciclos econômicos.

“Em 1768, na comarca do Rio de Janeiro, para 660 000 habitantes, havia apenas 37 000 pessoas brancas. Conforme o depoimento do inglês Cock, na cidade do Rio de Janeiro a proporção era de 17 negros para um branco. Na Bahia, segundo Frezier, a proporção era de 19 negros para um branco (Pedro Calmon — Espírito de Sociedade Colonial p. 168).

Cerca de 6 000 000 de escravos entraram no Brasil durante este incrível comércio de seres humanos.

As conseqüências da introdução do negro africano em terras brasileiras são de âmbito considerável, seu estudo foi admiravelmente feito por Gilberto Freire, em *Casa-Grande e Senzala*.

O cruzamento do europeu com o negro e o índio, daria o mameluco, o cafuso, e o mulato, contribuindo para o progresso de nossa terra.

7 — Os engenhos e seu grande aumento de produção.

No século XVI, vigorando o sistema das capitânias começam a se desenvolver os engenhos e ao findar, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo, possuíam grande número de engenhos salientando-se o grande engenho de Sergipe (do Conde), situado no Recôncavo baiano que pertenceu a Mem de Sá e que os jesuítas ajudaram a desenvolver.

No Rio de Janeiro (ilha do Governador) por volta de 1550 havia três e, posteriormente sete, além de vários outros pela capitania.

Quase ao findar o século XVI, eram 66 em Pernambuco, 36 na Bahia, 6 em Ilhéus, 6 no Espírito Santo, 3 em São Paulo, 3 em São Vicente, 3 em Itamaracá, 2 em Pôrto Seguro, 2 no Rio de Janeiro, segundo Gabriel Soares de Souza.

Só neste século o açúcar brasileiro atingiria o valor de duzentos milhões de libras de ouro, sem falta no consumo local (Simonsen).

No século XVII subiam a 167, pouco depois ultrapassavam a casa dos 200, devido ao grande desenvolvimento da indústria açucareira.

Antonil, em 1711 avaliou a produção da:

Bahia com 146 engenhos produzindo	14 500	caixas
Pernambuco 246 (pôsto que menores)	12 300	caixas
Rio de Janeiro 136	10 220	caixas

num total de réis: 2 535:142\$800.

Em 1640, quando aqui se achava o holandês, possuíamos 166 engenhos.

O predomínio brasileiro da produção mundial deu-se em fins do século XVI, atingindo o apogeu em meados do século XVII, fomentando pelo uso crescente do chá, café, chocolate, etc. (Simonsen), p. 169.

“O valor dela em um ano dividido por cabeça, foi o maior que já houve na história econômica do Brasil (Afonso Arinos).

8 — *As flutuações que sofreu o açúcar no mercado nacional.*

No século XVIII se faria sentir a concorrência do açúcar das colônias francesas da América Central e a supremacia brasileira iria decrescendo.

A Revolução Francesa (1789) provocaria a desorganização da produção açucareira das colônias francesas e o açúcar entraria em alta, beneficiando a nossa produção.

A luta entre a Inglaterra e a França viria revolucionar a situação mundial do açúcar.

Os nossos engenhos passam a empregar, os que podem, a máquina a vapor, aumentando a produção e diminuindo os preços.

O açúcar de beterraba inicia a sua forte concorrência ao de cana, ultrapassando a produção desta, de 1890 a 1908.

Napoleão decreta o bloqueio continental contra a Inglaterra e suas colônias, causando grave prejuízo à exportação do açúcar de cana.

Em princípio do século XIX a nossa produção que havia aumentado com o emprego da máquina a vapor decai novamente.

Em 1914, na Primeira Guerra Mundial, o açúcar de cana conquistaria novamente o lugar, ao açúcar de beterraba e 1930-1931 atingiu um recorde na produção mundial, já seguido pelo açúcar de beterraba. A produção açucareira em nossa terra teve o seu apogeu no século XVII, constituindo a nossa maior fonte de renda, continuando a figurar como primeiro produto de nossa exportação até 1830, tornando-se conhecido o século XVII como do ciclo do açúcar e a sua duração de 1553—1600 a 1800—1830.

9 — *Os holandeses e a guerra do açúcar.*

Os flamengos eram conhecedores experimentados do açúcar de cana, que recebiam de Lisboa e refinavam em Flandres, colocando-o nos mercados da Europa Central.

A princípio reinava paz entre os Países Baixos e Portugal, que se havia libertado do domínio espanhol, mas após a subida ao trono de Filipe II de Espanha, Portugal e Brasil passaram ao domínio espanhol, tendo início as represálias.

O açúcar estava dando lucros cada vez maiores e não tardou que a Companhia das Índias Ocidentais, se encarregasse da conquista de seu mais importante celeiro — O Brasil.

Atacaram Recife, o Recôncavo baiano e o Rio de Janeiro no início do século, mas finalmente conseguiram o objetivo, começando pela Bahia e Pernambuco. De 1630 a 1654 ocuparam grande faixa do litoral nordestino, quanto foram expulsos pela expressiva e gloriosa insurreição pernambucana (1645-1654).

Ocuparam as cinco capitânias de maior produção¹⁶ dando grandes lucros à Companhia das Índias Ocidentais, afora os prejuízos causados pelos confiscos,

¹⁶ Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte.

incêndios de propriedade e barcos espanhóis e portugueses, além das vidas perdidas na luta contra o invasor, que ameaçava a unidade nacional, mas despertaria o sentimento nativista, sinais da personalidade da pátria, que se manifestaria em 1822.

10 — *Conseqüências do ciclo econômico da cana-de-açúcar.*

Examinemos algumas destas conseqüências:

— Deu início ao povoamento e colonização do Brasil evitando que outras nacionalidades aqui se instalassem.

— Fixou o homem à terra, dando início à agricultura e ao sistema da grande propriedade: os latifúndios. O engenho em seu conjunto, criou nova paisagem marcante na vida brasileira, até de fortaleza servindo, nos primeiros tempos do açúcar.¹⁷

— O senhor de engenho vem dessa época — do ciclo do açúcar, constituindo “um aristocrata rural nas casas-grandes do litoral pernambucano, baiano e fluminense”, mais tarde continuada pelos barões do café, no vale do Paraíba. A arquitetura do açúcar ergue monumentos: igrejas, conventos, fortalezas, crescem os sobrados, seguindo antigos caminhos, futuras ruas.

— “Desponta a vida intelectual”.

— Contribuiu para o individualismo isto é, uma independência feudal do senhor dono de engenho “rebeldê a todo jugo” e que apenas sal comprava de fora vivendo encastelado na sua propriedade, resultando dêsse fato a predominância da vida rural sôbre a urbana durante o ciclo do açúcar.

— Os caminhos se abrem, rasgados pelas tropas que unem os pontos de comércio, ligando o litoral ao sertão.

— O litoral povoa-se de vilas e cidades.

— “cimenta-se a unidade política brasileira na costa, talvez pela solidariedade econômica” (Afonso Arinos).

— Trouxe para a nossa terra o sangue africano, decisivo na vida social “O poderoso auxílio ao alicerce econômico da nacionalidade” (Afonso Arinos).

Contribuiu para a unificação das três raças fundidas em uma só, pelo coração e pelo espírito, propiciando a Portugal e a outras nações uma era de lucros fabulosos e para o Brasil, contribuindo decisivamente para a sua Independência.

11 — *Comércios ancilares do ciclo do açúcar.*

a) O TABACO

1 — Origem

O tabaco — o fumo ou tabaco: *Nicotina tabacum* de Linneu, da família das solanáceas, constituiu um comércio ancilar do açúcar.

Quando Cristóvão Colombo, aportou às Antilhas, já encontrou o seu uso generalizado.

“Entre os selvagens a fumaça era empregada pelos feiticeiros nas funções profissionais de mediuns adivinhadores, absorvia-se por leite e passatempo; tinha-se por indispensável aos defuntos, sendo de uso colocar nas sepulturas, além de água e comida para a jornada, uma espécie de comprido cigarro” (Lúcio de Azevedo, p. 270).

Os portugueses adquiriram o hábito de “beber o fumo” embora fôsse condenado por ser parte do rito “gentílico”, do qual participavam os “feiticeiros” entre cânticos e danças bárbaras.

De “erva de fumo” passou a “erva santa” pelas meados do século XVII, “qualidades extraordinárias a ela atribuídas”.

¹⁷ A prosperidade do meio rural sobrepujou a do meio urbano durante os dois primeiros séculos de colonização, prolongando-se êsse domínio além do século XVIII, o que veio a influir no lento desenvolvimento das cidades, durante quase todo o Brasil Colonial, como tão bem assinala, Sérgio Buarque de Holanda, fato êsse contrário ao que se passou na Europa em que o meio urbano prosperava em função da produção dos meios rurais.

Só mais tarde — fins do século XIX — o colapso da agricultura, devido à abolição e a conseqüente falta de braços, aumenta o poder aglutinador das cidades, que passam a ter desde então rápido desenvolvimento.

Entre nós é conhecido por fumo, ao cigarro chamam pito, ao fumar pitar. Antonil em princípios do século XVIII dizia “se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em tôdas as quatro partes do Mundo” em as quais tanto se desejava e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Ao findar o século XVII era uso mascar, ou tomar em forma de rapé ou em cachimbo.

Na Europa foi João Nicot, servindo na Espanha como enviado diplomático de Carlos IX da França, que em 1560 vulgarizou a planta em seu país, usando-se como rapé, em cachimbo, graças a ingleses e holandeses e, finalmente, apareceria o charuto em fins do século XVIII. Aumentando extraordinariamente a sua procura.

2 — A exportação brasileira e seu valor.

A exportação brasileira para os países da Europa: salientando-se a França, Grã-Bretanha, Itália, Holanda sem falar em Espanha e Portugal chegou a dominar o mercado mundial do tabaco, tal como havia acontecido com o açúcar.

Acresce ainda que a importância desta indústria colateral do açúcar veio, não só da repercussão que teve como produto de exportação, mas também pelo fato de “a trôca de tabaco se adquirirem na Costa da Mina, os escravos, sem os quais não podiam trabalhar nos engenhos” (Lúcio de Azevedo).

Roberto Simonsen calculou em 12 milhões de libras, o valor da erva exportada durante o período colonial.

As nossas primeiras exportações saíram de Cachoeira, na Bahia, para Gibraltar, Lisboa, Pôrto, Marselha, Hamburgo e Liverpool.

Os embarques eram feitos em fardos de 30 a 100 libras, para as costas da África em pequenos fardos de 10 a 12 libras.

Em 1817 a província da Bahia exportou 240 mil arrôbas de fumo aprovado, a 1\$500 e 340 000 arrôbas de refugo, a \$700, valendo tudo 598 contos de réis. Situando-se logo abaixo do açúcar e do algodão. O produto “aprovado” ia para a Europa, sendo o refugo consumido no país ou mandado para a África, destinando-se ao resgate de escravos: um rôlo de fumo por escravo.

“Em 1872 nossa exportação elevava-se a 17 000 toneladas mais que o café e os diamantes.”

Atualmente ocupamos o 3.º posto entre os países produtores de fumo (Separata do *Comércio Internacional*, dezembro de 1952, p. 5).

3 — Area de cultura

Sua área de cultura, se estendia por Pernambuco, Alagoas, Bahia (Cachoeira e Inhambupe) em Sergipe (Santo Amaro da Purificação), Espírito Santo, Rio de Janeiro, litoral paulista e Sul de Minas; Pouso Alto, São José do Picu,¹⁸ Baependi, Aiuruoca, etc., segundo Antonil para o tabaco em pó o das “Alagoas de Pernambuco e dos campos de Cachoeira é o melhor”.

Sendo uma das nossas principais fontes de riquezas, foi escolhido para figurar com o cafeeiro, como emblema das armas nacionais.

b) — A CRIAÇÃO DO GADO OU O CICLO PASTORIL

— Capistrano de Abreu chama-lhe “a época do couro” auxiliando o ciclo econômico do açúcar pelo transporte das mercadorias e alimentos: seria um dos veículos da expansão geográfica, atando o vazio da hinterlândia à costa, varando os sertões, expandindo-se lenta mais seguramente, dando apoio à “mineiração” e “fixando” o homem no interior, mercê das trocas realizadas entre o litoral e o sertão.

A sua área de irradiação é bem maior do que a irradiação agrícola, faltou-lhe apenas ocupar o planalto meridional o que se daria durante o ciclo da mineração, obra dos bandeirantes.

¹⁸ Hoje São José do Itamonte.

1 - *Introdução do gado e início do ciclo pastoril.*

O primeiro gado teria vindo em 1532/33 para São Vicente na expedição de Martim Afonso de Sousa, a instância de sua esposa.

O da Bahia veio com Tomé de Sousa da ilha de São Vicente.

2 - *Condições que facilitaram seu desenvolvimento.*

A origem deste ciclo está ligada à grande indústria do açúcar e à necessidade de criar numerosa gadaria para os serviços do engenho e seu abastecimento.

Os currais situados nos engenhos insuficientes para abrigá-los, passando a provocar conflitos entre criadores e plantadores, estes em defesa de suas plantações, tal como se dera na Europa, pois, ainda não existiam as cercas de arame, o "pacificador e protetor da cultura dos campos". Dêsse fato resultou a penetração dos currais pelo sertão, em solos menos propícios à agricultura, mas onde o gado pudesse não criar conflitos.³⁰

Os rios facilitaram a penetração do gado, que se ia espalhando pelo interior como enorme teia, apesar dos rigores do clima com longas estiagens.

A mão-de-obra lhes seria mais fácil de obter, o índio se adaptou a este tipo de atividade que não exigia os rigores do trabalho de engenho.

Além do mais, a pecuária exige número de braços muito menor que a agricultura; 10 ou 12 homens morando em tóscas e modestas casas cobertas de palha, eram suficientes, para os trabalhos de um curral, com três léguas (área média das fazendas) e uma centena de cabeças no dizer de Caio Prado Jr.

As exigências crescentes do gado para transporte, carga e consumo, criaram um mercado certo e compensador que ajudou o desenvolvimento da criação.

3 - *A penetração do gado e o devassamento do sertão.*

Do Recôncavo baiano penetrava no vale do São Francisco em cujas margens se instalou Garcia d'Ávila protegido de Tomé de Souza, construindo a casa da Torre, considerada a maior fazenda de criação do Brasil, mais ao sul, Guedes de Brito, formavam com o primeiro, os mais poderosos criadores da época.

A conquista de Sergipe, ao gentio, daria maior expansão aos currais para NE.

Garcia d'Ávila e seus associados subindo o vale do São Francisco expandiram-se pelas terras do Maranhão, Piauí e a banda ocidental do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, levados por indômitos sertanistas paulistas, fundando em seu trajeto fazendas de gado.

Outra corrente povoadora vem do litoral, sobe rios paraibanos e rios cearenses e piauienses encontrando-se as duas correntes e completando o devassamento e povoamento das regiões setentrionais.

Em grande parte as povoações dos altos sertões do Nordeste, da Bahia ao Maranhão têm a sua origem nas fazendas de gado, como se pode verificar pelos topônimos. Subindo o São Francisco, vão ao interior mineiro, e pelos vales do Tocantins e Araguaia ao de Goiás, daí a Mato Grosso onde encontraram o gado de Vacaria e possessões espanholas.

De São Vicente, foco litorâneo de criação e dispersão do gado, iria provocar com as suas manadas, os campos do Paraná, Santa Catarina e as vacarias e as estâncias do pampa gaúcho, Paraguai e Uruguai

Durante o século XVII e XVIII, ocuparam imensa faixa do território nacional.

No Rio de Janeiro havia menor quantidade de gado, segundo Antonil, porque os currais se achavam distantes: um, em Santa Cruz nos Campos Novos do Rio São João e outro nos Campos dos Goitacases, num total de 60 000 cabeças.

O planalto meridional seria ocupado mais tarde pelo bandeirante audaz, que de criador de gado, mercê da descoberta do ouro e pedras preciosas feitas mais tarde, viria a se transformar em "faiscador de ouro e pescador de diamantes" inaugurando novo ciclo econômico.

Integravam-se dessa forma à vida atual do território nacional, extensas zonas, principalmente no sul do Brasil, sempre ameaçado pelo espanhol.

³⁰ Roberto Simonsen — Obra citada, p. 53.

4 - *A fundação da colônia do Sacramento e as feiras de gado.*

A colônia do Sacramento foi fundada (1680), por desejar a Coroa a primazia do comércio de couro na extensão dos seus domínios ao Prata onde o gado existia em abundância (Simonsen). O gado desta região de Viamão e Missões Jesuíticas, criado em ótimas pastagens, vinha para as grandes feiras onde invernavam antes de ser vendido para o trabalho das minas. Cerca de 30 000 mulas iam do Rio Grande a Sorocaba, contribuindo para um rendoso comércio.

5 - *Função civilizadora do ciclo do gado.*

As tropas de muares surgidas no século XVIII e “a figura estóica do tropeiro” viriam assegurar os meios de condução dos séculos XVIII e XIX e o intercâmbio entre as mais longínquas paragens.

“Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalar; pelos transportes organizados pelas grandes tropas de muares, que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade brasileira” (Simonsen, p. 285).

No fim do período colonial, as nossas fronteiras políticas e econômicas se estendiam por vastas regiões que o açúcar, o gado e a mineração haviam conquistado preparando o ciclo do Café.

6 - *A utilidade do couro.*

O aproveitamento do couro do boi se generalizou de tal forma que no Sul se matava gado somente para tirar-lhe o couro.

Em 1711 Antonil dava ao couro em cabelo o valor de 50% do preço do boi.

Durante todo o período colonial, consumiu-se couro em abundância e se exportaram couros e peles; o uso do couro tornou-se cada vez maior; daí a sua imensa procura.

Ao se referir ao couro do Norte, Capistrano de Abreu diz: “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde as camas para partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em carros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

7 - *Concluindo.*

O ciclo do gado teve, pois, a virtude de ligar o litoral ao sertão, abrindo o caminho do bandeirante para o ciclo do ouro e das pedras preciosas, unindo o Norte ao Sul.

O charque viria salvar da fome os mineiros. O caminho seguido pelo gado no seu lento pisoteio eram os grandes rios e suas bacias “O São Francisco e o Parnaíba nas zonas central e norte do país.

No oeste se espalham entre as águas do Paraná e do Paraguai.

No Sul acompanham finalmente as margens do rio Uruguai e seus afluentes. (Afonso Arinos, p. 81.)

O São Francisco era o traço de união entre o Norte e o Sul. Não é sem razão que se denomina: “O rio da unidade nacional”.

Socialmente criou o fazendeiro do gado, o vaqueiro, o peão, o homem que lidava com o gado, percorrendo em seu “pingo” as campinas ou os pampas.

Comparando-se socialmente o homem da agricultura açucareira com o homem do pastoreio, sente-se bem, porque o índio preferiu se adaptar mais à criação de gado.

III — CICLO DA MINERAÇÃO

O ciclo da mineração, que em sua grandiosidade tem influência marcante na formação da nacionalidade brasileira ultrapassaria as nossas fronteiras, contribuindo decisivamente para as riquezas de Portugal e da Grã-Bretanha.

Quando estudamos o ciclo do pau-brasil, vimos o apogeu de Portugal, mercê, das suas extraordinárias descobertas dos séculos XV e XVI tornando-se o mais rico centro comercial do orbe, senhor da navegação dos mares, causando o deslocamento do eixo do comércio do Mediterrâneo para o Atlântico e tornando grandes potências, aquêles mesmos países com os quais lutaria pelo poderio comercial: França, Holanda e Grã-Bretanha.

Ao findar o século XV, a situação do grande Portugal era bem outra.

O Brasil, que a princípio não chamou maiores atenções, seria o esteio da metrópole, que havia perdido a Índia, e Portugal graças a sua colônia brasileira, voltaria a ter grande expressão no comércio internacional, durante os séculos XVII e XVIII, devido à substancial contribuição dada pelo açúcar e o ouro, quando este último, que na atualidade, pouco representa, “traduzia naquele tempo, a maior massa aurífera explorada e produzida, após a queda de Roma”, (Simonsen (Op. cit., vol. 2)).

A descoberta em nossa terra, de abundantes concentrações de ouro e pedras preciosas viria inaugurar uma nova era, a que se denomina o ciclo da mineração e completar a ocupação do planalto centro-meridional.

Salienta-se nessa fase a época do ouro e das pedras preciosas.

a) A ÉPOCA DO OURO

A descoberta da prata e do ouro no México e no Peru pelos espanhóis, afora os saques às riquezas dos impérios Asteca e Inca, incendiou as imaginações e correram as lendas acêrca de tesouros fabulosos nas terras americanas.

Os espanhóis de início foram mais felizes, obtendo imensas fortunas canalizadas para a Europa. Quando os lusitanos descobriram a Terra de Santa Cruz, procuraram desde logo os metais e as pedras preciosas guiando-se pelas informações dos gentios.

1 — O achado do ouro.

Brás Cubas achou o ouro de lavagem por volta de 1560 na capitania de São Vicente — no Jaraguá — e o mameluco Afonso Sardinha que habitava nas cercanias do morro de Araçoiaba deixara 80 000 cruzados de ouro em pó; todavia êstes achados, não tiveram maior importância, servindo contudo, para alertar a Coroa e incentivar novas pesquisas.²⁰

Inúmeras foram as entradas organizadas oficialmente, e as bandeiras que particulares potentados armaram, no sentido de devassarem os sertões, em busca de índios e das riquezas desejadas, sem medir sacrifícios.

A Coroa Portuguesa convencida de que existiam depósitos auríferos espalhados pelo interior, incentivava os paulistas à descoberta dos metais preciosos e das pedras coradas, com promessas de honraria, riquezas, títulos de nobreza.

A famosa bandeira Fernão Dias Pais “originou-se dêsse apêlo régio” e durante 7 anos (1674—1681), percorreu o sertão, à procura das serras das Esmeraldas, atingindo Vupabuçu (Lagoa Grande) e o Sêro Frio. As esmeraldas eram turmalinas. Mas “Plantando roças, fundando arraiais, germes de futuras cidades, exerceu considerável influência no grande ciclo da mineração e no aumento da área de criação do gado”²¹

Para Augusto de Lima Jr., a bandeira de Fernão Dias “foi a definitiva descobridora das Minas Gerais e a origem do seu povoamento”.

O mais importante achado de ouro, pertenceria à bandeira paulista de Antônio Rodrigues Arzão, que de Taubaté saiu em busca de índios. Vadeando o Pa-

²⁰ Em Curitiba, acharam ouro de lavagem que levou os piratas Fenton e Cavendish a “atacar as vilas do litoral paulista”.

Basílio Magalhães — *História Econômica*, p. 94.

²¹ Basílio Magalhães — *História Econômica*, p. 95.

raiba, transpõe a grande barreira da Mantiqueira, por uma de suas muitas gargantas, galgando o planalto e nêle se embrenhando até atingir em 1693 o sertão dos índios Cataguases, onde acampou junto ao ribeirão Tripuí. Dois anos mais tarde, atingia o sertão do rio Casca (Casa de Casca, era uma aldeia indígena que existia no sertão do Rio Doce, como informa Von Eschwege, no *Pluto Brasiliense*).

A descoberta do ouro — “do melhor” — pela bandeira de Arzão, marcava o início do *rush* às minas e o começo do grande ciclo da mineração. A época do ouro, que se iniciava, teria o seu apogeu em 1760 decaindo rapidamente por volta de 1770. Outras bandeiras taubateanas se sucederam devassando os sertões e descobrindo sequiosamente, as imensas riquezas, espalhadas pelos terrenos algonquianos do rio Doce, rio das Velhas e seus afluentes.

2 — A repercussão da descoberta do ouro.

A fama das riquezas auríferas espalhou-se rapidamente, acarretando enorme afluência de forasteiros de todos os pontos do País, sacrificando a agricultura e a pecuária a tal ponto, que o governo teve de intervir enérgicamente, impedindo este febril êxodo populacional para as minas. Uma lei de 1720 proibia o embarque de pessoas que não fôsem investidas de cargo público.

Fome, sofrimento inenarráveis, epidemias assaltaram os mineradores no auge de 1699 a 1711, continuando em escala menor. Para se ter uma idéia da significação dêste fenômeno basta lembrar que a região que a teve por cenário, era inteiramente ignorada: “nada havia para receber a onda dos imigrantes e estes chegavam aos milhares, vindos de tóda a parte, do Brasil como do Reino.

Fome, sofrimentos inenarráveis, epidemias assaltaram os mineradores de ouro e deprimiram as suas fileiras” (Pandιά Calógeras: *Formação Histórica do Brasil*, p. 51).

Augusto de Lima Jr. estimou em 20 000 o número de pessoas que deixaram Portugal entre 1705 e 1750.

Em 1697-98, 1701 e 1703, deram-se grandes crises, provocadas pela falta de gêneros, sucedendo-se em menor escala no decorrer dos anos seguintes.

Diz Antonil, que muitos morreram de fome, mas que posteriormente, a abundância do ouro forneceria numerário — a moeda era o ouro em pó — para o pagamento das mercadorias, que embora atingindo preços absurdos, afluíam pelos caminhos acessíveis, assim se deu com as boiadas — vindas de “Parana-guá, as do rio das Velhas, o gado dos campos da Bahia” e tudo o que desejavam possuir os moradores destas terras.

Antonil nos dá uma lista destas mercadorias que nos seria longo mencionar.

O charque desempenhou na época da mineração papel de relevante importância, visto que era o alimento mais usado, pelos que se dedicavam ao árduo trabalho da mineração, salvando-os (a não ser quando faltava totalmente) da fome.

3 — Primeiras rivalidades: suas conseqüências.

Nas turbas humanas vinham individuos de tódas as castas, que se lançavam à febril aventura nas abençoadas terras mineiras, descobertas pelos indômitos paulistas.

“Tornava-se difícil disciplinar aventureiros de tódas as classes sociais” e de pontos os mais diversos, surgindo as rivalidades que tiveram origem na terras auríferas de Caeté e Sabará em face da afluência dentre outros, de aventureiros portugueses, aos quais os paulistas denominavam de “emboabas” no que resultou, feroz luta desencadeada entre eles, o morticínio covarde do rio das Mortes, a saída de muitos paulistas destas paragens e em 1709 a separação de Minas de São Paulo. (Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro).

4 — O ouro em Mato Grosso e Goiás.

As aluviões auríferas de Mato Grosso,²² de Coxipó-Mirim foram desvendadas por Pascoal Moreira Cabral em 1719, posteriormente, surgiram as de Cuiabá, rio

²² O desbravamento de Mato Grosso deve-se ao ciclo sorocabano, ou ciclo das monções, graças a sua farta rede hidrográfica. (Basilio Magalhães — *História do Brasil*, p. 172).

Guaporé e outros de grande valor econômico, originando as comunicações fluviais com Belém do Pará e a construção de uma estrada ligando Cuiabá à Goiás, antiga Vila Boa.

Em Goiás, o velho Bartolomeu Bueno da Silva ou Anhanguera, em 1682, deu as primeiras notícias e seu filho conseguia, em 1725, seu grande objetivo, ocasionando a abertura de duas estradas, que ligavam Goiás às jazidas do norte de Minas e aos currais do São Francisco. Outra ao sul ligando-se às minas de Canguaças.

Da Bahia vinha-se ao coração das Gerais, seguindo o vale do São Francisco, estrada melhor, porém mais longa do que a de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Dessa forma processava-se o devassamento do território, aumentando os caminhos que ligavam as roças, os pousos de bandeiras, os ranchos de tropas, os arraiais, as vilas e as cidades mineiras, que iam pontilhando as rotas perlongadas pelos bandeirantes.

De outro lado, viria influir no desvio e importação de escravos para as minas; constituiu um mercado certo para o gado do Norte e do Sul e seus produtos, prejudicando, contudo, outras indústrias como a do açúcar, pela falta de braços.

5 — *A legislação e a tributação das minas.*

A — Longo seria o exame deste tema, contudo a êle faremos algumas alusões.

Data de 1603 o primeiro regimento mineiro aplicado ao Brasil, explicando as condições a que se deviam submeter os descobridores das minas e seus exploradores, mais tarde estendia a quem as descobrisse, títulos de nobreza, honras e riquezas, conforme vimos quando tratamos de Fernão Dias.

As modificações foram muitas, terminando pelas de Eschwege em 1817, que aqui veio no reinado de D. João VI, "para estudar as causas da decadência da mineração e as medidas que se tornavam necessárias ao seu reerguimento" (Simonsen, p. 69).

B — Relativamente às tributações parte de 1700, quando "foram enviados às minas os primeiros provedores para o recebimento dos quintos" (Simonsen, p. 63).

Era fornecida uma guia a qual era mostrada nos registros, criados para êsse fim, nas estradas, dos que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. As transgressões eram punidas com penas graves.

O primeiro dêles foi criado em Sabará em 1700, tendo por seu administrador Borba Gato, genro do "Caçador de Esmeraldas", ficava na entrada da zona produtora no norte, não sendo permitida nestas partes "nenhuma outra espécie de comércio", devendo fazer-se todo o demais pelo Rio de Janeiro, que se tornara o escoadouro da produção das Minas Gerais. Com tôda a fiscalização muitos foram os descaminhos.

Para receber o ouro em pó, os quintos cobrados, fundaram-se em 1725, as casas de fundição, onde o ouro pesado, fundido e feitas as barras, as quais recebiam o sinete da Coroa, eram a ela remetidos. Os mineradores teriam de dar no mínimo 100 arrôbas anuais à Coroa, possível quando se tratava de uma região rica em depósitos. Mas com o esgotamento progressivo das lavras, tornou-se pesado tributo e impossível o seu pagamento ao Erário Real. Embora o descontentamento fôsse geral, continuou a vigorar o impôsto, levando à insolvência e ao vexame muitos mineradores, dêsse fato decorreram as revoltas como a de Vila Rica e a Inconfidência Mineira, que aguardava a derrama ou cobrança, para estalar, mas, que, traída em seus propósitos levou Tiradentes à fôrça (21 de abril de 1792).

A derrama seria o indício certo da decadência da mineração do ouro.

6 — *Produção do ouro.*

Torna-se difícil avaliá-la exatamente; Calógeras estima em 983 toneladas e £ 135 000,000, hoje cerca de cinco milhões de contos correspondendo ao período de 1700 a 1801, e até 1930, avalia-se em 1400 toneladas correspondendo ao valor £ 190 000,000 mais de sete milhões de contos, fora os contrabandos e as sonegações feitas em números astronômicos.

A produção excederia tôdas as expectativas, extraindo-se ouro dos ribeirões, no leito desviando-lhes a corrente; ou das margens (tabuleiros), cavando as catas (poços ou cachimbos) ou desmontando as aluviões das encostas (grupiarras) produto da erosão, transporte e acumulação através dos tempos geológicos, onde entre cascalhos, ou abaixo dêles acamado, pintava ou faiscava o ouro, após a lavagem da bateia ou gamela, no fundo da qual, por ser mais pesado o ouro se depositava.²³

Em 1760 como vimos, a produção atingia o seu apogeu superando a de tôdas as outras procedências, e dando a maior contribuição de que há memória na história do mundo, para a formação dos estoques mundiais, por êsse fato, “o ouro do Brasil teve grande importância na economia e nas finanças internacionais, contribuindo de forma decisiva para que se alterassem os quadros da civilização européia”. (Afonso Arinos).

7 — O Tratado Methuen e suas conseqüências.

Em 1703, o embaixador inglês em Lisboa, Methuen, conseguiu negociar com Portugal o célebre tratado, constando apenas de três cláusulas em que: os panos e outras manufaturas de lã britânica teriam tratamento preferencial na pauta aduaneira portuguesa, e os vinhos lusitanos teriam na Inglaterra um tratamento preferencial sôbre os vinhos franceses; a terceira cláusula, dá dois meses para ratificação do convênio.

As conseqüências não se fizeram esperar: entorpecimento da indústria portuguesa que se tornou durante longo tempo “uma agrícola, baseada na produção vinícola; daí por diante Portugal “viveu num regime de *deficit* permanente, na balança comercial com a Inglaterra que era pago com ouro vindo do Brasil (Brasil, 1952, p. 14); o ouro das nossas minas era remetido à Inglaterra, como pagamento das suas importações” equilibrando os colossais *deficits* da sua balança comercial, permitindo dêsse modo à Inglaterra o acúmulo de grandes estoques de ouro e adoção do monometalismo.²⁴

Diz Afonso Arinos, que o nosso ouro no século XVIII, formou a base, sôbre a qual a Inglaterra iria atingir a supremacia financeira do mundo no século seguinte e “a Côrte portuguesa, ainda no transcurso de todo êsse século, poderia manter um luxo asiático e gastos incríveis, muito acima de suas efetivas possibilidades econômicas, pois todo êste alto nível era mantido artificialmente com o ouro em espécie vindo das minas”.

8 — Conseqüências gerais da época do ouro.

Muitas delas já foram examinadas no transcurso do assunto; de modo geral vejamos algumas:

— Vila Rica, hoje Ouro Preto, tornou-se a capital do ouro, Minas Gerais, o centro dominante da colônia.

— O ouro brasileiro concorreu para o progresso das nações de então, e em especial da Grã-Bretanha.

— Deu a Portugal um século de abundância (século XVIII) e fausto reerguendo-o no cenário da economia e das finanças internacionais.

— Completou a ligação do Norte ao Sul iniciada pela pecuária, desbravou os sertões conquistando o Brasil Central, de Goiás a Mato Grosso, alargando o nosso território, e fixando definitivamente as populações no interior, deixando apenas um vazio situado entre o planalto meridional e litoral, ainda coberto por densas matas e habitado por tribos indômitas reduzidas, pelas sortidas bandeirantes, êste vazio seria ocupado no século seguinte pelo café.

Metade das cidades e vilas do interior, tem o seu elemento de fixação ligado à mineração, conforme os estudos de Luis Camilo de Oliveira Neto (mestre e amigo de saudosa memória).

— Abriam-se as primeiras estradas.

²³ Para mais pormenorizada informação, veja-se: Antônio Traverso — *Fatores de Formação dos Povos Sul-Americanos* — Tese apresentada à congregação do Colégio Pedro II — 1941.

²⁴ Portugal vendia à Inglaterra £ 400 000 e importava mercadorias no valor £ 1 000,200.

— Fortaleceu o espírito de nacionalidade onde presentimos os albores da Independência.

— Se levarmos em conta o meio, os processos e os recursos da época, a exploração das minas brasileiras representa feito dos mais gigantescos. (Simonson, p. 86).

b) A ÉPOCA DAS PEDRAS PRECIOSAS

1 — *Descoberta do diamante e o início da época das pedras preciosas.*

A época das pedras preciosas, que se estendeu de 1729 a 1800, segue paralelamente à do ouro.

“As lavras do Tijuco, do Sêro Frio (pequeno riacho que deu o nome ao arraial, depois cidade de Diamantina), até 1729 foram consideradas puramente auríferas.

Há dúvida quanto ao descobridor da gema preciosa, querem uns que seja Bernardo da Fonseca Lôbo, outros, um frade anônimo “que havia estado em Golconda, onde já se minerava o diamante, vendo os tentos de que se serviam os tijuquenses para marcar o jôgo” — e que eram achados nos córregos onde mineravam o ouro — “conheceu que se tratava de diamantes; e que Bernardo servindo-se desta descoberta partira para Portugal a manifestá-la ao Rei”.²⁵

Com o aparecimento do diamante, em 1729, nos rios e ribeiros da comarca do Sêro Frio, tem origem a época do diamante, justamente quando a mineração do ouro estava em grande ascensão.

A repercussão do achado na Côte, veio ao encontro da velha fascinação: as pedras preciosas, complementadas pelo ouro, já encontrado; os soberanos portugueses receberam felicitações dos povos de outras nações, tal a sua repercussão na Europa.

2 — *Nova invasão.*

A descoberta dos garimpos do Sêro Frio provocou nova invasão, desta vez de garimpeiros, tal como se deu para o ouro, e como corolário temos o afluxo de população, fato que até hoje se faz sentir em Minas Gerais um dos nossos estados mais populosos (Calógeras).

Numa região onde existiam algumas centenas de garimpeiros, em 1736 habitavam cerca de 40 000, hoje o Tijuco, talvez não possua um quinto desta população.

3 — *Primeiras providências da Coroa.*

Desde logo a Coroa reservou para si o monopólio da extração, estabelecendo um regime severo, verdadeiramente draconiano, que exerceu mão-de-ferro sobre os habitantes de Sêro Frio.

A repressão ao contrabando, ao desvio das pedras e à sua ocultação era punida com grande severidade.

Todavia o diamante era fácil de ocultar, os escravos possuíam rara habilidade em escondê-los, quer “empalmando ou escondendo-o entre os dedos dos pés, no cabelo, nas axilas, na escassa roupa com que cobriam à sua nudez, nas rugas do próprio corpo ou pela deglutição”, daí ser corrente e inevitável, apesar da severa fiscalização, o desvio do seu destino legal, de numerosas pedras.

O contrabando delas era importantíssimo segundo Calógeras.

Com tôda a fiscalização nunca deixou de haver o garimpo e o contrabando. Em Diamantina é conhecido o prêto Isidoro, um dos heróis do descaminho. E ainda hoje dêle se fala e de muitos outros com respeito. Isidoro preferiu morrer entre torturas, do que revelar o segredo das lavras onde costumava garimpar.

Tornava-se expressamente proibida a entrada de advogados que exercessem a profissão na região de mineração, mesmo daqueles que fôsem bacharéis em leis.

²⁵ Felício dos Santos: Dr. J. — *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Sêro Frio* (Província de Minas Gerais) 1868, p. 21.

4 — Outras descobertas diamantíferas.

Além de Minas, a Bahia forneceu abundantemente os diamantes no período colonial, muito embora o governo mandasse fechar as minas que aí se descobrissem. Mais tarde (1882) Spix e Von Martius, redescobriram as minas de Sincorá e em pouco tempo, a Chapada Diamantina revolu novos *placers* (Calogeras, p. 56).

Mato Grosso, Goiás apesar da luta incessante contra as tribos bravias, São Paulo e Paraná, também apresentavam sua contribuição, os dois últimos em bem menor escala.

Atualmente Minas, Bahia (centro) — carbonados, em especial — Mato Grosso, Goiás, Pará (Marabá e grande parte do Tocantins) e Paraná (Tibaji), são os principais centros.

5 — Os contratos da Coroa.

Em 1713 a Coroa intervém na garimpagem do diamante, por Carta Régia, “expulsando das lavras os seus trabalhadores” (Simonsen).

A — De início foi adotado para a extração do diamante, o mesmo sistema que vigorou para o ouro, isto é, a extração livre pagando-se-lhe o quinto.

B — A seguir, como não tivesse o lucro desejado, resolveu em 1739 mudar o regime para o de arrendamento por contratos — tal qual como fizera para o pau-brasil — os intermediários eram chamados contratadores, que arrendavam as jazidas ao estado, por certa quantia fixada para o direito de exploração.

O território onde se encontravam os diamantes foi demarcado e isolado completamente do exterior, constituindo o Distrito Diamantino, que circunda a atual cidade de Dimantina.²⁶

Este centro diamantino era gerido por uma junta de administração, cujo representante máximo da Coroa era o intendente dos diamantes, magistrado de carreira com poderes absolutos que só prestava contas a Lisboa.²⁷

O Distrito Diamantino, ficou isolado do resto da colônia, só lá entravam os contratantes e pessoas com credenciais.

Não era permitido sair ou entrar sem licença e nem montar estabelecimento. Assim viviam os 5 000 habitantes no Distrito Diamantino, à sombra das leis pombalinas.

Outras áreas da colônia foram delimitadas e isoladas conservando-se, após a decadência da mineração, desertas.

C — O terceiro tipo de contrato foi o monopólio direto da real extração (1711), violentamente executado pelo governo com apropriações das instalações dos contratantes.

O primeiro sistema, dos intermediários ou contratantes, deu lugar à Colônia, porém muito maiores aos contratadores.

Dentre os que enriqueceram, distingue-se o célebre João Fernandes de Oliveira “um dos tipos mais interessantes da história social da América Colonial”. Foi um verdadeiro nababo, cuja fortuna passou ao domínio da lenda. “Construiu no interior brasileiro, templos, palácios e obras suntuárias” que o tempo se encarregou de destruir. Tinha por favorita a mulata Chica da Silva, que “vivia numa pompa de rainha, coberta de pedras e sêdas, acompanhada por um séquito luxuoso de escravas. No seu palácio havia teatros, jardins exóticos, e, até um lago artificial com um navio em miniatura, tudo porque a mulata Chica desejava ter a impressão das viagens marítimas” (Afonso Arinos, p. 69).

Por esta narrativa pode-se avaliar, o que podiam as fortunas dos nababos dos diamantes e pedras preciosas.

Em 1832 deu-se a extinção da real extração e a liberdade de minerar diamante.

²⁶ Azevedo, Lúcio — *Épocas de Portugal Econômico*, p. 356 — 1947.

²⁷ Idem.

6 — Os lucros proporcionados pelos diamantes.

Roberto Simonsen calcula em 3 000 000 de quilates ou cêrca de 615 quilogramas o total exportado entre 1729 e 1801, no valor £ 9 000,000, cêrca de trinta mil contos; não sendo exagerado avaliar a produção bruta do diamante do período do Brasil Colonial, e £ 10 000,000.

A quantidade de diamantes exportados pelo Brasil provocou o desequilíbrio dos preços internacionais desta pedra.

7 — A decadência.

Nos últimos 10 anos do século XVIII os sintomas de decadência da mineração de pedras preciosas eram sensíveis, o ouro já tivera também o seu apogeu, contudo, sentia-se o impulso progressivo desta terra, que até então não tivera oportunidade de desenvolver racionalmente as suas riquezas; era apenas, para a metrópole, uma colônia de exploração, na base de uma economia destrutiva, o que impediu a formação de bases comerciais estáveis.

O comércio era monopólio da Coroa, que levava os produtos e os distribuía pelos outros países.

Os viajantes que aqui aportaram nessa época, não passaram dos portos, onde obtiveram vagas informações do que se passava com o ouro e as pedras preciosas.

O inglês John Mawe, foi o primeiro viajante estrangeiro que em 1808, teve permissão para visitar “o interior do Brasil, principalmente os distritos do ouro e dos diamantes”, já no período de decadência da mineração, “levando daqui partidas de pedras preciosas para vender em Londres, onde veio a abrir uma loja com larga clientela”.²⁸

A vinda de D. João VI viria modificar a situação, abrindo-se novas prespectivas para o país.

Quando a coroa tornou livre a mineração de diamantes 1832 o café iniciava a sua grandiosa ascensão.

— Vila Rica (hoje Ouro Preto) e Tijuco (Diamantina) eram as duas capitais, a primeiro do ouro, a segunda das pedras preciosas.

8 — Conclusões gerais da época da mineração.

— Ligou definitivamente o Norte ao Sul, a hinterlândia ao litoral, já não mais por veredas de índios, mas por caminhos e estradas, que partindo do litoral vararam os boqueirões das serras, atingindo os planaltos, indo aos confins do País.

Alargou as nossas fronteiras, conquistando para nós muito além dos quase 3 000 000 de quilômetros quadrados que possuíamos, dentro da raia de Tordesilhas.

— Deu importância e fez da “Mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, o centro mais importante do Brasil e sua capital (Salvador até 1762), determinando o deslocamento da primazia econômica do Norte para o Sul. O porto do Rio de Janeiro era o grande empório das minas, tendo, ainda, importância transcendente no processo da manutenção da unidade política nacional (Araújo, 70).

— Deu a Portugal, durante um século grande riqueza e fausto nunca dantes atingido; contribuindo para grandes gastos, suntuosas construções (Mosteiro de Mafra) e a reconstrução de Lisboa destruída por um maremoto (1755) salvando-o de grave crise econômico-financeira, contribuindo de outro lado, para as grandes reservas de ouro que se fizeram no continente europeu, acelerando a futura riqueza da Inglaterra e o surto industrial do século XVIII.

— Contribuiu para o desenvolvimento do nosso comércio interno, na colonização do sul, na valorização do gado e num renascimento reflexo das zonas do norte, pelo alteamento dos preços de seus produtos nos mercados internacionais” (Simonsen). O grande desenvolvimento que teve a pecuária, desde o Piauí ao Rio Grande do Sul deve-se principalmente às minas de ouro e pedras preciosas.

²⁸ Mawe, John — Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes — 1844.

— Criou-nos contudo um grave problema — a decadência da agricultura.

— A cultura intelectual teve desenvolvimento jamais visto.

“Do centro das Gerais saíram intelectualidades, que projetaram a glória brasileira em Portugal e em outros países europeus.

Formou-se um escol intelectual de juristas, prosadores, críticos, historiadores e poetas” (Arinos).

As idéias revolucionárias do século XVIII penetraram no Brasil e antes que este terminasse, sentimos as suas influências, “a tragédia da Inconfidência Mineira mostra o caminho que tais idéias tenham percorrido”.

O centro de cultura lusa, na segunda metade do século XVIII, passou a ser a região das minas, onde pontificavam os maiores escritores e poetas da língua portuguesa, surgindo nesta época a Escola Mineira.

— A arquitetura religiosa teve um período de grande florescimento, como atestam as cidades principais de Minas, onde o barroco aproveitava motivos nacionais, que dão às igrejas preciosos adornos, como se pode admirar em Ouro Preto, Mariana, Sabará, Caeté e outras, onde cada igreja é um grande e encantador museu.

— Surgem grandes construções assobradadas, os grandes palácios para os servidores públicos e confortáveis residências particulares: casas de Ouro Preto (sacadas de madeira e ferro).

— É dentro deste ambiente rico de expressões culturais, que a arte brasileira produz a sua mais poderosa figura. O genial mulato Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho” nascido em Vila Rica em 1730 e que foi legítimo expoente da civilização do ouro, no dizer do eminente Afonso Arinos.

Sua obra artística individual e gigantesca não encontrou equivalente em todo o território nacional.

Suas mãos e depois os seus punhos fizeram maravilhas de arte, onde se admira o poder da expressão, a simplicidade dos motivos, que adquirem vida e encantam a vista de quem tem a ventura de poder vê-los.

O Brasil caminhava a passos largos para a sua Independência política, o mundo deveria ter compreendido, que era uma questão de pouco tempo, o surgimento de uma grande nação no continente sul-americano.

(continua).

O Instituto de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo *

O Instituto de Geografia (IG), instalado em setembro de 1963, em decorrência do disposto no item IX do art. 4.º dos Estatutos da USP, está estreitamente ligado ao Departamento de Geografia, não só porque trabalha no mesmo campo, como porque seu Conselho é integrado por todos os Professores Catedráticos do Departamento.

São as seguintes as suas finalidades: a) planejar, realizar e estimular pesquisas no campo da Geografia; b) realizar estudos e planejamentos regionais mediante convênios com instituições públicas e privadas; c) difundir novos métodos e novas técnicas de ensino e de pesquisa; d) promover a publicação de estudos geográficos resultantes de pesquisas originais; e) conceder prêmios a estudos de reconhecido valor; f) conceder bolsas.

A direção do IG compete a um Conselho e a um Diretor. O conselho é constituído pelos regentes de cátedras de Geografia da USP, membros natos, e por três outros docentes de Geografia da USP, escolhidos por eleição. O Diretor, escolhido pelo Conselho Universitário, deve ser obrigatoriamente um dos Professores Catedráticos de Geografia da USP.

Funcionando provisoriamente no edifício da Reitoria, o IG deverá instalar-se em 1966, no edifício da Geografia e História, construído no “campus” da Cidade Universitária.

Suas atividades são exercidas através de dois setores: de Pesquisas e cultural.

* Extraído e adaptado do *Guia* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Ciências Humanas — 1966.

SETOR DE PESQUISAS

Ainda em fase de organização e procurando aparelhar-se com o necessário equipamento e pessoal técnico, o Setor de Pesquisas constitui-se das seguintes seções: Cartografia, Aerofotogeografia, Geomorfologia, Pedologia, Climatologia, Biogeografia, Geografia Humana e Geografia Econômica.

A seção de Cartografia com serviços de Desenho e Laboratório Fotográfico, deverá atender basicamente às necessidades das demais seções. De seu programa consta a confecção de um "Atlas Regional do Estado de São Paulo", já em andamento, para o qual contará com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

A seção de Aerofotogeografia presta assistência às demais seções e promove pesquisas dentro de seu campo específico. Para isso, pretende instalar em 1966 o "Arquivo de Fotografias Aéreas" (AFA), criado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por iniciativa do IG, e que deverá servir a todas as pessoas interessadas e credenciadas. Inicialmente, limitar-se-á a reunir o maior número possível de fotografias aéreas referentes ao Estado de São Paulo e, a seguir, espera poder ampliar seu acervo com material referente a outras regiões do País.

A seção de Geomorfologia está promovendo ou estimulando pesquisas em trabalhos de campo e pretende iniciar a publicação seriada de "Cadernos de Geomorfologia Intertropical" e de um "Catálogo da Geomorfologia Brasileira", além de retomar a publicação da revista "Notícias Geomorfológicas", ora interrompida.

A seção de Climatologia já começa a contar com pessoal especializado e pretende instalar um Posto Meteorológico, junto ao edifício da Geografia e História, além de uma Área-laboratório, para estudos da influência do clima sobre os solos, em local já fixado no próprio "campus" da Cidade Universitária.

A seção de Geografia Econômica está prosseguindo na pesquisa iniciada em abril de 1964, a respeito do "Abastecimento alimentar do Grande São Paulo".

As demais seções — de Pedologia, de Biogeografia e de Geografia Humana deverão começar a funcionar no decorrer de 1966.

SETOR CULTURAL

O Setor Cultural do IG está procurando aparelhar convenientemente, no que se refere a equipamentos e pessoal especializado, as suas três seções: Difusão Cultural, Intercâmbio Cultural e Ensino e Metodologia da Geografia.

A seção de Difusão Cultural tem por principais objetivos a organização de cursos de extensão universitária, a realização de conferências e sessões de debates, com a finalidade de atender a professores e estudantes de Geografia, como também a especialistas em matérias afins e ao público em geral.

Neste sentido, já promoveu a realização de dois cursos especiais e instituiu os concursos anuais de monografias geográficas (o primeiro dos quais em 1964, encontrando-se em fase de julgamento os trabalhos inscritos em 1965).

A Seção de Intercâmbio Cultural promove o contato e a intercolaboração do IG com instituições congêneres e Universidades nacionais ou estrangeiras. Em 1964 e 1965 foram realizados cursos especiais ministrados por professores estrangeiros convidados pelo IG.

A seção de Ensino e Metodologia tem procurado promover a atualização de conhecimentos e de métodos de ensino junto a professores de Geografia de todos os níveis. Para isso promoveu a realização de dois Seminários para Professores em 1965 e pretende repetir essa experiência em 1966. Por outro lado já tem atendido a pedidos de empréstimos de suas coleções de diapositivos comentados, para professores da capital e do interior, e espera poder ampliar tal campo com equipamento audio-visual, a instalação de uma sala-ambiente de Geografia e de um Laboratório para a confecção de material didático, além da organização de uma biblioteca especialmente destinada ao ensino. Finalmente em fins de 1965, foi lançada a revista "Orientação", destinada à divulgação de métodos, técnicas, bibliografia, planos de aulas, sugestões de currículos, experiências pedagógicas em curso, a par da atualização de conhecimentos geográficos, realizada através de dados estatísticos e de informações sobre os diferentes ramos da Geografia.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS *

Foi criado na Universidade de São Paulo pelo artigo 4.º, item IX dos seus Estatutos, baixados pelo decreto n.º 40 346, de 7 de julho de 1962.

Seu objetivo principal é a investigação, em seus múltiplos aspectos, da realidade brasileira no passado e no presente. Para atingir êsse objetivo o Instituto se propõe: a associar cadeiras e disciplinas relacionadas com os estudos brasileiros; a planejar e realizar, com investigadores de seu quadro e das várias cadeiras e disciplinas, pesquisas próprias, oferecendo condições para a sua efetivação e divulgação; a incentivar a participação de alunos nos trabalhos de várias cadeiras, assegurando a convivência entre professores, alunos e investigadores, estranhos ao quadro da Universidade; a encaminhar alunos e ex-alunos no levantamento da documentação, em especial em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, orientando-os na sua utilização; a realizar cursos ou seminários de natureza especial, expedindo os respectivos certificados.

Compõem o Instituto de Estudos Brasileiros:

1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
 - a. Cadeira de História da Civilização Brasileira
Prof. Sérgio Buarque de Holanda
 - b. Cadeira de Literatura Brasileira
Prof. José Aderaldo Castelo
 - c. Cadeira de Geografia do Brasil
Prof. Aroldo Edgard de Azevêdo
 - d. Cadeira de Antropologia
Prof. Egon Schaden
 - e. Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil
Prof. Carlos Drummond
2. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
 - a. Cadeira de Economia IV
Prof. Antônio Delfim Neto
 - b. Cadeira de Geografia Econômica Geral e do Brasil
Prof. Dirceu Lino de Mattos
 - c. Cadeira de História Econômica Geral e Formação Econômica e Social do Brasil
Prof.^a Alice Piffer Canabrava
3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 - a. Cadeira de História da Arquitetura III
Prof. Eduardo Augusto Kneese de Mello

O Diretor e o Vice-Diretor do Instituto, bem como os membros de seu Conselho de Administração, são designados pelo Reitor. O Diretor tem mandato bienal.

Biblioteca: O Instituto possui uma biblioteca, cujo acervo é formado por doações, bibliotecas departamentais e, entre outras, coleções que serão incorporadas ao seu patrimônio. O núcleo inicial dêste acervo foi constituído pela biblioteca "Brasileira", adquirida, pela Universidade de São Paulo, do bibliófilo João Fernandes de Almeida Prado. Esta biblioteca compreende cerca de 8 000 volumes,

* Este Instituto foi incluído na Divisão de Ciências Sociais porque seu atual diretor é membro do corpo docente desta Divisão.

entre livros, manuscritos e periódicos. Acha-se dividida em três partes: livros raros, incluindo os manuscritos; acervo geral e periódicos. Os livros raros, que constituem seu maior valor, compreendem as obras dos famosos viajantes que visitaram o Brasil no decorrer dos séculos, as obras gerais sobre o Brasil e os folhetos raros sobre a história de determinadas épocas. Os manuscritos referem-se principalmente à época colonial, particularmente de São Paulo. Do acervo geral fazem parte obras mais recentes, biografias, etc.

Quanto aos periódicos tem-se procurado, na medida do possível, completar suas coleções mais importantes.

A organização desta biblioteca, com coleções tão importantes para os estudos brasileiros, visa a preservar não só raridades bibliográficas, como a proporcionar aos estudiosos o acesso a importante documentação sobre o Brasil, em português e em linguas estrangeiras.

A biblioteca é freqüentada principalmente por professores, assistentes e alunos dos cursos de Letras e História, Faculdade, e por vários especialistas.

Cursos: Dentro da programação didática o Instituto realizou no primeiro semestre de 1965 um curso sobre a "Música Colonial Brasileira".

Pesquisas: Está programada pelo Instituto, para ser brevemente iniciada, uma pesquisa sobre a História do Brasil, no período de 1808 a 1822, com objetivo de fornecer dados para um estudo sobre o 1.º Reinado.

Pessoal: Por ora, o pessoal do Instituto compreende: três pesquisadores, duas bibliotecárias, um auxiliar de biblioteca.

Bolsas: O Instituto pretende criar, a partir deste ano, sistema de bolsas de estudos para os alunos dos cursos de Ciências Sociais, Geografia, História, Ciências Econômicas e Arquitetura. Os bolsistas trabalharão nas pesquisas realizadas pelo Instituto, dentro do campo de estudos de cada um. Essas pesquisas serão orientadas pelos professores das diversas cadeiras que compõem o Instituto.

Publicações: Em breve deverá ser lançada em São Paulo, sob o patrocínio do Setor Cultural do Instituto, a *Revista de Estudos Brasileiros*. Essa revista publicará artigos originais sobre assuntos brasileiros, resenhas de obras significativas, publicadas em 1965 e noticiário sobre as atividades do Instituto, principalmente das cadeiras que a êle estão vinculadas.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), sociedade civil, fundada na cidade de São Paulo, em 7 de setembro de 1934, por Pierre Deffontaine e consolidada por Pierre Monbeig, nasceu e cresceu em torno da primeira cadeira de Geografia da Faculdade. Tem por objetivo pesquisar e divulgar assuntos geográficos, principalmente brasileiros.

Para atingir seus objetivos, a Associação promove o conhecimento e o intercâmbio de idéias entre seus associados, através de reuniões periódicas e outros meios; realiza pesquisas geográficas; mantém publicações periódicas; propõe medidas para o aperfeiçoamento do ensino geográfico em todos os seus graus e procura por meio da fundação de Seções Regionais e de Núcleos, ou em cooperação com organizações similares, irradiar suas atividades por todo o território do país.

A AGB é administrada por um Conselho Diretor, composto da diretoria da comissão Consultiva e dos dois últimos presidentes da Associação. A Diretoria e a Comissão Consultiva são eleitas pelos sócios efetivos em Assembléia Geral Ordinária.

A AGB possui Seções Regionais com existência autônoma em relação aos seus interesses particulares e podem abranger uma ou mais unidades da Federação.

A AGB mantém, dentro de suas possibilidades, uma publicação referente às suas Assembléias Ordinárias, intitulada *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, revista de âmbito nacional. Algumas Seções Regionais mantêm publicações periódicas dentre as quais destacam-se: *Boletim Paulista de Geografia*, *Boletim Mineiro de Geografia*, *Boletim Carioca de Geografia* e *Boletim Baiano de Geografia*. A Associação pode, ainda, editar publicações especiais.

A sede e o fóro da AGB estão na cidade de São Paulo.

A AGB, cujos trabalhos têm repercussão internacional, já serviu de modelo para outras associações científicas nacionais e estrangeiras, principalmente, pelo tipo de reuniões anuais que realiza. Essas reuniões que são as suas Assembléias Gerais, compreendem como os congressos tradicionais, a apresentação e debate de teses e comunicações, e têm a característica de desenvolver trabalhos de campo e de pesquisas nas cidades que lhes servem de sede e nas áreas circunvizinhas.

Permitem assim a experimentação de novas técnicas e métodos de pesquisa geográfica, o treinamento de especialistas dentro dos mais diferentes campos de estudos geográficos. Já se realizaram assembléias em várias regiões brasileiras, as quais propiciaram aos geógrafos o conhecimento direto da realidade e dos problemas em diversas áreas do país.

A AGB organizou ainda dois Congressos Brasileiros de Geógrafos, em 1954 e 1965. Ambos contaram com grande número de participantes de todo o país e com a presença de especialistas estrangeiros.

Nascida em decorrência do ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a AGB continua recebendo o apoio e a colaboração dos membros do atual Departamento de Geografia. Eles estão sempre presentes na direção das organizações nacional e regionais, na liderança das equipes de pesquisa nas Assembléias Gerais, e colaboram com seus trabalhos nos vários órgãos de divulgação da entidade. A AGB oferece aos especialistas e estudantes de geografia da USP a oportunidade para debater seus trabalhos e para tomar conhecimento do que se está fazendo no campo, em outros centros culturais do país.

LABORATÓRIO

O Departamento de Geografia mantém o laboratório de Aerofotogeografia, onde são realizados os trabalhos práticos dos alunos desta matéria, dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia e em Geologia, bem como as pesquisas sob responsabilidade dos docentes do Departamento.

O Laboratório conta com a colaboração do pessoal técnico do Instituto de Geografia e recebe, deste órgão, a ajuda financeira para aquisição de material especializado.

O equipamento do Laboratório compreende atualmente: 22 estereoscópios simples, 5 estereoscópios com espelho, 3 estereoscópios com espelho e barra de paralaxe, 1 microscópio, 1 jogo de peneiras para seleção de sedimentos, estufa, 1 "rotaper", etc.

Nas novas instalações do Departamento, o Laboratório ocupará dependências próprias, o que possibilitará seu desenvolvimento no campo do ensino e pesquisa.

MAPOTECA

Atualmente, o Departamento de Geografia conta com valioso acervo de mapas gerais e regionais, das mais variadas procedências e escalas, num total aproximado de 3 200 (três mil e duzentos) exemplares. Desse montante 200 (duzentos) são mapas rurais de Geografia Física, Humana e Econômica, de diferentes países, inclusive do Brasil, especialmente confeccionados para ensino. Destacam-se, entre estes, os mapas continentais em relevo da "Aero Service Corporation — USA", de indiscutível valor didático.

Em quatro armários especiais, de quatorze gavetas cada um, encontram-se as cartas em folhas avulsas, distribuídas segundo sua nacionalidade, num total aproximado de 3 (três mil) unidades. Estas cartas estão provisoriamente classificadas em dois grandes grupos, nacionais e estrangeiros, sendo este último separado por países. Devido à heterogeneidade de tipos de cartas e à grande quantidade com que a Mapoteca é acrescida anualmente, não é possível aqui destacar senão algumas das mais conhecidas e importantes coleções. Entre as nacionais: Carta do Brasil CNG nas escalas 1:250 000, 1:500 000 e 1:1 000 000 (Carta Internacional do Brasil); Carta Náutica do Brasil do Serviço Hidrográfico da Marinha em diferentes escalas; cartas do Estado de São Paulo do IGG nas escalas 1:100 000, 1:250 000 e 1:1 000 000; Carta Cadastral do Município de São Paulo na escala 1:5 000 da SARA — edição 1930 e em 1:10 000 da Cruzeiro do Sul — edição 1954; mapas estaduais políticos e econômicos; mapas especiais físicos e humanos; mapas do Brasil, em diferentes escalas, etc.

Entre as cartas estrangeiras: a "World Aeronautical Chart" na escala 1:1 000 000 (Carta Internacional da Aeronáutica) referente ao continente americano; carta do Estado Maior da França na escala 1:80 000 — edição 1889; carta topográfica de Portugal na escala 1:50 000; carta militar da Itália na escala 1:25 000 — Edição de 1944; carta especial do solo da Itália na escala 1:200 000 do Touring Club Italiano — 1958; Carta Topográfica da Suíça na escala 1:50 000; fôlhas avulsas de dezenas de tipos de cartas modernas e antigas em escalas topográfica, corográfica e geográfica, formando às vezes grupos de coleções incompletas.

A Mapoteca será brevemente instalada no novo edifício da Divisão de Geografia-História, na Cidade Universitária, quando então ocupará dependências próprias e especiais passando a funcionar conjuntamente com a Mapoteca do Instituto de Geografia que, a partir desse momento passará a responder pela sua conservação e organização.

A Mapoteca do Departamento de Geografia é franqueada a todos os interessados, para consultas no local.

BIBLIOTECA

A Biblioteca especializada do Departamento de Geografia possui cerca de 9 200 (nove mil e duzentos) volumes, compreendendo obras especializadas nos vários setores da Geografia, atlas mundiais e regionais e obras essenciais dos vários ramos das Ciências Físicas e Naturais e da demais Ciências Humanas afins. Possui, além disso vinte e três coleções completas de revistas, dentre as quais destacam-se: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, *Annales de Géographie* (França), *Annals of the Association of American Geographers* (EUA), *Boletim Geográfico* (Brasil), *Boletim Paulista de Geografia*, *Bollettino della Società Geografica Italiana* (Itália), *Geographical Review* (EUA), *La Géographie* (França), *Les Cahiers d'Autre-Mer* (França), *L'Information Géographique* (França), *Petermanns Geographische Mitteilungen* (Alemanha), *Revista do Instituto Histórico* (Brasil), *Revista Brasileira de Geografia*, *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie* (Bélgica), *The Geographical Journal* (Inglaterra), *Révue de Géographie Alpine* (França), *Révue de Géomorphologie Dynamique* (França).

Devendo, no decorrer do ano de 1966, processar-se a mudança do Departamento para o novo prédio, na Cidade Universitária, a Biblioteca ocupará instalações comuns com a Biblioteca do Departamento de História, estando previsto o funcionamento conjugado de ambas e, futuramente a sua fusão.

PUBLICAÇÕES

BOLETINS: O Departamento de Geografia publicou treze boletins, editados pela Faculdade, datando o último de 1960.

REVISTA ORIENTAÇÃO: órgão do Instituto de Geografia.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA: Publicação da Seção Regional de São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, com a qual os membros do Departamento de Geografia mantêm estreita e permanente colaboração.

OUTRAS: Docentes do Departamento de Geografia têm publicado, regularmente, obras especializadas e livros didáticos destinados ao ensino primário e secundário. Algumas das obras especializadas foram elaboradas por equipes de docentes do Departamento. Aliás, o Departamento publicou, por intermédio da Editora da USP, trabalhos de pesquisa, também de equipes de seus docentes.

Os resultados das pesquisas e estudos realizado pelo pessoal docente do Departamento são geralmente apresentados nos Congressos Brasileiro e Internacional de Geografia e publicados nos respectivos Anais. Os trabalhos dos docentes do Departamento são também divulgados nas Revistas das Faculdades de Filosofia do Estado de São Paulo e em várias revistas especializadas, nacionais e estrangeiras, dentre as quais destacam-se: *Acrópole* (Brasil); *Annales de Géographie* (França); *Anais e Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*; *Boletim Carioca de Geografia*; *Boletim Paulista de Geografia*; *Boletim Geográfico*

do Conselho Nacional de Geografia; Cahiers d'Autre-Mer (França), Notícia Geomorfológica (Brasil); Orientação (Brasil); Paidéia (Brasil); Paulistânia (Brasil); Revista do Arquivo Municipal (Brasil).

INSTALAÇÕES

ATUAIS

O Departamento de Geografia funciona provisoriamente no prédio da Reitoria da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária, onde lhe estão reservadas as seguintes dependências: quatro salas de aula, duas salas para cada cadeira e uma para cada disciplina, duas salas para a Biblioteca, (uma para leitura), duas salas para o Instituto de Geografia e uma para o Centro de Estudos Geográficos.

FUTURAS*

Brevemente, um novo edifício, na Cidade Universitária, abrigará em instalações magníficas, os Departamentos de Geografia e de História e ainda o Instituto de Estudos Brasileiros, o Instituto de Geografia, o Museu de Arte e Arqueologia e o Centro de Documentação Histórica.

As novas instalações desse edifício, em fase final de acabamento, compreendem: dois grandes auditórios, oito salas de aula e de seminários (para cada Departamento), salas para as cadeiras e disciplinas, sala para os mapas murais, salas para reuniões, instalações para a diretoria, a secretaria, ampla biblioteca para os dois departamentos, biblioteca para o Instituto de Estudos Brasileiros, sala de leitura e salas especiais para a restauração e catalogação de peças, biblioteca e exposição permanente, desenho, cartografia e laboratórios.

Curso de Conhecimentos e Informações Sobre Cartografia **

1.º PERÍODO

HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA

Primeira parte: GERAL

1. Cartografia: conceituação, metodologia, classificação, utilidade.
2. A cartografia dos povos primitivos.
3. A cartografia na Antiguidade Oriental.
4. A cartografia na Antiguidade Clássica.
5. A cartografia islâmica.
6. Idade Média: I — A cartografia cristã.
7. Idade Média: II — A cartografia náutica do Mediterrâneo e adjacências.
8. A cartografia renascentista: I — Causas do surto cartográfico.
9. A cartografia renascentista: II — A cartografia náutica oceânica.
10. A cartografia renascentista: III — A socialização da cartografia.
11. A cartografia renascentista: IV — O aparecimento da cartografia regional.
12. Século XVII: A centúria dos atlas.
13. A reforma da cartografia no século XVIII.
14. O advento da cartografia como empreendimento governamental.
15. A cartografia dos povos asiáticos.

Segunda parte: CARTOGRAFIA AMERICANA, EM ESPECIAL, DO BRASIL.

16. A cartografia da América e do Brasil e seus historiadores.
17. Os primeiros delineamentos cartográficos no Novo Mundo.
18. A cartografia do século XVI e o conhecimento geográfico oriundo da colonização e das primeiras entradas e bandeiras.

* Desde o dia 20 de abril do corrente ano, os Departamentos de História e Geografia, bem como o Instituto de Estudos Brasileiros e Instituto de Geografia, o Museu de Arte e Arqueologia e o Centro de Documentação Histórica, passaram a ocupar suas novas instalações na Cidade Universitária.

** Rio de Janeiro, 1 de julho a 20 de dezembro de 1968. Patrocinado pelo Conselho Federal de Cultura e Sociedade Brasileira de Cartografia e promovido pelo Departamento de Cultura, da SEC-GB, através da Divisão de Bibliotecas e Documentação.

19. Século XVII: I — A cartografia holandesa referente ao Brasil.
20. Século XVII: II — Os atlas dos Teixeira e o seu significado histórico.
21. Século XVII: III — A expansão territorial, no norte e no sul do Brasil, e a cartografia dela resultante.
22. Século XVIII: I — O grande surto cartográfico e as suas relações com o movimento de expansão, exploração, consolidação e defesa do território brasileiro.
23. Século XVIII: II — A cartografia dos limites do Brasil.
24. Balanço geral da cartografia brasileira às vésperas da Independência.
25. A cartografia nos demais países da América.

Terceira parte: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE MAPAS ANTIGOS.

26. Metodologia.
27. A "linguagem" cartográfica no tempo e no espaço.
28. A Cartografia Histórica e suas relações com outras disciplinas.
29. Considerações em torno do artesanato cartográfico; curiosidades cartográficas.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

(Período colonial)

1. Características gerais da formação territorial do Brasil.
2. A expansão litorânea.
3. A expansão sertanista.
4. A expansão militar.
5. A expansão territorial e a economia.
6. A expansão territorial e a sociedade.
7. A expansão territorial e a evolução administrativa.
8. A expansão territorial e os problemas internacionais.
9. Ajustes diplomáticos ligados à expansão territorial.
10. Conclusões.

GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS

1. INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

- 1.1 A Geografia como ciência: evolução.
- 1.2 O campo de trabalho: o problema do método.
- 1.3 Divisão da Geografia: as ciências afins.

2. NOÇÕES ESSENCIAIS DE GEOGRAFIA FÍSICA

- A—2.1 Análise das formas de relevo: sua representação; perfis topográficos.
- 2.2 Evolução das formas de relevo: mapas geomorfológicos; perfis geológicos.
- 2.3 Os mapas hipsométricos.
- B—2.1 Geografia da temperatura — representação cartográfica. Isotermas anuais, média das máximas e das mínimas.
- 2.2 Geografia da circulação atmosférica — traços essenciais. As linhas isóbaras, ciclones e anticiclones.
- 2.3 Geografia das precipitações. Análise do mapa de isoietas anuais. Fatores que atuam na distribuição das precipitações.
- 2.4 A distribuição dos climas à superfície. Análise da classificação de Köppen. Análise de climogramas.
- C—2.1 Os mapas de vegetação e solos: as grandes formações vegetais. Mapas de solos.

3. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

- 3.1. Análise das causas que determinam a irregular distribuição espacial.
- 3.2. Movimentos de população: crescimento vegetativo; as grandes correntes migratórias.

3.3. Estrutura de uma população: composição por idade; população rural e urbana; população ativa e inativa — análise setorial da população ativa e inativa.

4. GEOGRAFIA AGRÁRIA

4.1. Elementos básicos da Geografia Agrária.

4.2. Os mapas de uso da terra e regimes de propriedade.

4.3. As grandes áreas de atividades agropastoris.

5. GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS E GEOGRAFIA URBANA

5.1. O abastecimento energético. A circulação das matérias-primas.

5.2. As grandes regiões industriais do globo.

5.3. A urbanização da população mundial: rede urbana. As grandes metrópoles mundiais.

ARTES GRÁFICAS APLICADAS À CARTOGRAFIA

1. AS PRANCHAS DE IMPRESSÃO

1.1. Esbôço histórico.

1.2. Gutemberg.

1.3. Cartas antigas, modernas e contemporâneas.

1.4. As artes gráficas em geral.

2. XILOGRAVURA

2.1. Ferramentas.

2.2. Impressão.

2.3. Características.

3. GRAVURA EM COBRE

3.1. Ferramentas.

3.2. Talho doce.

3.3. Ponta seca.

3.4. Água forte.

3.5. Impressão.

3.6. Características.

4. LITOGRAFIA

4.1. Pedra, tinta e lápis.

4.2. Impressão.

4.3. Características.

5. ZINCÓGRAFIA

5.1. O material.

5.2. A execução em côres.

5.3. As máscaras.

5.4. Características de impressão.

6. O PROCESSO OFF-SET

6.1. As máquinas de impressão atuais.

6.2. Visita a uma gráfica moderna.

7. ROTOGRAVURA

8. GRAVAÇÃO EM PLÁSTICO

9. REPROGRAFIA

10. EXAME

10.1. Peças impressas nos diferentes processos.

2.º PERÍODO

CARTOGRAFIA MODERNA

Primeira parte: INTRODUÇÃO (CARTOGRAFIA NO BRASIL E NO MUNDO)

1. O desenvolvimento da Cartografia no Século XIX.
2. O surto cartográfico do Século XX.
3. Situação atual do mapeamento no Brasil e no Mundo.
4. Órgãos cartográficos federais no Brasil.
5. Órgãos cartográficos estaduais e regionais.
6. Organização cartográfica em alguns países estrangeiros.
7. Órgãos cartográficos internacionais.
8. Congressos e reuniões internacionais.
9. Aerofotogrametria no Brasil e no Mundo.
10. Congressos e reuniões internacionais.
11. Normas cartográficas recomendadas no Brasil.
12. Padronização e normalização internacional.
13. Cartografia para fins militares e para o desenvolvimento nacional.
14. A realidade cartográfica brasileira.

Segunda parte: NOÇÕES GERAIS DE CARTOGRAFIA

15. Classificação geral de cartas e mapas.
16. Mapas gerais, especiais e temáticos.
17. Padronização internacional da nomenclatura das folhas.
18. A forma da Terra — o Esferóide e o Geóide. Os sistemas de coordenadas.
19. Noções sobre Sistemas de Projeção — Sistema UTM.
20. Escala e precisão de cartas e mapas.
21. O aero-levantamento — execução da cobertura aérea.
22. Operações geodésicas clássicas.
23. Operações topográficas para apoio planimétrico de aero-levantamento.
24. Apoio altimétrico do aero-levantamento.
25. Reambulação e Toponímia.
26. Operações correntes de Aerofotogrametria.
27. Operações finais para impressão de cartas e mapas.
28. Emprego de sensores remotos na Geodésia e na Topografia atuais.
29. Recursos atuais da Aerotriangulação — emprego de computadores eletrônicos.
30. Bibliografia Cartográfica Internacional.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE MAPAS E DE FOTOGRAFIAS AÉREAS

1. LEITURA DE CARTAS GEOGRÁFICAS

1. 1. Identificação da Carta — primeiro contato.
1. 2. Localização e extensão da área abrangida (graus, quilômetros ou milhas).
1. 3. Escala.
1. 4. Articulação da carta.
1. 5. Legendas.
1. 6. Convenções empregadas.
1. 7. Documentação e apoio de campo utilizados e precisão da carta.
1. 8. Data de edição e organismo responsável.
1. 9. Tipo de projeção empregada.
- 1.10. Feitio do reticulado de referência.
- 1.11. Deformações surgidas (equivalência, conformidade e eqüidistância).
- 1.12. Planimetria — sua representação conforme a escala e a finalidade da carta.
- 1.13. Princípio da hierarquia de representação dos fatos.
- 1.14. Padronização de convenções.
- 1.15. Altimetria — sua representação na carta.
- 1.16. Classificação do relevo em: acidentado, pouco acidentado e muito suave.
- 1.17. Cartas topográficas e cartas geográficas.
- 1.18. Cartas especiais e temáticas — compreensão de suas convenções.
- 1.19. Bibliografia recomendada.

2. FOTOGRAFIAS AÉREAS

2. 1. Fotografias aéreas e recobrimentos aerofotogramétricos.
2. 2. Fotografias verticais e fotografias oblíquas.
2. 3. Princípio da visão estereoscópica.
2. 4. Hiperestereoscopia.
2. 5. Uso do estereoscópio.
2. 6. Escala média.
2. 7. Ponto central e ponto nadiral.
2. 8. Paralaxe estereoscópica e sua importância na medição de desníveis.
2. 9. Precisão planimétrica da fotografia aérea.
- 2.10. Princípio da triangulação radial.
- 2.11. Restituição e reambulação.
- 2.12. Mosaicos: não controlados, semicontrolados e controlados.
- 2.13. Ortomosaicos e ortomapas.
- 2.14. Informações úteis.
 - 2.14.1. Data da tomada da fotografia, escala aproximada, altura de vôo, distância focal da câmara fotográfica e tipo de lente.
 - 2.14.2. Organismo executor da fotografia e número de classificação da foto.
- 2.15. Fotografia aérea em preto e branco.
 - 2.15.1. Filmes ortocromáticos.
 - 2.15.2. Filmes pancromáticos.
 - 2.15.3. Filmes infravermelhos.
- 2.16. Fotografias coloridas.
 - 2.16.1. Filmes coloridos comuns.
 - 2.16.2. Processo falsa cor.
- 2.17. Fotografias obtidas pelos satélites.
- 2.18. Finalidades do levantamento aerofotogramétrico.
 - 2.18.1. Fins puramente cartográficos.
 - 2.18.2. Outros fins.
- 2.19. Foto-interpretação.
 - 2.19.1. Foto-identificação.
 - 2.19.2. Foto-análise.
 - 2.19.3. Foto-interpretação.
 - 2.19.4. Sua importância.

DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E CARTOGRAFIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

1. GENERALIDADES E TERMINOLOGIA

1. 1. A fronteira-zona.
1. 2. A fronteira-faixa.
1. 3. A fronteira-linha.
1. 4. As fronteiras físicas ou naturais.
1. 5. As fronteiras artificiais.
1. 6. As fronteiras vivas.
1. 7. As fronteiras esboçadas.
1. 8. As fronteiras mortas.
1. 9. As fronteiras estratégicas.
- 1.10. As fronteiras políticas.
- 1.11. As fronteiras do Brasil.
 - 1.11.1. Extensão.
 - 1.11.2. Pontos extremos.

2. O SERVIÇO DE FRONTEIRAS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- 2.1. As Comissões de Limites: organização; métodos de trabalho; imposições; técnicas operacionais; etc.
- 2.2. A obra dos antigos e atuais demarcadores.
- 2.3. A contribuição das Comissões para a Geografia, a Etnografia e a Cartografia do Brasil.

3. LIMITES COM O URUGUAI, ARGENTINA, PARAGUAI E BOLÍVIA

- 3.1. Atos internacionais vigentes.
- 3.2. Trabalhos demarcatórios realizados.
- 3.3. Trabalhos cartográficos.
- 3.4. Descrição da linha divisória atual.
- 3.5. Problemas de fronteira com o Uruguai.
- 3.6. Problemas de fronteira com a Argentina.
- 3.7. Problemas de fronteira com o Paraguai.
- 3.8. Problemas de fronteira com a Bolívia.

4. LIMITES COM O PERU, COLÔMBIA, VENEZUELA, GUIANA, SURINAME E GUIANA FRANCESA

4. 1. Atos internacionais vigentes.
4. 2. Trabalhos demarcatórios realizados.
4. 3. Trabalhos cartográficos.
4. 4. Descrição da linha divisória atual.
4. 5. Problemas de fronteira com o Peru.
4. 6. Problemas de fronteira com a Colômbia.
4. 7. Problemas de fronteira com a Venezuela.
4. 8. Problemas de fronteira com a Guiana.
4. 9. Problemas de fronteira com o Suriname.
- 4.10. Problemas de fronteira com a Guiana Francesa.

5. DOMÍNIO TERRITORIAL DO ESTADO

- 5.1. Espaço terrestre.
 - 5.1.1. Propriedade territorial no Brasil: sesmarias; posses; lei das terras; política das terras, etc.
 - 5.1.2. Patrimônio da União.
 - 5.1.2.1. Terrenos de marinha.
 - 5.1.2.2. Terrenos de fortificação.
 - 5.1.2.3. Zonas indispensáveis à defesa do País.
 - 5.1.2.4. Faixa de Fronteiras.
 - 5.1.2.4.1. Defesa e colonização das fronteiras.
- 5.2. O território marítimo.
 - 5.2.1. Águas territoriais.
 - 5.2.2. Plataforma continental.
 - 5.2.3. Ilhas oceânicas.
- 5.3. O território aéreo.

MAPOTECONOMIA

1. MATERIAL CARTOGRÁFICO

- 1.1. Espécie.
- 1.2. Definições.
- 1.3. Diferenças entre mapas e livros.

2. OBJETIVOS DE UMA CARTOTECA

- 2.1. Atualização permanente do material cartográfico.
- 2.2. Avaliação e interpretação dos mapas para fins científicos e didáticos.
- 2.3. Acessibilidade ao acervo cartográfico.
- 2.4. Fornecimento de informações geográficas cartobibliográficas.
- 2.5. Execução de programas próprios de trabalho.

3. ORGANIZAÇÃO

- 3.1. Instalações e equipamentos.
- 3.2. Estruturação das atividades mapotecárias.
- 3.3. Pessoal.

4. ADMINISTRAÇÃO

- 4.1. A cartoteca como unidade administrativa.
- 4.2. Divisão das atribuições e responsabilidades entre o pessoal administrativo.

5. AQUISIÇÃO

- 5.1. Orientação na escolha do material cartográfico.
- 5.2. Lista (ou catálogos) dos editores e impressores, por países.
- 5.3. Seleção e comparação.
- 5.4. Compras.
- 5.5. Permutas.
- 5.6. Doações.
- 5.7. Transferências.

6. CLASSIFICAÇÃO E ARRUMAÇÃO

- 6.1. Problemas relacionados com a espécie, natureza e dimensões do material cartográfico.
- 6.2. Os sistemas de classificação.
- 6.3. As classificações geográficas, por áreas e assuntos.
- 6.4. As classificações por tamanho.

7. CATALOGAÇÃO

- 7.1. Semelhança e diferenças entre mapas e livros.
- 7.2. Ficha principal.
- 7.3. Fichas secundárias.
- 7.4. Fichas auxiliares.
- 7.5. Fichamento do material cartográfico de forma excepcional.
- 7.6. Organização do catálogo.
- 7.7. Publicação de catálogos.

8. REFERÊNCIA

- 8.1. Consultas; suas modalidades; diferenças entre mapas e livros.
- 8.2. Organização de uma biblioteca de obras de referência sôbre cartografia. Principais classes de assuntos.
- 8.3. Serviço de reprografia.
- 8.4. Serviço de empréstimos.
- 8.5. Exposições.

9. CONSERVAÇÃO DO MATERIAL CARTOGRAFICO

- 9.1. Noções gerais.
- 9.2. Condições do meio ambiente.
- 9.3. Proteção dos mapas impressos comuns.
- 9.4. Cuidados especiais de proteção com certas categorias de mapas e atlas.

- 9.5. Máquinas e equipamentos.
- 9.6. Imunização.
- 9.7. Materiais usados como proteção.

10. AS GRANDES CARTOTECAS OU COLEÇÕES CARTOGRAFICAS

- 10.1. Estrangeiras.
- 10.2. Brasileiras.

A Geografia no Vestibular *

Apresentamos a prova de Geografia do vestibular da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, como exercício para futuros candidatos, indicando as soluções corretas.**

1) O Brasil é um País tropical, o que significa dizer que suas terras estão localizadas numa faixa de baixas latitudes. A influência do clima sobre o organismo humano é assunto que ainda foi cientificamente estudado no campo da geografia. Entretanto, há referência às influências climáticas sobre as rochas que, no clima tropical, dão origem à formação de certas jazidas minerais secundárias, tais como as de:

- a) cobre; b) *níquel*; c) zinco; d) chumbo.

2) A vegetação e os solos constituem recursos naturais que o homem no Brasil não tem sabido aproveitar convenientemente. A cobertura vegetal do Brasil é constituída dos seguintes tipos de vegetação, segundo a ordem decrescente percentual da área ocupada:

a) floresta tropical, cerrados, palmeiras; b) palmeiras, pinheirais, floresta tropical; c) *floresta tropical, cerrados, matas com pinheiros*; d) caatingas, campinas, cerrados.

3) Segundo um confronto dos resultados dos recenseamentos realizados no Brasil, verificam-se profundas modificações nas posições ocupadas pelas regiões fisiográficas quanto à população absoluta de cada uma. A região fisiográfica — cuja população relativa menos cresceu no período decorrido entre o primeiro e o último censo foi a região:

- a) *leste*; b) nordeste; c) sul; d) norte.

4) Dentre os recursos naturais, representados pelas matérias-primas extrativas, vários vegetais ocupam posição de destaque na economia nacional. Os oleaginosos destacam-se entre os demais pela excepcional produção de:

- a) tucum; b) castanha de caju; c) mangabeira; d) *babaçu*.

5) A imensa rede hidrográfica e o extenso litoral brasileiro permitem a exploração da atividade pesqueira, tanto de água doce como do mar face à variedade de pescado com que conta a fauna brasileira. Dentre os pescados brasileiros de água doce destacam-se os mamíferos aquáticos abaixo:

- a) *manatim*; b) pirarucu; c) tartaruga; d) atum.

6) As reservas minerais existentes no Brasil, pela sua variedade e pela pos- sança de algumas de suas jazidas, colocam o nosso País entre os primeiros do mundo. Lamenta-se, contudo, a inexistência de jazidas de alguns minerais consi- derados básicos para nosso desenvolvimento industrial, entre os quais citamos:

- a) gamierita; b) *sulfur*; c) cassiterita; d) Volfrâmio.

7) A atividade agrícola no Brasil de há muito, se apresenta altamente di- versificada, não só no setor dos cereais leguminosos, alimentícios, mas também das plantas industriais. Dentre estas últimas, destaca-se a juta, cuja produ- ção se concentra quase totalmente na região:

- a) nordeste; b) leste; c) *norte*; d) centro-oeste.

* Colaboração do Diretório Acadêmico Barão de Mauá; publicado originalmente no *Jornal dos Esportes*, edição de 4-2-1968.

** Respostas certas em grifo.

8) O Brasil ocupa posição destacada no setor pecuário mundial. Possui o primeiro, segundo, terceiro e quarto rebanhos do mundo em equinos, asininos, suínos e bovinos, respectivamente. Mais de sessenta por cento do rebanho, no qual o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo está localizado na região:

a) centro-oeste; b) norte; c) leste; d) *nordeste*.

9) O Brasil possui mais da metade das indústrias sul-americanas. Mais de setenta e cinco por cento da matéria aqui industrializada é nacional. O valor da indústria de transformação brasileira está distribuída por vários ramos, ocupando o primeiro lugar a indústria:

a) metalúrgica; b) *de produtos alimentares*; c) química; d) têxtil.

10) A indústria de refinação de petróleo no Brasil desenvolve-se num ritmo animador, esperando-se para muito breve, a nossa autosuficiência neste setor. Contamos, atualmente, com várias refinarias em funcionamento, quer da Petrobrás ou particulares, destacando-se entre estas últimas:

a) Landulfo Alves, Manguinhos, Riograndense, União; b) Amazônia, Oscar Passos, Alberto Pasqualini, Mauá; c) *Ipiranga, Riograndense, União, Matarazzo*; d) Matarazzo, Mauá, Ipiranga, Duque de Caxias.

11) Solo de cor preta ou cinza escuro, rico em matérias orgânicas, cálcio, potássio, fósforo e azoto, sendo produto da desagregação e decomposição do gnaisse e rochas calcárias, ainda hoje apresenta-se bastante fértil, apesar de intensamente aproveitado desde os tempos coloniais. O tipo de solo descrito é:

a) *massapê*; b) tabatinga; c) salmourão; d) terra roxa.

12) O Brasil enfrenta no momento forte pressão dos países importadores de café em grão, em virtude de haver entrado, com sucesso, no mercado do café solúvel. Esta reação é consequência:

a) de ser o Brasil um País subdesenvolvido; b) da qualidade inferior do produto brasileiro; c) da dificuldade de embalagem do café solúvel; d) *do problema de desemprego de fatores de produção nos países importadores*.

13) A fertilidade do solo brasileiro é uma lenda que tem suas origens na carta de Caminha. Hoje sabemos que é um solo bastante carente de nitrogênio, fósforo e potássio, a triade basilar da produtividade agrícola. As principais firmas nacionais que já produzem fertilizantes nitrogenados, respectivamente, em bases industriais, são:

a) *fábrica de fertilizante de Cubatão e Fosforita Olinda S. A.*; b) Fosforita de Olinda S. A. e Empresas de Produtos Químicos e Fertilizantes; c) Ipiranga S. A. e Eleikeroz S. A.; d) Fábrica de Fertilizantes de Cubatão e Companhia Siderúrgica Nacional.

14) A estrada de ferro que escoia a produção de carvão de Santa Catarina é:

a) estrada de ferro Leopoldina; b) Estrada de Ferro Central do Brasil; c) *Estrada de Ferro Teresa Cristina*; d) Rede de Viação Paraná—Santa Catarina.

15) A articulação do São Francisco com a costa atlântica é feita por duas ferrovias, a Central do Brasil e a Viação Férrea Leste Brasileiro, que partindo do Rio de Janeiro e Salvador, atingem respectivamente:

a) Januária e Petrolina; b) Pirapora e Paulo Afonso; c) Juazeiro e Januária; d) *Pirapora e Juazeiro*.

16) Tendo embarcado num avião no aeroporto de Congonhas (São Paulo), às 8 horas, após uma hora de viagem, desembarquei no aeroporto da cidade de Campo Grande (Mato Grosso), às ...

a) 9 horas; b) 10 horas; c) 8 horas; d) 7 horas.

17) No recôncavo baiano está se implantando importante complexo industrial, que já possui dentre outros estabelecimentos fabris, uma fábrica de cimento, um porto e um estaleiro. Ele se denomina:

a) Santo Amaro; b) Feira de Santana; c) *Aratu*; d) Camamu,

18) A Companhia Nacional de Alcalis, em Cabo Frio, produz um dos componentes essenciais à indústria do vidro. Trata-se:

a) do sulfato de cálcio; b) do sal-gema; c) do carbonato; d) *da barrilha*.

19) Sabemos, hoje, que o investimento mais rentável, em termos de mercado exterior, é o petróleo. Imediatamente após, vem:

a) exportação de manufaturados; b) *fretes marítimos*; c) exportação de minério de ferro; d) exportação de carnes.

20) O Brasil deverá despende, no ano de 1968, cerca de US\$ 180 milhões, na importação de trigo. Produzimos apenas 10% de nossas necessidades atuais. Esse fato se deve principalmente:

a) *nenhuma das razões apresentadas*; b) à inadequação de nossos solos a esse cereal; c) à inadequação de nosso clima; d) à falta de capitais de investimentos.

Currículo Básico do Curso de Geografia da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena — S. Paulo

1. Geografia Física	3 séries
2. Biogeografia	1 série
3. Geografia Humana	2 séries
4. Geografia Regional	1 série
5. Geografia do Brasil	2 séries
6. Cartografia	1 série

Duas disciplinas escolhidas dentre as seguintes:

- Antropologia.
- Sociologia
- História econômica geral e do Brasil.
- Etnologia e Etnografia do Brasil.
- Fundamentos de Petrografia, Geologia, Pedologia.
- Mineralogia.
- Botânica

1 série cada

— Além do que consta acima, para obter o grau de Licenciado, o aluno deverá estudar ainda as seguintes disciplinas, com uma série cada uma:

1. Psicologia da Educação, Adolescência, Aprendizagem.
2. Elementos de Administração Escolar.
3. Didática e Prática do Ensino.

Para obter o grau de Bacharel em Geografia, o aluno deverá, estudar ainda, durante um ano, em curso de aperfeiçoamento, uma das disciplinas relacionadas nos itens de 1 a 5.

A duração dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Geografia é de quatro anos e com um mínimo de 2 700 horas.

Presidência da República

INSTALAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

Visando ao desenvolvimento planejado da Região Amazônica e a sua rápida ocupação pelos brasileiros, o Presidente Costa e Silva instalou, em Belém do Pará, o Governo Federal, ali chegando com sua comitiva no dia 6 de agosto de 1968. Na mesma data assinou mensagem encaminhando projeto de lei ao Congresso, no qual estão estabelecidas condições para aquisição, por estrangeiros, de terras naquela região.

O projeto estabelece que a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira dependerá de autorização do Ministério da Agricultura, por intermédio do IBRA. Pessoa jurídica estrangeira não poderá adquirir imóvel rural no País, salvo se for autorizada a funcionar no Brasil, devendo as aquisições serem vinculadas aos objetivos estatutários da sociedade.

A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, em todo o Território Nacional, inclusive área de que trata a lei 2.597, de 1955, não poderá ultrapassar nos municípios de até 10 mil quilômetros quadrados, um quinto da respectiva área; nos municípios de 10 a 50 mil quilômetros quadrados, mais de um décimo da área; nos municípios de mais de 50 mil quilômetros quadrados, até 100 mil, mais de 20 avos da respectiva área e nos municípios de mais de 100 mil quilômetros quadrados, não poderá ultrapassar mais de um 40 avos da respectiva área.

O projeto de lei autoriza a União, por motivo de segurança, a desapropriar terras rurais em poder de estrangeiros, mediante decreto e ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

No primeiro dia da instalação do governo federal na Amazônia, o presidente Costa e Silva presidiu à solenidade de assinatura do convênio entre o Ministério das Minas e Energia, por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral e o governo do Pará, representado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará — IDESP — num total de 300 mil cruzeiros novos, destinados a incrementar as pesquisas de materiais de construção, tais como caucário, caulim, sabro, argila, areias e outros, na região de Belém, em apoio à indústria de construção civil naquela capital.

Justificando o convênio, conhecido como "Projeto Grão-Pará", o ministro Costa Cavalcanti disse que ele decorreu de sua última viagem à Amazônia, quando em contato com as autoridades da Capital paraense, verificou a carência de materiais de construção na região.

O projeto, que abrangerá uma área de 65 mil metros quadrados, parcialmente já coberta

por mapas topográficos, além de contar com uma investigação geológica preliminar, visa a procura de novos materiais que tenham emprego imediato na construção civil, bem como orientar o melhor aproveitamento das atuais jazidas em função de técnicas modernas.

Será feito um cadastramento das jazidas já conhecidas, sua qualificação e análise sob o ponto-de-vista tecnológico. Em função desse conhecimento, será disciplinado o aproveitamento das jazidas, partindo-se para a descoberta de novas fontes de minérios, como bauxita, ouro e gipsita.

A visita do presidente Costa e Silva foi interpretada como um dos passos mais significativos para a completa integração da Amazônia na comunidade nacional.

A ação governamental no sentido do desenvolvimento se verificará, segundo revelou o Ministro do Planejamento, Dr. Hélio Beltrão, pólos de irradiação, com a fixação de zonas prioritárias que são as seguintes: I — no território de Rondônia, no seguimento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, numa faixa de 6 km para cada lado da rodovia, cabendo ao IBRA a implantação dos projetos específicos adotados; II — abrangendo zonas do Amazonas, Acre e Rondônia, demarcadas pelas cidades de Porto Velho, Abunã e Rio Branco, na direção sudoeste; de Humaitá, na direção Norte, e de Lábrea e Bóca do Acre no interior da Amazônia Ocidental. Dois projetos, do BNH e DERAM, deverão ser implantados na área; III — Território de Roraima, tendo como centro a cidade de Bela Vista; IV — no Rio Amazonas, Zona do Tefé e Solimões, tendo como centro a cidade de Tefé.

Nas faixas de fronteiras: em Guajará-Mirim, na Fronteira do Brasil (Rondônia) com a Bolívia; em Brasília, na fronteira do Acre com a Bolívia; em Cruzeiro do Sul, fronteira do Acre com o Peru; em Benjamin Constant, fronteira com o Peru; Tabatinga, fronteira do Amazonas com a Colômbia; Cucuí, fronteira do Amazonas com a Venezuela; e uma zona prioritária a se localizar no seguimento da BR-401, a partir da cidade de Boa Vista, em Roraima, convergindo para a fronteira da Guiana Inglesa.

Pelo alto interesse que encerram, e pela importância para o futuro do País, resumimos a seguir as providências e as iniciativas que serão tomadas de conformidade com a decisão governamental: *Energia*: integração de geração, transmissão e distribuição de energia da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, nas proximidades de Santarém, no Pará; medidas para conclusão da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, localizada na Cachoeira de Paredão, no Amapá; ampliação da Usina Termelétrica de Belém; aumento da capacidade instalada da Central Térmica de Manaus. Além da montagem de infra-estrutura com instalação e amplia-

ção de capacidade geradora nos principais centros da área, o Governo Federal dará apoio a outras realizações energéticas da região, entre as quais, programa de eletrificação do Estado do Acre e dos Territórios de Roraima e Rondônia; linha de transmissão Castanhal — Capanema — Bragança; instalação de grupos diesel em pequenas localidades isoladas no País; ampliação e melhoria da rede de Belém e de 42 outras localidades, e instalação dos serviços de eletricidade em diversas cidades do Amazonas, e melhoria de redes de distribuição a cargo da CELETRAMATLON.

Transportes: para asfaltamento de trechos de rodovias, implantação pioneira e outras e implantação básica de outras, o Governo vai gastar NCr\$ 75,661 milhões ainda este ano, e um total de NCr\$ 273,648 milhões, na região, no triênio 68/70. Estão abrangidas nos projetos as rodovias Belém-Brasília, Manaus—Guajará-Mirim, Cuiabá-Acre (fronteira com o Peru), Manaus — Fronteira com a Venezuela, Macapá-Fronteira com a Guiana Francesa, Brasília-Lábrea, Belém-Peritorá. Está prevista, também, a substituição, por rodovias de ramais ferroviários antieconômicos.

No que se refere a portos e rios navegáveis, há projetos de modernização do Porto de Manaus, construção de um porto em Santarém, dragagem do Porto de Belém, modernização do Porto de Belém e estudos para a construção de novo porto, estudo de vias navegáveis da Amazônia, estudos preliminares e transposição das corredeiras do Bem-Querer (Roraima). Está determinada, ainda, a ampliação da atuação da Marinha de Guerra no Amazonas, bem como a implantação de um Centro de Formação de Pessoal para a Marinha de Guerra e para a Marinha Mercante, na região. Toda a legislação relativa à navegação em aquavias interiores será revista por um Grupo Executivo. Serão implantados, também, diversos cais flutuantes e depósitos de combustíveis na Bacia Amazônica, para criar condições adequadas e economicidade para a circulação da produção regional.

O Governo determinará medidas para início do programa de construção de 126 aeroportos, em 10 anos, na região, através de um trabalho coordenado entre o Ministério da Aeronáutica e a SUDAN;

Telecomunicações: concessão de prioridade para a interligação da Amazônia entre si e com o resto do País, com recursos da SUDAN e da EMBRATEL.

Agricultura: há projetos de pesquisa agropecuária; de heveacultura, com o plantio de 10 milhões de seringueiras em 5 anos; plantação de dendê; produção e industrialização da juta; pesquisas para o aproveitamento florestal; treinamento técnico através do INDA; plano de melhoramento e do manejo do gado leiteiro do Amazonas; projetos de colonização do INDA no Acre, Pará e Territórios de Rondônia e Roraima; projetos de eletrificação rural; assistência técnica através do sistema ABCAR, revenda de material agropecuário.

A segunda etapa da permanência do Governo Federal na região amazônica verificou-se quando da sua instalação, pelo Presidente Costa e Silva, em Manaus, tendo ele divulgado imediatamente a resolução do Conselho Nacional do Petróleo, autorizando o aumento da capacidade de produção da Companhia de Petróleo da Amazônia (COPRAM), de 5 mil para 7,5 mil barris diários. A resolução decorreu da recente viagem que o ministro Costa Cavalcanti e presidente do CNP, marechal Levi Cardoso, empreenderam pela região, quando constataram *in loco*, a necessidade do aumento de produção da Refinaria de Manaus, para atender ao crescente consumo de derivados de petróleo em toda a Amazônia.

Ainda nos setores afetos ao Ministério das Minas e Energia e em decorrência da viagem do

Sr. Costa Cavalcanti a Manaus, o presidente Costa e Silva presidiu à assinatura do convênio entre o Departamento de Produção Mineral (DNPM) com a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), para a realização do projeto "Grande Manaus", visando a pesquisa de materiais de construção na região da capital amazônica; e o convênio entre o DNPM e o governo da Amazônia, através do DER, para a pesquisa de minerais no Estado.

O chefe da Nação anunciou ainda a liberação de recursos no montante de 100 mil cruzeiros novos, destinados à Companhia de Eletricidade de Amazonas (CEM) e às Centrais Elétricas do Amazonas S.A. (CELETRAMAZON), para a compra de novas unidades termelétricas necessárias ao aumento da capacidade geradora de Manaus e das principais cidades do interior, a fim de atender, principalmente, ao acelerado processo de desenvolvimento do parque industrial de Manaus.

O convênio assinado entre o Ministério das Minas e Energia, por intermédio do DNPM e da SUFRAMA, no valor de 250 mil cruzeiros novos, tem como objetivo intensificar a procura de materiais utilizados na indústria de construção civil, (areia, salbro, pedra, argila, caulim, calcário, brita etc.), na área de influência da SUFRAMA — Grande Manaus — objetivando a estabilização dos preços desses materiais, a fim de facilitar a execução do programa habitacional do Governo Federal.

O projeto abrange uma área de 10 mil km², contando com 50% de cobertura cartográfica. Será feito um inventário das ocorrências já conhecidas, bem como sua análise e avaliação para sugestões de melhores técnicas de aproveitamento, ao mesmo tempo em que se intensificará a busca de novas ocorrências. Sua conclusão está prevista para o final de 1969.

Durante sua permanência em Manaus o presidente Costa e Silva proferiu breve discurso, no ato da instalação do governo, no Palácio Rio Negro, prestando homenagem à bravura da população amazônica — "que nunca perdeu a esperança e jamais se deixou abater pelo pessimismo e o desânimo", apesar das frustrações que experimentou com a decadência da borracha que lhe deu uma era de esplendor, cujos vestígios ainda estão patentes na fisionomia urbana de Manaus.

Acrecentou o presidente que "o governo está vivamente interessado em converter a Amazônia no celeiro do Brasil e do mundo, uma vez que a região apresenta condições de desenvolvimento acelerado, dependendo da energia e da perseverança com que o governo federal resolva concentrar recursos na exploração das riquezas regionais".

Esclareceu o presidente que particularmente o Ministério de Minas e Energia teria notícias animadoras para o seu titular, pois a Amazônia muito necessita do auxílio tecnológico e financeiro por intermédio daquele órgão ministerial, o que será feito. E passando das palavras aos fatos, o presidente informou que tinha a satisfação de autorizar, a partir de 1.º de julho, o aumento da capacidade de refino da Companhia de Petróleo do Amazonas, de 5 mil para 7 mil barris diários, na sua produção.

O chefe do governo salientou que o aumento do índice da produção da Refinaria de Manaus é uma prova do crescimento econômico do Amazonas, pois quando a COPRAM entrou em funcionamento muitos duvidaram que o Amazonas tivesse capacidade para consumir 5 mil barris por dia. O presidente destacou o empenho do ministro do Interior a quem classificou de "verdadeiro advogado da região amazônica".

Ao ministro Macedo Soares, da Indústria e Comércio, esclareceu que seu Ministério está altamente empenhado na industrialização da

área e disse que "ao ver a alegria dos amazenses o ministro da Indústria e Comércio por pouco não se sentiu inclinado a aprovar a extensão da Zona Franca a todo o território nacional".

No que se refere à Zona Franca, disse que se trata de uma experiência que vem sendo muito bem sucedida.

Do setor do Ministério da Fazenda, disse o presidente que o Amazonas podia esperar muito porque o ministro Delfim Netto ficou profundamente impressionado com a região que não conhece e está determinado a ajudar efetivamente ao seu desenvolvimento.

Voltando a referir-se ao Ministério do Interior, o presidente disse estar informado pelo governador Areosa que o programa habitacional vem sendo solucionado de forma altamente promissora no Amazonas, tanto assim que o Estado ocupa o 6.º lugar entre os que estão realizando maior número de projetos residenciais em todo o País.

Disse ainda o Governô que até o fim do seu mandato espera ver inteiramente removidas as áreas de favelas que ainda envolvem a cidade de Manaus.

Com relação ao problema sanitário, informou o ministro do Interior que o Amazonas vai ganhar um distrito do Departamento de Obras e Saneamento, o primeiro a ser instalado no Estado.

O Ministro do Planejamento, por seu turno, disse que a política traçada pelo presidente Costa e Silva para a Amazônia consiste primeiro na ocupação da área e segundo, na execução de providências para impedir que a Amazônia Ocidental venha a se tornar no futuro, caudatária de outras regiões do País.

Justificando a ausência do ministro do Exterior, esperado no Amazonas, o presidente Costa e Silva declarou que a área Amazônica é extremamente sensível do ponto-de-vista internacional, por causa da nossa proximidade com a Guiana Inglesa e a Venezuela, "cujo litígio o Brasil vem acompanhando com toda a atenção".

O último ministro interpelado pelo presidente foi o dos transportes, coronel Mario Andreazza, que anunciou a construção na Amazônia de 3 800 quilômetros de estradas até o fim do atual governo. Comentou o presidente que em qualquer outro país isto representaria muita coisa, mas considerando a extensão territorial da Amazônia este total desaparece "como se fôsse uma gota de chuva no oceano".

Depois de breve reunião ministerial, o presidente da República realizou uma segunda reunião, desta vez exclusivamente com o governador do Estado e membros do secretariado, para ouvir as reivindicações da administração amazonense.

O ministro dos Transportes anunciou em Manaus, que no triênio 1968-1970 serão aplicados 23 milhões e 110 mil cruzeiros novos na recuperação dos portos da Amazônia.

A estes recursos, originados em fontes orçamentárias e fundos específicos, se adicionarão aqueles resultantes de convênio firmado com entidade financiadora, a fim de permitir a aceleração da modernização do porto de Belém. Somam-se, assim, àquela importância, mais 1 milhão e 190 mil cruzeiros novos.

Após reunião que manteve com autoridades regionais e com as diretorias de diversas empresas de navegação menor da Amazônia, o ministro dos Transportes comprometeu-se a realizar obras de recuperação de armazéns, ampliação da rede telefônica e de comunicações; ampliação da rede de energia elétrica nos portos; aquisição de guindastes automotores; aquisição de empilhadeiras e tratores especiais, no

porto de Manaus. Frisou o ministro, que essas obras eram resultado de um estudo procedido pela sua pasta, por intermédio do DNPVN, que já as incluiu no programa trienal do Ministério dos Transportes.

Esclareceu o ministro Andreazza, que a navegação fluvial adquire aspecto importante na área amazônica, pelo papel que representa na fixação do elemento humano nos locais distantes dos grandes centros. Admitiu, porém, que as condições de navegabilidade dos diversos rios da bacia ainda não estão definidas, adotando, o seu Ministério, importante iniciativa nesse setor, realizando convênios com firmas especializadas, para o estudo de conhecimento aprofundado das vias interiores de navegação.

Entretanto, o Ministério dos Transportes está realizando estudos que objetivam alcançar solução para a transposição das corredeiras de Bem-Querer, um velho problema fluvial da região. Para este fim, foram destinados recursos a serem utilizados no triênio 1968-1970, que montam a NCr\$ 450 000,00, sendo 150 mil para a aplicação em cada ano do período.

Outra obra de grande importância para a região, anunciada pelo ministro, como já em execução e prazo de conclusão até o final do corrente ano, é a retificação do "Furo de Paracuúba" ligando os rios Negro e Solimões. O percurso atual que é de 16 km para as embarcações de pequeno porte, passará a ser de apenas 2 km após a retificação e dragagem daquela via de acesso, que ligará dois trechos largos dos referidos rios, possibilitando, inclusive, o aumento de tonelage das embarcações empregadas ali. Para essas obras já foram liberados 50 mil cruzeiros novos e uma outra verba, de igual valor, já está concedida aguardando liberação.

Anunciou, ainda, o ministro Mário Andreazza, mais as seguintes realizações programadas para a Amazônia:

— Anteprojeto das obras de transposição das corredeiras de Itaboca, no rio Tocantins.

— Projeto do cais flutuante da cidade de Porto Velho.

— Estudos preliminares de ligação das bacias Guaporé-Paraguai, para equacionamento das obras necessárias.

— Construção de novas linhas férreas para guindastes no porto de Belém.

— Embrechamento de 800 m de cais no porto de Belém.

— Mais sete guindastes de pórtico, de uma partida de 16, proveniente de acordo firmado em 1967 com firmas alemãs, destinados ao porto de Belém.

— Construção da sede da Diretoria-Regional do DNPVN em Manaus, tendo em vista a importância daquele porto face ao advento da Zona Franca e o desenvolvimento de sua operação.

— Construção de um novo cais e demais instalações portuárias, inclusive vias de acesso terrestre, na ilha de Caratateua, em substituição ao atual cais do porto de Belém que, pelas suas características técnicas, não atende aos interesses da região. Nesta obra, de acordo com financiamentos obtidos, serão investidos 8 milhões de dólares.

— No setor de telecomunicações, o Governo do Amazonas está pleiteando no Ministério das Comunicações soluções imediatas para a execução do plano que defende e que consiste na implantação do sistema regional de telecomunicações. Este sistema consiste basicamente nos troncos interestaduais de telecomunicações ligando todas as capitais dos Estados e Territórios da Região entre si e diretamente à Capital Federal, passando por Mato Grosso. Dentro da tese que defende, o Amazonas pleiteia o estabelecimento das seguintes rotas para o sistema de

telecomunicações: a) Boa Vista, Manaus, Pôrto Velho (aonde chegará o tronco procedente de Rio Branco), Cuiabá, Brasília; b) Macapá, Belém, Brasília, devendo entre Belém e Brasília chegar o tronco São Luis-Teresina; c) Manaus, Belém. A reivindicação do Amazonas, formulada ao Governo Federal, no tocante às telecomunicações, é amplamente justificada, segundo o governador Areosa, sobre o ponto-de-vista técnico, político e sobretudo de segurança nacional. Isto porque a decisão do Governo Federal neste setor romperia o cerco da distância e do isolamento que envolve a Amazônia Ocidental e o cerco mais difícil de se poder transpor em atitudes mentais que decorre da falta de ajustamento a uma realidade que se transforma com demasiada rapidez.

Em Manaus, o ministro da Saúde assinou convênio com o governo do Amazonas para uma ação coordenada, a fim de proporcionar assistência médico-social efetiva à comunidade, após a reavaliação de programas e projetos elaborados ou em execução. Haverá um melhor aproveitamento dos recursos e meios disponíveis no âmbito nacional e regional e maior produtividade nas atividades de assistência médico-social, por intermédio do entrosamento das que vêm sendo desempenhadas por órgãos federais, estaduais, municipais e por entidades privadas.

O convênio, que abre caminho à reformulação de programas e organizações administrativas, proporcionará atendimento integrado das populações, sobre o interesse recíproco de desenvolvimento sócio-econômico e segurança nacional. Criará meios para o treinamento de pessoal no trabalho de saneamento básico de combate às doenças transmissíveis de maior incidência na região, de incremento da assistência médica, de atendimento mais eficiente e econômico das populações do interior e de concentração de recursos técnicos e financeiros nas comunidades mais desenvolvidas, em apoio às menos desenvolvidas.

O convênio determina a constituição de grupo executivo para o desenvolvimento dos objetivos de ação coordenada, dele fazendo parte: o responsável pela Secretaria Geral do Ministério da Saúde, os representantes da Superintendência da FSESP; da Diretoria Geral do DNERU; da Diretoria Geral do DNS, um da Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas, um da Superintendência de Serviços Médicos do Interior do Estado, um do Departamento de Medicina Preventiva da Secretaria de Saúde e um do Departamento de Assistência Médico-Hospitalar, também da Secretaria de Saúde.

Para que seja cumprido integralmente o convênio em vigor até 31 de dezembro de 1970, o Ministério e a Secretaria da Saúde do Estado oferecerão todas as facilidades de utilização e mobilização dos membros do Grupo Executivo e técnicos por eles requisitados, facilitando ampla consulta às fontes de informação. Proporcionarão também cooperação recíproca, sob a forma de pessoal, material, recursos financeiros, reformulação de atividades, projetos, programas e meios de funcionamento de quaisquer órgãos e complementação mútuas de despesas de qualquer natureza, na forma de decisão do Grupo Executivo, inclusive liberando prontamente os recursos para o custeio da execução dos programas, na forma do cronograma de desembolso, que for elaborado anualmente e de acordo com um sistema de controles das providências e projetos.

Nova etapa reservou-se o Presidente Costa e Silva, após a permanência em Manaus. Aguardava-o o Estado do Acre, para cuja capital cidade de Rio Branco, dirigiu-se, ali chegando em 8 de agosto de 1968, logo assinando decreto na Pasta de Minas e Energia constituindo a Companhia de Eletrificação do Acre. Discursando na

oportunidade, o ministro Costa Cavalcanti anunciou o empréstimo de uma unidade diesel-elétrica de 1330 kw para a ELETROACRE, a fim de fazer frente ao grave problema de falta de energia elétrica em Rio Branco, e anunciou a liberação de recursos no montante de 55 mil cruzeiros novos para a empresa proceder à reforma de quatro geradores da Usina Fontenelle de Castro.

Explicou o ministro que em sua recente viagem a Rio Branco verificou que o problema de energia elétrica no Acre é o mais grave de toda a Amazônia. A Usina Fontenelle de Castro possui 4 geradores diesel de 750 kw cada um, dos quais um está disponível, dois em recuperação, aguardando peças, e o quarto funcionando em estado precário, o que tem provocado o racionamento de pelo menos três horas por dia na Capital acreana.

O Sr. Castro Cavalcanti informou que a ELETROACRE adquiriu recentemente, com recursos do Ministério das Minas e Energia, um gerador diesel de 625 kw, que está em fase final de montagem, mas cuja entrada em operação não resolverá ainda o angustiante problema da falta de energia que assola Rio Branco. Com o empréstimo da unidade diesel-elétrica de 1300 kw, o governo do Acre fica em condições de atender à demanda de energia da população da Capital pelo menos durante os próximos 2 anos, enquanto que, com os recursos de 55 mil cruzeiros novos liberados, poderá não só efetuar os reparos das 4 unidades da Usina Fontenelle de Castro, como ainda providenciar a compra de 4 outros geradores diesel de 150 kw cada um, perfazendo o total de 600 kw, para instalação imediata. Parte dos recursos será empregado pela ELETROACRE para o estudo do potencial hidrelétrico das quedas de água localizadas nas imediações de Rio Branco, pois só uma hidrelétrica resolverá em definitivo o problema da cidade.

Ainda durante a solenidade no Palácio do Governo, o Sr. Costa Cavalcanti anunciou o início das pesquisas de minérios no Acre, por intermédio do Departamento Nacional de Produção Mineral, que enviará brevemente uma equipe de geólogos para Rio Branco. Primeiramente, será executado o Projeto do Rio Moa, que abrange uma área de 10 mil m², tendo como objetivo a investigação das ocorrências de cassiterita nas aluviões dos rios Moa e Azul, bem como de calcário e gipsita na região.

Em seguida após os estudos já iniciados pelo DPNP será executado o Projeto Rio Branco, que terá por objetivo a procura de materiais utilizados na indústria de construção civil (areia, saibro, pedra, argila, caulim, calcário, brita etc.), na área de influência da capital acreana, objetivando a estabilização dos preços desses materiais a fim de facilitar a execução de programa habitacional do Governo Federal.

Disse ainda o ministro que a viagem do presidente Costa e Silva ao Acre tem uma importância transcendental para o Estado, pois marcará uma nova etapa no seu caminho de progresso e desenvolvimento, com a solução a curto prazo de seus principais problemas, durante a permanência do Governo Federal em Rio Branco. Assim, era com grande prazer que anunciava a solução para o abastecimento de derivados de petróleo naquela capital, que sempre se ressentia da falta desses produtos, principalmente durante a época das secas devido à falta de comunicações, o que provocava uma elevação de seus custos.

Ainda decorrente de sua recente viagem à Amazônia, informou o ministro, juntamente com o Marechal Levi Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, pôde apurar *in loco* a gravidade do problema que enfrenta Rio Branco com a falta periódica de gasolina e óleo diesel.

E agora, regressando com o presidente da República, podia anunciar também a solução para esse problema; com o aumento da capacidade de produção da Refinaria de Manaus, a construção pelo CNP de um terminal petrolífero na cidade de Bêca do Acre, que é navegável em qualquer época do ano, e o aumento da capacidade dos tanques armazenadores de gasolina e óleo diesel, em Rio Branco, estará finalmente garantido o abastecimento normal de derivados de petróleo em todo o Estado do Acre e em qualquer época do ano.

Em sua estada na Amazônia o presidente Costa e Silva também procurou dar atenção ao problema de instalação de núcleos militares, e melhoria das condições e do efetivo já existentes, como os dos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia. Essa imensa área, cuja integração é considerada vital, abrange cerca de 4 700 quilômetros quadrados, com 11 mil quilômetros de fronteira terrestre e 1 200 de fronteira marítima. Exercendo uma ação diurna; colaborando na criação de uma infraestrutura de desenvolvimento e de ocupação permanente do solo; realizando empreendimentos sociais e de pioneirismo, e, principalmente, procurando fixar o homem e seus dependentes nesta vasta e ainda desconhecida região, o Grupo de Elementos de Fronteira, unidade do Comando Militar da Amazônia, está pondo em execução a orientação traçada pela ministro Lira Tavares.

Suas unidades se encontram nos mais longínquos pontos da fronteira. Vivem nesse grande vazio demográfico, onde já foram criadas duas colônias militares e outras sete estão programadas. Nesse trabalho em favor da Amazônia, merece ser destacada a execução dos planos-pilotos Rondon, nos vales do Oiapoque e do Solimões, levando assistência médico-dentária às populações locais. Ainda na região do Oiapoque, entrou em funcionamento o "Clube das Mães", com sede na colônia militar coordenado por três assistentes sociais da Delegacia Federal da Criança. Em Tabatinga e no Oiapoque, organizou-se um ginásio, cujo corpo docente é integrado por oficiais das duas guarnições. É constante a educação primária prestada por todas as guarnições de fronteira. Em Tabatinga, o Comando Militar da Amazônia fez realizar um curso de ensino rural para professores, alcançando pleno êxito, com a frequência de mais de 100 alunos.

No setor saúde, além de um gabinete odontológico e do reaparelhamento da maternidade do Oiapoque, foram instalados no Hospital Geral de Belém dois modernos gabinetes odontológicos, outro de prótese e aparelhagem de Ralos X. Dentro do plano nacional estão sendo promovidas a fixação do homem de fronteira e o fomento da agropecuária. Tal trabalho se reveste de êxito com a criação das mencionadas colônias militares.

Para o biênio 69/70, está em pauta a criação de mais duas outras, a do Cucuí e a do Forte Príncipe da Beira. O Comando Militar da Amazônia, a fim de fazer frente aos dispêndios com esses empreendimentos pioneiros, firmou convênio com a SUDAM, o INDA e o IPEAN (Instituto de Pesquisa Agro-Pecuária do Norte), orçadas em mais de um milhão de cruzeiros novos. O 5.º Batalhão, de Engenharia e Construção em apenas ano e meio, cooperando na gigantesca batalha da integração amazônica, não só recuperou e vem conservando os 1 520 km de rodovias entre Cuiabá e Pôrto Velho, como também construiu os trechos Pôrto Velho—Abunã e Abunã—Guajaramirim, num total de 368 km, cujo trecho final está em conclusão. O desenvolvimento de Pôrto Velho é um atestado desse trabalho. Coube ainda ao 5.º Batalhão promover a instalação de um laboratório de produtos farmacêuticos para combate às doenças tropicais.

Instalando assim o governo federal na imensa região amazônica, embora por alguns dias; levando seus auxiliares a sentir de perto os problemas, e cumprindo um programa patriótico de realizações e determinações, o presidente Costa e Silva prosseguiu na árdua missão de conduzir o Brasil, dentro do menor espaço de tempo possível, a um estágio de desenvolvimento digno da grandeza do nosso território e dos ideais do nosso povo.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

FUNDAÇÃO IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia

CONVÊNIOS DA FUNDAÇÃO IBGE

COM O CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DE BRASÍLIA (CETEB) — A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística firmou convênio com o Centro de Ensino Técnico de Brasília para a instituição de um curso de formação de técnicos em geodésia, em nível médio.

Segundo o convênio, o curso não atenderá apenas às necessidades da Fundação IBGE, mas também à demanda de especialistas dessa natureza de outros órgãos públicos e de empresas privadas. O termo do convênio foi assinado pelo Sr. Nelson Omegna, presidente do Conselho Técnico Administrativo do CETEB e pelo professor Sebastião Aguiar Ayres, presidente da Fundação IBGE.

São obrigações do CETEB: administrar o Curso Técnico de Geodésia; encarregar-se dos contratos e remunerações dos corpos docente e administrativo do curso; franquear suas instalações para o funcionamento do curso; permitir a professores e alunos a utilização de sua cantina, às expensas dos usuários; prestar contas das dotações recebidas, obedecendo às normas estipuladas pela Fundação IBGE; e responsabilizar-se por despesas até o limite global de NCr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros novos).

São obrigações da Fundação IBGE, pelo seu Instituto Brasileiro de Geografia — IBG: orientar o Curso Técnico de Geodésia; prover o CETEB de recursos financeiros para fazer face às despesas com a administração e a orientação do curso; prover o CETEB de recursos financeiros para fazer face às despesas suplementares com remuneração de professores e instrutores, que venham a exceder a quantia de dez mil cruzeiros novos; permitir o uso do instrumental técnico; permitir o uso do instrumental técnico disponível de sua propriedade, necessário ao curso, aos professores, instrutores e alunos; franquear o acesso às instalações para aulas práticas; fornecer transporte, em veículos de sua propriedade, dentro do Distrito Federal, por ocasião das aulas práticas.

COM A NOVACAP — O segundo convênio, firmado, como o anterior, em 1968, obriga a NOVACAP e a Fundação IBGE, à construção de uma linha de transmissão de energia até a propriedade da Fundação Roncador, onde está localizada a sede do III Distrito de Levantamento do IBG.

O documento estabelece que o IBG determinará 16 vértices de triangulação com interseções para ponto de destaque a serem indicados pela NOVACAP, e foi assinado pelo superintendente da NOVACAP e os Srs. Sebastião Aguiar Ayres, presidente da Fundação IBGE; Dorival Ferrari, diretor da Divisão de Geodésia e Topografia; engenheiro Péricles Salles Freire, Chefe do III Distrito de Levantamento do IBG; Célio Fontoura, Chefe do Gabinete do Presidente do IBGE e Jacob Freire de Araújo do IBG.

CURSO DE EXTENSÃO SOBRE CÁLCULO DE PROBABILIDADE E ANÁLISE DAS SÉRIES DE TEMPO — Realizou-se na ENCE, durante o período de 8 de julho a 9 de agosto do corrente ano, um curso de extensão, destinado a aprofundar conhecimentos e a proporcionar informações sobre técnicas profissionais referentes ao Cálculo de Probabilidades e à Análise das Séries de Tempo.

O curso, que contou com afiliação de grande número de profissionais teve suas aulas ministradas pelo professor Jessé Montello, e obedeceu ao seguinte programa:

UNIDADE I: Introdução ao estudo das séries de tempo. Componentes de uma série. Uso dos processos estocásticos na análise de uma série de tempo. Séries aleatórias. Testes de aleatoriedade. Testes do sinal e do coeficiente de correlação. **UNIDADE II:** Tendência e estacionalidade de uma série. Determinação da tendência. Médias móveis. Efeito da eliminação da tendência por médias móveis sobre as outras componentes da série. Método das diferenças. Variações estacionais. **UNIDADE III:** Séries e processos estacionários. Coeficientes de autocorrelação e de correlação serial. Processos estocásticos ergódicos. Função geratriz de autocorrelação. Processos estocásticos de médias móveis e auto-regressivo. Teorema do limite senosocial de Slutsky. Processos de Markoff de primeira ordem e de Yule. Processos estocásticos contínuos. Filtros e transferências. **UNIDADE IV:** Distribuição por amostragem do coeficiente de correlação serial. Séries de grande número de termos. Tendenciosidade na estimação do coeficiente de autocorrelação. Correção de Quenoulli. Alguns resultados exatos. Distribuição de Anderson. Aproximação de Daniels. **UNIDADE V:** Teoria espectral. Análise harmônica. Periodograma. Frequência de Myquirt. Exemplos de espectros. Comparação do espectro potencial com o periodograma de uma série de tempo. Periodocidades não harmônicas. Testes para ordenadas do espectro. Ajustamento do espectro. Estimações do espectro e da densidade espectral. **UNIDADE VI:** Problema da estimação nas séries de tempo. Estimação de processos de médias móveis e auto-regressivos. Testes para modelos auto-regressivos e de médias móveis. Modelos auto-regressivos com erros de médias móveis. Extensão multidimensional. Espectros cruzados. Regressão com perturbações autocorrelacionadas.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE CENTRAL NUCLEAR — Uma usina atômica funcionando como central nuclear do Brasil, com 500 megawatts de capacidade, ou seja, a metade do potencial hidrelétrico de Furnas, é motivo de projeto elaborado por grupo de trabalho composto por representantes do Ministério de Minas e Energia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Eletrobrás e do Conselho de Segurança Nacional. O custo cada vez maior das usinas hidrelétricas e o exemplo de outros países, que se apóiam nos modernos recursos da tecnologia para desenvolver-se, foram as causas apontadas pelas autoridades para a modificação dos critérios de produção de energia, calculando ainda os técnicos que futuramente o nosso País terá que construir pelo menos uma central nuclear por ano.

Sobre o assunto, informante da Eletrobrás prestou declarações à imprensa afirmando que cinco fatores básicos deverão influir na determinação do local onde será construída a usina atômica: solo, água, distância de transmissão, acesso e segurança.

Depois de se determinar, dentro da Região Centro-Sul, o eixo Guanabara-Rio de Ja-

neiro para a localização da usina, uma vez que São Paulo tem seu problema de energia praticamente resolvido dentro da capacidade hidrelétrica, aqueles fatores irão servir para a escolha final, entre os dois Estados.

Apesar de não se poder ainda supor sua exata localização, a central deverá ser montada em local não muito distante da área de consumo formada pelo Grande Rio, disse o técnico.

No primeiro ponto que é o solo, a Guanabara não apresenta condições muito favoráveis, uma vez que são poucas as suas formações geológicas capazes de suportar o gigantesco peso do reator.

Em relação à água, cujo consumo das usinas nucleares é muito grande, só existe um rio na zona capaz de abastecer uma central de 500 Mw, o Paraíba. Portanto, a menos que o reator se localize à beira-mar, como todos os existentes na Inglaterra, não será instalado na Guanabara e sim no Estado do Rio.

Por outro lado, a Guanabara não possui vias de acesso aos locais prováveis e apresenta as melhores condições para a distância de transmissão que passará a ser quase nula. A questão da segurança relegada a aspecto secundário, graças à redução das margens de risco nas operações atômicas, influirá apenas para determinar o relativo afastamento da usina de centros urbanos.

Durante os dez anos de estudos contínuos já realizados em diferentes projetos, três localidades foram escolhidas. A primeira na enseada de Mambucaba, nas proximidades de Angra dos Reis. Contudo, a pequena vazão do rio que deverá abastecer a usina fez com que agora esse ponto esteja fora de cogitações.

Dois outros locais foram escolhidos, em 1962, por técnicos franceses. Um deles na enseada do Grumari na Guanabara, e o outro na Ponta Negra, nas proximidades de Cabo Frio, no Estado do Rio. Contudo, os estudos atuais não levam em conta essas localizações.

A questão mais importante do planejamento da primeira usina atômica brasileira é a escolha do tipo de reator a ser utilizado. Essa opção caberá em última instância à Eletrobrás, que deverá inclusive realizar a concorrência internacional para o fornecimento.

Acredita-se que a disputa se verificará entre três tipos de equipamentos, que já atingiram a fase de comercialização.

O primeiro é o reator de água leve e urânio enriquecido, fabricado principalmente nos Estados Unidos, por várias grandes firmas. Seu custo é de aproximadamente 100 milhões de dólares e é alimentado a urânio enriquecido, ou seja, o urânio natural com maior percentagem do elemento 235, responsável pela fissão.

As vantagens deste tipo de reator estão no seu preço, um pouco menor que o dos demais e no fato de ele ser o mais prático e o mais testado de todos os tipos existentes.

Sua desvantagem, afirmou o técnico da Eletrobrás está no combustível. O urânio enriquecido só é fornecido comercialmente pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, que possui o monopólio total do produto.

Os demais países nuclearizados, França e Inglaterra, apesar de possuírem usinas de enriquecimento de urânio, não o comercializam, pois conseguem obter apenas o suficiente para suas necessidades.

Como o Brasil não tem condições de montar uma usina para beneficiar o urânio dentro dos próximos 50 anos, uma vez que seu custo gira pela casa dos bilhões de dólares, a utilização daquele tipo de reator nos deixará na dependência de combustível.

Por outro lado, a subida vertiginosa do preço mundial do urânio enriquecido é con-

siderada certa, uma vez que todas as usinas americanas passarão a solicitá-lo. No ano passado, só os Estados Unidos desenvolviam projetos atômicos para uma produção de energia de 27 mil Mw, ou seja, quatro vezes a produção de todo o sistema brasileiro.

Contudo, se a Eletrobrás, fizer a concorrência internacional observando apenas os detalhes técnicos, é muito provável que o reator escolhido seja o do tipo de água leve e urânio enriquecido, uma vez que suas vantagens não se situam no campo da técnica nuclear e sim no da política global da energia atômica.

O segundo tipo de reator é o de urânio natural e água pesada que, diferenciando-se do primeiro, dispensa o mineral enriquecido.

Esse tipo de usina, mais complexa na montagem e no funcionamento não cria problemas de fornecimento de combustível, uma vez que o Brasil que tudo indica, poderá produzir urânio em termos industriais.

Os estudos já realizados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear deverão concluir pela nossa capacidade de industrialização do mineral que, segundo se acredita, existe em estado bruto em nosso território.

Esse tipo de central é fabricado por empresas canadenses e suecas. Consumindo menos urânio éle se torna mais econômico em atividade. Contudo, sua instalação é mais custosa.

O terceiro tipo é o reator a gás de grafita com urânio natural ou enriquecido, fabricado pela Inglaterra e pela França, tendo um funcionamento completamente diferente dos demais.

Entretanto, desde os primeiros tempos da pesquisa atômica está em funcionamento precário um tipo de reator, chamado de "rápido" que dispensa o urânio enriquecido. Sabe-se que o futuro da energia nuclear está ligado a éle, mas as três centrais que operam nesse método apresentam problemas contínuos de funcionamento.

O "rápido" funciona com plutônio, uma substância inexistente na natureza que é um subproduto dos reatores a urânio, pois ao se provocar uma reação naquelas usinas, gera-se energia e obtêm-se pequenas quantidades do novo elemento, além de se isolar o urânio 238 puro, que é considerado uma sobra, uma vez que não é material físsil.

A característica revolucionária do reator rápido, disse o técnico da Eletrobrás, está no fato de éle ser alimentado a plutônio e urânio 238, duas substâncias que nunca terão problemas de mercado fornecedor, uma vez que a usina, ao operar, consome o plutônio e volta a produzi-lo, por incrível que pareça, numa quantidade maior do que a queimada.

Se o Brasil optar pelo reator de urânio enriquecido, não poderá alcançar a tecnologia dos

rápidos a menos que mude sua linha de comprar, o que não é muito fácil, acrescentou o informante.

Optando-se pelo reator de urânio natural e água pesada, o problema do combustível não se verificará em termos críticos. A dificuldade inicial, no entanto, estará na fabricação da água pesada, mas os estudos já realizados pelo Instituto Militar de Engenharia demonstram que poderemos fabricá-la, uma vez que se trata de um produto gerado essencialmente pela tecnologia, não dependendo de recursos naturais. Uma usina de fabricação de água pesada custa 30 milhões de dólares, o que vem a ser menos do que um reator.

Com a entrada em funcionamento de uma central a urânio natural, em 1985, quando o reator rápido já estiver sendo comercializado, já poderemos ter acumulado, pelo funcionamento de nossa usina, uma quantidade razoável de plutônio, eliminando assim, parcialmente, a questão de combustível.

É preciso esclarecer, frisou a fonte, que o reator de urânio enriquecido produz uma quantidade de plutônio muito menor que uma central alimentada com o mineral em estado natural.

Segundo o técnico, o melhor caminho para o Brasil, que a partir de 1990 será obrigado a investir 500 milhões de dólares anuais em projetos de centrais atômicas, está numa conjugação de reatores e combustíveis.

Nós poderíamos, afirmou, partir de uma central a urânio natural e água pesada. Quando o preço do urânio natural aumentar, como consequência do encarecimento do urânio enriquecido, nós poderemos substituir o combustível por tório elemento que ainda não é usado pelo seu preço elevado.

O tório, que é encontrado em grandes quantidades no nosso País, já está inclusive industrializado e estocado em São Paulo, faltando apenas submetê-lo à fase de purificação atômica.

No dia em que o Brasil tiver uma produção sensível de plutônio nas suas centrais e vier a dispor do seu potencial de tório, a política nuclear de nosso País ficará completamente independente na questão do combustível, além de poder aumentar o índice de nacionalização de cada central.

O técnico da Eletrobrás informou ainda que já foi desenvolvido em Belo Horizonte, pelo Instituto de Pesquisas Radioativas, um projeto de construção de um protótipo de central, com capacidade de 20 Mw alimentada a urânio natural e água pesada com a possibilidade de ser convertido para tório.

Esse projeto, que contém com assessoria francesa, não teve andamento e até agora o Brasil não dispôs do oferecimento para que todos os testes de laboratórios fossem feitos na França.

Sociedade de Economia Mista

PETROBRÁS

A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS — No ano de 1967 a Petrobrás aumentou de 25% a sua produção, sendo esta porcentagem ligeiramente inferior à previsão. Por este motivo a empresa estatal brasileira continua a intensificar as pesquisas, com o objetivo de descobrir novos campos. Os descobertos no nordeste brasileiro correspondem a um terço da produção total de petróleo, considerando os trabalhos desta empresa. A produção média, em 1968, era ainda quase igual à de três anos atrás, não obstante os novos campos estarem em regime de exploração comercial durante esse espaço de tempo.

Um estudo sobre o quadro geral da produção de petróleo nos países da América do Sul, publicado em um matutino da Guanabara, revela que 80% desta produção provém da Venezuela, vindo em seguida a Argentina e em terceiro lugar o Brasil.

Segundo os observadores da situação, a melhoria verificada na produção da Venezuela longe estava de refletir-se nas atividades das empresas petrolíferas, isoladamente. Somente duas delas — a Creole e a Mene Grande — incrementaram sua produção de maneira "considerável".

A primeira chegou a obter a média de 219 000 metros cúbicos por dia, com um aumento, portanto, de 11,3 por cento, ao passo

que a Mene Grande não foi além de 68 000 m³, ou seja, 11,6 a mais do que no ano anterior. Já a Shell venezuelana acusou, apenas, ligeiro aumento durante o ano, declinando, entretanto, a produção de quatro das outras empresas.

Aumentou 9,5 por cento a produção da Argentina, em 1968, segundo maior produtor do continente sul-americano, acentuando-se esse aumento no último trimestre, quando foram produzidos mais de 14 por cento do que um ano atrás. O incremento foi, em 1966, de 6 por cento.

Para os técnicos em petróleo, os ganhos obtidos nos dois anos anteriores e, sobretudo, nos últimos meses, devem ser lançados à conta da melhoria da produtividade dos poços existentes, muito mais do que à descoberta de novos campos.

Os chilenos, com seu monopólio estatal, produziram em 1967, somente 5 250 metros cúbicos diários de petróleo, comprovando-se, assim, novo declínio da produção do país, que havia atingido, em 1964, a 5 960 metros cúbicos por dia.

A metade da produção da ENAP procedia da Terra do Pogo e o restante de campos situados ao longo do litoral do estreito de Magalhães. Nas zonas produtoras, não foram feitas descobertas importantes, em 1967, não sendo promissoras, também as perspectivas para a produção futura.

Pouco se modificou, ao mesmo tempo, a produção peruana, que permaneceu em torno de 10 600 m³ diários, sendo que 30 por cento dessa produção vem dos campos de La Brea e Pariñas, da International Petroleum Co., e 45 por cento dos campos de Lima, da Companhia Petrolera Lobitos, onde a IPC tem participação de 50 por cento, sendo também a empresa em operação.

Diversas companhias operam, por sua vez, na parte oriental dos Andes, não sendo sua produção, apesar dos esforços empregados, significativa. Desenvolveram-se, contudo, nos últimos anos, as operações submarinas da Belco Petroleum e da Cabeen Exploration.

A Belco aumentou, durante os últimos meses de 1967, o coeficiente de seus campos submarinos próximos a La Brea, passando de 1 600 para 2 400 metros cúbicos diários, enquanto, que mais ao norte, nas proximidades da concessão de Lima, a Cabeen conseguiu cerca de 160 metros cúbicos por dia.

Brevemente, a empresa irá aumentar sua produção, o que deverá ocorrer assim que mais descobertas tenham entrado em produção comercial.

Tem permanecido inalterado, nesse meio tempo, o nível de produção dos campos equatorianos, verificando-se mesmo ligeiro declínio em 1967. A produção média foi um pouco mais de 950 metros cúbicos por dia, sendo cerca de 4/5 produzidos pelas Anglo-Ecuadorian Oilfields e duas de suas subsidiárias em campos do sudoeste do país.

Já no extremo norte, ao longo da fronteira com a Colômbia, grande tem sido o interesse despertado pelas novas descobertas feitas pelo consórcio Texaco-Gulf. Este conta, agora, com uma produção potencial que ex-

cede, segundo consta, a 1 600 metros cúbicos diários.

Com a entrada em regime de produção comercial dos campos da Bolivian Gulf, em Santa Cruz de la Sierra, a produção boliviana de petróleo teve, no ano de 1967, um aumento que foi apontado como "espetacular".

O petróleo foi descoberto, pela primeira vez, naquela zona, pela Gulf, em fins de 1960, mas somente seis anos depois, quando foi concluída a construção do oleoduto, os campos entraram em franca produção.

Em fins de 1967, a produção era de cerca de 5 600 metros cúbicos diários, em média, sendo que 4/5 estavam sendo exportados: 4 300 via Arica, no Chile, para a costa ocidental dos Estados Unidos, e 160 metros cúbicos diários, para a Argentina.

A única outra companhia com produção importante é a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, de propriedade do governo boliviano. A produção tem-se mantido em torno de 1 400 metros cúbicos diários, por vários anos, porém as descobertas feitas durante os últimos três anos prometem alta "substancial" em futuro próximo.

Na Colômbia, depois de um declínio de 2% em 1966, a produção decresceu outros 3,5% em 1967. Este comportamento pode ser atribuído principalmente ao fato de que os campos, em sua maior parte, são antigos e parcialmente esgotados, ao lado da falta de incentivo para participação em operações de recuperação secundária. Contudo, o governo de Bogotá cancelou a maior parte das barreiras legislativas e financeiras sobre investimento de capital, podendo o fato inverter a tendência atual da produção, que é para o declínio.

Das sete principais companhias produtoras, apenas duas aumentaram a produção em 1967, a empresa estatal Ecopetrol e a Texaco, cujos aumentos foram de 7% e 3%, respectivamente.

A produção em Trinidad aumentou novamente em 1967, se bem que o aumento tenha sido ligeiramente inferior ao de 1966: cerca de 14% contra 17%. Mas os aumentos só foram conseguidos em duas das quatro principais companhias produtoras da região: a Texaco e a Trinmar.

A produção da Texaco aumentou em cerca de 30%, (o mesmo que em 1966), ultrapassando a 13 000 metros cúbicos diários e contribuiu em mais de 45% para a produção total do país.

A Trinmar, companhia que opera por conta da Trinidad Northern Areas — na qual a Texaco, Shell e British Petroleum possuem 1/3 das ações cada — aumentou sua produção submarina (no golfo de Paria), sendo esse aumento de 17% em 1967, depois de um incremento de 10% em 1966, e respondeu por quase 1/3 do total de Trinidad.

É ainda incerta a tendência da produção local, observando-se que as modificações propostas na legislação, que estão sendo debatidas com as companhias, ameaçam resultar no fechamento de muitos poços terrestres antieconômicos (existem 3 000 com um rendimento médio de 5,5 metros cúbicos diários), mas a sua não rentabilidade é compensada, até certo ponto, pela rentabilidade relativa dos 290 poços submarinos, que rendem, em média, 35 metros cúbicos diários.

Certames

XX REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA — Durante uma semana, em julho de 1968, reuniram-se na Cidade Universitária de São Paulo cerca de quatro mil cientistas de todo o país, para analisar e comentar os 1 004

trabalhos de pesquisa apresentados ao certame, que se constituiu na XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Iniciou-se a reunião com a realização de doze sessões simultâneas no edifício de Geografia e História e no conjunto das Químicas.

No dia seguinte foi aberto o II Simpósio Internacional de Ressonância Magnética Nuclear, de que participaram cientistas representando 25 países.

As demais sessões realizaram-se com a apresentação de mais de duas centenas de trabalhos nos vários campos científicos e tecnológicos. Os locais de maior afluência, na tarde em que se instalaram os trabalhos, foram os reservados à Jornada Brasileira de Psicologia (que reuniu psicólogos de todo o País) e ao Simpósio sobre o Ensino Vocacional, que cuidou do processo de orientação educacional nos ginsílios vocacionais do Estado e da fundamentação científica, e planejamento dos seus currículos. Os psicólogos realizaram uma mesa redonda sobre a formação de especialistas.

Os botânicos realizaram o Simpósio sobre Problemas Florestais e Conservacionistas, que teve grande afluência.

Igualmente se reuniram os físicos, os químicos, os agrônomos, os zootecnistas, os fisiólogos e os farmacologistas. Realizam sessões conjuntas as Sociedades Brasileiras de Física, Genética, Bioquímica, Medicina Veterinária, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Parasitologia e Farmacologia e Terapêutica Experimental, o IBCEC, o Museu de Arte e Arqueologia e a Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.

A mesa-redonda sobre a reestruturação universitária, que se iniciou numa das salas do Edifício de Geografia e História, teve de ser transferida para um grande anfiteatro no mesmo local, devido ao grande fluxo de cientistas, educadores e estudantes. Coordenada pelo Prof. Erasmo Garcia Mendes, um dos membros da comissão de reestruturação da USP, contou com a presença do reitor em exercício, Prof. Mário Guimarães Ferri, o qual manifestou o desejo da USP de receber sugestões sobre o plano de sua reestruturação, há pouco divulgado, para apreciação final pelo Conselho Universitário. Acalorados debates se travaram após as explanações iniciais feitas, a começar pelo Prof. Simão Mathias, o qual justificou a necessidade da criação de uma nova Universidade na Cidade de São Paulo e procedeu a uma análise sobre o crescimento populacional, os futuros currículos universitários, o corpo docente, os exames vestibulares e outros problemas do momento.

O Prof. Sérgio Mascarenhas, da Escola de Engenharia de São Carlos, ressaltou a importância da previsão quanto ao crescimento populacional e do tratamento do assunto não em termos da capital paulista, mas sobretudo do interior, onde se concentra o grosso da população.

O Prof. Simão Mathias, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mostrou que a população em idade de frequentar os ginsílios no Estado de São Paulo era, no ano passado, de 1 165 000, dos quais cerca de 388 000 residiam no município de São Paulo. Para 1975 prevê-se uma população de cerca de 1 570 000 também na faixa entre 12 e 15 anos em todo o Estado. Em 1965 existiam 45 283 alunos matriculados na rede paulista de ensino superior e o problema dos chamados "excedentes", como frisou o Prof. Mathias, se agrava de ano para ano.

Propôs o Prof. Mathias em sua explanação a criação da Universidade Municipal de São Paulo como fundação, para ter autonomia financeira e administrativa, e constituída de instrumentos e departamentos para não ser um agregado de escolas profissionais isoladas. Os departamentos sugeridos foram: Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Geológicas, Ciências Humanas, Letras e Artes, Educação e Filosofia, Ciências Tecnológicas e Ciências Médicas.

Considerou fundamental a criação de um órgão que coordene os currículos e oriente os estudantes. A maior parte do corpo docente de-

verá ser constituída por pessoal novo e professores, cuidadosamente selecionados no País e no exterior, serão incumbidos da tarefa da instalação e organização dos departamentos. Preconizou ainda o exame vestibular único, com o caráter de exame final do curso médio. Os estudantes poderão escolher entre três conjuntos de matérias básicas e serão assim satisfeitas as vocações dos alunos, que, como observou o Prof. Mathias, nessa fase se encontram indecisos.

Seguiram-se numerosas explanações de outros cientistas e educadores que refletiram suas experiências pessoais e formularam sugestões, entre os quais os Profs. Paulo Duarte, Ribeiro do Vale, Zeferino Vaz, Marcelo Dany, Leite Lopes, Paulo Sawaya, padre Jesus Moure, José Leal Prado, A. A. Corrêa, M. P. Sawaya, R. Piazza, Isaías Raw. De um modo geral se salientou a necessidade da exigência essencial da modificação da mentalidade reinante em muitos setores e cuja evolução é naturalmente lenta, mas precisa acompanhar o ritmo acelerado dos nossos dias. A criação de novas Universidades no País, como instituições dinâmicas e flexíveis, foi considerada tarefa das mais urgentes. O padre Moure fez uma explanação sobre o projeto de reforma universitária que apresentou e defende na Universidade Federal do Paraná e que até agora não encontra receptividade e é mesmo combatida no Conselho Universitário.

No mesmo dia efetuaram-se 21 sessões simultâneas e à noite os físicos se reuniram em assembléia geral da Sociedade Brasileira de Física.

Os físicos se reuniram em sessões organizadas pela Sociedade Brasileira de Física. A primeira reunião tratou de instrumentação nuclear, reatores e utilização de nêutrons produzidos em reatores e em pequenos aceleradores. O nível e variedade dos trabalhos apresentados demonstraram que as diversas equipes que atuam no País são de molde a justificar a esperança que se deposita nos nossos cientistas atômicos.

A construção de aparelhos complexos e de precisão, o planejamento cuidadoso das experiências executadas e a segurança demonstrada pelos expositores foram considerados exemplos do aumento cada vez maior de cientistas maduros. O campo de planificação de valores de potência — tendo em vista um programa a longo prazo da introdução da energia atômica como fonte de geração de energia elétrica — mereceu debates acalorados.

Em outra sessão foi apresentado um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Radiativas da Universidade Federal de Minas Gerais para as Centrais Elétricas do Pará sobre a viabilidade técnico-econômica de introdução da energia nuclear no Estado do Pará, em particular na Região Nordeste. Foi dito que na região a central nuclear merecia ser considerada como uma alternativa válida ao alto custo ou dificuldade de outras alternativas (óleo ou hidráulica).

Concluiu-se ser aconselhável retardar a introdução da central nuclear até o fim da década de 1970, a fim de aguardar o crescimento adequado do sistema elétrico. A introdução mais cedo da central implicaria na necessidade de um subsídio de cerca de 10% do preço da central. Diante da decisão negativa dos órgãos competentes quanto a tal política, a Centrais Elétricas do Pará foi levada à opção de uma central a óleo combustível, que na conjuntura atual, seria mais econômica. O estudo foi apresentado como o primeiro contratado por empresa de energia elétrica no País sobre a introdução de centrais nucleares comerciais no seu sistema.

O grupo do Laboratório do Acelerador Eletrostático da FFCL da USP apresentou um estudo sobre amplificadores operacionais, hoje aplicados no campo dos computadores analó-

gicos e que servem para uma infinidade de aplicações limitadas apenas pelo nosso poder de criação. Foram desenvolvidos alguns instrumentos de medição usando esses tipos de amplificadores.

Os psicólogos também desenvolveram seus trabalhos, dentro do programa da XX Reunião Anual da SBPC a I Jornada Brasileira de Psicologia, com a participação de membros de cinco entidades de psicologia existentes no País: Associação Brasileira de Psicólogos, Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Sociedade Mineira de Psicologia, Sociedade de Psicologia de São Paulo e Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.

O I Simpósio sobre o Ensino Vocacional, organizado pelo Serviço do Ensino Vocacional da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, atraiu numerosas atenções. Na primeira reunião, a Prof.^a Maria Nilde Mascelani, coordenadora geral, tratou da elaboração dos currículos nos ginásios vocacionais e os descreveu como um todo, em que desaparece a divisão estanque de materiais e de programações isoladas em cada uma delas.

A Prof.^a Carmem Craidy tratou da construção dos currículos no segundo ciclo vocacional, que se iniciou no Colégio Vocacional Osvaldo Aranha, no Brooklin, em São Paulo. Depois de frisar que o currículo deve ser produto de elaboração comum de educandos e educadores, explicou a divisão dos subconjuntos em funcionamento no Colégio Vocacional e afirmou serem "produto das características da comunidade, da opção dos jovens e da orientação vocacional que eles receberam por ocasião de sua passagem pelo primeiro ciclo vocacional". Finalmente, a Prof.^a Mabel de Oliveira relatou a experiência do curso noturno também posto em funcionamento pelo Ginásio Vocacional Osvaldo Aranha.

Foram comunicadas diversas experiências sobre ensino pré-primário, durante o Simpósio que estudou este assunto, e que foi coordenado pela professora Maria José de Barros Fornari de Aguirre, do Departamento de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo.

Ao final do certame, foi marcada para julho de 1969, na cidade de Pôrto Alegre, a próxima Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA — Realizou-se em setembro de 1968, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Geologia, núcleo de Minas Gerais, o XXII Congresso Brasileiro de Geologia, com a participação de grande número de técnicos.

O conclave teve início no dia 1 daquele mês, com coquetel às 19 horas e instalação solene às 20 horas, quando foi feita a entrega dos diplomas aos homenageados e distribuídos prêmios.

No dia 2 inscreveram-se os excursionistas e participantes das visitas programadas e do jantar de confraternização, sendo iniciadas as conferências e sessões técnico-científicas.

Nos dias 3 e 4, seguiram-se as conferências e sessões técnico-científicas, enquanto que

no dia 5 de setembro, quinta-feira, realizaram-se a Assembléia-Geral e a sessão solene de encerramento, com a posse da diretoria eleita para o biênio 68-69.

Nas Reuniões Abertas foram debatidos os seguintes temas: a) Manto Superior; b) Problema de Mineração.

As visitas foram feitas aos seguintes locais e empreendimentos: Laboratório de Tratamento de Minérios da Companhia Vale do Rio Doce. Instalação piloto de beneficiamento de minério de ferro; Gorduras. Operação de Lavra de Minério de Ferro. Cia. Mineração Novalimense; Morro Velho. Tratamento de Minério de ouro. Redução e refino. Mineração Morro Velho; Laboratório de Tratamento de Minérios da Escola de Engenharia da UFMG; Dragagem de ouro do Rio das Velhas; Mina de Ouro de Morro Velho; Geologia do trecho "B. Horizonte-Nova Lima — Breve exposição sobre a Mina; Mina de Ferro do Cauê. Cia. Vale do Rio Doce — Apreciação sobre as atividades da Cia. em Itabira — Visita à mina do Cauê e observação de carregamento e dinamitagem de um fogo primário; Visita às instalações de tratamento de minérios, pátio de estocagem e laboratório — Visita à mina de Conceição em observação sumária dos minérios ali existentes. Refinaria Gabriel Passos, da PETROBRÁS; Palestra do Dr. Otto Martins sobre a REGAP; Visita à Mina de Ouro de Morro Velho. *Excursão de um dia*: Ramal Ferroviário Alegria-Fábrica, da C.V.R.D. Escopo: Estratigrafia Regional, Estabilidade dos Taludes e Fundação de Viadutos (com 90 metros de altura); Túneis (total de 7 km). *Excursão de dois dias*: 1) Minas de Morro Agudo e Alegria (S. A. Mineração Trindade). Escopo: Estratigrafia e Tectônica Regionais, Geologia dos depósitos de minério de ferro e manganês, Lavra de Minério de Ferro. 2) Juiz de Fora. Escopo: Charnokitos e Rochas Associadas. Excursão de três dias: 1) Patos de Minas. Escopo: Estratigrafia da Série Bambuí, Estratigrafia das Formações Areado, Capacete e Uberaba, Visita aos jazigos fossilíferos da Formação Areado, Argilas Bentoníticas. 2) Diamantina. Escopo: Estratigrafia da Série Bambuí, Litologia da Série Tamanduá, Conglomerados diamantíferos, Complexo Granitóide do Parúnã. 3) Ouro Preto. Escopo: Estratigrafia, Tectônica e fácies de Sedimentação da Série Minas no Distrito de Ouro Preto. Geologia Econômica, Visita à Coleção Mineralógica da Escola de Minas. 4) Araxá. Escopo: Geologia do Complexo Alcalino-Carbonatítico do Barreiro, Geologia Econômica: Nióbio, Fosfato, Terras Raras e Urânio no Barreiro, Tratamento de Pirocloro e Apatita.

Funcionaram por ocasião do Congresso as seguintes sessões Técnico-científicas: Geologia Econômica — Prospecção Geoquímica — Hidrogeologia; Geologia Pré-Cambriana — Petrologia-Geoquímica Teórica — Estratigrafia — Paleontologia; Mineralogia-Cristalografia; Geologia Aplicada; Geologia, Exploração e Lavra de Petróleo, Geologia Estrutural — Geomorfologia; Engenharia de Minas; Tratamento de Minérios.

Unidades Federadas

GUANABARA — ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O PROBLEMA DAS FAVELAS COMEÇA A SER EQUACIONADO ADEQUADAMENTE — O novo plano de erradicação das favelas é um passo acertado e um começo na solução desse problema. O plano foi elaborado pelo Ministério do Interior e prevê trabalho conjunto desse órgão com os governos da Guanabara e Estado

do Rio e o Banco Nacional de Habitação. A área a ser beneficiada é o Grande Rio.

A união desses órgãos e a presença do Governo Federal demonstram a envergadura do plano, dando assim uma categoria inédita no sempre sonhado projeto de erradicação das favelas cariocas e fluminenses. Acredita-se que existiam no Grande Rio cerca de um milhão de pessoas habitando em condições subumanas nos aglomerados populacionais situados, prin-

cipalmente, nas encostas dos morros e nos terrenos baldios do Rio, Niterói e outros municípios fluminenses. O plano, de início, prevê a construção de trinta mil residências populares para abrigar os atuais habitantes dos barcos.

Outras providências serão tomadas, além da construção de habitações e pesquisas sobre as condições de vida dos favelados.

Entretanto, o caráter do plano, por enquanto, ainda parece ser primordialmente de urbanismo, não sendo complementado por medidas de correção das origens sociais de formação das favelas. É reconhecida a necessidade da preparação dos favelados para adaptar-se ao novo estilo de habitação e de vida, em geral, que lhe é destinado por esses planos.

Entretanto, isso não invalida o plano atual. Por outro lado, a sua federalização torna mais fácil aquela complementação que pode ser, tentada de várias maneiras, como, por exemplo, através de projetos de expansão de atividade rural na região. Um programa dessa natureza teria duplo efeito sobre as origens da formação das favelas: reduziria a afluência de habitantes rurais para as zonas urbanas e talvez atraísse habitantes das favelas para as zonas rurais.

De qualquer modo, o plano anunciado é já grande passo e pode ser o começo da solução desse mal que infelicitou o Grande Rio, pois a verdade é que só o desenvolvimento econômico duradouro operará a transformação definitiva das favelas em unidades urbanas econômica e socialmente progressistas. (Extraído da *escrita*, Ano II n.º 23, junho, 1968).

SÃO PAULO

I CURSO DE FÉRIAS PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA — A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou, de 1.º a 8 de julho de 1968, o I Curso de Férias para Professores de Geografia, tendo como assunto "Temas e Práticas Geográficas no Ensino Médio".

A Coordenação do Curso esteve a cargo do Prof. Dulcídio Dibo que convidou os professores Eli Piccolo, Rosa E. Rossini ambos da PUCSP e Flávio A. Pereira que ministraram respectivamente vinte um (21) e três (3) cada professor convidado totalizando trinta aulas (30) entre práticas e teóricas.

O Programa foi elaborado obedecendo temas geográficos, no período da manhã e temas cosmográficos, no período da tarde, assim distribuídos: Dia 1.º — manhã — Evolução do Pensamento Geográfico: ampliação do horizonte e evolução da Geografia — (5 planchas, 15 diapositivos) — Prof. D. Dibo; Dia 1.º — tarde — A Geografia na Era Espacial (projecção de elidiscópio) — Prof. Flávio A. Pereira; Dia 2 — manhã — A Ciência Geográfica: tendência atual (projecção de diapositivos) — Prof. D. Dibo; Dia 2 — tarde — Correlação entre as condições astronômicas e seus efeitos climáticos (demonstração de mapas climáticos e ilustra-

ções) — Prof. Eli Piccolo; Dia 3 — manhã — A Terra como um Globo: Prática geográfica — Técnica de utilização do binômio globo e mapa na primeira série ginasial (demonstração de recursos audiovisuais) — Prof. D. Dibo; Dia 3 — tarde — Selenografia (projecção de 25 diapositivos) — Prof. D. Dibo; Dia 4 — manhã — A Terra no Espaço: Significado Geográfico da Delimitação Terra-Prática Geográfica — Técnica de construção e utilização do quadrante horário móvel através do Atlas Geográfico Escolar do MEC-IBGE — Prof. D. Dibo; Dia 4 — tarde — Técnica para planejamento de uma unidade na Geografia — Prof.ª Rosa E. Rossini; Dia 5 — manhã — Origem da Terra (hipóteses cosmogônicas) (projecção de diapositivos) — Prof. D. Dibo; Dia 5 tarde — Planetografia (estudo interpretativo das superfícies planetárias em relação com a Terra) (projecção de 25 diapositivos) Prof. D. Dibo; Dia 8 — manhã — Ecologia Planetária (problemática em torno do aparecimento da vida na Terra e no Universo); Geografia via uso do Planetário (projecção de diapositivos) — Prof. D. Dibo; Dia 8 — tarde — Prova de aproveitamento: Parte A) Cinco semidessertações com duas partes práticas; Parte B) Um teste com 10 questões respectivamente 8,2 e 2,0 pontos.

Apreciação do I Curso: O Coordenador solicitou aos alunos uma apreciação sobre o I Curso de Férias tendo elaborado as seguintes perguntas cujas respostas foram em média as seguintes:

1.ª. Qual sua opinião geral sobre o I Curso de Férias? Resp. Curso muito bom, com reconhecido esforço por parte do Coordenador mas com defeitos na administração (fólia de presença não era entregue sendo improvisada pelo Coordenador); aulas bem expostas e documentadas; atualização dos professores com uma exceção. 2.ª. Quais seriam os pontos positivos ou negativos? Resp. Pontos positivos foram os temas atuais; utilização imediata da parte prática desconhecida pela maioria dos alunos; esforço por parte de alguns professores; temas bem escolhidos; farta ilustração; pontos negativos foram: pouco tempo de duração; algumas aulas em nível secundário; falta de apostilas.

3.ª. Quais outros temas gostaria que fossem desenvolvidos em posteriores cursos de férias? Resp. Todos de geografia geral e do Brasil.

4.ª. Quais outras sugestões poderia mencionar? Resp. O Curso poderia ser de maior duração para que outros temas pudessem ser desenvolvidos; apostilamento do curso; desenvolvimento de cursos sobre divisão do Mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; cursos com debates baseados em textos elaborados pelo professor.

Ao encerrar-se o curso, o Prof. Dulcídio Dibo enviou seus agradecimentos a Madre Olívia Coelho Pereira Leite, pelo gentil convite para a coordenação, cargo que foi desempenhado com a costumeira eficiência pelo mestre de São Paulo.

Exterior

INGLATERRA

A GEOFÍSICA NA COMPROVAÇÃO DO AFASTAMENTO ENTRE OS CONTINENTES — A Universidade de Cambridge, na Inglaterra, organizou uma expedição com o objetivo de investigar o crescente indicio de que o Mar Vermelho é um oceano em embrião, alargando-se à razão de aproximadamente 0,8 centímetros por ano à medida que a Arábia e a África se afastam uma da outra.

Os continentes de hoje criam fragmentos de uma gigantesca e única massa terrestre que começou a se partir há mais de 200 milhões de anos.

Uma observação da Terra revela logo a similaridade entre as linhas costeiras da América do Sul e da África Ocidental. Observação mais detalhada revelará as semelhanças existentes entre a linha costeira da América do Norte e da Europa.

Nos primeiros anos desse século, um alemão, Alfred Werner, baseado em semelhança de desenvolvimento de ordem biológica em diversas partes do mundo, apresentou a tese de que os continentes teriam outrora formato diverso do atual.

Sugeriu ainda, que houve certa época em que não havia qualquer Oceano Atlântico e que a Índia fazia parte da África. Essas idéias eram bizarras demais para a maioria das pessoas, e foi somente há poucos anos que o conceito de continentes em movimento, afastando-se um dos outros através de milhões de anos despertou novamente o interesse.

Um dos fatos que levou ao renascimento do interesse pela teoria do deslocamento dos continentes prende-se ao estudo do leito do mar — seu formato e sua constituição geológica. O número crescente de navios oceanográficos extensamente dotados de aparelhos e instrumentos de pesquisas foi, pouco a pouco, proporcionando aos cientistas uma imagem do leito do mar, repleta de extraordinárias características.

Enormes planícies, absolutamente planas, estendiam-se por milhares de quilômetros quadrados. Súbito, brotando dessas planícies, surgiam cadeias de montanhas vulcânicas com até 4 000 metros de altura em relação à área vizinha, mas raramente ultrapassando a superfície do mar para formar uma ilha.

As vezes, essas cadeias se estendiam continuamente, outras vezes eram interrompidas por falhas que deixavam uma distância de 300 quilômetros entre um lado e outro da cadeia. O formato do leito dos oceanos dava prova da violenta atividade em tempos passados.

Dessas cadeias a que mais causa intriga é aquela que praticamente divide o Atlântico ao meio, estendendo-se por uma distância total de 40 000 quilômetros antes de lançar-se no Golfo de Aden. Esta cadeia de montanhas é muitas vezes descrita como um sistema de falha, pois tem um estreito "vale de falha" que corre em toda a sua extensão central, apresentando todos os sintomas de estar se dividindo.

Muitos geólogos são da opinião, atualmente que as cadeias de montanhas no meio do oceano encontram-se em continuo processo de formação. Material vulcânico novo é continuamente injetado no centro dessas cadeias empurrando, pois, os vulcões recém-formados. O

resultado desta operação é que o leito do mar é lentamente alargado — à razão, segundo estimativas atuais, de 0,4 Centímetros por ano. Os continentes seriam então afastados fisicamente por essas cadeias vulcânicas ativas.

Essas idéias são largamente aceitas, pelos geólogos. Estão sendo obtidos dados, atualmente, numa região onde uma cadeia de montanhas submarina lança-se num continente. Isso ocorre no Golfo de Aden. Esse golfo é, sem dúvida alguma, uma continuação do sistema de fenda e liga-se ainda, diretamente, com o Vale de Falha, da África Oriental, de um lado, e com o Mar Vermelho do outro.

O Laboratório Nacional de Física, em Teddington, no Sul da Inglaterra, construiu, após cinco anos de pesquisas, um *mekameter*, instrumento que utiliza ondas de luz para medir distâncias de uma precisão de até um décimo de milímetro num quilômetro. Por meio de repetidas observações, abrangendo uma área suspeita de estar se dividindo, é possível localizar o movimento. Uma equipe de cientistas britânicos já se encontra fazendo observações na Islândia, e outra iniciará, em breve, estudos na África Oriental.

No mar, a pesquisa é necessariamente de natureza indireta, mas estuda-se essencialmente as condições físicas das rochas sob a cadeia de montanhas. No método "sísmico", explosões são realizadas no fundo do mar pelo navio oceanográfico e os ecos das camadas de rochas sob o leito do mar são captados por microfones ultra-sensíveis.

Desse modo, não só é possível conhecer a estratificação geológica a vários quilômetros de profundidade abaixo do leito do mar, mas também chegar a algumas conclusões quanto às características geológicas das rochas e se as mesmas representam material recentemente injetado a elevadas temperaturas.

Pesquisas realizadas no Atlântico mostraram que espécies de rochas podiam ser encontradas sob essas cadeias de montanhas. Estudos efetuados no Mar Vermelho indicam que os mesmos tipos de rochas são também encontrados sob o Golfo de Aden, mas não sob aquele mar. Com referência ao aspecto geofísico, portanto, a região do Mar Vermelho tem importância indiscutível. Os estudos da expedição organizada pela Universidade de Cambridge são pois aguardados com interesse.

Bibliografia

Registros e Comentários Bibliográficos

Livros

GRANDE ENCICLOPÉDIA DA AMAZÔNIA — Carlos Rocque; Primeiro e segundo volume — Letra A-B e C-D; 1.^a edição; AMEL (Amazônia Editora Ltda.).

Pela clareza de estilo e pelo valor de sua opinião como autoridade em assuntos relacionados com a Amazônia, transcrevemos a seguir um trecho do Prefácio desta magnífica obra do jovem pesquisador Carlos Rocque, prefácio este de autoria do eminente professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que vale por um comentário, e que melhor poderá dar aos leitores uma visão do conteúdo da *Enciclopédia*:

“Uma Enciclopédia da Amazônia é tarefa para equipe de especialistas. Principalmente na época em que vivemos, quando, para cada assunto, há meia dúzia de especialistas que se ufanam de seus conhecimentos resultantes de anos de exames continuados. No gênero, aliás, nada se escreveu ainda. Conheço dois livros sobre áreas particulares dessa mesma Amazônia, o *Dicionário da Comarca do Alto Amazonas*, de Araújo Amazonas, e o *Dicionário do Departamento de Loreto*, no Peru, escrito por Wilkens de Matos, Barão de Mariuá, ambos restritos como dizia, mas nem por isso de valor escasso. No campo mais amplo do Brasil, as tentativas são também muito escassas. Além de Moreira Pinto, que mereceu a crítica severíssima de Torquato Tapajós, no particular da Amazônia, e de Milliet de Saint Adolphe, quem mais pretendeu obra de tamanha envergadura? A Enciclopédia dos Municípios, é certo, vale como primeiro esforço global. Há igualmente Dicionários Geográficos Históricos, Estatísticos de Estados, como o Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, to-

dos, no entanto, já ultrapassados no tempo e na própria técnica.

Na *Enciclopédia da Amazônia* há um mundo gigantesco de informações que pediriam leituras ainda maiores de quem desejasse essas informações, aqui compendiadas, resumidas, como se impõe em obras dessa espécie, em estilo agradável e apropriado.

Quero confessar que não fiz qualquer alteração ou correção. Li, anotei para mim, aplaudi no íntimo e agora de público. Fiz ligeiríssimas sugestões. Foi certo? Devia ter procedido de outra forma?

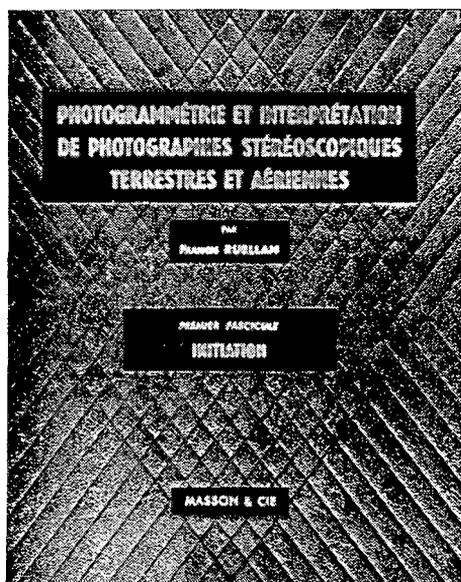
Esta Enciclopédia da Amazônia vai ensinar muito. Vai pôr um parágrafo a afirmativas feitas sem comprovação ou por simples preocupação do sensacionalismo. Vai, enfim, pôr no devido lugar muita coisa de que se sabia erradamente ou de que se sabia muito pouco. Traz esclarecimentos, copiosa informação que exigiria, insista-se, a leitura de um vasto acervo livreiro, que o autor seguramente teve de compulsar e de que nos dá a síntese possível. É preciso que se adiante logo que a Amazônia que aparece nestas páginas é aquela clássica, integrada pelos Estados do Amazonas, Acre e Pará, Territórios Federais do Amapá, Roraima, Rondônia e não a outra, a denominada de legal, isto é, a Amazônia que os legisladores pretenderam criar, numa ampliação que incorporou até áreas de um cerrado, indiscutivelmente estranho à legítima, a da floresta maciça e da bacia hidrográfica que tem, na calha central do Amazonas a sua identidade inicial. Será, portanto, uma Enciclopédia exata, de uma Amazônia que é a legítima, a integral e não a Amazônia de um Brasil apenas parcialmente amazônico.

Não hesitei, por tudo isso que aqui fica como prefácio, em atender ao pe-

dido para escrevê-lo e vale como confiança no esforço do autor da Enciclopédia.”

A. S. F.

PHOTOGRAMMETRIE ET INTERPRÉ-
TATION DE PHOTOGRAPHIES
STÉRÉOSCOPIQUES TERRESTRES
ET AERIENNES — Par Francis
Ruellan; Premier fascicule: Ini-
tiation; Masson e Cie., éditeurs;
Paris. France.



O Professor Francis Ruellan é personalidade de renome consagrado no mundo científico. Diretor honorário do laboratório de Geomorfologia da Escola Prática de Altos Estudos, professor honorário da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Rennes, Diretor do Centro de Estudos dos Problemas do Mar da Universidade de Rennes, estêve no Brasil ministrando seus conhecimentos, tendo colhido no nosso País muitos dos dados com que ilustra o presente livro.

Esta obra pode ser classificada como uma das mais perfeitas contribuições à fotogrametria, pelo que representa para a geografia, a agronomia, as obras públicas, o urbanismo e a arqueologia, e ainda para as ciências naturais e a medicina. Planejada em um total de quatro volumes, aqui temos o primeiro deles, que é um prólogo onde se esboça o progresso da fotogrametria e da interpretação das fotografias aé-

reas, da maneira que o autor as vê após a guerra de 1914-1918, e onde êle divulga, como afirmamos acima, os ensinamentos colhidos em suas viagens e aulas ministradas no Brasil e na própria França, bem como procura dar noção objetiva das relações entre a interpretação e as medidas das deformações perspectivas dos objetos, do estudo do feixe luminoso nos *chambres métriques* e dos problemas da escala. Como sabemos, o *chambre métrique* é um aparelho fotográfico cuja objetiva e o plano dos pontos do *clichê* são ligados por características óticas e mecânicas calculadas.

Depois das primeiras noções, indispensáveis ao leitor por se tratar de uma obra eminentemente técnica, o autor passa aos trabalhos práticos, começando pelas instruções para os cálculos de interpretações para as análises dos fatos observados. Um modelo de folha de interpretação e o programa do “Guia do Interpretador de Fotografias Aéreas” da Universidade de Rennes completam a exposição didática.

A obra é cuidadosamente organizada. Em se tratando de um ramo científico que exige cultura altamente especializada para a sua perfeita compreensão, o professor Francis Ruellan procurou dotar êste primeiro fascículo de todos os recursos necessários à consulta e à dissipação de dúvidas. Eis a razão por que se encontram nas últimas páginas as definições de todos os termos técnicos empregados; a bibliografia sôbre a história das pesquisas, indicando as publicações utilizadas na preparação dos diversos capítulos, inclusive as referências sôbre os trabalhos práticos. Também há uma lista alfabética de todos os autores mencionados, o que possibilita uma melhor consulta bibliográfica.

Apenso ao livro encontramos ainda, guardado em espécie de estojo composto pela própria capa, um conjunto de oito pranchetas que contém exemplos de interpretação de fotografias aéreas estereoscópicas com legendas dos símbolos e dos sinais, que permitem a Leitura dos *croquis* de localização, os esquemas de interpretação e um comentário de cada grupo de fotografias.

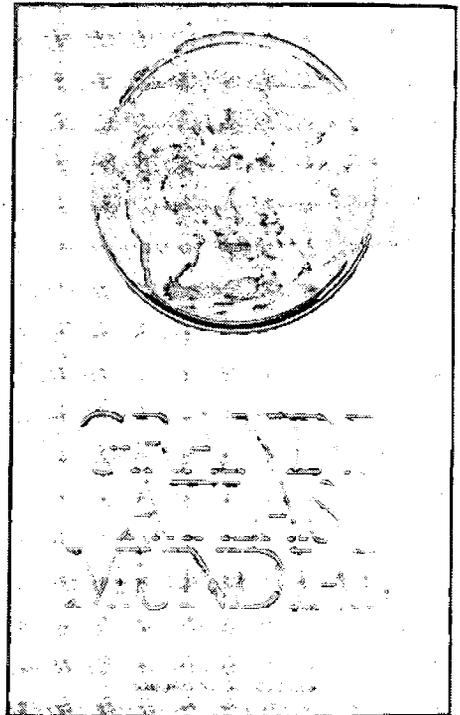
Uma obra magnífica, com 121 páginas, aprimorada em sua confecção, cuja principal vantagem é permitir ao utilizador a visão total do conjunto do objeto ou da paisagem onde situa suas pesquisas e as implantações ou intervenções que projeta.

A seguir reproduzimos o índice deste Primeiro Fascículo da *Photogramé-*

trie do Prof. Francis Ruellan: Avant-propos. — Introduction: Les grandes étapes de la photogramétrie et de l'interprétation des photographies aériennes. Première Partie: I. Le problème fondamental des mesures en fonction de l'interprétation. — II. Les déformations perspectives de l'image. Différence entre une photographie et un plan. — III. Le Faisceau perspectif, les chambres métriques. L'échelle des photographies: Lùéchelle et l'inclinaison de l'axe de prise de vues. Variation de la valeur de la distance focale. *f*. Travaux Pratiques: 1. Instructions pour l'exécution des calques d'interprétation. — 2. Analyses des faits observés sur les photographies qui ont été l'objet d'un calque descriptif. — Brevet d'interpréteur de photographies aériennes. — Lexique. — Bibliographie. — Liste alphabétique des auteurs cités dans le premier Fascicule. Table des figures du texte et des photographies stéréoscopiques et des schémas d'interprétation placés dans le pochette hors texte. Table des photographies stéréoscopiques et des figures placées hors texte, dans la pochette accompagnant l'ouvrage: Légende générale des schémas d'interprétation et des cartes géomorphologiques et sédimentologiques, I, II, III. Planche 1. — Tranchées allemandes à l'Est du fort de la Pompelle, près de Reims. Photographies et croquis de localisation. Echelle approximative: 1/3 600°. — Planche 2. — Plateau central du Brésil près de Corumba de Goiaz. Photographies "trimetrogon" de l'aviation des États-Unis (5-1957). — Triplet à environ 1/40 000°, réduit à environ 1/114 000°. — Croquis d'interprétation à environ 1/54 000°. — Planche 3. — Erquy. La ville, le port et le cap. — Triplet des photographies ns. 005, 006, 007 de la Mission 0915-1215 (I.G.N. 5-1952) à environ 1/25 000°, réduit à environ 48 700°. — Croquis d'interprétation à environ 1/31 000°. — Croquis de localisation à environ 1/53 000°. — Planche 4. — Vallée du Gave d'Aspe (Béarn). Vallée d'Osse en Aspe, du Nord de Bedous au Sud d'Accous (Béarn). France à 1/25 000°. Mission 1547-1548. Photographies ns. 130, 131, 132 de l'I.G.N. 1964 à environ 1/25 000°. Triplet réduit à environ 1/55 000°. — Croquis d'interprétation à environ 1/31 000°. Croquis de localisation à environ 1/53 000°. — Planche 5. — Glacis et terrasses entre la chaîne des Kebdana à l'Oued Zebra (Maroc) à environ 1/53 000°. — Triplet réduit à environ 1/220 000°. — Croquis d'interprétation à environ 1/62 500°. — Croquis de lo-

calisation à environ 1/200 000°. — Planche 6. — Le Puy de Côme et ses "cheires". — Vol. 2530-2532. Photographies 6, 7, 8 de l'I.G.N. à environ 1/25 000°. — Triplet réduit à environ 1/48 500°. — Croquis d'interprétation à environ 1/30 750°. — Croquis de localisation à environ 1/52 500°. — Planche 7. — Villes de Saint-Servan et Paramé. — Mission Etables-Mont-Saint-Michel, 21 mai 1952, 0915-1215. Photographies I.G.N., ns. 23, 24, 25 à environ 1/25 000°. — Triplet réduit à environ 1/52 500°. — Croquis d'interprétation à environ 1/30 750°. — Croquis de localisation à environ 1/50 000°. — Planche 8. — Centre de la ville de Lisbonne. Clichés des "Serviços Fotogramétricos do Instituto Geográfico e cadastral" à environ 1/6 250°. — Triplet réduit à environ 1/14 000°. — Croquis d'interprétation à environ 1/7 800°. — Croquis de localisation à environ 1/13 000°.

GRANDE ATLAS MUNDIAL — Seleções do Reader's Digest. Editora Ypiranga S. A. — Edição brasileira, preparada sob a direção de Frank Debenham, professor de Geografia da Universidade de Cambridge, com a assessoria de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia.



Adquirido pela Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia, chegaram às mãos um exemplar deste Atlas editado por *Seleções do Reader's Digest*. Seriam surpresas para nós a perfeição da preparação gráfica, a objetividade dos textos e a beleza da apresentação desta obra, não fôsse mais uma realização de "Seleções". Quem já se acostumou a consultar o Almanaque, anualmente editado pela mesma companhia, nêle reconhece uma das mais úteis e preciosas contribuições para o conhecimento humano, mormente para a geografia, constituindo-se em uma fonte de informações das mais extensas e seguras, que se renova e se aperfeiçoa sempre. Outras obras têm sido editadas sob a rubrica de *Reader's Digest*, seguindo a mesma linha, chegando mesmo a dispensar publicidade, tal a sua utilidade e a grande procura por tôdas as camadas sociais, desde o leigo ao individuo possuidor do mais alto grau de intelectualidade. Entretanto, este Atlas supera a expectativa mais otimista. Trata-se de um dos mais belos e mais bem organizados volumes sôbre informações geográfico-cartográficas de tantos quantos já lemos, e não sômente por sua magnificência gráfica, mas principalmente pela excelente técnica com que materializa a idéia dos fenômenos e acidentes. Neste detalhe reside, em nosso entender, o valor da obra, pelo fato de termos ingressado, e já viajarmos de modo vertiginoso, na Era das Comunicações, onde tudo o que se quer transmitir tem que ser feito com tal perfeição e objetividade que, se não o fôr, será fatalmente arrolado como realização superada, e assim desprezado. O Atlas de *Seleções do Reader's Digest* acompanha o ritmo da evolução da técnica de comunicações gráficas, sendo um valioso documentário de informação científica.

Dividida em cinco partes, a obra apresenta uma seqüência assim ordenada: A Face da Terra; As Nações do Mundo; A Terra dos Homens; O Mundo em números; e Índice Geral. Faremos a seguir uma descrição sucinta de cada uma.

A primeira parte tem o seguinte conteúdo: A Terra pertence ao Sistema Solar; Ao redor da Terra; Pólo Sul e Pólo Norte; América do Sul; Canadá; Estados Unidos, México e Antilhas; Eurásia; Europa; Península Ibérica; Austrália; Sudeste da Ásia; África do Norte; África do Sul. Nesta parte poderíamos mencionar, pela espetacular técnica de visualização, as representações do sistema solar e a da América

do Sul, aquela por assemelhar-se realmente a um pequeno trecho do Cosmos, e esta pela idéia perfeita do relêvo submarino, conseguida apenas com variações do colorido azul que cerca o verde-amarelo continental.

A segunda parte contém: Canadá; Estados Unidos da América; Os Grandes Lagos; Costa do Pacífico; Estados Centrais; Estados do Sudeste; América Latina; México e América Central; As Antilhas; Colômbia, Equador e Venezuela; Norte do Brasil e Guianas; Bolívia e Peru; Brasil Central e Paraguai; Argentina, Chile e Uruguai; Eurásia; Europa; Península Ibérica; Ilhas Britânicas; França; Itália; Balcãs; U. R. S. S.; Rússia Ocidental; Volga e Urais; Holanda, Bélgica e Luxemburgo; Suíça; Escandinávia e Báltico; Europa Central; Extremo Oriente; Japão; Sudeste da Ásia; Índia, Paquistão, Ceilão e Birmânia; Oriente Médio; Mediterrâneo Oriental; África Meridional; África Central e Oriental; África do Norte e Ocidental; Austrália e Nova Zelândia; Antártica; Ártico; Oceano Índico; Oceano Atlântico; Oceano Pacífico; O Problema da Cartografia. Vamos encontrar nesta parte os mapas propriamente ditos. No final, uma rápida explicação sôbre os diferentes tipos de projeções usados em representação cartográfica: estereográfica meridiana, gnomônica meridiana, eqüidistante plana quadrada, ortográfica meridiana, cônica tangente aos paralelos 30° N e a de Mercator.

A terceira parte do trabalho expõe os seguintes assuntos: O Espaço Infinito do Céu; As Estrelas que nos rodeiam; A Lua; Nas vizinhanças da Terra; A estrutura da Terra; A idade da Terra; Os grandes oceanos; Os tipos de climas; As fronteiras da agricultura; A vida nos mares; As aves; A distribuição dos mamíferos; A evolução do Homem; Do Congresso de Viena ao M.C.E.; A marcha das civilizações; O progresso das técnicas; As fontes de energia; As religiões e ideologias; As terras bíblicas; A população do mundo; De que se alimenta a Humanidade; A saúde no mundo; As grandes explorações; A conquista do espaço; Fusos horários. Novamente aqui desfiliam como em verdadeiro tecnicolor os acidentes e os fenômenos geográficos cujo estudo, durante os cursos ginasial e científico, tanto nos era familiar, mas por métodos infelizmente desprovidos da perfeição que ora é oferecida. Não sabemos se deveríamos destacar algum dos assuntos englobados nesta parte.

Se o imenso painel intitulado "As estrêlas que nos rodeiam", com a explicação inicial de que "a luz de muitas estrêlas começou sua jornada muito antes de o homem aparecer na Terra"; ou a belíssima fotografura da superfície lunar; a descrição dos fenômenos que sucedem nas vizinhanças da Terra; os tesouros minerais; e o corte esquemático da crosta terrestre, mostrando com muita propriedade o mecanismo das erupções vulcânicas. Encerra-se o capítulo com explicações bastante úteis sobre os fusos horários.

A quarta parte do Atlas, intitulada *O Mundo em Números*, divide-se em *Características do Globo* e *Características Gerais do Brasil* e possui apenas três páginas, por apresentar somente dados numéricos.

A quinta e última parte da magnífica obra do Reader's Digest é o *Índice Geral*, dividido em *Índice da América Latina* e *Índice Mundial*.

Procuramos assim dar uma pálida idéia do que seja o *Grande Atlas Mundial de Seleções*. Nós, que compomos os quadros funcionais do Instituto Brasileiro de Geografia, podemos orgulhar-nos de terem os nossos geógrafos, isto é, os geógrafos da instituição a que pertencemos, contribuído para esta bela edição de natureza geográfico-cartográfica. E podem eles também orgulhar-se de seu trabalho, assim como os demais técnicos e instituições que colaboraram na obra. Parabéns a *Seleções do Reader's Digest*.

A. S. F.

Periódicos

BOLLETTINO DELLA SOCIETÀ GEOGRAFICA ITALIANA — Série IX — Volume IX — Fascículo n.º 1-3 — Janeiro-Março de 1968 — Roma — Itália.

Envia a Sociedade Geográfica Italiana ao Instituto Brasileiro de Geografia mais um número do seu *Bollettino*, como sempre um excelente periódico, contendo artigos de apreciável fundo e bem cuidada forma.

O primeiro artigo, *Problemi geografici del turismo in Italia*, de autoria de Giovanni Merlini, é um estudo interessante para o geógrafo e para o planejador, ou para técnicos de atividades diversas, uma vez que procura mostrar como a geografia pode contribuir para o desenvolvimento do turismo. Embora atendo-se ao problema na Itália, há que se examinar a tese do autor, pela possibilidade de aplicação a outros países.

Mencionaremos a seguir, pelo interesse decorrente da posição geográfica da região estudada, o trabalho de Pier Luigi Beretta, *L'Utilizzazione del Suolo nella Regione Platense* que é um estudo enquadrado em programa de pesquisas sobre atividades agropastoris naquela região sul-americana. Referindo-se a fatores de influência, como o clima, e as razões históricas e sociais, que determinaram a atual conjuntura agropastoril da região platense, o autor chega às conclusões comparativas sobre as províncias de Buenos Aires, La Pampa, Córdoba, Santa Fé, Entre Rios

e Uruguay. Como contribuição à geografia agrária da América do Sul, é um trabalho bastante interessante.

De Carlo Della Valle, *Aspetti Geografico — Economici del Kenya e della Tanzania*, é o texto de conferência realizada durante um congresso italo-africano. Trabalho fundamentado em observações feitas *in loco* pelo autor, que havia visitado recentemente aquela parte do território africano. Contém ele estudos sobre o desenvolvimento, a economia, a indústria e os aspectos geográficos de Kenya e Tanzania, estados que atualmente mantêm proveitosas relações comerciais com a Itália. Neste trabalho encontram-se magníficas ilustrações, destacando-se a bela foto da grande cratera de Nigorongoro, em Tanganica, onde existe um famoso parque para conservação da fauna, com mais de 20 000 animais selvagens em plena liberdade.

Noticiário e comentários bibliográficos completam o *Bollettino della Società Geografica Italiana*, edição de Janeiro-Março de 1968, cujo índice completo a seguir reproduzimos:

GIOVANI MERLINI, Problemi geografici del turismo in Italia. (Geographical Problems of Tourism in Italy); ILARIA CARACI, Le variazioni della linea di costa laziale tra Torre Astura e il Circeo. (Variations of the Coastline between Torre Astura and Circeo in Latium); ALBERTO MORI, Considerazioni sull'erosione accelerata del suolo in Abruzzo. (Considerations in the Accelerated Erosion of Soil in Abruz-

zi); PIER LUIGI BERETTA, l'utilizzazione del suolo nella regione platense. (Land Utilization in the Plata Area); CARLO DELLA VALLE, Aspetti geografico-economici del Kenya e della Tanzania. (Economic Aspects of Kenya and Tanzania); Notiziario; Recensioni e appunti bibliografici e cartografici.

BULLETIN — Juni 1967 — N.º 4 —
Geografisch Institut Van De Rijk-
suniversiteit Te Utrecht.

A Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia vem de receber o n.º 4 do periódico especializado editado pelo Instituto Geográfico da Universidade de Utrecht, a bela cidade holandesa situada à beira de um braço do Reno.

A geografia da Holanda, bem como a da Europa, são estudadas em seus vários ramos, sendo os artigos e trabalhos de autoria de técnicos conceituados. Dentre estes artigos podemos mencionar o de M. de Smidt, "Conceito de Economia de Base" tanto pelo teor do assunto, como pela bibliografia extensa que complementa o trabalho, servindo de autêntico roteiro para quantos se interessam pela geografia econômica.

Eis o sumário deste Boletim: Inhoud: Voorwoord; Artikelen: stuwend en verzorgend: Drs. M. de Smidt: Een verkenning van de ontwikkeling der Konceptie; Drs. J. G. Borchert: De beperktheid van de konceptie en enkele alternatieve ontwikkelingen; summary: Drs. M. de Smidt: The Economic Base concept: A Provisional Bibliography on the Economic Base Concept; Drs. R. A. van Noort: Woonforensisme en gezinsstructuur; teogelicht aan een onderzoek in Renswoude (summary: Commuting and Family Structure); Rubrieken: dokumentatie: J. M. Waalwijk: Buitenlandse arbeiders in Nederland (summary: Foreign Workers in the Netherlands); Kritische kanttekeningen: Drs. J. Veldman: Typen of klassen?; De agrarische bedrijfstypen 1962; Prof. Dr. A. C. de Vooy: Hiërarchie der verzorgende kernen; uit de werkplaats: Drs. J. G. Borchert: Onderzoek aktie-radius levensmiddelenzaken; tijdschriften, die onze aandacht verdienen: Drs. J. G. Borchert: Een opmerkelijk winkelstraatonderzoek; Prof. Dr. A. C. de Vooy: La théorie des lieux centraux; verslag: Prof. Dr. A. C. de Vooy: Verslag over 1966 van de afdeling algemene sociale geografie en sociale geografie van Europa.

Leis e Resoluções

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da Legislação de Interesse Geográfico

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 61.637, de 13 de novembro de 1967 — *Promulga o Acórdo Cultural com a República do Senegal.*

O Presidente da República,

Havendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 71, de 1965, o Acórdo Cultural, assinado entre o Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964;

E havendo o referido Acórdo entrado em vigor de conformidade com seu artigo XIII, a 23 de junho de 1967,

Decreta que o mesmo, apenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Brasília, 13 de novembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Acórdo Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal.

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e

O Governo da República do Senegal.

Fléis aos altos ideais da Carta das Nações Unidas;

Desejosos de reforçar e de estreitar as relações culturais entre seus países, de modo a realizarem uma cooperação plena e integral nos domínios literário, artístico, científico, técnico e universitário;

Animados do desejo de ver prosseguir a obra de aproximação entre o Brasil e o Senegal,

Decidiram concluir um Acórdo Cultural e para esse fim, designaram como seus Plenipotenciários:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Vasco Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente do Senegal, Sua Excelência o Senhor Douina Thoen, Ministro das Relações Exteriores.

Os quais, após haverem trocado seus plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes se comprometem a estimular e a desenvolver na medida de suas possibilidades as relações entre os dois países, no plano científico, técnico, universitário, esportivo e, particularmente, no campo artístico e cultural, de modo a contribuir para melhor conhecimento das respectivas culturas e atividades naqueles setores.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante se esforçará por tornar melhor conhecida a sua cultura aos nacionais da outra Parte, através da organização de conferências, concertos, exposições e manifestações artísticas; de representações teatrais, exhibições cinematográficas, de caráter educativo, bem como de programas de rádio e de televisão.

ARTIGO III

As Partes Contratantes favorecerão os contatos diretos entre universitários e outras instituições de alta cultura, para o que estudarão a possibilidade de organizar:

a) intercâmbio de professores de diversos níveis, pesquisadores, estudantes e estagiários, especialistas, técnicos, conferencistas, bem como de outras pessoas que exerçam atividades em um dos campos previstos no presente Acórdo;

b) cursos de férias destinados a estudantes e professores;

c) viagens coletivas;

d) permuta de publicações oficiais ou originárias de universidades e organismos culturais em geral;

e) bolsas de aperfeiçoamento a estudantes, pesquisadores e artistas.

ARTIGO IV

O Governo dos Estados Unidos do Brasil encorajará a criação, no âmbito de suas universidades, de institutos de pesquisas, e de centros, onde sejam ministrados cursos de línguas e cultura africanas.

ARTIGO V

O Governo da República do Senegal facilitará a criação, em sua Universidade, de uma cátedra da língua portuguesa e literatura brasi-

leira, bem como a organização de cursos sobre diferentes aspectos da cultura brasileira. Outrossim, introduzirá o estudo da língua portuguesa nos programas do ensino secundário.

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante poderá estudar as condições segundo as quais os diplomas e títulos para exercício profissional expedidos pelas escolas oficiais de uma das partes em favor de cidadãos da outra poderão ser reconhecidos como válidos no país de origem do interessado.

Em se tratando de estudos, empreendidos por estudantes de um dos países, em estabelecimentos de ensino superior da outra Parte, a Comissão Mista prevista no artigo XII do presente Acórdão poderá estudar os problemas concernentes à gratuidade de inscrição nos exames, bem como a isenção de quaisquer taxas de expedição de certificados ou de diplomas universitários. Outrossim, a Comissão poderá considerar a concessão de facilidades que permitam aos cidadãos dos dois países de beneficiarem-se de uma prorrogação dos prazos de inscrição nos cursos universitários, tendo em vista a diferença de data do início e término do ano letivo nos dois países.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes encorajarão o intercâmbio de programas culturais e artísticos em suas emissoras de rádio e de televisão.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes conceder-se-ão, mutuamente, segundo processo a ser determinado, e sob reserva da segurança nacional, todas as facilidades para a entrada, nos respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, publicações musicais, reproduções artísticas, discos fonográficos, fitas magnetofônicas e filmes cinematográficos, destinados a estabelecimentos de caráter educativo ou cultural.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes facilitarão aos nacionais da outra Parte o acesso a seus monumentos, instituições científicas, centros de pesquisas, bibliotecas, coleções de arquivos públicos e outras instituições culturais controladas pelo Estado.

ARTIGO X

Cada Parte Contratante se compromete a facilitar a criação, no respectivo território, de centros e associações destinadas à difusão dos valores culturais da outra Parte.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes considerarão o intercâmbio de grupos artísticos e esportivos, a realização de competições esportivas entre equipes dos dois países e facilitarão, no limite de suas disponibilidades, a estada e o deslocamento dos mesmos em seu território.

ARTIGO XII

Para facilitar a aplicação do presente Acórdão e a fim de propor a ambos os Governos quaisquer medidas destinadas a adaptar o Acórdão ao ulterior desenvolvimento das relações entre os dois países, será constituída uma Comissão Mista senegaló-brasileira, a qual se reunirá pelo menos uma vez por ano, alternativamente em Brasília e em Dacar. Nela far-se-ão representar, em cada país, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação Nacional e a Embaixada do país co-sinatário, e será presidida por um dos representantes do país em que se reunir.

Em caso de necessidade a Comissão poderá convidar peritos e especialistas como assessores técnicos.

ARTIGO XIII

O presente Acórdão entrará em vigor 30 dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a qual terá lugar em Dacar, no mais breve prazo possível.

ARTIGO XIV

O presente Acórdão é concluído sem limitação de tempo. Em caso de denúncia, por uma das Partes Contratantes o Acórdão permanecerá em vigor seis meses após a competente notificação. A situação de que gozarem os beneficiários se estenderá até o fim do ano em curso, e, no que se refere aos bolsistas, até o fim do ano acadêmico respectivo.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados firmam e selam.

Extraído do D. O. de 17-11-1967.

DECRETO N.º 61 998, de 28 de dezembro de 1967 — *Dispõe sobre a dispensa de ponto de servidores públicos federais, para comparecimento a congressos ou reuniões similares, no País ou exterior, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A dispensa de ponto para que funcionários públicos federais, da Administração direta e das Autarquias, possam comparecer a congressos, conferências ou outros conclave, no País, ou no exterior, somente poderá ser autorizada pelo Presidente da República.

Art. 2.º A dispensa do ponto poderá ser concedida quando se tratar de conclave de natureza científica, artística, cultural ou equivalente, cuja finalidade seja de relevante interesse público.

Art. 3.º Somente poderão beneficiar-se da dispensa de ponto servidores públicos ocupantes de cargos cujas atribuições estejam diretamente relacionadas com o objetivo do conclave.

Art. 4.º A autorização presidencial, a que se refere o artigo 1.º, abrangerá o período estritamente necessário ao comparecimento do servidor ao conclave, nele incluídos os dias de viagem.

Art. 5.º As entidades patrocinadoras do conclave deverão formular o pedido de autorização com observância das seguintes normas:

a) o pedido deverá ser dirigido ao Presidente da República, através do Ministério ou órgão público interessado, acompanhado de ampla justificação;

b) o pedido deverá ser formulado, no mínimo, 30 dias antes da data marcada para o início do conclave;

c) com pronunciamento conclusivo do Ministério ou órgão público, a que alude a alínea a, o pedido será submetido à decisão do Presidente da República;

d) a decisão presidencial será transmitida à entidade solicitante e, se favorável, expedido telegrama-circular pelo Gabinete Civil da Presidência da República.

Art. 6.º Os servidores que se beneficiarem com a dispensa de ponto deverão comprovar, perante o chefe da repartição, o comparecimento e a frequência ao conclave, mediante atestado fornecido pela entidade patrocinadora.

Parágrafo único. Recebido o atestado, o chefe da repartição encaminhá-lo-á imediatamente, ao órgão central de pessoal, para os devidos registros.

Art. 7.º A juízo exclusivo do Presidente da República, poderão, excepcionalmente, ser dispensados do ponto os funcionários que, comprovadamente, comparecerem a congressos de natureza religiosa, filantrópica ou cultural, observadas as demais disposições deste decreto.

Art. 8.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grinewald
Aurílio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuza Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas.

Extraído do D. O. de 29-12-1967.

DECRETO N.º 62 006, de 29 de dezembro de 1967 — *Dispõe sobre os incentivos previstos no Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966.*

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição,

Considerando o caráter prioritário atribuído ao desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, cujos incentivos cumpre preservar;

Considerando, por outro lado, a necessidade de desenvolver o turismo, fator de inegável importância para a dinamização da atividade interna e para a geração de divisas;

Considerando a conveniência de conciliar-se a manutenção dos incentivos assegurados à SUDENE e à SUDAM com o aproveitamento dos estímulos endereçados ao setor turismo, através do Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, com as alterações introduzidas pelo art. 17, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 157-67; decreta:

Art. 1.º O desconto para os investimentos em hotéis de turismo, previstos nos artigos 25 e 26 do Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, alterados pelo art. 17, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, poderá alcançar até 8% (oito por cento) do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para aplicação nas regiões não situadas na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.

§ 1.º Os recursos provenientes do desconto previsto neste artigo, serão depositados no Banco do Brasil S. A., em conta especial, sem juros, até sua efetiva utilização.

§ 2.º Se o valor das reduções referidas neste artigo não for utilizado, de acordo com os artigos 25 e 26 do Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966, dentro do prazo de três anos contados a partir de 1 de janeiro seguinte ao exercício financeiro a que corresponder o imposto, a empresa deverá promover o seu recolhimento, obrigatoriamente, como renda tri-

butária da União, em guia própria, com o acréscimo de multa, moratória e demais combinações legais.

§ 3.º O não recolhimento previsto no parágrafo anterior, dentro de trinta dias contados do término do triênio, determinará a cobrança do débito "ex officio".

Art. 2.º Aplicar-se-á aos investimentos a serem executados no Nordeste, e na Amazônia a legislação específica da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — respectivamente, sem prejuízo da competência conferida ao Conselho Nacional de Turismo pelo art. 25 do Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966.

Art. 3.º A Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR — celebrará convênio com a SUDENE, a SUDAM, o Banco do Nordeste do Brasil S. A. e o Banco da Amazônia S. A., com vistas à utilização dos incentivos previstos neste Decreto e no Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966.

Art. 4.º As Caixas Econômicas Federais, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco Nacional de Habitação financiarão ou refinanciarão, de acordo com normas internas a serem estabelecidas, empreendimentos turísticos incluídos na regulamentação referida no artigo anterior, desde que tenham sido aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, com parecer fundamentado da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR.

Art. 5.º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias os estabelecimentos de crédito referidos no artigo anterior, procederão às necessárias adaptações em suas normas operacionais, a fim de regular a linha do financiamento ou refinanciamento para construção, ampliação e modernização de hotéis e de outros serviços de finalidades turísticas, compreendidas neste Decreto.

Art. 6.º A aprovação dos projetos específicos relacionados com a concessão dos estímulos a que se refere o presente Decreto ficará condicionada à satisfação dos requisitos que vierem a ser exigidos em regulamentação própria, que será aprovada pelo Presidente da República, por proposta do Conselho Nacional de Turismo.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, o Conselho Nacional de Turismo aprovará plano de prioridades de localização de hotéis de turismo.

Art. 7.º As deduções do Imposto de Renda, previstas neste decreto e na legislação de incentivos fiscais da SUDENE E SUDAM, poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididos para aplicações naquelas duas regiões e em hotéis de turismo, desde que não ultrapassem, no total, 50% (cinquenta por cento) do imposto devido.

Art. 8.º As pessoas jurídicas que explorem hotéis de turismo poderão elevar, até 50% do imposto e adicionais que devam pagar, o desconto referido no art. 1.º desde que a aplicação se faça na mesma atividade.

Art. 9.º O presente decreto entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1968, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima.

DECRETO N.º 62 067, de 5 de janeiro de 1968
— *Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva do Sal.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 24, do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Executiva do Sal (CES), que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

José Fernandes de Luna.

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO
EXECUTIVA DO SAL DO MINISTÉRIO DA
INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

CAPÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1.º A Comissão Executiva do Sal (CES), criada pelo Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, é órgão integrante do Gabinete do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio e tem por objetivos:

a) estudar a situação econômica do sal, não só o obtido por evaporação solar como o extraído de jazidas minerais ou produzido por quaisquer outros processos;

b) estabelecer o zoneamento das áreas de produção de sal e organizar, por zona de produção, o cadastro de todas as salinas;

c) manter o registro de todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam qualquer atividade comercial ou industrial relativa ao sal, inclusive as cooperativas;

d) proceder a pesquisas e inquéritos objetivando o desenvolvimento do mercado do sal;

e) planejar, executar e manter a estatística do sal, assim como coligir, ordenar e publicar os dados e elementos estatísticos obtidos;

f) pronunciar-se, através de pareceres e relatórios, sobre todos os assuntos relativos à produção, industrialização e distribuição de sal;

g) determinar, quando for necessário, a adoção de normas técnicas e o cumprimento de exigências mínimas nas especificações do sal;

h) prestar assistência técnica e tecnológica aos produtores, industriais e distribuidores de sal;

i) constituir e movimentar, quando for necessário, o Estoque de Reserva do Sal, a que se refere o art. 2.º, inciso VI, do Decreto-lei número 257, citado;

j) autorizar a importação de sal do exterior;

l) promover a inspeção do sal, quanto à sua qualidade, em todas as salinas, armazéns e nos estabelecimentos industriais e comerciais, tendo em vista as normas técnicas adotadas, inclusive a referente ao prazo de estagiamento nas unidades produtoras, procedendo à coleta, sempre que for necessário, de amostras para a indispensável análise;

m) administrar o "Fundo do Desenvolvimento da Indústria Salineira", instituído pelo Decreto n.º 55.842, de 16 de março de 1965;

n) determinar a apreensão, com o concurso das autoridades competentes, do sal que não se enquadra nas normas técnicas baixadas pela CES, inclusive a referente ao prazo

de estagiamento fixado ou no caso de o produtor, ou o distribuidor, não estar registrado na CES;

o) estudar os fenômenos econômicos específicos do sal, a fim de organizar planos e programas destinados a alcançar os objetivos da Política Econômica Salineira;

p) organizar o seu orçamento econômico e financeiro a ser enviado ao DA, do MIC;

q) promover juntamente com a Comissão de Marinha Mercante, a distribuição das praias nos navios destinados ao transporte do sal, considerando notadamente a posição do médio e pequeno produtor;

r) promover, sempre que for necessário, a adoção de medidas que assegurem o regular abastecimento de sal nos centros consumidores do País;

s) baixar, em casos especiais, as normas necessárias sobre a fixação dos preços do sal.

CAPÍTULO II

Dos recursos e sua aplicação

Art. 2.º A receita da Comissão Executiva do Sal, destinada à manutenção dos seus serviços e à execução da Política Econômica do Sal, será constituída pelas seguintes fontes:

a) "Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira", criado pelo decreto número 55 842, de 16 de março de 1965;

b) saldo resultante da taxa de custeio do extinto Instituto Brasileiro do Sal, arrecadada na forma do art. 8.º da Lei n.º 3 137, de 13 de maio de 1957, alterado pela Lei n.º 4 018, de 16 de dezembro de 1961;

c) receita produzida pelo Hospital "Francisco Menescaldi", localização em Mossoró, Rio Grande do Norte, enquanto não for promovida a sua transferência para órgão federal ou estadual, de acordo com o disposto no art. 23, e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 257, citado;

d) verba consignada no orçamento do Ministério da Indústria e do Comércio para ser utilizada de acordo com a especificação orçamentária da Comissão Executiva do Sal ou plano de aplicação aprovado para a mesma;

e) receita proveniente de publicações;

f) multas;

g) rendas eventuais.

Art. 3.º Os recursos atribuídos à Comissão Executiva do Sal destinam-se à manutenção dos seus serviços de execução da Política Econômica do Sal sendo permitido o seu investimento para a obtenção de recursos destinados ao mesmo fim.

Parágrafo único. Os recursos da Comissão Executiva do Sal são depositados no Banco do Brasil S.A., em conta especial.

Art. 4.º A movimentação dos recursos financeiros da Comissão Executiva do Sal será efetivada pelo Vice-Presidente Executivo, em conformidade com o disposto no art. 10, alínea "b" do Decreto-lei n.º 257, citado.

Parágrafo único. Dos cheques emitidos para movimentação dos recursos tratados neste artigo, deverão constar a assinatura do Chefe da Turma Financeira e de Contabilidade do órgão e o visto do Vice-Presidente Executivo.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e sua utilização

Art. 5.º O patrimônio da Comissão Executiva do Sal é constituído pelos bens e valores a que alude o art. 19 do Decreto-lei n.º 257, citado, acrescidos dos recursos que lhe forem destinados de acordo com o art. 2.º deste Regulamento Interno.

CAPÍTULO IV

Do Regime Financeiro

Art. 6.º O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 7.º Compete ao Vice-Presidente Executivo, em colaboração com os órgãos competentes do Ministério da Indústria e do Comércio, a elaboração da proposta orçamentária da Comissão Executiva do Sal ou do plano de aplicação da verba consignada no orçamento do Ministério em causa, a ela destinada.

Art. 8.º O Vice-Presidente Executivo encaminhará, anualmente, ao Plenário da Comissão Executiva do Sal, o relatório de suas atividades, concernentes ao exercício, anterior assim como a prestação de contas do mesmo exercício, na forma da legislação em vigor.

Art. 9.º Mensalmente o Vice-Presidente Executivo submeterá à apreciação da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Indústria e do Comércio o balanço financeiro da Comissão Executiva do Sal, o qual, uma vez examinado e com parecer da Inspeção, será encaminhado ao Plenário da Comissão.

Art. 10 No fim de cada exercício será encaminhado para exame à Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Indústria e do Comércio, o balanço financeiro, a qual sobre o mesmo emitirá parecer, sendo depois submetido ao plenário da Comissão.

CAPÍTULO V

Da Organização

Art. 11. A CES, que será presidida pelo Ministro da Indústria e do Comércio, e nos seus empreendimentos, pelo Vice-Presidente Executivo, compreende:

I — Presidência

II — Plenário (PI)

a) Secretaria.

III — Vice-Presidência Executiva (VPE).

a) Gabinete (GVPE)

b) Assessoria Jurídica (AJ)

c) Serviço de Estudos Técnicos, (SET)

1) Assessoria Técnica

2) Laboratório

d) Serviço de Planejamento Econômico (SPE)

1) Assessoria Econômica

2) Seção de Estatística

e) Inspeção Geral de Fiscalização (IGP)

1) Inspeção Regional de Fiscalização do Maranhão.

2) Inspeção Regional de Fiscalização do Ceará.

3) Inspeção Regional de Fiscalização do Rio Grande do Norte

4) Inspeção Regional de Fiscalização de Sergipe

5) Inspeção Regional de Fiscalização do Estado do Rio de Janeiro

f) Seção de Documentação e Divulgação (SDD)

g) Seção de Administração (SA)

1) Turma Financeira e de Contabilidade

2) Turma de Expediente e Comunicações

3) Almoxarifado

4) Portaria

IV — Junta Consultiva (JC)

Art. 12. As gratificações de representação de Gabinete obedecerão às normas regulamenta-

res e serão fixadas de acordo com os recursos orçamentários.

Art. 13. Haverá também pessoal contratado de acordo com o artigo 14 do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 14. O Pessoal da CES servirá de preferência, em regime de tempo integral.

Art. 15. A CES contará com colaboração de natureza eventual para a prestação de serviços, retribuída mediante recibo, de acordo com o art. 111, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO VI

Competência dos órgãos

Art. 16. Compete ao Plenário decidir sobre os assuntos a que se referem o art. 6.º e seu § 1.º, do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, e o que for determinado em Resoluções aprovadas pelo mesmo.

§ 1.º O Plenário se reunirá ordinariamente uma vez por semana, podendo também se reunir extraordinariamente por convocação do Presidente, Vice-Presidente Executivo ou pela maioria dos seus membros.

§ 2.º Para as sessões do Plenário será organizada previamente a "ordem do Dia" dos processos que constituirão a pauta da sessão, a qual será encaminhada até 48 (quarenta e oito) horas antes a cada um dos membros da CES e ao Chefe do Gabinete do MIC, acompanhada das cópias das peças principais dos processos.

§ 3.º Cada processo distribuído poderá ser relatado, discutido e votado na mesma reunião, ou na seguinte.

Art. 17. Compete à Vice-Presidência Executiva as atribuições constantes do artigo 10, do Decreto lei número 257, de 28 de fevereiro de 1967, e o mais que for determinado em Resoluções aprovadas pelo Plenário.

Art. 18. São atribuições do Gabinete da Vice-Presidência Executiva:

a) cooperar no estudo, e execução das providências de ordem administrativa e técnico-econômica, submetidas à decisão ou parecer da Vice-Presidência Executiva;

b) colaborar no preparo dos relatórios, planos de administração e demais assuntos da competência da Vice-Presidência Executiva;

c) executar os trabalhos de pesquisas, informações e instalações de processos que lhe sejam cometidos pela Vice-Presidência Executiva;

d) preparar e providenciar a expedição da correspondência da Vice-Presidência Executiva, promovendo os serviços mecanográficos necessários;

e) controlar os processos e documentos em tramitação na Secretaria e submetidos à apreciação da Vice-Presidência Executiva.

Art. 19. A Assessoria Jurídica incumbe assessorar o Vice-Presidente Executivo nos assuntos jurídicos, estudando os que lhe forem submetidos, emitindo pareceres e sugestões, bem como participar da elaboração de minutas, convênios, acordos e contratos.

Art. 20. Ao Serviço de Estudos Técnicos compete a prestação de assistência técnica à indústria do sal, em geral, promovendo:

1) Pela Assessoria Técnica:

a) a racionalização dos processos produtivos à introdução de novas técnicas;

b) o aumento da produtividade;

c) a redução dos custos de transportes;

d) a melhoria da qualidade do produto;

e) a redução dos custos do produto;

f) as pesquisas e informações técnicas;

- g) os estudos e projetos de ampliação ou modernização de empresas, especialmente as que necessitem do apoio financeiro dos órgãos creditícios do Governo, em conjunto com a Assessoria Econômica;
- h) estudos de modernização das instalações de embarque, desembarque e manuseio do sal;
- i) estudos para obtenção de financiamento em organismos nacionais ou internacionais, em conjunto com a Assessoria Econômica;
- j) agrupamento dos pequenos e médios salineiros em grandes empresas industriais, em conjunto com a Assessoria Econômica;
- 1) introdução de normas técnicas para padronização, classificação e controle da qualidade do sal;
- 2) Pelo Laboratório a análise da composição química do Sal nos seus diversos tipos e aplicações.

Art. 21. Ao Serviço de Planejamento Econômico incumbe elaborar pesquisas e estudos econômicos objetivando maior produtividade e equacionamento dos problemas da indústria salineira do País, promovendo:

- 1) Pela Assessoria Econômica:
 - a) planejamento econômico da produção com vistas ao suprimento do mercado, em conjunto com a Assessoria Técnica;
 - b) estudos de projetos de ampliação ou modernização de empresas que necessitem do apoio financeiro dos órgãos creditícios do Governo, em conjunto com a Assessoria Técnica;
 - c) estudos para obtenção de financiamentos para a indústria em organismos nacionais e internacionais, em conjunto com a Assessoria Técnica;
 - d) campanha para agrupamento dos pequenos e médios salineiros em grandes empresas industriais, em conjunto com a Assessoria Técnica;
 - e) divulgação em colaboração com a Seção de Estatística, dos dados mensais sobre:
 - I — estoque de sal;
 - II — produção;
 - III — mercado, separando os consumos humanos, animal e industrial;
 - IV — áreas de salinas;
 - V — rendimentos;
 - VI — custos de transportes;
 - VII — meteorologia, temperatura, pluviometria, umidade relativa, regime de ventos, etc.;
 - VIII — economia das empresas no setor: força de trabalho permanente e temporário, índices de produtividade, salários pagos, capital de indústria, resultados econômicos;
 - IX — registros de produtores e marcas.

- f) campanha para incremento do consumo do sal, em conjunto com a Assessoria Técnica.
- 2) Pela Seção de Estatística:
 - a) o planejamento e a execução dos levantamentos estatísticos, inclusive em coordenação com órgãos do sistema estatístico brasileiro;
 - b) a coleta de dados e demais elementos necessários para executar e manter a estatística da produção da distribuição, do consumo e dos preços do sal;
 - c) a publicação periódica em boletim do resultado dos levantamentos estatísticos realizados;

d) a confecção de quadros, tabelas, mapas gráficos, cartogramas, etc., que permitam uma visão imediata das atividades específicas da CES;

- e) o estudo e informação dos processos de sua competência; e
- f) a execução dos demais serviços estatísticos que forem julgados indispensáveis.

Art. 22. A Inspeção Geral de Fiscalização, através das suas Inspeções Regionais compete:

- a) zelar pela observância das disposições legais e regulamentares e das resoluções da CES, no que diz respeito à produção, entrega ao consumo, transporte de sal, etc.;
- b) efetivar as providências adotadas relativamente à repressão de fraudes e adulterações;
- c) exercer severa vigilância nos navios, quer na descarga do sal a fim de evitar a fraude na pesagem;
- d) executar outras tarefas correlatas.

Art. 23. A Seção de Documentação e Divulgação incumbe:

- a) reunir e organizar as documentações técnicas e econômicas da CES, instituindo, também um sistema de catálogo coletivo que permita a localização de qualquer documento técnico ou econômico existente em outros centros de documentação;
- b) obter, no País e no Exterior, cópias ou exemplares dos documentos solicitados pelos vários setores da CES;
- c) assegurar a divulgação dos estudos elaborados pelas AT e AB junto a todos os órgãos oficiais, privados e internacionais interessados;
- d) prestar informações às demais unidades da CES fornecendo o material que for necessário ao exame dos problemas de interesse da indústria salineira.
- e) executar as demais tarefas específicas de documentação e informação que lhe forem cometidas pela Vice-Presidência Executiva;
- f) manter uma biblioteca especializada com assinatura de revistas nacionais e estrangeiras.

Art. 24. À Seção de Administração compete:

- 1) À Turma Financeira e de Contabilidade:
 - a) elaborar a proposta orçamentária da CES, preparar o plano de aplicação de recursos e os projetos de tabelas de retribuição do pessoal;
 - b) preparar as prestações de contas ao Plenário, com a justificação dos gastos efetuados ou empenhados;
 - c) realizar os serviços de administração do pessoal, ressalvada a competência da Divisão do Pessoal do DA do MIC, quanto ao pessoal pago à conta dos recursos orçamentários;
- 2) À Turma de Expediente e Comunicações, realizar os serviços centralizados de protocolo, arquivo administrativo, expedição datilografia e transportes da CES.
- 3) Ao almoxarifado realizar, os serviços de administração do material, ressalvada a competência da Divisão do Material do DA do MIC.
- 4) À Portaria:
 - a) manter um servidor incumbido de prestar informações solicitadas pelo público sobre a localização e funcionamento dos órgãos da CES;
 - b) dispor do registro nominal que indique a residência de todos os servidores da CES, bem como o local em que tenham exercício;
 - c) providenciar a limpeza das salas, corredores e áreas de serventia, zelando pelo bom estado de conservação e boa aparência das paredes, revestimentos, assoalhos e portas;

d) providenciar a coleta do lixo das diversas dependências e zelar pela limpeza das vidraças e das guarnições e peças metálicas;

e) manter em perfeito estado de funcionamento as instalações de água, luz, gás, telefone e bebedouros;

f) prover a rigorosa higiene das instalações sanitárias;

g) exercer vigilância permanente dos lugares de entradas e saídas, especialmente nos setores de maior contato com o público;

h) entregar ao destinatário a correspondência recebida pela Portaria; e

i) ter sob sua jurisdição os serviços telefônicos da sede, zelando pelo seu perfeito funcionamento.

Art. 25. A Junta Consultiva incumbem assessorar, nos termos do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, a Comissão Executiva do Sal.

Parágrafo único. A Junta Consultiva se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Vice-Presidente Executivo ou pela maioria dos seus membros.

CAPÍTULO VII

Do Pessoal e suas Atribuições

Art. 26. Ao Presidente compete:

a) presidir as reuniões do Plenário;

b) autorizar a aplicação dos recursos postos à disposição da CES;

c) assinar as Resoluções aprovadas pelo Plenário;

d) assinar os contratos, ajustes e convênios aprovados pelo Plenário;

e) atribuir gratificações de representação de gabinete, nos termos da legislação em vigor;

f) praticar os demais atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento dos objetivos da CES.

Art. 27. Ao Chefe da Secretaria do Plenário incumbem chefiar a mesma distribuindo os trabalhos, controlando a produção e executando as demais tarefas previstas no Regimento Interno do Plenário.

Art. 28. Compete ao Vice-Presidente Executivo, além das atribuições constantes do artigo 10 do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, e o mais que for determinado em Resoluções aprovadas pelo Plenário, ou instruções do Ministro da Indústria e do Comércio:

a) designar os subsídios eventuais dos funcionários da CES;

b) julgar em 1.ª instância os autos de infração, inclusive os lavrados na vigência da legislação anterior, interpondo recurso *ex officio* das decisões que concluírem pela improcedência do auto ou pelo arquivamento do processo.

Art. 29. Aos Chefes das unidades administrativas da CES compete dirigir os respectivos serviços distribuindo, coordenando e controlando os trabalhos, bem assim, zelar pela disciplina das mesmas.

Art. 30. Aos demais servidores, que não tenham atribuições definidas neste Regimento, incumbem executar os serviços próprios dos seus cargos e funções, sob determinação e supervisão dos respectivos chefes.

CAPÍTULO VIII

Das Substituições

Art. 31. Serão substituídos automaticamente em suas faltas eventuais até 30 dias.

I — O Vice-Presidente Executivo pelo Chefe do Gabinete ou Chefe de Serviço;

II — Os demais Chefes por um funcionário por eles indicados e designados pelo Vice-Presidente Executivo.

Parágrafo único. Haverá, sempre substituídos previamente designados para todas as funções referidas neste Regimento.

CAPÍTULO IX

Da Administração do "Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira e Melhor do Sistema de Distribuição do Sal".

Art. 32. A aplicação de recursos do "Fundo" de que trata o Decreto n.º 55 842, de 16 de março de 1965, será feita de acordo com o que dispõe o referido decreto.

Art. 33. Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, serão recolhidos em conta especial no Banco do Brasil S. A.

Art. 34. Os recursos do "Fundo" serão movimentados pelo Vice-Presidente Executivo, de acordo com as instruções que deverão ser baixadas pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 35. As prestações de contas relativas aos recursos do "Fundo" serão feitas, trimestralmente, mediante balancete, perante o Plenário da CES, que as julgará no curso do mês seguinte ao do trimestre respectivo, depois de ouvida a Inspeção Geral, de Finanças do MIC.

Art. 36. A Turma Financeira, e de Contabilidade deverá manter uma escrituração contábil dos recursos do "Fundo", de modo a registrar todas as operações realizadas e a permitir o controle imediato das mesmas.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37. O horário normal de trabalho será fixado pelo Vice-Presidente Executivo da CES, respeitado o número de horas mensais obrigatório, estabelecido pela legislação específica.

Parágrafo único. O Vice-Presidente Executivo, os Chefes de Serviço e o Chefe da Secretaria do Plenário, não estão sujeitos a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado na legislação vigente.

Art. 38. O Plenário da CES julgará os recursos sobre os autos de infração, inclusive os lavrados na vigência da legislação anterior.

Art. 39. Os casos não previstos no presente Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário da CES.

Art. 40. Subordinada à Vice-Presidência Executiva, funcionará, com a mesma denominação e atribuições, até o final do cumprimento das disposições constantes do artigo 28 do Decreto-lei n.º 257, de 28 de fevereiro de 1967, a Seção de Assistência Social, de que trata o artigo 20 do Decreto n.º 46 002, de 15 de maio de 1959.

Brasília, 5 de janeiro de 1967. — José Fernandes de Luna.

Extraído do D. O., edição de 9-1-1968.

DECRETO N.º 62 113, de 12 de janeiro de 1968
— *Dispõe sobre a estruturação da Comissão do Plano do Carvão Nacional, sobre a importação, consumo e produção de carvão mineral e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 177 e 211 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967,

Considerando a importância e a significação do aproveitamento do carvão nacional para o desenvolvimento econômico do País;

Considerando a necessidade de ser reestruturado o complexo carbonífero de Santa Catarina de modo a aumentar a sua eficiência e a eliminar progressivamente o regime de subvenção a que está sujeito;

Considerando que a estabilidade da indústria carbonífera catarinense depende da criação de condições que permitam o consumo equilibrado dos produtos e subprodutos resultantes do beneficiamento do carvão;

Considerando que se faz mister dotar a Comissão do Plano do Carvão Nacional de um órgão de ação pronta e dinâmica para atender aos problemas da indústria carbonífera, decreta:

Art. 1.º Por força do disposto no artigo 177, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Conselho do Plano do Carvão Nacional, organizado nos termos da Lei n.º 3 860, de 24 de dezembro de 1960, modificada pela Lei n.º 4 374, de 4 de agosto de 1964, passa a ter funções exclusivas de órgão de consulta, coordenação e assessoramento da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN).

Art. 2.º É criada, na Comissão do Plano do Carvão Nacional, uma Junta Deliberativa, que terá as atribuições previstas nas alíneas b, c, d e e do artigo 6.º da Lei n.º 3 860, de 24 de dezembro de 1960.

§ 1.º A Junta Deliberativa será constituída pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da CPCAN, e por mais dois membros, sendo um indicado em conjunto pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda e outro pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

§ 2.º A Presidência e a Vice-Presidência da Junta Deliberativa serão exercidas, respectivamente, pelo Presidente e Vice-Presidente da CPCAN.

§ 3.º Os membros da Junta Deliberativa serão designados pelo Ministro das Minas e Energia e nomeados pelo Presidente da República, com mandatos de 3 (três) anos.

§ 4.º Com exceção do Presidente e do Vice-Presidente, os demais membros da Junta Deliberativa farão jus à gratificação por sessão a que comparecerem, de igual valor da que percebem os membros do Conselho do Plano do Carvão Nacional.

§ 5.º Enquanto não for aprovado o seu Regimento, aplicam-se à Junta Deliberativa, Regimento baixado pelo Decreto n.º 1 502, de 12 de novembro de 1962.

Art. 3.º A Junta Deliberativa da CPCAN, fica autorizada a suspender, a partir da data de publicação deste Decreto, as importações de carvão metalúrgico para as indústrias consumidoras que não adquirirem, as quotas de consumo por ela fixadas, ou que não efetuarem os pagamentos correspondentes nos prazos estabelecidos por este Decreto, ou constantes dos contratos de fornecimento de carvão.

Art. 4.º As atuais quotas de produção das empresas mineradoras de carvão de Santa Catarina serão mantidas, por um prazo de 120 dias a partir da data de publicação deste Decreto.

§ 1.º As referidas empresas deverão apresentar à CPCAN, no prazo indicado neste artigo, projeto de mecanização das lavras respectivas, de maneira a atender aos seguintes requisitos essenciais:

a) Produção baseada na quota respectiva ou na reunião de quotas de várias empresas;

b) produção por boca de mina, ou lava a céu aberto, não inferior a 8 000 toneladas mensais de carvão pré-lavado com as seguintes características:

Cinzas — 28% máximo
Rejeitos — 10% máximo

Recuperação em carvão metalúrgico padrão — 45% mínimo.

c) Preço máximo por tonelada de carvão pré-lavado incluído o Imposto Único, equivalente a NCr\$ 26,00 (vinte e seis cruzeiros novos) de novembro de 1967;

§ 2.º Expirado o prazo, serão automaticamente canceladas as quotas de empresas mineradoras que não tiverem atendido ao disposto no § 1.º deste artigo.

§ 3.º A CPCAN distribuirá as quotas canceladas a empresa mineradora que, havendo observado as condições do § 1.º deste artigo, apresentar a melhor oferta de preço de produção, de acordo com as normas de seleção a serem elaboradas pela Junta Deliberativa.

Art. 5.º A CPCAN terá o prazo de 270 dias da data de publicação deste Decreto para apreciar os projetos de mecanização de lava a que se refere o artigo 4.º, § 1.º, deste Decreto, a conceder os respectivos financiamentos para a aquisição de máquinas, equipamentos e materiais nacionais, e para execução de serviços técnicos no País.

§ 1.º A CPCAN financiará os projetos na forma do disposto na Lei n.º 3 860, de 24 de dezembro de 1960, respeitados os termos da legislação vigente sobre similar nacional.

§ 2.º A CPCAN aprovará e acompanhará os cronogramas de execução dos projetos, fixando a conseqüente redução progressiva dos preços dos produtos.

Art. 6.º Ficam suspensas a partir da data de publicação deste Decreto, as operações de comercialização do carvão efetuadas pela CPCAN.

Parágrafo único. A partir da mesma data as indústrias consumidoras de carvão metalúrgico deverão adquirir diretamente às empresas mineradoras, o carvão pré-lavado, devendo os respectivos contratos, firmados por um prazo não superior a 180 dias, ser apresentados para registro na CPCAN até 30 dias da data de publicação deste Decreto, sob pena da sanção prevista no artigo 3.º deste Decreto.

Art. 7.º Os débitos das indústrias consumidoras de carvão metalúrgico para com a CPCAN, em 31 de dezembro de 1967, deverão ser saldados em 18 (dezoito) parcelas mensais, de igual valor, com vencimentos a partir de 31 de janeiro de 1968.

Parágrafo único. A CPCAN deverá aplicar os recursos de que trata este artigo no financiamento dos projetos referidos no artigo 5.º deste Decreto e, excepcionalmente, para financiamento de estoques de carvão.

Art. 8.º O consumo de carvão metalúrgico de 18,5% de cinzas será mantido até que seja atingido o equilíbrio entre a produção e o consumo anuais de carvão vapor.

Parágrafo único. Atingido o equilíbrio previsto neste artigo, será examinada a possibilidade de absorção do estoque de carvão vapor, de redução do teor de cinzas do carvão metalúrgico nacional, e de aumento da produção de carvão vapor à quantidade estritamente necessária à satisfação de seu mercado de consumo.

Art. 9.º As quotas de carvão vapor, destinadas ao suprimento da Sociedade Termelétrica de Capivari S. A. — SOTELCA — serão fixadas pela Junta Deliberativa da CPCAN, proporcionalmente às quotas de carvão metalúrgico atribuídas às indústrias consumidoras.

§ 1.º O carvão vapor terá seu preço calculado com base no preço do carvão pré-lavado, proporcionalmente ao respectivo teor de cinzas, acrescido da quota, parte que lhe couber do custo do beneficiamento.

§ 2.º O carvão vapor que a partir da data de publicação deste Decreto não encontrar mercado imediato de consumo, terá o seu custo

rateado entre o carvão metalúrgico e o carvão vapor consumidos, proporcionalmente às quantidades respectivas e passará a ser propriedade da Sociedade Termelétrica de Capivari S.A. — SOTELCA, que arcará com os ônus do seu transporte e estocagem.

Art. 10. Os débitos das empresas consumidoras de carvão vapor em 31-12-67, deverão ser saldados em 18 (dezoito) parcelas mensais, de igual valor, a partir de 31 de janeiro de 1968.

§ 1.º O atraso no pagamento das parcelas de que trata este artigo ou das quotas de carvão vapor referidas no artigo 9.º dará direito à CPCAN à cobrança dos montantes devidos diretamente das empresas supridas pelas consumidoras de carvão vapor, para ressarcimento próprio ou dos fornecedores do referido combustível.

§ 2.º As empresas consumidoras do carvão vapor deverão incluir nos contratos de fornecimento de eletricidade, cláusula decorrente do disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º Cabe à CPCAN a comunicação do débito à empresa de energia elétrica, para que esta o deduza do faturamento pela venda de eletricidade, e efetue o recolhimento corresponde à CPCAN.

Art. 11. O Governo Federal através dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio do Interior e dos Transportes, tomará as medidas necessárias para prevenir eventuais reflexos de caráter social na região carbonífera, decorrentes dos problemas de mecanização da lava, e promover o fomento da eficiência em todas as etapas de utilização do carvão de Santa Catarina.

§ 1.º Ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral caberá promover a coordenação dos vários órgãos federais ligados ao assunto e através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da FINEP promover o financiamento dos projetos destinados ao atendimento do estabelecido neste Decreto.

§ 2.º Ao Ministério das Minas e Energia caberá:

a) através da CPCAN, acompanhar o desenvolvimento dos programas e a situação da mão-de-obra na região carbonífera;

b) através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., ELETROBRÁS e da CPCAN, promover a ampliação da usina da Sociedade Termelétrica de Capivari S.A. — SOTELCA e a construção da linha de transmissão Tubarão, Porto Alegre;

c) acelerar a implantação da Siderúrgica de Santa Catarina S.A. — SIDESC, visando ao aproveitamento do rejeito piritoso;

§ 3.º Ao Ministério da Indústria e do Comércio caberá;

a) através da Comissão de Desenvolvimento Industrial, atribuir prioridade ao exame dos planos de expansão da indústria carbonífera;

b) por intermédio da Companhia Siderúrgica Nacional, tendo em vista a sua experiência em mecanização de lava e beneficiamento do carvão catarinense, prestar a assistência técnica que lhe for solicitada pela Comissão do Plano do Carvão Nacional.

§ 4.º Ao Ministério do Interior caberá:

a) Promover a elaboração e execução de programas de obras públicas, tais como abastecimento de água, esgotos e drenagem;

b) através do Banco Nacional de Habitação, a implementação de programas habitacionais nas principais concentrações urbanas da região.

§ 5.º Ao Ministério dos Transportes caberá:

a) acelerar os trabalhos de construção de rodovias na região;

b) implantar a tração diesel-elétrica e empreender os demais melhoramentos na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina;

c) promover a ampliação e o aperfeiçoamento das instalações do porto de Imbituba.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
José Costa Cavalcanti
José Fernandes de Luna
Afonso A. Lima
Hélio Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 16-1-1968.

DECRETO N.º 62 196, de 31 de Janeiro de 1968
— *Approva os Estatutos da Fundação Nacional do Índio.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os Estatutos da Fundação Nacional do Índio, que com este baixam, assinados pelo Ministro de Estado do Interior.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

CAPÍTULO I

Da Instituição

Art. 1.º A Fundação Nacional do Índio, instituída pela Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, nos termos da lei civil, reger-se-á por estes Estatutos.

Parágrafo único. A Fundação Nacional do Índio, vinculada ao Ministério do Interior, tem sede e fóro na Capital Federal.

Art. 2.º São finalidades da Fundação do Índio:

I — estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;

b) garantia à posse permanente das terras habitadas pelos índios e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes;

c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;

d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a processar-se sua evolução sócio-econômica a salvo de mudanças bruscas;

II — Gerir o patrimônio indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III — promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

IV — Promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V — Promover a educação de base apropriada ao índio, visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

VI — Despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII — Exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Art. 3.º Incumbe à Fundação exercer os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

Art. 4.º Constituem patrimônio da Fundação, afeto às suas finalidades:

I — O acervo de bens dos extintos Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Serviço de Proteção aos Índios e Parque Nacional do Xingu;

II — As dotações orçamentárias e créditos adicionais ou especiais;

III — As subvenções, auxílios e doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

IV — Os emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros;

V — O dízimo da renda líquida anual do patrimônio indígena;

VI — As rendas de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

Da Administração

Art. 5.º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, constituído de um representante de cada um dos seguintes órgãos: a) Ministério do Interior; b) Ministério da Marinha; c) Ministério do Exército; d) Ministério da Aeronáutica; e) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); f) Conselho Nacional de Pesquisas; g) uma Universidade Federal; h) Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); i) Associação Brasileira de Antropologia, sociedade civil sediada no Estado da Guanabara; j) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e l) Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

§ 1.º Os membros do Conselho Diretor serão nomeados pelo Presidente da República, com mandato de quatro (4) anos, encaminhadas as indicações respectivas pelo Ministro do Interior.

§ 2.º A escolha dos representantes recairá em pessoas de ilibada reputação, de nível superior de instrução e de preferência, afeitos à problemática indigenista.

§ 3.º O Presidente do Conselho Diretor será o representante do Ministério do Interior.

§ 4.º Ao Vice-Presidente, eleito pela maioria absoluta do Conselho, caberá substituir o Presidente, nas reuniões do órgão, quando das suas faltas e impedimentos ocasionais.

Art. 6.º São atribuições do Conselho Diretor:

I — Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

II — Elaborar o Regimento da Fundação e encaminhá-lo à aprovação do Ministro do Interior;

III — Aprovar o Orçamento-Programa e a programação econômico-financeira, submetendo-os ao Ministro de Estado;

IV — Acompanhar a execução dos programas e projetos da Fundação avaliando os seus resultados e a relação custo-benefício;

V — Aprovar e submeter ao Ministro de Estado o plano de aplicação das rendas do Patrimônio Indígena;

VI — Deliberar sobre a guarda e aplicação de bens da Fundação e do Patrimônio Indígena;

VII — Propor a abertura de créditos adicionais e outras alterações do Orçamento-Programa;

VIII — Encaminhar ao Conselho Curador os balanços e relatórios anuais;

IX — Decidir sobre aquisição e alienação de bens imóveis da Fundação e do Patrimônio Indígena;

X — Autorizar convênios, acordos, ajustes e contratos;

XI — Propor a requisição de servidores federais, estaduais e municipais, inclusive autárquicos;

XII — Baixar instruções sobre o poder de polícia nos territórios tribais, no sentido de resguardar a liberdade, a segurança, a ordem, os costumes, a propriedade e a liberdade dos silvícolas;

XIII — Aprovar as normas de contratação e retribuição de pessoal, observadas as condições do mercado de trabalho e as diretrizes da política salarial do Governo;

XIV — Fixar, com fundamento no poder de polícia, atribuído em lei, preços de licença para o ingresso, trânsito e o exercício de atividades permitidas nos parques indígenas;

XV — Decidir sobre as matérias de interesse da Fundação.

Art. 7.º O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês, e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente.

§ 1.º O Conselho funcionará com a presença de cinco membros, no mínimo, e as deliberações serão tomadas por maioria.

§ 2.º Perderá o mandato o membro do Conselho, por ausência injustificada a três sessões consecutivas, ou a cinco alternadas, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar.

§ 3.º O Presidente terá voto de qualidade, em caso de empate, nas deliberações do Conselho.

Art. 8.º O Presidente, órgão executivo do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I — Cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Diretor;

II — Superintender os serviços administrativos;

III — Representar a Fundação judicial e extrajudicialmente;

IV — Assinar, expedir e fazer publicar os atos da administração;

V — Delegar atribuições e constituir mandatários, *ad referendum* do Conselho;

VI — Nomear o Secretário-Executivo da Fundação, bem como os titulares dos demais encargos de confiança, na forma prevista no Regimento Interno;

VII — Apresentar trimestralmente ao Conselho Diretor os balancetes das contas da Fundação e do Patrimônio Indígena, acompanhados de informações supletivas e de relatórios dos trabalhos realizados ou em realização;

VIII — Apresentar ao Conselho Diretor as prestações anuais de contas da Fundação e do Patrimônio Indígena, acompanhados de circunstanciados relatórios;

IX — Adotar, *ad referendum* do Conselho, providências de caráter urgente compreendidas nas atribuições do Colegiado;

X — Propor à decisão do Conselho medidas julgadas convenientes ao entendimento das finalidades da Fundação;

XI — Adotar e fazer cumprir as demais medidas de sua atribuição executiva.

Art. 9.º A gratificação dos membros do Conselho Diretor será arbitrada pelo Presidente da República, até quatro sessões por mês.

Art. 10. Os serviços da Fundação serão atendidos:

a) por servidores dos quadros em extinção, do Conselho Nacional de Proteção aos índios — C.N.P.I., do Serviço de Proteção aos índios — S.P.I. e do Parque Nacional do Xingu — P.N.X., na forma do disposto no artigo 7.º e seus parágrafos, da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e na regulamentação pertinente;

b) por servidores federais, estaduais e municipais, inclusive, autárquicos, requisitados na conformidade da legislação em vigor;

c) por servidores do seu quadro próprio, sob o regime da legislação do trabalho.

CAPÍTULO IV

Do regime financeiro e da fiscalização

Art. 11. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 12. Até o dia 31 de outubro de cada ano, o Presidente apresentará ao Conselho Diretor a proposta do Orçamento-Programa da Fundação.

Parágrafo único. Nos casos de programas de investimento, cuja execução exceda de um exercício, as despesas previstas poderão ser autorizadas globalmente, consignando-se nos orçamentos as correspondentes dotações com as respectivas especificações.

Art. 13. A prestação anual de contas da Fundação, bem como da gestão do Patrimônio Indígena, serão feitas ao Conselho Curador até o dia 28 de fevereiro e conterão, entre outros, os seguintes elementos;

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita realizada e a receita estimada;
- e) quadro comparativo entre a despesa realizada e a despesa fixada.

Parágrafo único. As prestações de contas, depois de aprovadas pelo Conselho Curador, serão encaminhadas ao Ministro do Interior, para fins de homologação.

Art. 14. O Conselho Curador, órgão de fiscalização da Administração Econômica da Fundação, será composto de cinco membros, contadores, auditores e economistas, representando os seguintes órgãos:

- I — Ministério do Interior;
- II — Ministério do Planejamento;
- III — Ministério da Fazenda;
- IV — Banco do Brasil S.A.;
- V — Banco da Amazônia S.A.

§ 1.º Os membros do Conselho Curador serão nomeados pelo Presidente da República, encaminhadas as indicações respectivas pelo Ministro de Estado.

§ 2.º O mandato dos membros do Conselho Curador será de dois anos, vedada a recondução.

§ 3.º Os membros do Conselho Curador perceberão, por sessão, até o máximo de quatro por mês, gratificação fixada pelo Ministro do Interior.

Art. 15. São atribuições do Conselho Curador:

- I — Aprovar o seu Regimento Interno;
- II — Aprovar os balancetes trimestrais, o balanço anual e as prestações de contas da Fundação;
- III — Aprovar as contas da Fundação relativas à gestão do Patrimônio Indígena;

IV — Atender às consultas encaminhadas pelo Conselho Diretor ou seu Presidente sobre assuntos da sua competência;

V — Requisitar e examinar a qualquer tempo, documentos, livros ou papéis relacionados com a administração econômica da Fundação e do Patrimônio Indígena;

VI — Manifestar-se sobre a aquisição e alienação de bens imóveis da Fundação e do Patrimônio Indígena;

VII — Baixar instruções sobre assuntos de contabilidade, auditoria e administração econômica;

VIII — Realizar auditorias, peritagens e levantamentos técnicos contábeis;

IX — Adotar e fazer cumprir medidas necessárias ao desempenho das suas atribuições.

Art. 16. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.

§ 1.º O Presidente do Conselho Curador será o representante do Ministério do Interior, cabendo-lhe, além do seu próprio, o voto de qualidade.

§ 2.º O Conselho funcionará com a presença de três membros no mínimo e as deliberações serão tomadas por maioria.

§ 3.º Implica em perda de mandato de membro do Conselho Curador a ausência injustificada a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas.

CAPÍTULO V

Da gestão do Patrimônio Indígena

Art. 17. As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas pela Fundação, tendo em vista os seguintes objetivos;

- I — Emancipação econômica das tribos;
- II — Acréscimo do patrimônio rentável;
- III — Custeio dos serviços de assistência ao índio.

Art. 18. O plano de aplicação das rendas do Patrimônio Indígena, distinto do Orçamento-Programa da Fundação; será anual e previamente submetido ao Ministro do Interior.

Art. 19. A Fundação, independentemente da supervisão ministerial prevista no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena ao Ministro do Interior.

Parágrafo único. A prestação de contas prevista neste artigo se fará, sem prejuízo da simultaneidade, separadamente da prestação de contas da Fundação.

Art. 20. Responderá a Fundação pelos danos causados pelos seus empregados ao Patrimônio Indígena, cabendo-lhe ação regressiva contra o empregado responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 21. São distintas a contabilidade da Fundação e a do Patrimônio Indígena, esta realizada preferentemente por empresa especializada, mediante escolha em concorrência pública, aprovada pelo Ministro do Interior.

Parágrafo único. A adjudicação dos serviços de contabilidade prevista neste artigo não excederá o prazo de cinco anos.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Art. 22. O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

Art. 23. O regime jurídico do pessoal da Fundação é o da legislação trabalhista.

Art. 24. A Fundação promoverá a medição, demarcação, e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvicultores.

Art. 25. O plano de aplicação das rendas do Patrimônio Indígena e o Orçamento-Programa da Fundação referente ao primeiro exercício financeiro, serão submetidos à aprovação do Ministro do Interior dentro em 120 dias a contar da instituição da Fundação.

Art. 26. Enquanto não empossados os membros do Conselho Diretor, a Fundação será administrada por um delegado do Ministro do Interior.

Art. 27. O Conselho Diretor e o Conselho Curador poderão realizar suas reuniões no Estado da Guanabara, até a transferência, para a Capital Federal, do Núcleo Central do Ministério do Interior.

Art. 28. Os presentes Estatutos somente poderão ser reformados, no todo ou em parte, por iniciativa do Ministro do Interior ou de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Diretor, aprovada a reforma, em qualquer caso, por decreto do Presidente da República.

Art. 29. O ato de nomeação dos membros titulares do Conselho Diretor e do Conselho Curador designará, também, os respectivos suplentes.

Art. 30. Extinta a Fundação, seus bens serão destinados a entidades públicas, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 31. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua constituição, o Conselho Diretor submeterá à aprovação do Ministro do Interior o Regulamento Interno da Fundação Nacional do Índio, definindo sua estrutura administrativa básica e suas normas gerais de funcionamento.

Art. 32. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias, do Decreto de aprovação destes Estatutos, o Ministro do Interior providenciará a lavratura do Instrumento público de constituição da Fundação Nacional do Índio e subsequente registro.

Brasília, 31 de janeiro de 1963. — Afonso A. Lima.

DECRETO N.º 62 198, de 31 de Janeiro de 1968.
— *Autoriza o Superintendente da SUDECO a praticar atos de sua competência, tendo em vista a implantação da autarquia.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição

Considerando que até a presente data não foram concluídos os trabalhos de elaboração do Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei n.º 5 365, de 1.º de dezembro de 1967;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, as providências que assegurem condições propícias à adequada implantação das estruturas da Superintendência e à sua pronta instalação e funcionamento a partir da competente regulamentação;

Considerando já ter sido nomeado o Superintendente da SUDECO, decreta:

Art. 1.º Fica o Superintendente da SUDECO autorizado, enquanto não for baixada a regulamentação prevista no art. 22, da Lei número 5 365, de 1.º de dezembro de 1967, a praticar atos de sua competência, necessários a assegurar as condições para a implantação e funcionamento da autarquia.

Art. 2.º O Superintendente poderá promover a aquisição de servidores públicos, na área dos órgãos subordinados ou vinculados ao Minis-

tério do Interior, para constituírem um núcleo de apoio administrativo às suas atividades até a instalação definitiva da entidade.

Art. 3.º Tendo em vista o disposto no artigo 11, da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, o Superintendente da SUDECO, em entendimento com o Presidente da Fundação Brasil Central constituirá uma comissão incumbida de proceder inventários e levantamentos e sugerir medidas para a transferência do acervo de uma a outra entidade.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima.

DECRETO N.º 62 214, DE 1.º de fevereiro de 1968
— *Dispõe sobre as atividades do DNOCS e do DNOS e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição e tendo em vista a conveniência de evitar superposição ou duplicação de atribuições dos órgãos que sob a supervisão do Ministério do Interior, atuam na área do Nordeste, e nos termos dos arts. 146 e 211 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1.º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) dedicará-se primordialmente ao aproveitamento dos recursos hidráulicos, respeitada a competência específica do Ministério das Minas e Energia.

Parágrafo único. A área de atuação do DNOCS corresponderá à da SUDENE, excetuando aquela em que atua a SUVALE.

Art. 2.º O DNOCS absorverá, mediante convênio, as funções que, na área de sua atuação, são atualmente exercidas pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento).

Art. 3.º O DNOCS e o DNOS serão objeto de progressiva reestruturação, mediante atos expedidos pelo Ministro do Interior, que terão vigência temporária, até que a matéria seja definida e consolidada por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. A reestruturação obedecerá ao disposto nos arts. 146 e 211 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, remetendo-se, à medida que forem sendo expedidos, cópia dos atos referidos neste artigo ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Escritório da Reforma Administrativa).

Art. 4.º Os quadros, tabelas e níveis de remuneração do pessoal do DNOCS estão sujeitos à prévia aprovação do Presidente da República e a administração do pessoal reger-se-á pelo disposto na legislação e normas gerais em vigor.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

Hélio Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 2-2-1968.

DECRETO N.º 62 232, de 6 de fevereiro de 1968
— *Cria a Comissão Interministerial sobre a Exploração e Utilização do Fundo dos Mares e Oceanos.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição:

Tendo em vista a conveniência de formular a política brasileira sobre a exploração e utilização para fins econômicos e estratégicos do fundo dos mares e oceanos, além das plataformas continentais;

Considerando a necessidade de que da formulação dessa política participem diversas agências do Governo que têm áreas específicas de interesse no assunto;

Decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão Interministerial sobre a Exploração e Utilização do Fundo dos Mares e Oceanos (CIEFMAE), com sede no Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.º Compete à Comissão tratar de todos os aspectos da questão da exploração e utilização do fundo dos mares, e oceanos, além dos limites da plataforma continental, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

a) proceder a um levantamento exaustivo de informações sobre atividades e planos de entidades relevantes para a matéria, bem como da legislação brasileira pertinente, e submeter recomendações sobre nova legislação que se faça necessária;

b) preparar subsídios para as negociações de que o Brasil participe, em conferências ou organismos internacionais, sobre o assunto;

c) assessorar as autoridades competentes e entidades privadas interessadas em questões relacionadas com a exploração e utilização do fundo dos mares e oceanos;

d) estudar os meios de incentivar a formação de pessoal adestrado nos problemas da exploração e utilização do fundo dos mares e oceanos — em seus aspectos político-jurídicos, militares estratégicos, econômicos, geológicos, mineralógicos, etc.;

e) promover a pesquisa do fundo do mar e do oceano, além da plataforma continental brasileira, visando à conclusão de um inventário preliminar das riquezas que contém.

Art. 3.º São membros permanentes da Comissão:

I — O Secretário-Geral Adjunto para Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores;

II — Um representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;

III — Um Representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

IV — Um Representante do Ministério da Marinha;

V — Um Representante do Ministério da Agricultura;

VI — Um Representante do Ministério das Minas e Energia;

VII — Um Representante do Ministério do Planejamento;

VIII — Um Representante do Conselho Nacional de Pesquisas;

IX — Um Representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear;

X — Um Representante da PETROBRAS.

§ 1.º Os representantes acima enumerados serão indicados pelos titulares dos órgãos a que pertencem e poderão ser substituídos, em seu impedimento eventual, por suplentes designados pelos mesmos titulares;

§ 2.º A Comissão, por proposta de seu presidente, poderá convocar, para participar de seus trabalhos, representantes de órgãos da administração federal estadual e municipal, bem

como sociedades de economia mista, e particulares, cuja presença seja necessária ao desempenho de suas atribuições.

Art. 4.º O Secretário-Geral Adjunto para Organismos Internacionais exercerá a presidência da Comissão.

Art. 5.º A Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores atuará como Secretaria Técnica e Executiva da Comissão.

Parágrafo único. Compete ao Chefe da Divisão das Nações Unidas a função de Secretário Executivo da Comissão.

Art. 6.º Compete à Secretaria Executiva, sob a orientação e coordenação do Secretário Executivo e a superintendência do Presidente da Comissão:

a) proceder a estudos e prestar informações sobre os assuntos da competência da Comissão;

b) executar os trabalhos que lhe forem solicitados pela Comissão;

c) exercer todas as demais funções necessárias ao perfeito funcionamento técnico e administrativo da Comissão.

Art. 7.º As despesas de funcionamento da Comissão serão atendidas, no exercício de 1968, e no que couber, pelas rubricas apropriadas do orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 8.º A partir de 1969, constará da proposta orçamentária do Ministério das Relações Exteriores rubrica para atender às despesas de funcionamento da Comissão.

Art. 9.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Sérgio Correa Affonso da Costa
Ivo Arzuva Pereira
José Costa Cavalcanti
Hélio Beltrão.*

Extraído do D. O., edição de 7-2-1968.

DECRETO N.º 62 235, de 7 de fevereiro de 1968
— *Altera dispositivos do Decreto número 60.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprova o "Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia" e dá outras providências.*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 1.º, 6.º, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 37, 83, 106, 112 e 120 do "Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia", aprovado pelo Decreto n.º 60 079, de 16 de janeiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, elaborado com base na Constituição Federal e regido, principalmente, pelas Leis ns. 5 122, de 28-9-65 — 5 173, de 27-10-66 — 5 174, de 27-10-66 e 5 374, de 27-12-1967, obedecerá às disposições do presente Regulamento."

"Art. 6.º Constituem recursos para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia:

a) os recursos da SUDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 20, com a nova redação que lhe deu a Lei 5 374 de 1967, artigo 1.º);

b) os recursos do Banco da Amazônia S.A. que se integrem no planejamento (Lei número 5 123-66 — artigo 4.º “caput”);

c) os recursos dos órgãos de administração centralizada e descentralizada vinculados ao Plano na forma deste Regulamento (Lei número 5 173-66 — artigo 6.º, § 1.º);

d) os depósitos decorrentes de dedução do imposto de Renda e outros estímulos fiscais destinados a investimentos privados na Região, na forma deste Regulamento (Lei n.º 5 173-66 — artigo 45, alínea e, com a nova redação que lhe deu a lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º — lei 5 174-66 — artigo 7.º);

e) os recursos do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) (Lei n.º 5 173 66 — artigo 45, com a nova redação que lhe deu a lei n.º 5 374 67 — artigo 1.º);

f) os recursos de qualquer natureza ou fonte nacionais, estrangeiros ou internacionais, que venham a ser obtidos por quaisquer dos agentes do Plano, para aplicação em programas e projetos a este vinculados (Lei número 5 173-66 — art. 23; Lei n.º 5 122-66 — artigo 2.º, alínea c e artigo 11).”

“Art. 12. São órgãos da SUDAM (Lei número 5 173-66 — artigo 11, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

I — Conselho Deliberativo;

II — Secretaria Executiva, integrada de Unidades Administrativas.”

Art. 13. Compete ao Superintendente o exercício dos poderes que a legislação e o Regimento Interno da entidade lhe conferirem e especificamente;

I — Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições conferidas à SUDAM (Lei número 5 173-66 — artigo 13 — alínea a com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

II — Encaminhar ao Ministro de Estado o Regimento Interno e estrutura da Secretaria Executiva para homologação (Lei n.º 5 173-66 — artigo 13, alínea c, com a nova redação dada pela Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

III — Representar a autarquia ativa e passivamente em juízo e fora d'ele (Lei número 5 173-66 — artigo 13, alínea e com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

IV — Articular-se com o Ministério do Interior, em todas as etapas relativas à elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e suas revisões anuais, para o fim de sua compatibilização com a política geral do Governo no respectivo Setor (Lei n.º 5 173-66 — artigo 5.º);

V — Submeter à aprovação do Presidente da República, através do Ministério do Interior, o Plano e suas revisões anuais (Lei n.º 5 173-66 — artigo 5.º);

VI — Celebrar acordos, contratos ou outros atos da mesma natureza, com entidades nacionais, internacionais, ou estrangeiras, na esfera de sua competência (Lei número 5 173-66 — artigo 13, alínea e);

VII — Fixar os níveis salariais do pessoal que prestar serviços à SUDAM sem obrigatoriedade de observância da nomenclatura, níveis salariais e símbolos previstos no Serviço Público Federal, respeitado, contudo, o mercado de trabalho e ouvido o Conselho Deliberativo (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea d e 43, com as novas redações que lhes deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º);

VIII — Autorizar despesas de pronto pagamento até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País (Lei n.º 5 173-66 — artigo 28);

IX — Dispensar licitação e contrato formal para a aquisição de material, prestação de servi-

ços, execução de obras ou locação de imóveis até quinhentas (500) vezes, o valor do maior salário-mínimo vigente no País (Lei número 5 173-66 — artigo 35);

X — Apresentar ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, a prestação de contas correspondente à gestão administrativa do exercício anterior (Lei número 5 173-66 — artigo 30);

XI — Solicitar, através do Ministério do Interior, a garantia do Tesouro Nacional para as operações de crédito interno ou externo contratadas pela SUDAM para a realização de obras e serviços básicos previstos no Orçamento do Plano (Lei n.º 5 173-66 — artigo 23 e § 1.º);

XII — Fixar tabela de emolumentos dos serviços prestados pela SUDAM a particulares, após aprovada pelo Conselho Deliberativo (Lei número 5 173-66 — artigo 24 parágrafo único e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XIII — Criar Unidades Administrativas na forma deste Regulamento (Lei n.º 5 173-66 — artigo 48, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º);

XIV — Praticar todos os atos relativos ao pessoal da SUDAM, diretamente ou por delegação, inclusive autorização para viagens a serviço, missão ou estudo em qualquer ponto do Território Nacional;

XV — Autorizar o pagamento da hospedagem, diárias e ajuda de custo ao pessoal de que trata o item anterior;

XVI — Designar e instruir os representantes da SUDAM nas Assembleias Gerais das Sociedades Anônimas de que seja acionista;

XVII — Propor os nomes dos representantes da SUDAM nos Conselhos Fiscais das Sociedades Anônimas das quais deva participar, em especial o Banco da Amazônia S. A., na forma dos respectivos estatutos (Lei número 5 122-66 — artigo 7.º);

XVIII — Designar o representante da SUDAM no Conselho Técnico — Consultivo do Banco da Amazônia S. A. (Lei n.º 5 122-66 — artigo 8.º, parágrafo único, alínea a);

XIX — Indicar ao Presidente da República nome para Secretário Executivo da SUDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 12, parágrafo único);

XX — Propor ao Ministro do Interior a fixação de diárias aos membros do Conselho Deliberativo, na forma deste Regulamento (Lei número 5 173-66 — artigo 15, § 2.º e Lei n.º 5 374-66 — artigo 4.º);

XXI — Apresentar ao Ministro da Fazenda até primeiro (1.º) de março de cada ano, a relação de cinco (5) nomes dentre os quais a Assembléia-Geral Ordinária do Banco da Amazônia S. A. elegerá um membro efetivo representante da SUDAM e o respectivo suplente do Conselho Fiscal d'este (Lei n.º 5 122-66 — art. 7.º);

XXII — Indicar representantes da SUDAM no Conselho da Política Aduaneira, através de um membro efetivo e um suplente (Lei número 5 173-66 — artigo 62);

XXIII — Fixar e delegar atribuições ao Secretário Executivo na forma deste Regulamento (Lei Lei n.º 5 173-66 — artigo 13, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

XXIV — Em relação ao Conselho Deliberativo:

a) apresentar periodicamente relatórios referentes à execução do Plano (Lei n.º 5 173-66 — artigo 14, alínea b, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

b) encaminhar-lhe o orçamento-programa da autarquia (Lei número 5 173-66 — artigo 14, alínea c, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

c) provê-los dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento (Lei n.º 5 173-66 — artigo 15, § 3.º);

d) fazer executar ou encaminhar as suas Resoluções (Lei n.º 5 173-66 — artigo 41);

e) submeter o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e os recursos sem destinação prevista em lei (Lei número 5 173-66 — artigo 17, alínea l e artigo 25 e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

f) propor, justificada e especificamente, a efetivação de empréstimos no País e no exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano (Lei n.º 5 173-66 — artigo 23 e seus parágrafos e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

g) propor a firma ou firmas auditoras a serem contratadas para efeito de fiscalização e controle de aplicação de recursos da SUDAM e dos atos de sua gestão (Lei n.º 5 173-66 — artigo 30 e 31 e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

h) apresentar relatórios anuais (Lei número 5 173-66 — artigo 17, alínea g e Lei número 5 374-67 — artigo 4.º);

i) apresentar balancetes semestrais o balanço anual da Autarquia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea h e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

j) encaminhar, para apreciação e aprovação, a estrutura da Secretaria Executiva da Autarquia, bem como seu respectivo Regulamento Interno para posterior homologação do Ministro do Interior (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea b com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

l) propor alienação de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da Autarquia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 33 e seu parágrafo e artigo 17 — letra "j");

m) ouvi-lo sobre fixação dos níveis salariais do pessoal que prestar serviços à SUDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea d e artigo 43 com a nova redação que lhes deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

n) submeter, previamente, a fixação de emolumentos dos serviços prestados pela SUDAM a particulares (Lei n.º 5 173-66 — artigo 24, parágrafo único);

o) propor a declaração de prioridade para empreendimentos relacionados ao desenvolvimento da Região (Lei n.º 5 173-66 — artigo 46 — alínea a);

p) propor as normas que deverão orientar a assistência técnica e financeira que a SUDAM prestar para o conhecimento e o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, diretamente ou através de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, ou sociedade de economia mista que o Poder Público detenha o controle acionário (Lei n.º 5 173-66 — artigo 39);

q) aprovar por delegação e *ad referendum* do Conselho Deliberativo, projetos que interessem ao desenvolvimento da Amazônia tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma das leis em vigor e deste Regulamento devendo, porém, quando fôr o caso de rejeição, transferir a decisão diretamente ao Conselho (Lei número 5 374-67 — artigo 5.º);

XXV — Exercer as demais atribuições inerentes à função e não especificadas neste Regulamento.

Parágrafo único. Deverá o Superintendente da SUDAM, submeter ao Conselho Deliberativo da entidade, em sua primeira reunião após a sua aprovação, os projetos a que se refere a alínea q do inciso XXIV deste artigo (Lei número 5 374-67 — artigo 5.º — parágrafo único).

Art. 15. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S. A., por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um da Superintendência da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um do Instituto Brasileiro de Reforma

Agrária, um da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisas e um de cada Ministério a seguir mencionado:

Agricultura — Comunicações — Educação e Cultura — Fazenda — Minas e Energia — Planejamento — Relações Exteriores — Saúde — Indústria e Comércio — Trabalho e Previdência Social e Transportes (Lei n.º 5 173-66 — artigo 16 — com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º);

§ 1.º Os Governadores dos Estados e dos Territórios poderão assumir, pessoalmente, sempre que o desejarem as respectivas representações (Lei n.º 5 173 66 — artigo 16, parágrafo único).

§ 2.º Os representantes dos órgãos e entidades mencionadas neste artigo serão escolhidos entre seus servidores e designados através do ato Ministerial ou de autoridade equivalente pela forma e duração que fôr estabelecido em Regulamento (Lei n.º 5 173-66 — artigos 14, alínea e e 15, parágrafo 1.º, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67, artigo 1.º);

§ 3.º As despesas de transporte e hospedagem pelo comparecimento dos membros do Conselho às reuniões d'êste Órgão serão custeadas pela SUDAM na forma e limitações previstas nos parágrafos anteriores.

§ 4.º O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), poderá participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Deliberativo e manifestar-se sobre os projetos de incentivos fiscais pertinentes à área comum."

Art. 16. Compete ao Conselho Deliberativo:

I — Acompanhar a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia através de relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente (Lei n.º 5 173-66, artigo 14, alínea b com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º);

II — Recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionados ao desenvolvimento da Amazônia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 14, alínea d, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67, artigo 1.º);

III — Aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais e suas alterações, por proposta do Superintendente ou do Presidente do Banco da Amazônia S. A. (Lei número 5 173-66 — artigo 17, alínea f, com a nova redação que o artigo 1.º da Lei n.º 5 374-67 deu ao artigo 14, daquela Lei);

IV — Apreciar o Orçamento-Programa da Autarquia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 14, alínea c, e Lei n.º 5 374-67, artigo 4.º);

V — Traçar normas visando a assegurar a coordenação dos programas dos organismos federais com ação na Região Amazônica, na forma d'êste Regulamento (Lei n.º 5 173-66 — artigo 29, § 2.º, e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

VI — Aprovar convênios, contratos e acórdãos celebrados pela SUDAM ou por quaisquer órgãos ou entidades a ela subordinados, relativos a programas ou empreendimentos integrantes do Plano, em especial quando se referirem à execução de obras (Lei número 5 173-66 — artigo 17, alínea m, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º);

VII — Aprovar o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinações previstas em Lei (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea l, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º);

VIII — Fixar, com base nos pareceres técnicos submetidos pelo Superintendente, as prioridades para aceitação e aprovação de projetos ou empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento econômico da Região, visan-

do a concessão de benefícios fiscais de colaboração financeira na forma da legislação vigente (Lei n.º 5-173-66 — artigo 4.º e Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

IX — Aprovar com base nos pareceres técnicos submetidos pelo Superintendente, os projetos de empreendimentos privados, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma do presente Regulamento (Lei n.º 5-173-66 — artigo 17, alínea i — Lei n.º 5 174-66 — artigo 7.º, § 7.º, inciso I e § 8.º, Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

X — Apreçar os balanços semestrais e o balanço anual da Autarquia, bem como o relatório anual apresentado pelo Superintendente (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea h, com a nova redação que o artigo 1.º da Lei número 5 374-67 deu ao artigo 14 daquela Lei);

XI — Homologar a escolha de firmas auditoras a que se refere os artigos 30 e 31 da Lei n.º 5 173-66 (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea e e 30 e 31 com a nova redação que o artigo 1.º da Lei n.º 5 374-67 deu ao artigo 14 daquela Lei);

XII — Aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada com terceiros (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea e e 40 com a nova redação que o artigo 1.º da Lei n.º 5 374-67 deu ao artigo 14 daquela Lei);

XIII — Aprovar o Regimento Interno da SUDAM, bem como suas respectivas alterações (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea b e com a nova redação que o artigo 1.º da Lei número 5 374-67 deu ao artigo 14 daquela Lei);

XIV — Opinar sobre a necessidade de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDAM, inclusive para os encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea d e com a nova redação que o artigo 1.º da Lei n.º 5 374-67, deu ao artigo 14 daquela Lei);

XV — Aprovar, por proposta do Superintendente a realização de operações de crédito, no País ou no exterior, para garantir ou acelerar a execução de programas ou projetos integrantes do Plano (Lei n.º 5 173-66 — artigo 23 — Lei n.º 5 374-67, artigo 4.º);

XVI — Aprovar mediante parecer, fundamentado do Superintendente, a concessão de garantias de recursos próprios da SUDAM ou a solicitação da garantia do Tesouro Nacional para as operações de que trata o inciso anterior (Lei n.º 5 173-66 — artigo 23, § 2.º, § 3.º e § 4.º — Lei n.º 5 374-67, artigo 4.º);

XVII — Aprovar a tabela de emolumentos dos serviços prestados pela SUDAM a particulares (Lei n.º 5 173-66 — artigo 14 e seu parágrafo único — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XVIII — Manifestar-se sobre os programas e orçamentos de cada um dos organismos que atuam na Amazônia, bem como aferir suas possibilidades e necessidades, e analisar os resultados da execução dos seus programas, com base nos pareceres técnicos dos órgãos competentes da SUDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 29 e seu § 1.º — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XIX — Aprovar normas, mediante proposta do Superintendente, para prestação de assistência técnica e financeira visando ao conhecimento e aproveitamento de recursos naturais da Amazônia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 39 e seus parágrafos — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XX — Aprovar, por proposta do Presidente do Banco da Amazônia S. A., normas e programas anuais para operações de repasse e refinanciamento de recursos do FIDAM pelo Banco da Amazônia S. A. a outras instituições financeiras, assim como homologar a concessão de financiamento para projetos superiores em valor a 6 000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo do País, à conta dos recursos do FI-

DAM, sem prejuízo das atribuições do Conselho Monetário Nacional (Lei n.º 5 173-66 — artigo 46, parágrafo único — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXI — Estabelecer normas e critérios para a emissão de declaração a ser apresentada à autoridade fiscal competente objetivando o reconhecimento de direito à isenção de impostos federais devidos por empreendimentos situados na Região Amazônica (Lei n.º 5 174-66 — artigo 1.º, itens I e II — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXII — Sugerir ao Conselho Monetário Nacional a relação dos produtos regionais que devem ser incluídos ou eliminados da lista de mercadorias sujeitas ao imposto de exportação, e as respectivas alíquotas (Lei n.º 5 173-66 — artigo 2.º e Lei n.º 5 174-66 — artigo 3.º — Lei número 5 374-67 — artigo 4.º);

XXIII — Declarar, para efeito de recusa, o pedido de isenção e taxas incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados à Amazônia, serem eles tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinarem, ou serem produzidos no País similares, de modo a atender em tempo hábil, qualitativa e quantitativamente e de forma econômica, as necessidades da Região (Lei n.º 5 174-66 — artigo 4.º, § 4.º — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXIV — Autorizar a transferência para fora da área amazônica de máquinas e equipamentos excludive motores marítimos, contemplados com os favores fiscais previstos neste Regulamento, observadas as cautelas nele estabelecidas (Lei n.º 5 174-66 — artigo 5.º, § 1.º — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXV — Baixar o Regulamento de definição e disciplina dos serviços básicos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia relacionados à energia, ao transporte, as comunicações, à colonização, ao turismo, à educação e à saúde pública, e serviços correlatos (Lei n.º 5 174-66 — artigo 7.º, § 1.º — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXVI — Estabelecer critérios, normas e procedimentos para a delegação a entidades financeiras ou técnicas para a contratação da prestação de seus serviços, para efeito de análise de projetos e programas de investimentos que não exijam financiamento bancário suplementar (Lei número 5 174-66 — artigo 7.º, § 7.º, inciso I — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXVII — Homologar a aprovação de projetos que se beneficiem de quaisquer favores fiscais previstos neste Regulamento e que impliquem em investimentos totais, iguais ou superiores a 6 000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo vigente no País (Lei n.º 5 174-66 — artigo 7.º, § 8.º — Lei n.º 5 374 — artigo 4.º);

XXVIII — Autorizar que os depósitos decorrentes da dedução do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas para inversão em projetos econômicos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, sejam nêles aplicados sob a forma de créditos em nome do depositante, registrados em conta especial e utilizáveis na forma deste Regulamento (Lei n.º 5 174-66 — artigo 7.º, § 10 — Lei número 5 374-67 — artigo 4.º);

XXIX — Deliberar, por proposta do Superintendente da SUDAM ou do Presidente do Banco da Amazônia S. A., sobre o cancelamento ou suspensão de favores e benefícios fiscais administrativos gozados por qualquer empresa na forma do presente Regulamento e aplicação das penalidades cabíveis (Lei n.º 5 174-66 — artigo 7.º, § 12 e § 13 — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXX — Aprovar as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens móveis e imóveis, ações e participações de capital, integrantes do patrimônio da Autarquia (Lei n.º 5 173-66 — artigo 17, alínea j, e artigo 56 e seus parágrafos — Lei número 5 374-67 — artigo 4.º);

XXXI — Aprovar, por proposta da Superintendência, a aquisição de bens imóveis à conta de recursos da SUDAM;

XXXII — Aprovar, por proposta do Superintendente, a criação de Escritórios Regionais (Lei n.º 5 173-66 — artigo 9.º, § 1.º — Lei número 5 174-66 — artigo 18 — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º);

XXXIII — Delegar poderes ao Superintendente para aprovar projetos de investimentos, resguardada a apreciação *a posteriori* na primeira reunião pelo Conselho (Lei n.º 5 374-67 — artigo 5.º).

“Art. 17. O Conselho Deliberativo reunir-se-á pelo menos uma vez em cada mês na sede da SUDAM ou em outros locais na Amazônia (Lei número 5 173-66 — artigo 15 — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º).

§ 1.º O Conselho deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros sob a presidência de um deles, escolhido na forma Regimental e obedecido o critério de rodízio (Lei n.º 5 173-66 — artigo 15, § 1.º, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 2.º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes (Lei n.º 5 173-66 — artigo 15, § 1.º — Lei n.º 5 374-67 — artigo 4.º).

§ 3.º Os membros do Conselho farão jus a uma representação de presença, correspondente ao comparecimento efetivo às reuniões do Conselho, a ser fixada pelo Ministro do Interior por proposta do Superintendente (Lei número 5 173-66 — artigo 15, § 2.º — Lei número 5 374-67 — artigo 4.º).

§ 4.º Para execução de seus serviços o Conselho terá uma Secretária, dirigida por um Diretor (Secretário) escolhido e designado pelo Superintendente, entre servidores do quadro de Autarquia.

§ 5.º A organização e funcionamento da Secretária do Conselho, serão definidos em ato do Superintendente.

§ 6.º Além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno caberá à Secretária do Conselho opinar sobre quaisquer assuntos de natureza administrativa que digam respeito ao referido Colegiado, bem como lavar atos relativos ao seu pessoal.”

“Art. 20. As Unidades Administrativas que integram a Secretária Executiva terão estrutura e atribuições definidas na forma deste Regulamento e do Regimento Interno da entidade aprovado pelo Conselho Deliberativo e homologado pelo Ministro do Interior, competindo-lhes a execução das tarefas atribuídas à SUDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 48 — com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º e artigo 3.º e seu parágrafo único).”

“Art. 21. A SUDAM contará exclusivamente com pessoal sob a regime da legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, inclusive para os encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Secretariado, sem obrigatoriedade de observância de nomenclatura, níveis salariais e símbolos previstos no Serviço Público Federal, respeitadas, contudo, o mercado de trabalho e ouvido o Conselho Deliberativo (Lei n.º 5 173-66 — artigo 43 com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 1.º O pessoal da SUDAM, excetuados os ocupantes dos cargos de Superintendente e de Secretário Executivo que serão segurados do IPASE, é filiado ao INPS (Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º, com a inclusão do artigo 43 da Lei n.º 5 173-66).

§ 2.º O disposto no “caput” deste artigo não se aplica ao Superintendente, ao Secretário Executivo, ao Presidente do Banco da Amazônia S. A., e membros do Conselho Deliberativo.”

“Art. 37. Constituem recursos do FIDAM (Lei n.º 5 173-66 — artigo 45, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 10);

a) os recursos dos orçamentos plurianuais da União que lhe forem especificamente destinados;

b) o produto da colocação das “Obrigações da Amazônia”, emitidas pelo Banco da Amazônia S. A.;

c) da receita líquida resultante de operações efetuadas pelo FIDAM;

d) de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;

e) dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados em projetos específicos, no prazo e pela forma estabelecidos neste Regulamento;

f) os recursos atuais do Fundo de Fomento à Produção (Lei n.º 1 184-50, artigo 7.º — Lei n.º 4 829-65 artigo 29 e Lei n.º 5 173-66, artigo 45, alínea f).

§ 1.º As emissões de “Obrigações da Amazônia” não poderão exceder, em cada exercício, de 5% cinco por cento) da importância do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior (Lei número 5 173-66 — artigo 45, § 1.º, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67, artigo 1.º).

§ 2.º As obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis, no prazo de até 10 (dez) anos, contados da data de sua aquisição, com as condições e vantagens estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Lei n.º 5 173-66 — artigo 5, § 2.º, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 3.º O depósito dos recursos a que se refere a alínea *a* deste artigo será efetuado pelo Tesouro Nacional diretamente no Banco da Amazônia S. A. que se incumbirá de sua aplicação, exclusivamente na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos dessa procedência para aplicação em crédito rural (Lei n.º 4 829-65 — artigo 29 e 5 173-66 — artigo 45, § 3.º, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 4.º A distribuição da doação no parágrafo anterior independerá de registro prévio no Tribunal de Contas da União (Lei n.º 5 173-66 — artigo 45, § 4.º com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67, artigo 1.º).

§ 5.º —

§ 6.º —

§ 7.º —

§ 8.º —

“Art. 83. A SUDAM exercerá obrigatoriamente fiscalização técnica dos serviços e obras executadas com a sua colaboração técnica ou financeira expedindo laudo em favor do órgão ou entidade executoras (Lei n.º 5 173-66, artigo 30, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67, artigo 1.º).

§ 1.º A fiscalização de que trata este artigo poderá ser de iniciativa da SUDAM ou solicitação do órgão interessado, e terá por finalidade verificar a observância das disposições pactuadas com a SUDAM, bem como os planos, programas, projetos e especificações aprovadas e abrangerá, necessariamente, o confronto das obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas.

§ 2.º O laudo mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executoras dos aludidos serviços ou obras e

será sempre fornecido dentro de 30 (trinta) dias após o pedido do mesmo (Lei número 5 173-66 — artigo 30, § 2.º com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 3.º Os órgãos executores solicitarão à SUDAM com a antecedência de pelo menos 60 (sessenta) dias da data em que dêles necessitarem, os laudos de que trata este artigo, os quais também acompanharão a última prestação de contas de cada ano.

§ 4.º O representante da União ou da SUDAM nas Assembléias-Gerais das Sociedades de Economia Mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidade, sòmente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo de fiscalização passada pela SUDAM (Lei número 5 173-66 — artigo 30, § 3.º, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º).

§ 5.º A SUDAM poderá suspender a entrega de dotações consignadas em favor de quaisquer entidades ou órgãos cujas prestações de contas das liberações anteriores, que envolvam recursos do Plano, tenham sido rejeitadas pelo Tribunal de Contas, pela própria SUDAM ou por outra autoridade competente conforme o caso.

§ 6.º A gestão financeira relativa aos programas e projetos a cargo de entidades que houverem recebido recursos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia fica sujeito à fiscalização da SUDAM, que poderá, também exercer a fiscalização técnica das obras e serviços executados com recursos do Plano, independente de sua natureza, origem ou fonte, diretamente ou mediante contrato com firma especializada, de autoria, de notória idoneidade (Lei n.º 5 173-66 — artigo 30, § 4.º, com a nova redação que lhe deu a Lei n.º 5 374-67 — artigo 1.º).

“Art. 106. A SUDAM goza de tôdas as imunidades e isenções tributárias existentes ou que venham a ser deferidas aos órgãos e serviços da União (Lei n.º 5 173-66 — artigo 38, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º).”

Art. 112. A SUDAM, através do Superintendente, apresentará ao Ministro de Estado a que está vinculada, relatório anual de suas atividades (Lei n.º 5 173-66 — artigo 42, com a nova redação que lhe deu a Lei número 5 374-67 — artigo 1.º).”

“Art. 120

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º —

§ 4.º O Pessoal da extinta SPVEA, aproveitado pela SUDAM, contará nesse Órgão, para todos os efeitos previstos na legislação trabalhista, todo o tempo de serviço prestado anteriormente ao órgão extinto, bem como lhe fica assegurada a efetividade e estabilidade desde que preencha os requisitos constantes do § 26, do artigo 199 da Constituição (Lei número 5 374-67 — artigo 2.º).

Art. 2.º São revogados os artigos 13, 19, 25, 120 e demais disposições em contrário do “Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia” aprovado pelo Decreto n.º 60 079, de 16 de janeiro de 1967.

Art. 3.º Tôdas as referências e remissões aos extintos Conselho do Desenvolvimento da Amazônia (CODAM) e Conselho Técnico, constantes de dispositivos não revogados do Decreto n.º 60 079, de 16 de janeiro de 1967, entendem-se como feitas ao Conselho Deliberativo, criado em substituição àquêles órgãos.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Afonso A. Lima.

Extraído do D. O., edição de 9-2-1968.

DECRETO N.º 62 236, de 8 de fevereiro de 1968 — Estabelece a estrutura básica do Ministério das Comunicações, define áreas de competência dos órgãos que a integram e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 83, item II, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, especialmente seus artigos 39, 145, 146, 165, 167 e 209,

Considerando que o art. 146 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelece que a Reforma Administrativa será realizada por etapas;

Considerando que a definição das estruturas deve ser precedida dos trabalhos de revisão de normas vigentes, da descentralização de atividades meramente executivas por meio de atos de delegação de competência, da análise de rotinas e de simplificação burocrática,

Considerando no entanto, que, tendo sido criado pela Lei da Reforma Administrativa, o Ministério das Comunicações necessita de uma estrutura que, embora suscetível de futura revisão e aprimoramento, permita desde logo a coordenação dos órgãos e atividades que lhe são afetos,

Decreta:

Art. 1.º O Ministério das Comunicações, criado pelo art. 199, alínea III do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, cuja área de competência abrange as atividades relacionadas com os serviços postais e de telecomunicações em todo o território nacional, tem a seguinte estrutura básica:

I — Órgãos de Administração Direta:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Inspeção Geral de Finanças;
- c) Departamento Nacional de Telecomunicações;
- d) Departamento dos Correios e Telégrafos;
- e) Departamento de Administração;
- f) Órgãos de assistência direta ao Ministro (art. 3.º).

II — Órgão de Deliberação Coletiva:

- a) Conselho Nacional de Telecomunicações.

III — Órgãos de Administração Indireta:

- a) Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

Parágrafo único. A estrutura básica constante deste artigo será objeto de progressiva complementação e revisão, à medida que se desenvolver a implantação da Reforma Administrativa.

CAPÍTULO I

Do Ministro de Estado

Art. 2.º O Ministro das Comunicações é responsável, perante o Presidente da República, pela formulação, direção, orientação e controle da execução da política de comunicações, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República.

CAPÍTULO V

Do Departamento dos Correios e Telégrafos

Parágrafo único. O Ministro das Comunicações exercerá, em relação aos órgãos subordinados e vinculados ao Ministério, a supervisão de que trata o Título IV do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3.º O Ministro será diretamente assistido pelos seguintes órgãos:

I — Gabinete;

II — Consultoria Jurídica;

III — Divisão de Segurança e Informações.

Art. 4.º Compete ao Gabinete prestar assistência direta e imediata ao Ministro em sua representação política e social, incumbindo-se das relações públicas e encarregando-se do expediente pessoal do Ministro.

Parágrafo único. O Gabinete do Ministro será dirigido por um Chefe de Gabinete.

Art. 5.º A Consultoria Jurídica, diretamente subordinada ao Ministro de Estado e dirigida por um Consultor Jurídico, compete assessorar o Ministro em matéria jurídica.

Art. 6.º A Divisão de Segurança e Informações é diretamente subordinada ao Ministro de Estado como órgão complementar subordinada ao Ministro de Estado como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, e mantém estreita colaboração com a Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações, aos quais prestará todas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo único. A Divisão de Segurança e Informações será dirigida por um Diretor.

CAPÍTULO II

Da Assembléia-Geral

Art. 7.º A Secretária Geral tem a incumbência de assessorar diretamente o Ministro de Estado e, por força de suas atribuições realizar estudos para formulação de diretrizes, desempenhar funções de planejamento, orçamento, orientação e coordenação e elaborar programas setoriais e regionais.

Art. 8.º O Secretário Geral do Ministério das Comunicações exercerá a Presidência do Conselho Nacional de Telecomunicações, cabendo-lhe desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado, além de substituí-lo em seus impedimentos.

CAPÍTULO III

Da Inspeção Geral de Finanças

Art. 9.º A Inspeção Geral de Finanças, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, é órgão setorial do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria, e tem as suas atribuições e organização estabelecidas nos atos que regulam a estrutura e funcionamento do sistema (Título V do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967).

CAPÍTULO IV

Do Departamento Nacional de Telecomunicações

Art. 10. Ao Departamento Nacional de Telecomunicações, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, cabe controlar e fiscalizar as atribuições relacionadas com as Telecomunicações, zelando pelo cumprimento das normas reguladoras da prestação de serviços concedidos ou permitidos.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações será dirigido por um Diretor Geral.

Art. 11. O Departamento dos Correios e Telégrafos, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem a seu encargo a execução dos Serviços Postais e de telégrafos em todo o Território Nacional.

§ 1.º O Departamento dos Correios e Telégrafos funcionará como órgão da administração direta, até a transformação prevista no art. 167 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 2.º O Departamento dos Correios e Telégrafos será dirigido por um Diretor Geral.

CAPÍTULO VI

Do Departamento de Administração

Art. 12. O Departamento de Administração, subordinado ao Ministro de Estado, compreende os órgãos setoriais nos sistemas de pessoal, material e serviços gerais (Título V do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Parágrafo único. O Departamento de Administração será dirigido por um Diretor.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Nacional de Telecomunicações

Art. 13. O Conselho Nacional de Telecomunicações, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, e presidido pelo Secretário Geral do Ministério é órgão normativo, de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações (Decreto-lei n.º 200, Título XIV, Capítulo V), observado o disposto no artigo 2.º.

Art. 14. A composição do Conselho Nacional de Telecomunicações e a que consta do art. 165 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO VIII

Dos Órgãos da Administração Indireta

Art. 15. A Empresa Brasileira de Telecomunicações, EMBRATEL, é vinculada ao Ministério das Comunicações e sujeita à supervisão ministerial, nos termos do Título IV do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 16. Enquanto não forem expedidos os demais atos referidos no artigo 146, parágrafo único, alínea b, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, necessários à efetiva implantação da Reforma Administrativa, os órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério das Comunicações reger-se-ão pelas normas em vigor.

Parágrafo único. Fica o Ministro das Comunicações autorizado a dispor, a título provisório, sobre a organização interna e funcionamento dos órgãos do Ministério, ouvido previamente o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 18. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Carlos F. de Simas.
Hélio Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 9-2-1968.

DECRETO N.º 62 237, de 8 de fevereiro de 1968
— *Dá nova redação ao art. 49 do Regulamento da Diretoria do Serviço Geográfico.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 49 do Regulamento da Diretoria do Serviço Geográfico, aprovado pelo Decreto n.º 58 594, de 10 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 49. Para efeito de disciplina e justiça, o Chefe do Gabinete tem as atribuições de Comandante de Corpo de Tropa; o Subdiretor-Técnico, o Subdiretor-Administrativo, os Chefes de Divisão e Seção Técnica, as de Comandante de Unidade Incorporada.”

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares.

Extraído do D. O., edição de 9-2-1968.

DECRETO N.º 62 332, de 11 de março de 1968
— *Dispõe sobre o Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).*

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 83, item II da Constituição e o art. 22, da Lei n.º 5 365, de 1.º de dezembro de 1967; e

Considerando a conveniência de conferir caráter progressivo à regulamentação das atividades da SUDECO, de maneira a permitir que às normas vigorantes nesta fase inicial possam ser subsequentemente aprimoradas e ajustadas ao desenvolvimento dos serviços, decreta:

Art. 1.º Observado o disposto na Lei número 5 365, de 1.º de dezembro de 1967, fica o Ministro do Interior autorizado a expedir o Regulamento Provisório da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), respeitado o seguinte:

I — a organização e o funcionamento dos serviços da SUDECO obedecerão aos princípios e normas estabelecidas no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — os quadros do pessoal, de qualquer natureza, assim como as tabelas de salários, remuneração ou gratificação estão sujeitos à prévia aprovação do Presidente da República;

III — a Administração de Pessoal obedecerá às leis, regulamentos e normas em vigor, de natureza geral ou especial, às recomendações expedidas ou aprovadas pelo Presidente da República, e à orientação normativa do órgão Central do Sistema de Pessoal (DASP);

IV — o Ministro do Interior manterá rigoroso controle sobre as despesas de custeio, e, especialmente, sobre os gastos de pessoal, zelando pelo cumprimento das recomendações da Presidência da República quanto à restrição de admissões, aproveitamento do pessoal já existente na Administração Federal e eliminação progressiva de pessoal ocioso (Decreto-lei número 200-67 e artigo 15 da Lei n.º 5 365-67);

V — na elaboração e execução de seus planos e programas a SUDECO deverá atuar em íntima articulação e entendimento com os órgãos dos vários Ministérios que operam na área, observando-se, quanto ao planejamento setorial, a competência dos Ministérios respectivos e quanto ao planejamento geral de Governo, a competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

VI — a estruturação da Secretaria Executiva (Alínea g do art. 5.º da Lei n.º 5 365-67) far-se-á de forma progressiva, à medida que se desenvolvam as atividades da SUDECO, remetendo-se cópia dos atos de estruturação ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Escritório da Reforma Administrativa).

Art. 2.º O Regulamento a que se refere o art. 1.º vigorará até que a matéria seja regulada por decreto do Presidente da República.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

Afonso A. de Lima.

Extraído do D. O., edição de 12-3-1968.